

Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e
Paula Godinho (org.)

Espaços, redes e sociabilidades
Cultura e política no movimento
associativo contemporâneo



Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e
Paula Godinho (org.)

Espaços, redes e sociabilidades
Cultura e política no movimento
associativo contemporâneo

2016
Instituto de História Contemporânea

Ficha Técnica

Título: Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo

Coordenação: Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho

Capa e paginação: Maria Alice Samara

Edição: IHC-FCSH/NOVA

ISBN: 978-972-96844-7-0

© 2016, Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade - COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a tecnologia no âmbito do projecto UID / HIS / 04209 /2013



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Índice

Introdução

- Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo
Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara e Paula Godinho 6

Memória, cultura e resistência

- Utopía revolucionaria y activismo feminista. Un caso (español) para la reflexión
Josepa Cucó Giner 10
- Espaços, sociabilidades e associativismo: primeiras notas sobre a biografia de
João dos Reis Antunes
Paula Godinho 26
- Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa: a memória da Primeira República
durante o Estado Novo
Maria Alice Samara 46
- Um olhar sobre a resistência cultural associativa
Luís Filipe Maçarico 62
- Segundas vidas*: fábricas requalificadas e fábricas apropriadas. Contributos para uma
abordagem comparativa
Mariana Rei 79

Associativismo, cooperação e mutualismo

- As associações de socorros mútuos em Portugal (de finais do século XIX aos anos
quarenta do século XX)
Virgínia do Rosário Baptista 95
- Alianças resilientes: a ação coletiva institucionalizada no período liberal (1834-1934)
Joana Dias Pereira 107
- Associativismo operário na sociedade liberal (1850-1860)
João Lázaro 127
- Associativismo de «pequenos interesses» no final do século XIX: em Lisboa como
noutras cidades europeias?
Daniel Alves 136
- Funcionalismo público: associativismo, mutualismo, sindicalismo e desagregação
(1851-1933)
Joana Estorninho de Almeida 154
- Reflexões sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012)
Pompilio Locks Filho 163

Imprensa e intervenção

- Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos
Júlia Leitão de Barros 187
- Movimento operário brasileiro e o anarquismo no sindicato: divergências e debates em
A Voz do Trabalhador (1913-1915)
João Carlos Marques 206

Sociabilidade e participação em rede

Sindicatos na rede em Portugal. Uma análise da presença na Internet dos sindicatos do setor da saúde

Paulo Marques Alves e Carlos Levezinho 217

Mulheres, Internet e o conflito no Sara Ocidental

Silvia Almenara Niebla 237

Mobilização e acção colectiva

A ação coletiva à escala individual: casos na AML

Nuno Nunes, Rita d'Ávila Cachado e Otávio Raposo 247

Da mobilização à ação: o caso português da iniciativa legislativa de cidadãos contra a precariedade laboral

Carlos Alves 265

Post-political elements in the Portuguese anti-austerity discourses

Jonas Van Vossle 288

Intervenção cultural e educação popular

As associações de educação popular e a Revolução portuguesa. A educação e a cultura como ferramentas de participação política (1974-1976)

Pierre Marie 301

Performance e utopias no teatro de amadores. O grupo de Teatro de Acção Cultural de Almada (1974-1976)

Dulce Simões 311

Depoimentos

Crónica de uma luta de emigrantes portugueses em França

“Guerra colonial e contagem de anos de serviço militar para a reforma”

João Machado 325

Mémoire Vive / Memória Viva

Isabel Lopes Cardoso 343

Sobre os autores

366

Introdução

Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo

As sociedades podem – e devem – ser olhadas através de diferentes escalas de análise e com o contributo das diferentes disciplinas que trabalham as questões relacionadas com o social. É precisamente a rejeição de uma investigação que se fecha em barreiras disciplinares e a defesa do fim das *fronteiras*, num território de encontro e, em certo sentido, *promíscuo* que permite que os debates travados sejam mais profícuos e estimulantes. Os cruzamentos disciplinares permitem assim levar a cabo as complementaridades essenciais para as investigações nas ciências sociais. É nesta linha teórica e metodológica que nos situamos, procurando, numa aprendizagem mútua entre saberes, fazer novas perguntas, olhar “pelo avesso”, construir territórios e linguagens comuns.

A abertura metodológica e conceptual revela com maior nitidez as sociedades e as suas dinâmicas como objetos densos e complexos nas suas múltiplas configurações: de movimentos sociais a instituições, de redes informais a estruturas mais burocráticas, de associações de cooperação ou mutualistas até organizações internacionais e, finalmente, de casos locais a redes de solidariedade internacionais, potenciadas, nos tempos mais recentes, pelas virtualidades abertas pelas novas tecnologias de informação, que coexistem com as mais antigas formas de solidariedade e de encontro.

Do encontro entre diferentes agendas de investigação, encontrámos pontos de contacto e interesses paralelos, neste caso no que diz respeito à intersecção entre espaços, redes e sociabilidades e o movimento associativo contemporâneo. Ao pensarmos em locais (na sua pluralidade de sentidos), formas de ligação e formação de comunidades, bem como em partilhas do comum (do tempo, do espaço, das vontades, dos lazeres), encontramos como ponto de convergência o associativismo contemporâneo.

Em permanente transformação, podemos surpreender diferentes redes, das mais estruturadas até às formas transitórias e volúveis, menos estáveis e, em certo

sentido, mais *rizomáticas*. Variáveis nas suas configurações, representam um importante papel político e cultural como articulação de experiências vividas e, em si, forma de ação na procura da passagem do individual ao colectivo. Podem ainda configurar a partilha de ideias e de afectos, de formas de pensar o mundo.

O seu papel nas diferentes formas de resistência e nos diferentes repertórios de ação colectiva e mobilização cultural e política tem importância para a forma como pensamos os nossos trabalhos no terreno comum entre a história e a antropologia.

À forma de ligação e de organização destas redes – da vizinhança ao ciberespaço – corresponde, em boa parte dos casos, uma forma particular de articulação de um colectivo e, ainda, práticas de sociabilidade próprias. Interessa-nos acentuar nestas o seu carácter político e cultural, reencontrando a forma como se constituem comunidades que congregam, difundem e multiplicam vozes individuais num colectivo atuante.

Ora a forma como as diferentes pessoas se encontram, debatem e discutem, se unem como colectivo, estão muitas vezes associadas à criação de espaços, também no sentido social, político e cultural, onde se ensaiam velhas e novas formas de solidariedades, na passagem das solidariedades mecânicas para as orgânicas, de associação e de cooperação. Espaços, muitas das vezes, associados à memória, aos seus combates, no que trazem de recordação do passado e de projeção de futuros.

Um dos pontos de contacto das pesquisas que temos efectuado prende-se assim com a importância do associativismo e das formas de solidariedade e associação horizontais. O movimento associativo contemporâneo pode ser entendido como uma realidade heterogénea, dinâmica e porosa, em articulação com as diferentes conjunturas e tempos históricos e com as outras entidades que se estruturam nos campos político, social, económico e cultural. Reconhece-se uma pluralidade de sentidos e práticas que o tornam um objecto de estudo a ser olhado de diferentes lugares, numa tentativa de o construir como multifacetado e em constante evolução.

Com preocupações paralelas, é certo, nos nossos diferentes trabalhos, fomos cruzando com a temática do associativismo. Procuramos analisar e debater a forma como os diferentes agentes e grupos se inserem e contribuem para o dinamismo do movimento associativo; a forma como este se estruturava – ou ainda a maneira como os diferentes indivíduos participam nele. A disposição e o estabelecimento de relações com outras entidades e grupos sociais são igualmente importantes.

A organização entre iguais pode ser analisada como forma de cooperação económica, de defesa ou na luta pelo comum. Dos problemas do quotidiano, de vizinhança, até outras escalas, o formato associativo permite o acesso a bens, serviços e informação, a organização de eventos comunitários e a construção de capacidades por parte dos indivíduos, no âmbito das associações.

A maneira como se combatia no associativismo, numa clara conexão entre a coletividade e a luta política, e através dele reveste-se de grande importância para equacionar a forma como a cultura e a luta cultural contra-hegemónica se constituem como uma parte determinante da resistência a conjunturas ou a regimes opressivos.

O livro agora publicado reúne trabalhos de vários investigadores que estiveram presentes no colóquio *Espaços e redes de sociabilidade: Cultura e política no associativismo contemporâneo*, que se realizou em abril de 2015 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O objectivo deste encontro foi cruzar e debater diferentes quadros interpretativos e escopos de investigação, fazendo assim um mapeamento do campo e das suas dinâmicas, quer numa perspectiva mais ligada à história, quer à antropologia, ou ainda à sociologia. Partindo do encontro, estes textos visam dar continuidade a um debate num campo de trabalho que se nos afigura tanto estimulante como complexo.

Sem reduzir os diversos e diferentes trabalhos agora publicados, vale a pena, contudo salientar que nesta obra encontramos um arco temporal do século XIX até à contemporaneidade. Ficamos a conhecer várias de entre as formas de associação e de cooperação e mutualismo. Foram, igualmente analisadas diferentes formas de intervenção, de mobilização e de participação políticas. Finalmente, terminamos com um caso particular que cruza o associativismo e a emigração, interligando análise e testemunho.

Joana Dias Pereira

Maria Alice Samara

Paula Godinho

Memória, cultura e resistência

Utopía revolucionaria y activismo feminista. Un caso (español) para la reflexión

Josepa Cucó Giner

Mi intervención se centra en una corriente del feminismo español cuyos orígenes y desarrollos se hallan ligados a un partido de la izquierda revolucionaria española, el Movimiento Comunista (MC), y a la red de organizaciones que le sucedieron tras su desaparición a principios de los años noventa del pasado siglo¹. Se trata de un feminismo singular que aúna una praxis perseverante y un pensamiento potente, que combina las tareas de difusión de la acción y pensamiento propios con una intervención decidida sobre el movimiento feminista español. Tengo que señalar que el estudio que presento en este coloquio forma parte una investigación más amplia de la que quiero comentar ciertos aspectos de carácter metodológico.

Se trata de una investigación de corte antropológico realizada en solitario, cuyo trabajo de campo se ha prolongado a lo largo de siete años (2002/2009) en el que se pueden distinguir cuatro etapas²:

a) Los primeros contactos. Después de obtener el consentimiento del grupo, en el invierno del 2002 inicio la investigación sobre una organización concreta ubicada en territorio valenciano, que años antes había sido el MCPV (Movimiento Comunista del País Valenciano) y que en el momento del estudio se había convertido en una

¹ En 1993 el MC desaparece como partido. No obstante, sus distintos grupos territoriales continuaron perviviendo. Para ello tomaron nombres específicos (Revolta en el País Valenciano y en Cataluña, Liberación en Madrid, Inzar en Galicia, etc.), convirtiéndose buena parte de ellas en asociaciones voluntarias.

² Fruto de este trabajo son media docena larga de artículos a los que dentro de poco se añadirá un libro (Cucó, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2010, 2011, 2014 y en prensa).

asociación cívica muy combativa llamada Revolta, con sede en la ciudad de Valencia. Realizo entonces las primeras aproximaciones y una primera serie de ocho entrevistas en profundidad, en las que descubro la importancia del pensamiento y del activismo feminista en el grupo.

b) En septiembre de 2003 empiezo un año de trabajo etnográfico intensivo durante el que hago dos relatos biográficos y algunas entrevistas más pero, sobre todo, una observación participante sistemática (de las reuniones internas del grupo y de los actos que convoca o en los que participa). A finales de dicho periodo, además de mucho material, tengo una cosa clara: para captar tanto la evolución como el espíritu de Revolta necesito ampliar el alcance de la investigación, haciéndola extensiva al conjunto emecé y postemecé, esto es, a las diversas organizaciones territoriales que lo integran dentro de España.

c) Es así como en el curso 2004-2005 comienzo una nueva etapa en la que, a lo largo de un año (sabático), practico una etnografía multisituada que me lleva sucesivamente a Madrid, Euskadi y Lisboa, durante el que realizo bastantes entrevistas (a tenor de unas ocho en cada una de estas ciudades o territorios) y poca observación.

d) Los años siguientes, desde el otoño del 2005 a la primavera del 2009, representan la última etapa de la investigación. Es un periodo de reflexión y escritura pero también de investigación, durante los que sigo el rastro que los antiguos emecés van dejando en Internet, en libros y en otras publicaciones; también participo en algunas de las reuniones bianuales que celebran por los alrededores de Madrid (Jornadas de pensamiento crítico). Más tarde, en el año 2009, al comprobar el estallido de nuevas dinámicas y procesos, hago una última incursión investigadora sobre el grupo que me lleva esta vez a Sevilla y también a repetir algunas entrevistas en Madrid.

En mi intervención me centraré sobre cuatro aspectos consecutivos. Hablaré en primer lugar de su historia, de los desarrollos de este feminismo hasta los años noventa del pasado siglo, periodo durante el que este feminismo evoluciona en

concordancia con la militancia política revolucionaria. A continuación presentaré su ideario (actual), para abordar en un tercer tiempo los rasgos que distinguen a su estructura organizativa, esto es, las estructuras y procesos desde donde este feminismo se genera y difunde. Finalmente, me ocuparé de sus narrativas y también de su moral, en particular trataré los énfasis que he detectado en sus maneras ser y presentarse y las sinergias que comparte con el conjunto organizativo más amplio en el que ha crecido y del que forma parte.

Compaginando militancias (1977-1994)

Tomo como punto de arranque la España de mediados de los años setenta, cuando la sociedad se hallaba en plena ebullición y clamaba por la libertad y la amnistía de los presos políticos, y exigía la democracia y la autonomía política de los distintos pueblos del Estado. En este momento algunas mujeres empezaron a trabajar para reconocerse, organizarse y reclamar sus derechos. Comienzan entonces a surgir los primeros núcleos organizados del movimiento feminista español. De sus desarrollos, hitos y debates sabemos bastante, en especial de los que acontecen en torno a la etapa de la Transición³. Como hitos importantes mencionaré las Primeras Jornadas por la Liberación de la Mujer (Madrid, diciembre de 1975), consideradas como la fecha oficial del (re) nacimiento del movimiento feminista de España; al poco, en 1976, se celebrarán en Barcelona las *Primeres Jornades Catalanes de la Dona*, que marcarán la entrada del feminismo en el seno del MC.

Como destacan dos mujeres entrevistadas que por aquel entonces militaban en el MCC (*Moviment Comunista de Catalunya*) y detentaban cargos de responsabilidad en los órganos centrales del partido, la preparación de las referidas jornadas es la que enciende la chispa de su preocupación feminista, la cual suman de inmediato a sus otros intereses revolucionarios. Se dan cuenta de su ignorancia, la suya y la de sus compañeras de partido, y se ponen a leer.

³ Abril y Miranda, 1978; Astelarra, 1984, 1986; Amorós, 1986; Folguera, 1988; Luna, 2000; Escario et al., 1996; Agustín Puerta, 2003; Martínez, Gutiérrez y González, 2009; García de León, 2009; Martínez González, 2015.

E. *“empezamos a descubrir, y muy concienzudas nos pusimos a estudiar, y claro, todo lo que pillábamos... O sea, leímos todo lo habido y por haber”*,

M. *“y leímos mucho feminismo radical, mucho feminismo... Sí, de todo tipo de feminismos radicales, feminismo de la diferencia, a las francesas, a las italianas, a la Cristine Delphy, vamos, recorrimos todo”* (entrevista con E. y M., 2004).

Las mujeres del MC se apasionan con el descubrimiento. Pronto la semilla del feminismo se propaga con rapidez en el seno de la organización. Leen, reflexionan y algunas de ellas escriben. Sus textos se difunden dentro y fuera del partido a través de jornadas y de boletines internos, del periódico *Servir al Pueblo* y de las publicaciones de la editorial Revolución.

Ese despertar se halla estrechamente conectado con la efervescencia feminista que se acrecienta y propaga por los distintos territorios del conjunto español. Lo cierto es que las mujeres del MC se ponen rápidamente las pilas del feminismo, trabajando en dos frentes paralelos, dentro y fuera del partido, que se muestra muy receptivo a los nuevos planteamientos. Y es que dentro del MC no sólo hay muchas mujeres, sino que además tienen mucho peso, tanto en la directiva estatal como en las de carácter autonómico⁴.

En el ámbito interno, para consolidar y extender el feminismo, aplican la misma táctica que el partido venía empleando en los distintos sectores donde ejercía su activismo: abrir un frente sectorial y mantener reuniones específicas en los distintos niveles organizativos (local, autonómico y estatal). La particularidad es que en este nuevo frente interno sólo participan mujeres. Se desarrolla así, con rapidez, una estructura organizativa paralela llamada la ‘Estructura de Mujeres’, que recorre todos los niveles de la organización del partido, desde la base hasta la cúspide y reúne a todas las mujeres del MC, estuvieran o no vinculadas al movimiento feminista.

Un paquete de ambiciosos objetivos animaba a esta Estructura de Mujeres: promover con fuerza el feminismo en el partido e impulsar la lucha contra las actitudes machistas existentes en su seno; fomentar que las mujeres tomaran conciencia de que su opresión es colectiva y suscitar la confianza en sí mismas; impulsar la lucha feminista en todos los ámbitos; conseguir que las mujeres del MC se

⁴ Por aquel entonces, a finales de los años setenta, el MC ya se había convertido en un partido federal, integrado por distintas organizaciones de ámbito autonómico (el Movimiento Comunista de Euskadi, el Movimiento Comunista del País Valenciano, el Movimiento Comunista de Andalucía, etc.).

construyeran como “revolucionarias feministas”; y, por último, impedir que se “produzca una separación entre las mujeres que trabajan en el movimiento feminista y las que luchan en otros campos”.

Pero las sombras de dicha Estructura de aparecen pronto. Las mujeres de MC las comentan y discuten y las hacen extensivas después al resto del partido a través de los canales ordinarios de comunicación de éste. Han descubierto algo que les desagrada: que los hombres, compañeros de lucha política y militantes revolucionarios, secundan sus propuestas y afanes, las de sus compañeras de lucha, pero las viven en tercera persona, como si no fuera – o fuera poco – con ellos.

Frente a esta realidad se alza pronto la voz del partido. Considera que uno los problemas más importantes para la implantación del pensamiento y la praxis feminista dentro de la organización es que cualquier tema ligado al feminismo aparece como algo exclusivo de mujeres, mientras el conjunto del partido “se desentiende en bastante medida”. Y es que además, en estos asuntos, la postura de las mujeres del MC tenía mucho de asertiva y excluyente, como algunas de ellas reconocen desde el presente entre risas: “en ese momento yo creo que un hombre que opinara en contra de lo que nosotras habíamos decidido, bueno, más moral que el alcoyano. Éramos una auténtica apisonadora, ese aspecto antidemocrático lo tuvo también, ¿no?” (M., 2004).

Por otra parte, en contraste con otros partidos de la izquierda y de la extrema izquierda española, la Estructura de Mujeres carece de una proyección organizativa externa. Me explicaré. En oposición al Partido Comunista Español (PCE) o la Organización Revolucionaria de Trabajadores (ORT), que impulsaron en España organizaciones de mujeres formalmente independientes, caso del Movimiento Democrático de Mujeres (MDM) y de las diversas ADM (Asociación Democrática de Mujeres) respectivamente, el MC no fomentó el desarrollo de ninguna asociación autónoma de mujeres. Por el contrario, su opción activista fue fomentar y participar en redes feministas unitarias para luchar con entusiasmo en ellas. Lejos de esta mirada benevolente que destaca el carácter solidario del feminismo de cuño emecé, sus detractoras opinaban que lo que hacían era practicar el ‘entrismo’⁵. De una manera u

⁵ Por entrismo se conoce una táctica política empleada inicialmente por algunos grupos trotskistas de la IV Internacional. Consiste en que sus miembros se afilien (entren) en otras organizaciones (ya sea, como en aquel momento, en grandes partidos de masas, o en sindicatos, asociaciones de vecinos, etc.). El entrismo se usa como una táctica política que permite ganar simpatizantes al programa marxista-

otra lo cierto es que, desde finales de la década de los setenta, las mujeres del MC fomentaron el surgimiento de algunas organizaciones unitarias de mujeres que se distinguirán, entre otras cosas, por su carácter asambleario. Así, participan en la creación de la llamada Coordinadora Estatal, desde la que se preparan campañas y editan folletos, y desde donde se organizan sucesivas jornadas de encuentro feminista. Algunas de esas jornadas tienen carácter estatal y temática generalista, y llegan a concitar la presencia de millares de mujeres (como las celebradas en Granada, 1979; Barcelona, 1985; Madrid, 1993; Córdoba, 2000; o Granada, 2009). Otras tienen un alcance territorial más limitado o poseen un carácter monográfico, como las realizadas en los años ochenta sobre el aborto (1981), la sexualidad (1983), o la violencia machista (1988).

Otro elemento a destacar del quehacer externo de este feminismo emecé es la estrecha relación entre las actividades feminista y sindical y nos muestra la manera en que ambos intereses confluían por aquel entonces en el conjunto del partido. Como sabemos, el sindicalismo es un campo de acción clásico de los partidos obreristas; pero cuando se impregna de feminismo, el sindicalismo se renueva, abriéndose a los intereses, propuestas y formas de hacer de los nuevos movimientos sociales. De este modo, en su lucha en el frente obrero y sindical, las mujeres del MC incorporan con rapidez la recién adquirida sensibilidad feminista.

Dos últimas cuestiones acaban de perfilar el carácter este feminismo emecé. Por una parte, sus temas centrales de interés e intervención: en conjunto, sus intereses se hallan en sintonía con los que ocupan y preocupan al conjunto del movimiento feminista español durante los años ochenta, entre los que ocupan un lugar destacado el divorcio, el aborto, las agresiones y la sexualidad. Por otra, la influencia de la militante opción sexual de algunas de las líderes del MC, comprometidas en el lesbianismo feminista, unas activistas que han combinado a lo largo de su vida tres tipos de militancia: la militancia partidista, la militancia feminista y la militancia lesbiana. Sus opciones prácticas y teóricas han pesado, y todavía pesan mucho, en el colectivo emecé y postemecé de mujeres. Su influencia propició que el lesbianismo se convirtiera pronto en una opción sexual legítima y normalizada en el seno del *ingroup*, fomentó el interés por la transexualidad, la prostitución y la pornografía.

leninista revolucionario, que consiste en introducirse en otras organizaciones para ganar a sus militantes.

Pero una cosa es el carácter radical y puntero de los abordajes feministas de las mujeres del MC y otra muy distinta la actitud del partido y de los hombres del partido. De nuevo, a finales de los ochenta se vuelven a constatar los mismos problemas que diez años atrás: que entre los “hombres-militantes se dan actitudes machistas”; o que “los hombres-revolucionarios tienden a ver y vivir el feminismo como cosa de chicas”. Estas cuestiones vuelven a suscitar nuevos debates internos en los que palpita una idea ya vieja: la peligrosa separación de los y las militantes. Este giro les conduce a plantearse ciertas dudas e interrogantes que se resumen en la frase ‘si los hombres del partido no son enemigos, ¿para qué entonces la Estructura de Mujeres?’, y también a dar nuevos pasos que harán tambalear dicha Estructura, que desaparecerá formalmente a principios de los noventa. No obstante, es importante señalar que el modelo de organización que le caracterizó ha pervivido muchos años. Así, las mujeres de las distintas organizaciones territoriales que sucedieron al extinto MC han continuado reuniéndose a nivel local en sus colectivos; también ha persistido el órgano que antaño los reunía a nivel estatal para unificar saberes y criterios, coordinar estrategias y programas, ahora llamado simplemente el Colectivo (estatal).

Un pensamiento radical y crítico

Damos ahora un salto temporal y nos situamos en el siglo XXI. Cuando situadas en el presente las mujeres y los grupos postemecé presentan su feminismo, lo que suelen destacar primero es el gran cambio que han sufrido sus planteamientos. Frente al simplismo ideológico de épocas anteriores, reivindican la necesidad de mantener perspectivas complejas y abiertas:

“Somos también hijas de nuestra historia y a lo largo de estos más de veinticinco años de actividad feminista hemos evolucionado y transformado nuestro feminismo, que no es ya la ideología simplista de los primeros años, sino una forma de ver las cosas compleja y llena de matices” (Uría, 2004:2).

Los errores de aquella manera de pensar y hacer feminismo fueron en cierto modo inevitables, dicen, pero lo que el feminismo necesita ahora es romper con los moldes que han encorsetado sus ideas. Por eso, en estos momentos, carece de interés

“desarrollar una teoría cerrada sobre la opresión de las mujeres, una teoría que señale una causa, un enemigo principal y una estrategia única; este tipo de teorías conlleva una impronta dogmática y un alejamiento de la realidad concreta que las hace inservibles, cuando no opresoras por su intransigencia” (Uría, 2004: 3).

Visto en términos positivos, tal y como ellas mismas argumentan, el feminismo que propugnan posee un carácter radical, en el sentido de poco conformista, que apunta a la raíz de los problemas. Este feminismo que se autodefine además como crítico y no represor, se construye a partir de una serie de ideas básicas – hasta seis retengo aquí, que no son originales ni tampoco le son privativas –, que repiten con insistencia en sus discursos y que en general esgrimen como argumentación última. La primera afirma la diversidad real de las mujeres. Compartir un mismo género, dicen, no implica ni que todas las mujeres sean iguales ni que experimenten su condición de mujer de la misma manera. Las realidades de las mujeres son diversas, dependiendo de la clase social, la edad, la etnia, las creencias religiosas, etcétera. Por eso no se puede hablar de la mujer o de la opresión de la mujer, sino más bien de las mujeres, de sus semejanzas y diferencias e, incluso, de sus contradicciones.

La segunda premisa aborda el espinoso tema de la identidad de las mujeres y los hombres. Consideran que no existe una identidad de género única, monolítica e invariable. Hay que pensar por el contrario en una identidad plural y de construcción compleja, en la que el género es un hecho relevante, pero entre otros. De ahí que afirmen que ser mujer no constituye la esencia de las mujeres, que no es un modelo de ser estable y universal, como tampoco se puede hablar de una naturaleza o identidad masculina opresora. Consecuentemente, consideran un grave error la culpabilización indiscriminada del género masculino.

Crean en tercer lugar en una sexualidad libre y abierta, que tiene como único límite ser libremente consentida. Para este feminismo, la libre opción sexual no sólo es un derecho de las personas, sino que supone un “enriquecimiento de la vida y de la cultura, de las distintas formas de ser y de sentir”. Por eso se oponen de forma tajante al establecimiento de un comportamiento sexual como más feminista que otro. Reconocen que la violencia sexual es una de las formas de la opresión de los hombres sobre las mujeres, pero también se muestran contrarias a que se criminalicen o

menosprecien actividades sexuales como las de las prostitutas o que se condene la pornografía o el sexo explícito.

Los dos rasgos que a continuación explicitaré (cuarto y quinto en el orden seguido) perfilan de manera notable su manera de entender el feminismo, que conciben a la vez como inclusivo y diverso. Inclusivo porque piensan que el feminismo también es cosa de hombres: sólo se conseguirá acabar con la opresión de las mujeres si el proyecto feminista incorpora también a los hombres. Y diverso porque defienden el carácter múltiple y plural del feminismo. Piensan que la conciencia feminista es muy diversa y, por tanto, que hay muchas formas de hacer feminismo; que la pluralidad responde a las diferentes formas de interpretar y resolver la opresión de género; y que las formas de compromiso feminista son enormemente variadas.

Destacaré por último que el reconocimiento de la diversidad dentro del movimiento feminista no les conduce a renunciar de su perfil unitario. Su convicción es más bien otra, por eso destacan tres importantes cuestiones: que las discrepancias que mantienen con otras formas de feminismo “no nos impiden unirnos a todas las voces feministas que exigen un mayor apoyo para disfrutar plenamente de nuestros derechos civiles”; que la heterogeneidad interna del movimiento feminista no debe mermar el carácter unitario de la lucha; y que la pertenencia a un movimiento organizado es la única forma de hacer feminismo.

En síntesis, reivindican un feminismo que se presenta como crítico, radical y “realista”, que ataca las múltiples y variadas causas de la subordinación de las mujeres, e impulsa organizaciones de mujeres pero que también se dirige a los hombres, porque sólo los esfuerzos conjugados de ambos “podrán hacernos avanzar hacia otro mundo más satisfactorio”.

La estructura organizativa

La concepción feminista que acabo de esbozar forma un bloque relativamente congruente y compacto dentro la red de organizaciones postemecé, en la que las distintas piezas poseen un engarce sistémico. Fruto de un contexto y con un proceso evolutivo concreto, viene nutriéndose del pensamiento de distintas autoras cuyas aportaciones pasan por un filtro creador, que sintetiza y reelabora los contenidos para

difundirlos después en forma de imágenes y discursos asequibles, de aspiraciones y proyectos por los que pelear. La pregunta que se plantea ahora es doble: ¿quién integra ese tamiz creador? o lo que es lo mismo ¿dónde se gestan esas ideas, programas y planes de este feminismo, mediante qué mecanismos se propagan?

Para responder a estos interrogantes hay que retomar un elemento que dejamos páginas atrás: uno de los pocos órganos del viejo MC que se han mantenido vivos hasta la actualidad: el Colectivo estatal de mujeres, heredero de la antigua Estructura de Mujeres, que reúne en la actualidad a poco más de una docena de mujeres que ejercen roles de coordinación pero también de liderazgo. Algunas son líderes históricas, a las que todavía se conoce por el nombre ficticio por el que se las conocía durante la clandestinidad del franquismo; otras son bastante más jóvenes. Unas y otras acuden a Madrid para reunirse con una periodicidad mensual, van principalmente desde Navarra, País Valenciano, Canarias, Andalucía y del propio Madrid. El papel del citado Colectivo es de enorme importancia, porque las ideas que allí se discuten y trabajan, los planes que allí se gestan o se acaban de perfilar, marcan una forma de pensar y de ser feminista que luego se difundirán, por los colectivos locales que existen por muchos lugares de España.

Para ese proceso de impregnación ideológica emplean cinco canales o mecanismos básicos. Los tres primeros los comparten con el entramado organizativo postemecé: los encuentros que, en años alternos, reúnen a sus adherentes a nivel estatal (los de Pensamiento Crítico y los Jóvenes Encuentros) y también los que periódicamente celebran a nivel autonómico (caso de los llamados Cursillos de verano, por ejemplo); el uso de los canales propios de comunicación y difusión (la revista *Página Abierta* y la editorial Talasa); y la labor pensante y divulgadora de unas infatigables y viajeras *apóstolas*, parte de las cuales se integra en el mencionado Colectivo estatal. Al igual que sus equivalentes masculinos, estas mujeres son personajes insustituibles para la red feminista postemecé. Buenas conocedoras del pensamiento feminista y de diferentes campos de acción relacionados con él, se ocupan de una doble tarea: por un lado, seleccionar, sintetizar y reelaborar propuestas teóricas de procedencia diversa, para construir bloques congruentes de contenidos de pensamiento y de proposiciones de acción; por otro, difundir las propuestas a través de libros y artículos, seminarios, conferencias y charlas que imparten a demanda por todo el territorio español.

Los dos canales restantes son privativos de este entramado feminista. Se trata, por un lado, de los colectivos de mujeres que continúan funcionando a nivel local, en los que se concentra la doble tarea de nutrirse de y a la vez propagar este singular feminismo. La otra vía la conforma una campaña activista, reciente y exitosa, que tiene nombre y vida propia denominada *Por los Buenos Tratos* (PLBT), que se presentó públicamente el 8 de Marzo de 2005, cuya meta es la prevención de la violencia de género en el ámbito de las relaciones de pareja entre la gente joven. En él, la teoría y la praxis del feminismo que propugnan se hallan indisolublemente engarzadas.

Concebido como un programa de acción sin fecha de finalización, PLBT se dirige prioritariamente a chicas y chicos de edades comprendidas entre 16 y 20 años, aunque su meta general es implicar al mayor número de gente posible, ya sean entidades, asociaciones o personas. Desde su bien informada web, el programa se presenta como “un instrumento de aprendizaje de buenas prácticas para mejorar las relaciones interpersonales” y “un medio de prevención de violencia interpersonal, especialmente en la pareja”. La propuesta se formula en positivo, desde los valores que deben sustentar las relaciones de pareja: la igualdad, la autonomía personal, la libertad, el respeto, la responsabilidad y los buenos tratos. Desde su activación el programa PLBT ha tenido substanciales consecuencias para el grupo que lo promueve: gracias a él, las organizaciones postemecé han conseguido conectar de nuevo con la gente joven. En ese orden de cosas, el programa les ha facilitado recuperar el contacto con los chicos y chicas de Instituto y de universidad, y con jóvenes profesionales interesados e inquietos.

A mi entender, el programa PLBT tiene la virtud de establecer un estrecho vínculo entre intereses, organizaciones y personas: atrae a las y los jóvenes, les motiva para que se integren como formadoras y formadores voluntarios. Queda así abierto el camino para establecer otros compromisos más amplios y fuertes, los que implica en último término integrarse en la maquinaria de tal o cual organización concreta de la red postemecé.

Estilos narrativos

Cuando las mujeres de este grupo feminista presentan en sus escritos y charlas cuáles son sus concepciones y sus prácticas, aparecen ciertas constantes que conforman un estilo narrativo propio en el que cuentan tanto la manera de construir y contar la realidad como los énfasis en los valores y la moral.

El principal recurso retórico que emplean para presentarse a sí mismas (a su feminismo) y presentar a las demás (el resto de feminismos): la definición contrastiva, con la que consiguen a un tiempo resaltar su posición y descalificar la contraria. El uso de pares antagónicos constituye una técnica eficaz para significar diferenciándose, convenciendo al mismo tiempo al oyente o al lector de la bondad de la idea que promueven. Es una receta que aplican de manera generalizada para exponer las visiones que censuran y también para dar cuenta de sus equivocaciones pasadas. Son razonamientos tenaces, insistentes, pegadizos, simplificadores, que se usan para convencer, para llevar el agua al molino propio. En esta receta la rigidez se contrapone a la flexibilidad (la suya en la actualidad), el pensamiento estático al dinámico (el suyo), el esencialismo ahistórico y maniqueo a la complejidad llena de matices (la suya), el alejamiento de la realidad al tener los pies en tierra (los suyos), etcétera. Se trata de una estrategia eficaz a la que recurren para resaltar los profundos cambios que han experimentado –eso es lo que afirman– en el campo ideológico y en la praxis, para distanciarse de posicionamientos anteriores y para desautorizar a las tendencias contrarias. Una técnica que se usan en las redes organizativas y de socialización que les son propias, y en los seminarios, talleres y charlas que realizan de un extremo a otro de la geografía española.

Pero la referida flexibilidad forma parte de algo más amplio y más profundo que una simple estrategia. Es más amplio porque de esta manera de presentarse y pensarse a sí mismas (contrastiva, flexible, abierta) no es exclusiva de este grupo de feministas, sino que de ella también participa el variado conjunto postemecé. Y es más profundo porque forma parte de una ideología política que, como destacó Gramsci (1971:125-126) refiriéndose al Partido Comunista Italiano, se expresa mediante “la creación de una fantasía concreta” –concepto que entiendo podría leerse como equivalente a la definición malinowskiana de mito–, que actúa sobre un colectivo debilitado y disperso para fortalecer su identidad y reducir sus disonancias.

En el caso que nos ocupa, dicha ideología surge en el proceso de reconstrucción autocrítica en el que se embarcó el MC a finales de los ochenta y principios de los noventa, y que orienta desde entonces su manera de enfrentarse al mundo y de situarse en él. A partir de ese constructo, manipulan el presente y el pasado simplificándolos al máximo, para remodelar así la auto-representación de la red postemecé y de los grupos que lo integran. De este modo evidencian lo que tienen de nuevo, situándose en el polo opuesto de lo que fueron antaño, un partido marxista-leninista revolucionario; y se muestran orgullosos de su pasado pero, al mismo tiempo, tensan un importante punto de contraste entre el antes y el ahora: el que representa la oposición entre lo cerrado/ lo abierto, lo dogmático/lo flexible.

Un tercer elemento a destacar es el énfasis en la moral y los valores, otra de las constantes que permea tanto a este feminismo como al conjunto postemecé. Así, sus discursos feministas destacan insistentemente la necesidad de defender y aplicar unos valores que consideran irrenunciables, una visión moral de la realidad que justifica y legitima el combate diario para construir un mundo mejor. De esta forma, las pequeñas luchas cotidianas se convierten en grandes e importantes, adquieren trascendencia y devienen universales. Este es también el diagnóstico y el tratamiento que aplican a la violencia machista cuando afirman que los malos tratos y las agresiones sexuales son “un problema de derechos humanos y afecta a las relaciones interpersonales y a la calidad moral de nuestra sociedad” (Caro, 2001: 1). Con argumentos parecidos, en la carta de presentación del programa PLBT se asegura que

“la asunción de valores que se propugna y el compromiso activo con los mismos, proporcionan a unas y otros (mujeres y hombres) mayor satisfacción personal y felicidad al tiempo que contribuye a una sociedad mejor. Una sociedad más justa, con menos desigualdad, más libre de condicionantes sexistas y de violencias, con menos dolor, de personas más autónomas y solidarias... Formular una propuesta de valores poniendo el acento en la responsabilidad de los individuos permite fundamentar mejor el ineludible compromiso de toda ciudadana y ciudadano con el modelo de sociedad que estamos construyendo”⁶.

⁶ Presentación del programa PLBT, bajado de la web <http://www.porlosbuenostratos.org/> el 17-02-2009.

A los énfasis y sinergias que atraviesan de manera indistinta al feminismo y a la red de organizaciones postemecé hay que añadir un último e importante elemento con el que finalizo mi intervención: la influencia ejercida por este feminismo tanto en el antiguo partido como en las formaciones que le han sucedido en el tiempo. El pensamiento y la praxis feminista ayudó, por un lado, a atemperar la estricta moral del MC, donde hacía sentir su impacto el poderoso influjo del maoísmo, donde lo colectivo reinaba por encima de todo y donde los afectos y emociones ocupaban un lugar secundario en la vida de las personas militantes. Por otro, el impacto del feminismo contribuyó a reconducir el quehacer sindical de las militantes del MC, favoreciendo a la larga una mayor humanización y apertura del conjunto del partido.

En definitiva, el feminismo influyó de manera notable en que se atemperara la moral maoísta que, desde el presente, se califica de “muy, muy cerrada”; en la comprensión de la importancia de los afectos y las emociones; en el descubrimiento de un nuevo e importante derecho, el derecho al placer; en que las mujeres del MC adoptaran como propio el lema de “lo personal es político”. En cierta medida, el feminismo también coadyuvó al progresivo alejamiento, allá por la segunda mitad de los años ochenta, del MC de la actividad partidista para interesarse cada vez más por “la esfera de lo social” y por los objetivos que aquel entonces promovían a los nuevos movimientos sociales (pacifismo, ecologismo y feminismo).

Bibliografía

- ABRIL, María Victoria & MIRANDA, María Jesús, 1978, *La liberación posible*, Madrid, Akal.
- AGUSTÍN PUERTA, Mercedes, 2003, *Feminismo: identidad personal y lucha colectiva, (Análisis del movimiento feminista español en los años 1975 a 1985)*, Granada, Universidad de Granada.
- ASTELARRA, Judith, 1984, “Estado, mujeres y transición política en España: 1975-1980” in *Debats sobre la situació de la dona*, València, Conselleria de Cultura, Educació i Ciència: 21-28.
- AMORÓS, Celia, 1985, *Hacia una crítica de la razón patriarcal*, Barcelona, Anthropos.
- CARO, M. A., 2001, “El tratamiento de los maltratadores: una cuestión polémica”, Texto presentado en Córdoba en mayo de 2001, reproducido en <http://www.pensamientocritico.org/marcar0602.htm>
- CUCÓ GINER, Josepa, 2007a, “La izquierda de la izquierda. Un estudio de antropología política en España y Portugal”, *Papeles del CEIC*, vol. 1: 1-29.
- , 2007b, “De jóvenes radicales a alternativos maduros. Apuntes antropológicos sobre la evolución del Movimiento Comunista en España” in M. Cunha & L. Cunha (org.), *Intersecções Ibéricas. Margens, passagens e fronteiras*, Lisboa, 90 Graus Editora: 313-336.
- , 2008a, “Recuperando una memoria en la penumbra. El Movimiento Comunista y las transformaciones de la extrema izquierda española”, *Historia y Política*, n.º 20: 73-96.
- , 2008b, “Permanecer mutando: Revolta y las transformaciones de un antiguo partido revolucionario” in M. Jabardo, P. Monreal & P. Palenzuela (coords.), *Antropología de orientación pública: visibilización y compromiso de la antropología*, Donostia, Ankulegui: 149-170.
- , 2010, “De cómo un partido de la izquierda revolucionaria se convierte en una ONG” in J. Cucó Giner & B. Santamarina (Coords.), *Políticas y ciudadanía: miradas antropológicas*, Valencia, Germania-AVA: 27-45.
- , 2011, “Feminismo y militancia política. El feminismo del MC y de las organizaciones postemeceras”, Ponencia al *XII Congreso de Antropología de la FAAE*, Simposio “Etnografiando resistencias”, León 6-9 de Septiembre: 1-13.
- , 2014, “Trashumancias feministas y translocaciones políticas. Los desarrollos un feminismo que se reivindica radical y otro”, *Endoxa*, n.º 33: 219-254
- , 2016, *De la utopia revolucionària a l'activisme social. El Moviment Comunista, Revolta i Cristina Piris*, València, Publicacions de l'Universitat de València (PUV).
- ESCARIO, Pilar et al., 1996, *Lo personal es político: el movimiento feminista en la transición*, Madrid, Ministerio de Asuntos Sociales, Instituto de la Mujer.
- FOLGUERA, Pilar (Ed.), 1988, *El feminismo en España: dos siglos de historia*, Madrid, Ed. Pablo Iglesias.
- GARCÍA DE LEÓN, María Antonia, 2009, *Rebeldes ilustradas (la otra transición)*, Barcelona, Anthropos.
- GRAMSCI, Antonio, 1971, *Selections from the Prison Notebooks*, Londres, Lawrence and Wishart.

- LUNA, Lola, 2000, “De la emancipación a la insubordinación: de la igualdad a la diferencia. En memoria de Gretel Ammann”, <http://www.mujaeresenred.net>
- MARTÍNEZ GONZALEZ, María, 2015, *Identidades feministas en proceso. Reiteraciones relacionales y activaciones emocionales en las movilizaciones feministas del Estado español*, Tesis doctoral, Universidad del país Vasco.
- MARTINEZ, Carmen.; GUTIERREZ, Purificación; GONZÁLEZ, Pilar, 2009, *El movimiento feminista en España en los años setenta*, Madrid, Cátedra-Feminismos.
- URÍA, Paloma, 2009, *Nuestro feminismo*, Madrid, Talasa.

Espaços, sociabilidades e associativismo: primeiras notas sobre a biografia de João dos Reis Antunes

Paula Godinho

Em memória de João dos Reis Antunes
Para Carminda Antunes, João Antunes e Maria Romeiro

Tanta terra no mundo para morrer, tão pouca para viver.

Ana Margarida de Carvalho (2013) *Que importa a fúria do mar*, Lisboa, Teorema:12

No dia 25 de Novembro de 2014 morreu João dos Reis Antunes (1944-2014). Conheci-o num dos almoços que reúnem um conjunto de antigos militantes do MRPP, todos os meses, desde o ano 2000. *Um homem só não vale nada*, escrevia Manuel da Fonseca. É aparentemente paradoxal que, no âmbito de um texto sobre associativismo, tenha escolhido tratar uma única das histórias de vida de um projeto em curso sobre os militantes operários de uma organização maoista nos últimos anos da ditadura portuguesa e interrogar o associativismo, os seus espaços, as redes de entretencimento e as sociabilidades. Contudo, a partir de elementos da biografia deste militante maoista recentemente falecido, pretendo ilustrar alguns aspetos de que se reveste o associativismo nas décadas de 1960-70 em Lisboa. Em termos teórico-metodológicos, socorro-me de Franco Ferrarotti (1990), que não descarta a abordagem do grupo primário e das associações, mas permite-nos perceber que as vidas dos indivíduos são sínteses verticais de uma história social, e, por outro lado, os comportamentos e as ações dos indivíduos constituem uma síntese horizontal numa estrutura social (Godinho, 2001). Assim, esta biografia pode constituir um grão de areia através do qual interrogo o papel do associativismo enquanto modalidade de união entre os indivíduos, nomeadamente entre os que provêm dos grupos sociais subalternos, destinada a edificar modelos de vida e bem-estar, modos de cultura e lazer, desporto e

recreação à sua medida, bem como a mobilizar-se no combate à ditadura fascista e na edificação de modelos micro-sociais alternativos.

Quando conheci João Reis Antunes, há cerca de dez anos, ele integrava um grupo informal, constituído por antigos militantes sobretudo operários do MRPP que reúnem mensalmente para almoçar, conviver e conversar. Desde 2000 iniciaram estes almoços, primeiro num dia de semana, depois ao sábado, e, de novo agora, na primeira terça-feira de cada mês, num restaurante modesto da Quinta do Cabrinha, em Lisboa. É significativa a escolha do local, num antigo bairro operário, bem como a ocupação, no espaço do restaurante, de um reservado nas traseiras, onde o grupo se sente à vontade. Por volta da uma da tarde, reúnem-se à porta, cumprimentam-se efusivamente e conversam. São sobretudo homens, têm quase todos mais de sessenta e cinco anos e falam de política, mas também de literatura, de cinema, de futebol, da vida. Alguns vêm de longe, outros reencontram-se fora deste momento mensal, convivendo em grupos mais pequenos, participando em algumas manifestações conjuntamente, apoiando-se na doença e acompanhando-se nos lutos. Inicialmente, encontravam-se num restaurante na Feira Popular, entretanto desativado. Por vezes, vêm algumas mulheres, também antigas militantes. Há alguns anos, um deles fez uma lista de contactos e enviou a todos os participantes, de modo a que fosse mais fácil comunicarem via mail e/ou telemóvel. A iniciativa partiu de Guerreiro Jorge, engenheiro reformado dos TLP, e antigo operário das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca. De forma brincalhona, chamam-lhe «secretário-geral dos almoços», já que se encarrega de manter os contactos e telefonar a lembrar.

Todos os participantes nestes momentos de comensalidade e convivência integraram uma organização maoista, com grande atividade nos últimos anos da longa ditadura portuguesa e durante o processo revolucionário, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. O MRPP foi um partido político de orientação maoista, fundado clandestinamente em Lisboa, em Setembro de 1970, tendo como fundadores no seu comité central dois operários – João Machado e Vidaul Froes – e dois juristas – Fernando Rosas e Arnaldo Matos. Destacou-se pelo seu ativismo anticolonial, através de uma intensa campanha de propaganda e de manifestações de rua. Em 12 de Outubro de 1972, a Pide assassinou José António Ribeiro Santos, membro da organização estudantil do MRPP. Converteu-se em 1976 no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP), e continua a

participar nos atos eleitorais, embora não tenha logrado ainda representação parlamentar.

Tal como João Reis Antunes, muitos dos comensais foram operários nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), em Alverca. Alguns deles participam noutros almoços memorialistas, quer de outras organizações da esquerda radical pelas quais se dispersaram, quer de distintos sectores, com as suas recordações específicas, inseridas nas memórias mais gerais quanto ao MRPP. Conquanto esse movimento tenha tido um papel significativo no combate à ditadura e na luta contra a guerra colonial, foi omitido pela historiografia, exotizado, descrito pelos seus detratores e mesmo pelos esbirros da polícia política que o combateu (Godinho, 2005; Godinho, 2007; Godinho, 2011; Godinho, 2015). Com António Monteiro Cardoso iniciei há alguns anos uma investigação acerca deste grupo, assente nas suas memórias, tomando como unidade de análise os que se reúnem nesse momento de comensalidade mensal, que é essencial à manutenção de um grupo e à reprodução da sua memória, com garantias de continuidade. A narração de vida de João Reis Antunes foi recolhida por ambos, sendo posteriormente transcrita por bolseiros do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, onde fui investigadora: Ana Candeias, Hugo de Sá Ribeiro e Pedro Mogárrio. Posteriormente, foi editada por mim e António Monteiro Cardoso, tendo sido revista pelo biografado, com a ajuda de Guerreiro Jorge.

Embora seja muito complexa e diversa, a cultura é algo ordinário, que toda a gente tem, escrevera Raymond Williams. É sempre histórica: num dado momento, inclui continuidades com o passado e reações do presente (Williams, 1958:266). Numa mutação que terá provavelmente ocorrido no decurso do séc. XIX, sob a instigação de um crescente nacionalismo, o conceito, antes associado ao “*modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra (...) a cultura do ingenho, do entendimento, instruindo-nos*”, com remissão para a “cultivação”, o “cultivado”, o “culto” (Bluteau, 1789, vol. 1:354), virá a transformar-se na assunção básica das aspirações que guiam uma coletividade, um povo, uma nação. Trata-se de um processo significativo através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada, sendo constituinte de outros processos sociais e não o seu simples reflexo ou representação (Godinho, 2010:67).

Com o adjetivo “popular” emparelhado, embora se lhe atribua “graça” e “encanto”, a cultura desvaloriza-se e torna-se um resíduo de valor inferior. A explicação só pode estar no adjetivo ou na forma substantiva de que provém, remetida para os grupos sociais subalternos. Num estudo sobre a América Latina, William Rowe e Vivian Schelling afirmam que chamar “popular” a algo implica uma oposição, contrapondo a cultura popular à cultura erudita das elites, com uma continuidade má entre a cultura popular e a cultura de massas (Rowe e Schelling, 1991:2). Uma e outra têm em comum serem sempre indicadas como alheias, dos outros, porque quem escreve sobre elas fá-lo à distância. Também é corrente a remissão da cultura popular para o domínio da tradição, remetendo-a para o passado, desenquadrando-a da vida urbana e industrial, a que se associa o desenraizamento, a mudança e a modernização (Fabian, 2009:194). Neste texto, os formatos do associativismo abordados, num período histórico bem preciso – o final da década de 1960 e os primeiros anos da seguinte – são enquadrados no domínio da cultura popular, ou seja, como produção por parte dos grupos sociais subalternos, que incorpora a mudança e a resistência, constituindo um modo de vida (Williams, 1958:325).

A cultura dos trabalhadores não é produzida só para eles, nem só por eles (Williams, 1958:319-20). Numa manifestação de hegemonia, as ideias e as práticas dominantes são as dos grupos dominantes, num dado contexto e conjuntura (Williams, 1958:320-1). Contudo, mesmo quando uma dada classe social é dominante, é possível que os membros doutras classes concorram para o bolo comum, através de um processo de seleção, cujas contribuições podem alterar e opor-se aos valores da classe dominante (Godinho, 2013a).

Pelas características do tempo, e nomeadamente pela existência de uma guerra colonial que tornava ecuménico o combate à ditadura, alguns ambientes associativos ao longo da década de 1960 distanciavam-se de modalidades anteriores, em resposta às novas condições. O contacto entre jovens de grupos sociais distanciados foi propiciado por esse problema comum: a guerra colonial. Um outro dos entrevistados no âmbito deste projeto alega que a junção de estudantes e jovens trabalhadores fora propiciada aquando das cheias de 26 de Novembro de 1967. Então, grupos de estudantes da universidade de Lisboa dirigiram-se para as zonas afetadas, confrontando-se pela primeira vez com as duras condições de vida das populações.

Essas cheias, que deixaram um rasto de morte e destruição em alguns dos concelhos periféricos da cidade de Lisboa, deram igualmente legibilidade às assimetrias sociais na sua resistência às catástrofes: o Estoril foi a povoação que mais pluviosidade registou, mas não sofreu estragos. Para os jovens dos locais atingidos, a ida de estudantes em brigadas de auxílio propiciou um contacto inusual, que terá sido marcante. A inserção numa cultura juvenil mundial, com um stock comum de práticas e vivências, tinha introduzido fatores de comunhão entre jovens separados pela classe social de proveniência, numa sociedade de grupos extremados e com uma escassa classe média.

Um homem no associativismo: João dos Reis Antunes

João Reis Antunes nascera em Alter do Chão em 1944, filho de um carpinteiro e de uma modista. O avô materno guardava os porcos de um latifundiário, em cujo monte vivia, enquanto os avós paternos eram hortelãos, numa horta arrendada, vendendo os produtos no mercado de Alter. Quando os pais partiram para Lisboa, ficou com os avós maternos, num arranjo feito dentro do núcleo familiar para corresponder da melhor forma às necessidades do processo migratório dos adultos para a cidade grande. Na Lisboa da época, escasseavam os locais onde um jovem casal pudesse deixar em segurança um filho, enquanto trabalhava. Assim, a solução de ficar com os avós pareceu a mais adequada. João fez o ensino primário em Alter do Chão e só se juntou aos progenitores com dez anos, em 1954-55. Seguindo o que era habitual entre as famílias e os amigos recém-chegados à cidade grande, que a etnografia registou para o bairro de Alfama (Guerreiro e Costa, 1984) ou da Bica (Cordeiro, 1997), os primeiros anos em Lisboa ficaram marcados pelo saltitar entre várias casas, utilizando a rede familiar que já se instalara na cidade grande, entre um quarto alugado onde se acomodava toda a família, a parte-de-casa com serventias, a coabitação com outra família, até à casa unifamiliar:

“Os meus pais moraram em vários sítios. O meu pai veio primeiro, e foi morar para casa de uma prima, junto ao Alto da Ajuda. Depois, veio a minha mãe, e foram morar aqui para Belém, para casa de uma prima. (...) A casa era pequeníssima, mas recebia muita gente lá da

terra, primos e até parentes afastados. Era um ponto de passagem para os que vinham de Alter. Ficavam ali uns meses, até arranjam outro sítio, mas ficavam sempre com uma ligação. Depois, os meus pais alugaram um quarto na rua da Junqueira, ao pé de onde é hoje a universidade Lusíada. (...) Dormia num vão de escada, numa arrecadação, ao pé do quarto onde a minha mãe costurava, e aquela casinha era onde ela fazia as provas. (...) Dali passámos para a rua Luís de Camões, n.º 55, 3.º direito, no Alto de Santo Amaro, de onde voltámos para a Rua da Junqueira, n.º 386, para uma parte de casa, alugada a um velhote, reformado da fábrica do açúcar, chamado Manuel Gomes, que era o presidente da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente.”

Esta primeira referência a uma coletividade popular será replicada sucessivamente ao longo da narração de vida, ecoando igualmente nos documentos do arquivo da polícia política portuguesa referentes a João Reis Antunes.

“Outra atividade importante foi nas coletividades. O dono da casa onde eu morava, na rua da Junqueira, era um velhote, chamado Manuel Gomes, que era presidente da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente, que fica na mesma rua e está agora a fazer cento e dezanove anos. Esse homem, digo eu hoje que era anarquista, foi quem me deu os primeiros livros proibidos, que não eram de política, mas livros sobre sexo, que eram considerados arrojados. Ele emprestava-me livros e estimulava-me a ler. Era um homem, que vinha do tempo do anarco-sindicalismo. Tinha trabalhado na fábrica do açúcar ao pé da estação dos comboios de Alcântara, onde está agora um condomínio. Então, quando tinha aí uns dez anos ia lá a essa coletividade, para o teatro e a uns bailaricos. Comecei a integrar-me na vida associativa. Ainda miúdo entrei em duas ou três peças.”

Embora em condições de ditadura, que haviam feito razia nas coletividades, infiltrando-as com elementos da Legião Portuguesa e outros sequazes do salazarismo, começara a surgir gente mais politizada, como dá conta um relatório de um agente da PSP que referirei. Apareciam estudantes e antigos militantes expulsos do Partido Comunista Português (PCP), sendo referido por João Reis Antunes o nome de Francisco Martins Rodrigues, bem como de outros militantes comunistas.

“Em relação ao trabalho na coletividade (Sociedade Musical Alunos de Alves Rente) é interessante referir que nós, durante dois anos, estivemos na direcção. Foi uma fase bastante rica, porque tínhamos a biblioteca, cursos do primeiro ciclo e depois também do segundo, que eram dados por esses tais estudantes, que iam lá. Era uma escola nocturna onde, durante dois anos, operários, rapazes e raparigas, fizeram o liceu como externos. Tínhamos o teatro,

organizávamos cantorias e havia uma secção cultural, que depois foi atacada pela PIDE, que foi lá e levou os ficheiros todos. Por causa disso, a malta da secção cultural mudou-se para a Coletividade do Rio Seco onde fizemos algum trabalho na biblioteca e outras iniciativas.”

Nas coletividades, nesta fase, o intercâmbio era geracional e de classe:

“(...) entre os mais velhos que transportavam a chama do conhecimento, tinham o valor da cultura, eram operários instruídos, não do ponto de vista da escola, mas eram cultos. A gente nova ouvia-os falar e ficava de boca aberta. “Este homem sabe tudo”, pensávamos nós jovens, ao ouvir falar aqueles homens como o Manuel, do Rio Seco, que era um canteiro anarquista e outras pessoas. (...) Depois havia os jovens estudantes que iam lá e a gente também ficávamos de boca aberta a ouvi-los falar sobre o progresso, essas coisas. Além disso, era o exemplo que eles nos davam, ao dedicarem a vida, quer dizer os tempos livres, aos outros e isso era importante.”

“Por um lado, havia os mais velhos que eram uma riqueza da vida associativa, homens que dedicaram a vida, os chamados carolas, que viviam para as sociedades de cultura e recreio. Organizavam debates, conferências, espetáculos, desenvolver o teatro e as bibliotecas. Depois surgiram jovens estudantes, que queriam desempenhar um papel importante no desenvolvimento, no progresso da sociedade... das coletividades, junto da classe trabalhadora que as frequentava.

Deu-se ali uma junção, um intercâmbio, que foi uma fase muito rica para mim e para as pessoas que a viveram naquela altura, que englobava milhares de pessoas...”

Os conflitos viriam a surgir entre as direções de coletividades mais fiéis à política corporativa, que enquadravam gente da polícia política e membros da Legião Portuguesa, e uma nova geração:

“Naquela altura, a coletividade estava praticamente expurgada, porque uns tinham sido expulsos, outros afastados. As assembleias gerais, aquilo ali eram autênticas batalhas entre a malta nova, de estudantes e tal e havia os outros, os tradicionalistas, que já lá estavam e não queriam sair daquilo e estavam contra que se fizesse, por exemplo, uma biblioteca.”

Alguns elementos da cultura expressiva da cidade de Lisboa, que o Estado Novo se encarregara de depurar, como o fado de contraste, que assinala e condena a desigualdade social e a repressão, são igualmente referidos:

“Havia fado, mas era à porta fechada, à noite e só para alguns, com aquelas letras sobre o doutor e o operário, que eram proibidíssimas, mas que se faziam. Isto é, fizeram-se algumas, mas não era hábito. Esse fado do doutor e do operário realçava as potencialidades do trabalhador, pois era tudo feito pelas mãos deles. O operário perguntava ao doutor quem é que tinha feito a cadeira em que ele estava sentado e essa mesa, quem é que a fez?”

Outros géneros musicais se juntavam a estes formatos populares:

“(…) ali naquela zona, nas sociedades, sempre houve esse convívio entre rapazes e raparigas, era mais à base do teatro, porque havia também uma trupe de bandolas e bandolins. Aquilo já era muito antigo, e foi por aí que começou a sociedade. O maestro Alves Rente é que ensaiou os primeiros. Não eram tunas que se chamavam, eram bandolas e bandolins. Ainda assisti e participei em muitos bailes, que eram animados por eles.”

“Na Alves Rente, organizámos algumas sessões de canto popular, em que veio o Rui Mingas e o António Macedo. O Zé Afonso também foi convidado, mas não pode vir.”

O baile, em que se juntavam, sob vigilância familiar, as raparigas e os rapazes, detinha um papel importante na convivialidade. O gira-discos trouxera autonomia em relação aos grupos de baile, só convidados em ocasiões especiais, e através dele a cultura-mundo conseguia circular, com os discos ouvidos que unificavam o gosto de uma geração.

“Eu e o outro moço éramos os gajos do gravador e do gira-discos, para os bailaricos. Ainda hoje às vezes lembro-me da música daquela altura, do “São Francisco”, dos bailaricos, do hula hoop. Nós é que púnhamos lá os discos, organizávamos aquilo semanalmente. Era uma forma de chamar, de cativar as pessoas. Também havia o bar.”

A atividade intensa passava igualmente pelo campismo, pelo desporto e pela comensalidade ao ar livre, nos tempos de lazer:

“Também fazíamos campismo, normalmente selvagem, no Bico da Areia, outras vezes em Sesimbra. Muitas vezes acampávamos na praia. Íamos também para a Ericeira, para uns pinhais que ali havia, mas isso era mais o grupo do bairro. Mais tarde, também fiz campismo com a minha família, quando se podia fazer campismo selvagem, mas depois desisti.”

“Fez-se uma vez um piquenique, organizado pela Intercolectividades, ali em Carcavelos, na mata, que acabou por ser proibido, mas que se realizou. Fretaram-se comboios, a Guarda Republicana ocupou as estações, mas aquilo fez-se. Houve discursos. Foi logo na fase das eleições de '69, para aí.”

A Intercolectividades, a que se ligaram elementos próximos do Partido Comunista Português, agrupou todas as coletividades da zona ocidental da cidade, entre as quais a Alves Rente, a Academia de Santo Amaro, ou o Cruzeirense.

O papel das organizações católicas, numa igreja que se renovara depois do concílio de Vaticano II, é evidenciado neste percurso:

“A partir aí dos treze, catorze anos, apareceu a JOC na minha vida, através de um rapaz, que era do Sabugal, um grande amigo. (...) Na escola primária eu tinha feito aquelas coisas da igreja, mas estava completamente desligado. Aí pelos treze, catorze anos, conheço esse rapaz e começámos a ir à igreja de Belém. Havia lá um padre que estava metido na política, que se juntava com a malta e começou a despertar-nos para a JOC. (...) fundámos um grupo da JOC lá em Belém, que abrangeu mais de sessenta rapazes. Tínhamos várias atividades ligadas à igreja, tanto do ponto de vista religioso como social. Foi quando nós começámos a despertar e fundámos um jornal, O Baril, que era distribuído pela malta nova. Quem nos dirigia era o padre Alberto Neto, que muitos anos mais tarde foi assassinado. Depois veio outro padre, também chamado Alberto, que ainda era mais dinâmico, e havia o prior, o padre Felicidade Alves, que não tinha assim muitas relações connosco, porque era um bocado arisco. De maneira que tínhamos uma sede dentro dos Jerónimos, em cima, nos claustros, onde aparecia a malta, jogávamos lá pingue-pongue, fazíamos campismo e outras atividades. A partir daí fui convidado para fazer parte da direção diocesana da JOC, que tinha sede perto da Sé e à qual pertenci durante um ou dois anos. O presidente da direção era o Cesário Borga, que depois foi para a revista Flama e mais tarde foi jornalista da RTP. Faziam também parte da direção o Manuel Lopes, depois dirigente da Intersindical. Era uma série de malta empenhada. Eu era o responsável pela JOC Júnior, que integrava miúdos dos doze aos dezassete anos, de uma zona que ia desde Torres Vedras até Cascais e que organizava jogos e outras atividades, que eu coordenava. Eu era pouco mais velho, porque ainda não tinha dezoito anos. Em geral, os membros da JOC de Belém eram operários, aliás eu sempre disse que o que me ligou mais à JOC foi o “O”. Começava a despertar em mim um sentimento de classe, embora nessa altura eu estivesse a estudar eletricidade na escola Marquês de Pombal.”

A par ou em sequência, com o espírito do tempo, haviam surgido várias organizações, pelas quais se circulava sem regime de incompatibilidades, entre o

associativismo de bairro, organizações católicas como a Juventude Operária Católica (JOC) e a Liga Operária Católica (LOC), cooperativas livreiras como a Livrope, associações ou cooperativas de católicos de esquerda, como a Pragma ou Cineclubes como o Cineclubes Imagem ou o Cineclubes Universitário.

“Esta fase na JOC também envolveu uma ligação a certas coisas de cultura, como a PRAGMA, e a um centro cultural operário, que era um centro da LOC, onde se faziam cursos de sindicalismo, entre outros temas. Nesses cursos e encontros tive a sorte de conhecer pessoas únicas como o Emídio Santana. (...) houve esse envolvimento na PRAGMA e é nessa altura que surge também o empenhamento nas coletividades de cultura e recreio. Na JOC havia a ideia de que tínhamos de estar ligados ao povo, ligados às massas, tal como diziam os maoistas, embora a linguagem não fosse essa. Era mais difundir a palavra de Deus e ir para a luta também, porque a gente já tinha essa consciência.”

Na história de vida, os espaços, os tempos e os lugares de encontro dão conta do esbatimento de grupos sociais, em que a oposição ao regime congregava, levando a salientar o que unia em detrimento do que separava. Os formatos associativos podiam contrariar mesmo o *habitus* familiar:

“Eu entrei na atividade política não tanto por influência familiar, mas porque vivi numa conjuntura, em que tive a sorte de conhecer determinadas pessoas, desde os padres progressistas de Belém, até pessoas como o Vitor Wengorovius e outras que encontrei na SEDES, na PRAGMA, onde assisti a muitos colóquios e participei em reuniões. (...) Nessa fase da JOC diocesana, (...) era católico progressista. Não estive na [capela] do Rato, mas assinei aquele manifesto dos 101 católicos, contra o regime, contra o Salazar e contra a repressão. Foi nessa altura também que, nós os católicos, começámos a falar do sindicalismo clandestino. O Manuel Lopes, da JOC, era dirigente do sindicato dos têxteis de Lisboa. Tive ligação com outras pessoas como o Vitor Wengorovius, um homem que também teve alguma importância na minha vida, um advogado ativista, católico, que me proporcionou o conhecimento de outras pessoas. No escritório dele juntavam-se pessoas de várias correntes, do PCP até à FAP. Isso nessa altura teve alguma importância. Tanto por esse lado, como na coletividade, começavam a aparecer determinadas ideias e influências. Como eu costumo dizer, era fruto da época.”

No Arquivo da PIDE-DGS constam 4 processos em nome de João dos Reis Antunes, que era já operário das OGMA e estudante na escola noturna, sendo alternadamente designado como estudante ou como electricista, um dos quais devido à

subscrição de um manifesto de católicos. O primeiro desses documentos parece ser produzido para entrar nas OGMA. Em 9.09.65, o subinspetor da PIDE António Baptista informa que «*Moral e Politicamente nada consta em seu desabono*», enquanto de Alter do Chão, o Presidente da Câmara Municipal escreve que já lá não reside há muitos anos. Um outro processo consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo alude a uma notícia do *Diário de Notícias* de 5 de Novembro de 1965:

“É um dos subscritores do «manifesto» que um «Grupo de Católicos» distribuiu ao país, no qual marcam a sua posição de apoio ao «manifesto» da «OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA» que se propõe disputar as eleições para deputados à Assembleia Nacional a realizar em 7 de Novembro próximo” (SC 3391-E/GT, PIDE-DGS).

A polícia política manda pedir uma fotocópia do seu Bilhete de identidade, que está em anexo, através do qual ficamos a saber que tem 1.62 e olhos castanhos, sendo a sua identidade atestada por duas testemunhas, como era vulgar na época. Um deles vivia na Rua da Junqueira, bem perto, e o segundo era seu vizinho na Rua do Embaixador, a Belém, onde também residia João Reis Antunes, uns números de polícia à frente.

É indicado como um dos signatários do referido documento, intitulado «Um testemunho de católicos», que teria resultado de um encontro em 25 de Outubro de 1965, divulgado na imprensa em 5 de Novembro de 1965, no qual, segundo o então subdiretor da PIDE no Porto:

“se faz um ataque cerrado às Instituições políticas vigentes, apoiando-se em inúmeras citações extraídas de encíclicas e discursos dos últimos papas, das quais ressaltam as que se ajustam ao conceito de auto-determinação das nossas províncias ultramarinas, conceito esse que, embora não seja defendido explicitamente, é-o, no entanto, e por forma clara, através das referidas citações.” (Arquivo da PIDE-DGS, PI- 37693, fl. 7)

Um outro processo envolve várias pessoas, merecendo ser salientadas aqui duas informações assinadas por um agente da PSP, que assinalam o fervilhar do associativismo neste final dos anos de 1960 e do início da década seguinte. Em 19 de Abril de 1971, a Polícia de Segurança Pública, através do Comandante Américo António Osório e Cruz, Coronel de Infantaria, envia à PIDE

“cópia de duas informações, referentes às actividades dos componentes dum grupo «cultural» que em 1970 haviam sido admitidos como sócios da Academia Filarmónica Verdi, com sede na Rua Arco do Carvalhão, n.º 158, para pouco depois serem demitidos, por a direcção desta Colectividade se ter apercebido das ideias subversivas (...) Este grupo, conseguiu agora infiltrar-se no Sporting Clube do Rio Seco, sito na Rua Silva Porto, onde dia 8 exibiu o filme denominado «Revolução Francesa», a que assistiram indivíduos com idades entre os 18 e os 30 anos.” (Arquivo da PIDE-DGS, PI- 37693, fl. 2)

A polícia política, que Marcelo Caetano mudara de nome, mas não de intentos, mantinha estas associações sob estreita vigilância, delegando por vezes em agentes da PSP essa função. Numa *Informação Confidencial n.º 49/71*, da PSP, de 12.04.1971 (que se segue a um outra, 48/71, de 6.4.71), refere-se uma sessão de cinema que teve lugar no Sporting Clube do Rio Seco, *“com início às 21h30 e o seu terminus às 00h15, assistindo à mesma indivíduos de ambos os sexos, na noite de 8 para 9 p.p..* (fl.3). Nessa sessão, de que João Reis Antunes é indicado como um dos organizadores, o filme *«Revolução francesa» “todo ele se baseava na reacção dos governados contra o poder governativo, da época de então.”* (fl. 3). Alegadamente

“Conforme ia decorrendo a fita, uma jovem estudante, que me parece chamar-se Maria Alcina (...), residente na Rua da Junqueira (...), ia explicando à assistência a razão que levou o povo francês a tomar reacções contra os poderes constituintes da época e a contribuir daquele modo para certas modificações na política, muito em especial na Europa, querendo dizer com isto por outras palavras que, os portugueses de agora, deviam tomar uma decisão contra a grande camada burguesa.” (fl.3).

É significativo que o agente da PSP identificado e que prestava serviço na 28^a esquadra, refira que *“A assistência me pareceu ser evoluída e até que, a sua maior parte devia ter entre 18 e 30 anos de idade, prestava a maior atenção à Maria Alcina, aquando das suas explicações”* (fl. 3). O polícia considera que *“os Clubes recreativos não foram criados para discussões políticas de factos desta natureza, com pleno consentimento dos membros da sua direcção”*. Assim, mandou vir um carro patrulha *«que não chegou a actuar»*, apesar de uma pessoa do *Cine Clube Imagem*, ter querido suscitar debate, por *“alguém ter feito sinal, que a Polícia se encontrava presente e deste modo, toda a assistência saiu na melhor ordem”* (fl. 4). O guarda informa ainda que

“A maioria da assistência faz parte do Grupo Cultural que em tempos procurou radicar-se nas Sociedades Filarmónicas Verdi e Alunos de Alves Rente, donde a direção os correu devido às suas francas ideias subversivas, procurando agora o Sporting Clube de Rio Seco” (fl. 4).

No informe anterior, nº 48/71, de 6.04.1971, o mesmo guarda comunica que fez diligências para localizar o grupo cultural que tentava exhibir uma peça de teatro intitulada «*Liberdade!... Liberdade*» na Sociedade Filarmónica Verdi, “*não tendo a mesma sido exibida em virtude da intervenção desta polícia*”. Identifica de seguida, com nome, morada e profissão, os membros do grupo, que integra 4 mulheres e 21 homens, ente os quais João dos Reis Antunes. Treze destes são estudantes, três são empregados de escritório, um é delegado de propaganda, outro é serralheiro, mais um é rececionista e os restantes não têm indicada a profissão (fl. 5-6). O guarda informa que se instalaram no Sporting Clube de Rio Seco, com sede na rua Silva Porto “*local onde está a organizar um grupo cénico*” (fl. 6).

“... o referenciado grupo em Novembro do ano findo, todos os seus companheiros entraram para sócios da Sociedade Musical Alunos de Alves Rente, com sede na Rua da Junqueira, nº 202 – Letras ABCD, tentando passados alguns dias colocaram cartazes de origem subversiva, não o conseguindo por a Direcção da dita Sociedade não o consentir, tendo sido os mesmo demitidos em Dezembro do mesmo ano” (fl. 7).

O ímpeto associativo no local de residência era replicado no local de trabalho, as OGMA, ligando-se João Reis Antunes às edições Itau e à livraria Ulmeiro, em Benfica, para conseguir criar uma cooperativa livreira:

“Em Alverca, começámos na compra e venda de livros, eu, o Figueiredo e outros que não me recordo. Começámos no ativismo cultural, a organizar cursos, a convidar pessoas. Entrei na música também, arranjàmos uns contactos com o Itau, com um Júlio Roberto, que tinha ali na Avenida da República um gravador grande. Começámos por gravar coisas do José Afonso, do Luís Cília, gravávamos cassetes e vendíamos lá em Alverca. Depois era a leitura, além do Itau, tínhamos ligações com uma livraria chamada Ulmeiro, que fazia importações de uma editora espanhola, a XYZ, que tinha muita coisa sobre sindicalismo e movimentos sociais. Nós comprávamos esses livros e vendíamos em Alverca.”

Criar uma cooperativa livreira que levasse aos operários livros de circulação difícil ou proibida – não necessariamente sobre política, mas igualmente sobre educação sexual ou ciências sociais – foi a fase que se seguiu, em Alverca:

“Entretanto, aquele movimento cultural com base nos livros dá origem à ideia da formação de uma cooperativa. Já tínhamos contactos com a Livrelco e começa-se a pensar em formar uma cooperativa em Alverca. Fundou-se a Livrope que aliás era para ser Livrop sem 'e' no fim, mas acabou por levar o 'e' no fim. - Livraria-Operário = Livrope. Colaborei no arranque da Livrope e até fui em quem propôs o nome.”

“É nessa altura também que, através dos católicos progressista, especialmente do Wengorovius, entra-se em contacto com o Tempo e o Modo. Também estou mais ou menos na origem da nossa ida para lá. Lembro-me que fui eu que levei lá pela primeira vez o Guerreiro Jorge, num carro, que eu tinha, um dois cavalos. Até tivemos um pequeno acidente na Avenida da República, que deixou uma marca no carro, logo no primeiro dia em que lá fomos.”

Segue-se, neste processo, o afastamento das organizações católicas e a aproximação ao MRPP, que se fundara há pouco:

“Entretanto, em 1970, saio das OGMA de Alverca e venho trabalhar para a Marconi, na Rua de Santa Justa, um emprego bem pago, onde fiquei três anos. Em 1971, comecei a entrar em contacto com o MRPP. (...) O Figueiredo mandou-me falar com o João Machado, dizendo que era para um comité operário, mas não houve comité operário nenhum. Houve logo distribuição de comunicados e três ou quatro reuniões para discutir os pensamentos do Mao Tsé-Tung.”

“Quando assassinaram o Ribeiro Santos, eu já estava organizado nessa altura. Fui ao funeral e estive depois em várias comissões de organização de manifestações, comissões de campo das que se fizeram no Rossio e na Praça do Chile. Era eu, o Saldanha Sanches e outro de que não me lembro. Foram essas manifestações e outras, não convocadas, aquelas de toca e foge.”

“Ainda antes do 25 de Abril, já depois de ter casado em 1973, tive um aparelho técnico em minha casa, em Tires, onde moro ainda.(...) Nessa fase da fábrica casei e, por indicação do partido, aluguei uma casa que foi escolhida pelo Machado e por mim. Andámos a ver casas, onde o Luta Popular pudesse entrar e sair pela janela e onde se pudesse instalar um aparelho

técnico da zona Karl Marx. Era uma casa nova e isolada, numa zona pouco habitada, com possibilidade de fuga pelas traseiras, tendo ao lado um ribeiro. Podia-se entrar e sair com os jornais e os comunicados. Portanto nessa altura, em que trabalhava na SIPE, por 1972, 1973, fiquei responsável pelo aparelho técnico, mais a minha companheira. A minha mulher batia os comunicados à máquina no stencyl. Em regra, vinham já redigidos (...)”

Em Portugal, a última década do Estado Novo ficou marcada pelo crescendo das organizações políticas à esquerda do PCP. Como nota Miguel Cardina,

“As décadas de sessenta e setenta assistiram à chegada de uma nebulosa de militâncias inequivocamente colocadas à esquerda. Os novos andamentos contestatários recusavam as supremacias geopolíticas oriundas do pós-guerra ao mesmo tempo que estimulavam – e eram estimulados – pelas grandes mutações sociais, culturais e morais que atravessavam a época. Um notório jogo de semelhanças agrupava esse feixe plural, suportado na crítica aos partidos comunistas tradicionais, na activação de um internacionalismo de novas cores e na tentativa de alargamento do «político» a domínios considerados pouco antes como exclusivamente privados.” (Cardina, 2010:7).

O maoísmo, sob olhares diferenciados, viria a corroborar esta fragmentação da resistência, com posições distintas quanto à guerra colonial e com a revolução chinesa como pedra de toque:

“Não obstante esta dispersão por várias organizações, a corrente marxista-leninista mobilizou, ao longo de uma década, centenas de militantes e activistas em todo o país e no exílio, recrutados principalmente junto da juventude estudantil e operária, assim como nos meios intelectuais, tendo, nas vésperas do 25 de Abril, dezenas de quadros nas prisões políticas do regime.” (Cordeiro, 1999:421).

Entre essas organizações ganharia impacto público o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). A universidade fora mudando ao longo da década de 1960, em virtude da necessidade do desenvolvimento do capitalismo português nesses anos, que conduzia à entrada de novas camadas sociais. Também fora dela, nas unidades de produção da cintura industrial de Lisboa, jovens provindos de grupos sociais modestos acediam ao ensino técnico, alguns através da escola noturna, que se conjugava com o dia de trabalho. O movimento cooperativo livreiro – em que o MRPP interveio, através da Livrelco e da Livrope, encerradas como outras cooperativas em 1972 por

recusarem entregar os estatutos aos Governos Cívicos –permitiu a circulação de um conjunto de obras de literatura, de ciências sociais e, sobretudo, de política, aproveitando a conjuntura marcelista. É neste enquadramento, aqui muito abreviado, que se entendem as memórias individuais e coletivas dos que foram militantes do MRPP na década final do Estado Novo e nos primeiros anos após o golpe de 25 de Abril, que vêm sendo recolhidas há vários anos, no âmbito dum projeto mais vasto. Essa memória – coletiva ou particular – é um objeto encontrado e não reclamado pela memória social na atual conjuntura, com a liquidação dos valores subjacentes a essa esquerda radical. Constitui, nas palavras de Enzo Traverso, uma *memória fraca*, pela sua não inscrição e por provir de elementos provenientes de grupos sociais e políticos marginalizados pelos formatos hegemónicos da memória e pela escrita da História (Godinho, 2012; Godinho, 2013b; Godinho, 2014; Godinho, 2015; Godinho e Cardoso, 2013).

Abrir brechas no regime: associativismo e contra-hegemonia

Na obra de Jerome Mintz dedicada aos anarquistas da aldeia andaluza de Casas Viejas, um dos entrevistados, Pepe Pareja, ao comentar a criação do sindicato afirma que *foi como se alguém tivesse estado num quarto escuro e a luz tivesse sido acesa* (Mintz, 1982:31, tradução minha), porque, como diz um outro anarquista entrevistado por Mintz, José Vega, *o mais difícil é ter todos os trabalhadores a cruzar os braços ao mesmo tempo* (Mintz, 1982:25, tradução minha).

“Acender a luz” e conseguir a sincronia da união dos trabalhadores foram também objetivos de vida de João dos Reis Antunes. A narração de vida deste homem demonstra-nos a tripla eficácia do associativismo de bairro: em primeiro lugar, através das associações e clubes resolviam-se problemas básicos do quotidiano, associados à sobrevivência, como demonstra igualmente Dulce Simões, no seu trabalho sobre a Cooperativa de Consumo Piedense (Simões, 2014); em segundo lugar, desfrutava-se de uma convivência entre iguais, que contrariava o mundo hierarquizado pelas classes e vigiado, aí se desenvolvendo um conjunto de atividades de lazer e instrução; em terceiro lugar, em resultado dos anteriores, era um ambiente propício à conversão de uma consciência de classe em consciência política. Por estas duas últimas razões,

foram tão regulamentadas e alvo de vigilância política, como se vê no caso do biografado – e de grande parte do grupo de comensais da Quinta do Cabrinha.

A capilaridade existente entre o associativismo de bairro, em que muitos iniciavam a vida, as emergentes cooperativas livreiras e não só, as organizações de católicos progressistas, ou os cineclubes, aproximavam uma juventude que tinha um problema comum nessa época, que a levava a transgredir fronteiras de classe dificilmente ultrapassáveis em épocas anteriores: a guerra colonial. António Monteiro Cardoso refere que “*A luta contra a guerra colonial, como questão que afectava toda a juventude portuguesa, constituiu, por isso, um pólo agregador, que conjunturalmente aglutinou jovens oriundos de diferentes classes sociais.*” (Cardoso in Rodrigues, 2011:48). Quando se concatena a história de vida de João dos Reis Antunes com a documentação em torno dela, encontrada no arquivo da PIDE-DGS, é evidente a conexão entre o associativismo e a ação política, nos últimos anos da ditadura, juntando operários, estudantes e membros de grupos instruídos, que em fases anteriores dificilmente se tocariam, como demonstra igualmente João Baía acerca do bairro da Relvinha, em Coimbra (Baía, 2012). Numa abordagem da América latina, Ruth Collier salienta igualmente que o associativismo integra o repertório usado pelos indivíduos no âmbito da ação direta ou para resolver problemas no quotidiano (Collier, 2009). O formato de base organizativo permite, assim, o acesso a bens, serviços e informação, a organização de eventos comunitários e a construção de capacidades por parte dos indivíduos, no âmbito das associações. Também na abordagem da Comuna de Paris, Martin Phillip Johnson (1996) já havia apontado a importância das associações de base, frisando quão fulcrais foram para a Comuna quer a ação revolucionária levada a cabo por estruturas populares, quer a organização política que foi possível construir a partir delas (Johnson, 1996:3)

A replicação dos formatos associativos nesta última fase do Estado Novo fica patenteada num outro processo do arquivo da PIDE-DGS consultado, que corresponde ao mesmo período cronológico, na zona oriental de Lisboa – Xabregas, Poço do Bispo, Marvila e Chelas – outros jovens estudantes e operários usavam os cafés, as coletividades e as escolas noturnas como espaços de encontro, de junção entre a atividade política clandestina, a cultura e o lazer. A polícia política intervinha com a mão pesada, nesse caso com um operário ferido por um agente.

No que toca ao lazer entre os membros dos grupos sociais subalternos, há um caminho entre aquilo que Lynn Abrams denomina a espontaneidade e a organização (Abrams, 1992: 132), entre a rua e o palco, a participação e a assistência. João Reis Antunes refere o teatro, o canto, a dança, o campismo, os jogos, a leitura, aparentemente enquadrando a cultura e lazer *das* classes trabalhadoras, bem diferente da conceção de cima para baixo, *para* as classes trabalhadoras, sob diferentes perspetivas, a que procediam alguns organismos corporativos, nomeadamente a FNAT.

Fontes escritas e bibliografia

- ABRAMS, Lynn, 1992, *Workers' Culture in Imperial Germany*, London, Routledge.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
(1965) *Bol.466727*, Arquivo da PIDE-DGS.
(1965) *SC 3391-E/GT*, Arquivo da PIDE-DGS.
(1965) *PI- 37693*, Arquivo da PIDE-DGS.
(1971) *Proc° 1967/SR*, Arquivo da PIDE-DGS.
- BAÍÁ, João, 2012, *SAAL e Autoconstrução em Coimbra - Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954 – 1976*, Castro Verde, 100 Luz.
- CARDOSO, António, 2011, “Um tempo, um contexto” in Aurora Rodrigues, *Gente comum – Uma História na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz: 45-56
- COLLIER, Ruth B., 2009, *Reorganizing Popular Politics*, Pennsylvania State University Press.
- CORDEIRO, Graça I., 1997, *Um lugar na cidade – Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*, Lisboa, D. Quixote.
- COSTA, António Firmino & GUERREIRO, Maria das Dores, 1984, *O Trágico e o contraste – o fado no bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- DURKHEIM, Émile, 1977 [1893], *A divisão do trabalho social I*, Lisboa, Presença.
- GODINHO, P., 1993, “O grupo do Juan e a importância da rede social”, *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, Outubro-Dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco: 571-583.
- , 1996, “O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia”, *História*, nº 27, Dezembro, 2ª série, ano XVIII: 28-45.
- , 2001, *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta.
- , 2004, “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946” in AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica: 157-227.
- , 2005, “Confiscação de memórias e retroação discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa”, *Las políticas de la memoria en los sistemas democraticos: poder, cultura y mercado*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilla, Setembro de 2005.
- , 2007, “Fronteira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados – O manto espesso de silêncio sobre dois momentos” in Manuela Cunha e Luís Cunha, *Intersecções Ibéricas – Margens, passagens e fronteiras*, Lisboa, 90 Graus Editora: 55-70.
- , 2011, “História de um testemunho, com Caxias em fundo”, in Aurora Rodrigues *Gente Comum – Uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz: 11-43
- , 2012, “Usos da memória e práticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades”, Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri.
- , 2013a, “Anti-sepúlcro - Desprivatização de memórias, memória pública e contra hegemonias”, in Dionísio Pereira, coord. *A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*:

- emigrantes, exiliados e represaliados polo primeiro franquismo*, Santiago de Compostela, Através Editora: 203-212
- , 2013b, “Atingir o céu com uma escada”: apontamentos sobre as ideias, a cultura, o lazer e a invenção dos trabalhadores” in Bruno Monteiro et al. *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*: 525-540, <http://run.unl.pt/handle/10362/11192>.
- , 2014, “A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social” in Paula Godinho (coord.), *Antropologia e Performance - Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100 Luz: 191-212.
- , 2015, “Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas” in Manuel Loff et al. (ed) *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina: 145-167.
- GODINHO, P. & CARDOSO, A., 2013, “¿Qué hacer con los acontecimientos? Memoria, sobresaltos y caminos para el estudio de un grupo de la izquierda radical en Portugal (1970-1976)”, *Historia, Voces y Memoria – Revista del Programa de Historia Oral- Universidad de Buenos Aires*, n.º 5: 51-74.
- FERRAROTTI, Franco, 1990, *Histoire et Histoires de Vie - La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck.
- HALBWACHS, Maurice, 1925 [1994], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, posfácio de Gérard Namer.
- , 1950 [1968], *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, prefácio de Jean Duvignaud.
- JOHNSON, Martin F., 1996, *The Paradise of Association – Political Culture and Popular Organization in the Paris Commune of 1871*, University of Michigan Press.
- LOPES, Joana, 2009, *A cooperativa Pragma, uma bela história*, <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/01/23/a-cooperativa-pragma-uma-bela-historia>, acedido em 6.4.2015.
- METCALFE, Alan, 2006, *Leisure and Recreation in a Victorian Mining Community*, London, Routledge.
- ROWE, William & SCHELLING, Vivian, 1991, *Memory and Modernity: Popular Culture In Latin America*, New York, Verso.
- SIMÕES, Dulce, 2013, “A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades. Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense” in Monteiro Bruno e Joana Dias Pereira (org.) *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. Ebook-2013, Cap.III: 481-503.
- WILLIAMS, Raymond, 1958 [1982], *Culture and Society*, London, The Hogarth Press.

Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa: a memória da Primeira República durante o Estado Novo

Maria Alice Samara

No âmbito do projeto de investigação em curso constitui-se como objectivo central a análise da *Grande Lisboa* (a cidade e as localidades em seu redor) pensada como lugar político e cultural, tendo como balizas cronológicas o final da II Guerra Mundial em 1945 e a revolução de 25 de Abril de 1974¹. Neste caso, procurámos trabalhar a memória da Primeira República (1910-1926) durante o Estado Novo (1933-1974), e o seu significado e importância para os diferentes grupos oposicionistas. De igual modo, procuramos recuperar o significado político e cultural de lugares na cidade de Lisboa centrais para as comemorações e para a memória do republicanismo e da oposição à ditadura.

Partindo da premissa que a República, enquanto ideia e património político, foi um dos componentes centrais da cultura de uma parte significativa da oposição ao Estado Novo, esta investigação centra-se nas comemorações do 5 de Outubro que tiveram lugar na cidade de Lisboa, desde o final dos anos 40 até 1973. Pretende-se assim surpreender a articulação entre a memória do republicanismo, o espaço da cidade e os lugares de importância simbólica, que se assumem como significativos para os vários grupos e agentes oposicionistas e resistentes. Atendendo à regularidade e consistência das práticas comemorativas, consideraremos para este trabalho o cemitério do Alto de São João e a estátua de António José de Almeida, ambos em Lisboa. Aliás, muito embora sejam analisadas com maior detalhe as comemorações que tiveram como palco o cemitério, tanto o Alto de São João como a estátua devem

¹ *Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa* (projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT).

ser equacionados levando em linha de conta a sua complementaridade e inter-relação, na geografia da memória republicana.

A data escolhida foi a da comemoração da implantação da República a 5 de Outubro, sem surpresa, um dos dias mais significativos do calendário republicano. Esta é entendida como um momento disruptor, uma data alternativa às festividades associadas ao Estado Novo, que na construção da sua legitimidade política não deixou de se apresentar também como o oposto da I República.

Ao longo do período estudado, a comemoração da implantação da República era entendida não apenas como uma data histórica, mas como um *“ato de fé que se renova, acrescentando ao passado o “fogo vivo das aspirações que demandam o futuro”* (Diário de Lisboa, 4 de outubro de 1950). A ideia de um ato de fé que se renova remete-nos para um dos pressupostos centrais em que esta comunicação se baseia: a ideia de que a comemoração do 5 de Outubro não é apenas uma renovação mas também uma recriação de sentidos políticos associados à data, integrando assim plenamente a luta contra o próprio Estado Novo.

Há durante todo o período em análise uma linha de continuidade entre os agentes políticos da República (alguns deles ainda presentes nas comemorações), e outros que, de alguma maneira, se perfilam como os seus “herdeiros”. É, aliás, exatamente essa a expressão que Mário Soares utiliza num comício realizado no Pavilhão dos Desportos em 1979: *“Nós, socialistas, somos os herdeiros dos homens da República”* (Diário de Lisboa, 20074, 6 de outubro de 1979). Se nem todos eram assumidamente sucessores, não deixavam de, no contexto político da ditadura salazarista, reconhecer a importância de relembrar e comemorar uma experiência política se não democrática, pelo menos democratizante. Era, escrevia-se no *Avante*, em 1948, uma *“data de significado progressista”* (Avante!, novembro 1948). A República era entendida como um regime de modernidade política, cultural e cívica.

A análise das dinâmicas comemorativas permite-nos perceber que o combate pela memória – mas também pelo futuro – não se fez apenas com os “velhos republicanos” a passarem o seu testemunho a “novos”. Diferentes forças políticas, de republicanos, a “democratas”, passando por liberais, comunistas e socialistas participaram ativamente nas comemorações do 5 de Outubro em todo o país. A extrema-esquerda, contudo, foi menos permeável a esta causa, não tendo um papel de relevo, enquanto coletivo, nas comemorações. Dito de outra forma, estes eventos

constituíam uma plataforma de entendimento entre uma parte, mas não toda a oposição. A participação nos eventos não significou necessariamente unanimidade. Atente-se ao exemplo de 1968, ano em que se realizaram três manifestações de homenagem na estátua de António José de Almeida a horas diferentes: ação democrático-social, jovens republicanos do centro António José de Almeida e um outro grupo de jovens – de tendência política não identificada neste órgão de imprensa (*Diário de Lisboa*, 16451, outubro de 1968).

Podemos elencar várias razões que explicam a persistência das comemorações da República durante um regime no qual, segundo defendiam os signatários do *Programa para a Democratização da República*, uma “máquina de propaganda” fora “*instalada e posta a funcionar no sentido de apagar a lembrança desses anos de esperança ardente e de sacrifício livremente consentido*” (1961:4). Face à imagem negativa que o regime construiu da República, a luta travava-se, também pela (re)construção do significado do passado.

O mais imediato fator de unificação das diferentes tendências e sensibilidades políticas presentes nas comemorações do 5 de Outubro é a homenagem aos vultos – adiante veremos quais – e aos valores republicanos, de uma cultura política cuja linha entroncava na Revolução Francesa, no liberalismo, no anticlericalismo, nas ideias de abertura e democratização do sistema e mesmo, em alguns casos, em visões mais socializantes. O republicanismo nunca foi um movimento monolítico e as comemorações, sem surpresa, eram levadas a cabo neutralizando as divergências e os conflitos entre as diferentes linhas históricas do republicanismo, que existiram ainda antes da tomada do poder em 1910 e depois da implantação do regime. Fernando Piteira Santos lembrou, no ano anterior às comemorações do cinquentenário, que a melhor homenagem aos combatentes da República era a afirmação da unidade republicana, acrescentando que, sem abdicar das diferenças, era fundamental a união em torno do mesmo propósito e da mesma esperança (Santos, 1959:2-3). Estas divergências existiam no passado, no tempo dos republicanos “históricos”, e, claro está, no presente. Assim, as comemorações permitiam a recriação e afirmação de um património comum, recordado no presente sob o signo da unidade, fazendo assim de uma ideia do passado uma forma de fomentar a necessidade de alianças no presente. Se a unidade republicana era central, também o era a associação da participação popular à revolução republicana. A República – e a ideia de democracia a ela

associada – não estava assim associada apenas a um grupo limitado de agentes políticos, mas estava enraizada no tecido social.

As comemorações republicanas e a mobilização a elas associadas permitem ainda perceber a paulatina agregação de novos significados políticos a esta data. É certo que é utilizada a expressão “romagem de saudade” aplicada às comemorações do 5 de Outubro, especialmente em relação à ida aos cemitérios, de entre os quais o do Alto de São João, mas a forma de olhar para o passado está diretamente condicionada pelo presente – o campo oposicionista em luta contra o poder ditatorial e repressivo do Estado Novo – e com ideias de futuro.

À memória do republicanismo – ou a propósito dela – associou-se desde logo a luta pela democracia ou ainda a ideia de uma jornada de “*unidade democrática*” (*Avante!*, outubro 1956) e de uma “*jornada popular de luta pelas liberdades democráticas*” (*Avante!*, 396, outubro-novembro de 1968). Nos controlados e limitados períodos eleitorais, a ida ao cemitério do Alto de São João permitia ainda um momento de encontro entre os candidatos e outros “democratas” e oposicionistas, bem como um acréscimo no seu peso simbólico, historizando a sua posição política.

Em 1970, segundo o *Avante!* (422, novembro de 1970) as comemorações do 5 de Outubro, deveriam ser, à semelhança de anos anteriores uma “*grande jornada de luta antifascista*”. Ou seja, o Partido Comunista Português (PCP) considera que é importante aproveitar as comemorações de datas históricas de tradição democrática, “*ainda que de significado controverso*”. A “*jornada de ação antifascista*” deveria voltar-se para “*os problemas mais candentes da atualidade política*”.

As comemorações incorporam tanto a luta contra o fascismo como a solidariedade para com os presos políticos. Na memória dos que nela participaram eram um “*ponto de encontro que o fascismo não conseguiu vergar*” (Manuel Tito de Moraes, *Diário de Lisboa*, 21878, 7 de outubro de 1985).

Ainda hoje (fazendo referência a outubro de 2014), o cemitério do Alto de São João continua a ser o palco para as homenagens aos vultos republicanos, incorporando também a consagração de uma das mais importantes feministas, Adelaide Cabete.

Depois do 25 de Abril de 1974, foi erigido no cemitério do Alto de São João o monumento aos antifascistas mortos no campo de concentração do Tarrafal, acrescentando novos significados a este espaço que já continha conjuntos monumentais que homenageavam vários grupos e figuras do republicanismo.

Espaços e cerimónias

Estando a memória da República e do republicanismo presente na cultura política de uma parte significativa da oposição, o segundo – e mais importante – objetivo desta comunicação prende-se com o mapeamento dos espaços e das cerimónias públicas a ela associadas. As formas privadas de comemoração da República, pese embora a sua existência e importância, não serão utilizadas neste trabalho. Interessa-nos o ato público de partilha da comemoração do passado, o tal *ponto de encontro* referido por Manuel Tito de Morais.

A geografia republicana era constituída por uma série de locais simbólicos que se relacionavam diretamente com a história do movimento e com os seus combates. De entre estes relembramos a Rotunda (Marquês de Pombal, Lisboa), local do acampamento revolucionário de Machado Santos nos dias de outubro ou ainda a Câmara Municipal de Lisboa, conquistada em 1908 e de cuja varanda foi proclamada a República em 1910. Fruto de uma tradição anterior, mantiveram-se as jornadas aos cemitérios como forma de tomada de posição política, na homenagem a um morto-herói-exemplo.

No entanto, o espaço da cidade era controlado pelo poder, que impedia os republicanos e os oposicionistas de terem acesso a determinados locais, como a Câmara Municipal de Lisboa. As comemorações oficiais, nomeadamente em 1960, utilizaram a mesma varanda de onde a República fora proclamada. Desta forma, um dos lugares “sagrados” do oposicionismo republicano era apropriado pelo Estado Novo. O regime limitava as comemorações em locais públicos, como a estátua de António José de Almeida. Estando proibidas as manifestações, os republicanos e os oposicionistas não poderiam estar presentes e visíveis nas ruas da cidade que se queriam assépticas e ordeiras. Em 1960, ano do cinquentenário da República, depois da habitual jornada ao cemitério, estava programado um cortejo que teria como destino a Baixa – como vimos local central na geografia republicana. O *Avante!* (294, outubro de 1960) descreveu a tentativa de desfile até à Praça do Município e ruas da baixa “*tudo sob as cargas brutais das forças repressivas*”. As comemorações oposicionistas não deixaram de o programar como forma de contestar a apropriação simbólica desse espaço pelo poder. No 5 de Outubro de 1974, já sob o signo de Abril, as comemorações voltaram a realizar-se na Praça do Município.

Ao longo do período analisado (de 1945 a 1974), com diferentes graus de mobilização e de adesão, as comemorações centraram-se em diferentes tipos de locais, públicos, semipúblicos e privados. Podemos mesmo surpreender alguns de carácter inusitado como as cadeias do regime. Conta-nos Manuel Pedro, lembrando a sua experiência, que “*No dia do aniversário do Partido, no 1.º de Maio, no 5 de Outubro, no 7 de Novembro e no 1.º de Dezembro, vestíamos sempre o «fato novo».*” (Pedro, 2004:89). Para uma parte dos presos “usar a gravata”, reconhecendo a importância do 5 de Outubro e de todas as ideias que a ele se vão associando era uma forma de resistência.

Um dos principais locais onde não só se comemorava, mas se mantinha viva a memória da República era o centro republicano e escolar. Normalmente inserido em bairros populares, os centros mantêm vivo o projeto educativo republicano, fundamentalmente moderno e laico. As suas comemorações das datas festivas do calendário republicano associavam a parte política, a cultural e a escolar, com programas com alunos e famílias. Podemos também encontrar notícias de eventos de beneficência como merendas a crianças e bodos a pobres da freguesia. Juntamente com os centros, outras associações e colectividades promoviam, em simultâneo, sessões evocativas, que tinham lugar na véspera e/ou no dia da implantação da República. Os centros republicanos foram ainda de grande importância durante os períodos eleitorais, suprimindo a dificuldade de encontrar sítios para debates, colóquios ou outras atividades. Como forma de confraternização, os opositoristas organizavam também almoços e jantares comemorativos (no caso de Lisboa, muitas vezes em restaurantes na Baixa).

Os cemitérios constituem-se como outro dos locais das romagens cívicas e políticas associadas ao 5 de Outubro e ao republicanismo. Em Lisboa, o ponto nevrálgico das comemorações é o cemitério do Alto de São João. Segundo Anabela Valente (1993:141-142), foram edificadas no cemitério dos Prazeres os túmulos de figuras liberais mas, também, os poucos que se relacionam com o Estado Novo. No entanto, a presença do túmulo de Magalhães Lima (poderia acrescentar-se o nome de Alberto Costa) – ao qual se organizam romagens, sobretudo nos anos 50 – justifica uma menção aos Prazeres na geografia republicana.

Por último, falta referir a estátua de António José de Almeida, inaugurada em 1937, na praça onde convergem a avenida com o nome deste político republicano e a

avenida Miguel Bombarda (importante figura anticlerical e republicana, morto nas vésperas da revolução). A estátua é composta de dois elementos principais, a figura de António José de Almeida e uma enorme mulher-república de pedra, com barrete frígio e um escudo que remete para a iconografia da bandeira nacional. Era para aqui que convergiam as “manifestações” republicanas, no mesmo dia da ida ao cemitério, um local simbólico, expondo e exteriorizando, de forma pública e gregária, a tomada de uma posição política.

A ida à estátua, contrariamente a uma reunião em recinto fechado, afrontava a ordem estabelecida e o regime vai dificultar a realização desta iniciativa, quer proibindo-a (como aconteceu, por exemplo, em 1946 e em 1958), em nome da “ordem pública”, quer reagindo com grande dureza contra aqueles que estavam presentes, sendo frequentes os relatos da presença de um grande aparato policial e violência perpetradas contra os manifestantes. Em 1958 o próprio Humberto Delgado relembrou a violência a que foram sujeitos:

“Quando ia ser deposta uma coroa de flores junto à estátua do antigo presidente da República, Dr. António José de Almeida, a policia comportou-se com indescritível barbarismo, atacando-nos com gás lacrimogéneo, insensível ao número de personalidades entre os manifestantes: além de dois ex-candidatos à Presidência da República, o Dr. Arlindo Vicente e eu próprio, vários candidatos da oposição já idosos, como o Dr. António Sérgio, o Dr. Jaime Cortesão e o Dr. Azevedo Gomes.” (Delgado, 1991:139)

Em 1961, encontramos novamente relatos que fazem referência ao dispositivo “musculado” policial, armado de metralhadoras a tentarem fechar as vias de acesso à estátua. O jornal *Avante!* noticiou prisões e rugas (*Avante!* 307, 1.^a quinzena de outubro de 1961). Em 1969, um piquete de segurança comandado pelo capitão Maltês Rodrigues guardava a estátua. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT²).

Ramon de la Feria, um dos dinamizadores das comemorações e figura maior do Centro Escolar Republicano Almirante Reis (CERAR), afirmou em 1992:

“Foi junto desta estátua que durante décadas grandes e corajosas manifestações de Resistência e Fé na verdadeira República enfrentaram nos dias 5 de Outubro as cargas da Guarda Nacional

² A referência ao Arquivo Nacional Torre do Tombo diz respeito ao Arquivo da PIDE/DGS: Eleições para deputados em 1969, distrito de Lisboa, PIDE/DGS SC SR n.º de processo 1020/69 UI: 3721.

Republicana e da Polícia de Choque do Regime Fascista, o qual despido de qualquer ética destruiu através da PIDE, da censura e do partido único (União Nacional) todo o desenvolvimento criativo de Portugal nos âmbitos da Educação, da Cultura, da Política e ainda do natural desenvolvimento na economia europeia e mundial.” (5 de Outubro de 1992, 1992:1)

Ida ao cemitério como ato de resistência

O cemitério do Alto de São João (antigo cemitério Oriental) na Penha de França em Lisboa, foi criado na primeira metade do século XIX. Inicialmente fora de portas, ou seja, consagrando o afastamento entre a cidade dos vivos e dos mortos, durante o período do Estado Novo já se encontrava integrado na malha urbana. Murado, com um portão monumental a fazer a separação entre os dois espaços, está organizado por ruas e números, semelhante à organização de uma cidade, com as diferenças socioeconómicas patentes nas construções funerárias, sepulturas individuais próprias das alterações do liberalismo (Catroga, 1999:17) e jazigos.

A romagem ao cemitério do Alto de São João (bem como a outros cemitérios em Lisboa e noutras localidades do país) feita durante o Estado Novo manteve e reatualizou uma tradição do culto cívico dos mortos (Catroga, 1999), que encontramos ainda antes da implantação do regime republicano em 1910.

Neste caso, homenageavam-se os heróis republicanos ou seja, e recorrendo mais uma vez a Fernando Catroga, à autoridade simbólica dos mortos para os elevar a *antepassados normativos e paradigmáticos* de um grupo (1999:22). Como se escrevia num panfleto de 1929, apelando à participação nas comemorações do 5 de Outubro e na romagem: “*os mortos mandam*” (Ao povo republicano, 1929). Estes “mártires” e “heróis” tinham morrido pelos republicanos – “*morrido por nós*”, na expressão original – e pelo Futuro, assim mesmo, grafado a maiúsculas (Ao povo republicano, 1929).

Se a tradição de culto cívico dos mortos, a que se podem acrescentar as grandes manifestações em funerais de figuras oposicionistas, nos dá o contexto geral, é preciso olhar com mais atenção para o caso do cemitério do Alto de São João, lendo-o, de modo a perceber a sua importância como local simbólico para o republicanismo e para parte da oposição ao Estado Novo.

É assim fundamental levar em linha de conta as intervenções feitas durante a República, quer por associações quer pelas vereações republicanas, sendo de relevo o papel do vereador Alfredo Guisado na Câmara Municipal de Lisboa, com a remodelação da paisagem cemiterial, “*recuperando alguns dos grandes mortos aos quais a República se sentia agradecida procurando panteonizá-los, erigindo monumentos de grande significado nas alamedas principais dos cemitérios de Lisboa*” (Flores, 1993:72). De entre as várias personalidades republicanas enterradas neste cemitério, vale a pena lembrar António José de Almeida, Machado Santos, Cândido dos Reis, Miguel Bombarda, Heliodoro Salgado e Augusto José Vieira (Flores, 1993:66 e Relvas, 2009:132). Segundo Anabela Valente (1993:141-142) os túmulos das romagens republicanas estavam localizados no eixo da rua n.º 1.

A organização tornada pública desta romagem era feita pelos centros republicanos, de entre os quais o Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida e o Centro Escolar Republicano Almirante Reis. Nos anos cinquenta encontramos ainda com responsabilidades na organização os centros Boto Machado, Alberto Costa e os centros de Santos e Alcântara.

Nas comemorações de índole cívica, “*a celebração enforma-se de componentes estéticos, dinâmicos, corporais (o desfile) e orais (os discursos) mais explícitos, de modo a realizar programadamente as suas intenções educativas e sociais.*” (Catroga, 1999:25). Neste sentido, procuramos analisar a “coreografia” do desfile, com semelhanças ao longo do período em análise.

O primeiro ato desta comemoração tinha lugar na passagem do espaço exterior para o interior. A concentração à entrada do portão do cemitério começava antes da hora marcada para a cerimónia. O momento em que um significativo conjunto de pessoas (de centenas a um ou dois milhares) saía à rua para uma manifestação coletiva – uma ida ao cemitério a que se seguiria uma romagem à estátua de António José de Almeida (depois do 25 de Abril encontramos notícias que relatavam a modificação do percurso, começando na estátua) – era entendido pelo Estado Novo como um momento potencialmente perigoso e disruptor.

Perante a ocupação do espaço por um coletivo oposicionista, o regime respondia com o aparato coercivo e repressivo. Os jornais oposicionistas fizeram referência à constante vigilância das forças policiais do regime e denunciaram vários episódios de violência. Em 1961, um ano depois do cinquentenário, as romagens

foram proibidas (muito embora individualmente se conseguisse entrar) e no largo fronteiro ao cemitério concentravam-se polícia e legionários. O *Avante!* (1.^a quinzena outubro, 1961) denunciou a “*brutal exibição das forças policiais*”, as metralhadoras na rua, as cargas de cassetete e as prisões. Ou, como referem mais adiante, algumas zonas de Lisboa pareciam estar em “*estado de sítio*”. Em 1962 as autoridades tornaram a proibir as romagens com carácter de manifestação coletiva – os corpos em comum – e procuraram dispersar as pessoas. Em 1968, o *Avante!* fez referência a espancamentos e em 1969 o *Diário de Lisboa* noticiava a prisão de 13 pessoas. Em 1977 (*Diário de Lisboa*, 19473 de 6 de outubro de 1977) Mário Soares evocou as romagens feitas ao cemitério no 5 de Outubro e no 31 de Janeiro “*sob as cargas policiais.*”

Ao contrário do que o regime queria fazer deles – desordeiros – , os organizadores das comemorações e das homenagens pediam a todos os que nela participavam correção e ordem. As descrições sobre a composição do grupo de pessoas presentes na romagem do 5 de Outubro pretendiam construir a ideia de diversidade geracional e de classe, com a referência a operários, trabalhadores e estudantes. Igualmente encontramos a alusão específica à presença de mulheres, sujeitos políticos minorizados no discurso estadonovista, que as remete para o universo da domesticidade.

Não sendo sempre absolutamente igual, o cortejo no interior do cemitério, “*terra sagrada*” (Ao povo republicano, 1929), tem características comuns: um conjunto de republicanos opositoristas liderados por uma frente no desfile visitava, por uma ordem específica, determinados jazigos de heróis republicanos, locais de grande simbolismo, onde os discursos eram proferidos. Eram, igualmente, depositadas flores.

O cortejo assumia, na maior parte dos casos e de acordo com o local, uma postura silente. Mas, tal como na tradição republicana do uso político da palavra, do “verbo quente”, através do discurso de uma figura de grande prestígio, o silêncio era quebrado pelas palavras ditas por um ou mais oradores junto das campas dos vultos republicanos. Os presentes respondiam com palavras de ordem. A mais tradicional e em clara continuidade com o passado que se celebrava era “Viva a República”, à qual se associava a “Democracia” ou ainda “Amnistia”, atualizando o léxico e o património das lutas. Em 1968, segundo o jornal *Avante!* no interior do cemitério

ouviram-se os pedidos de amnistia para os presos políticos e já no exterior, fora do espaço desejavelmente ordeiro, “*Morra o fascismo*”, “*Viva a democracia*”, “*Abaixo a PIDE*” e “*Liberdade*” (*Avante!*, 396, outubro-novembro de 1968).

Pese embora a existência de vários vultos republicanos enterrados no cemitério do Alto de São João, os cortejos, ao longo dos anos, privilegiaram alguns em detrimento de outros. O túmulo de António José de Almeida (dependendo de que centro tem a primazia da organização), podendo ser o primeiro a ser visitado ou o último encerrando o cortejo, era um dos mais importantes pontos simbólicos desta comemoração. Homenageava-se o homem político e, sobretudo, tal como é referido nas descrições, o presidente da República. No caso deste político é sempre duplamente homenageado, no cemitério e na estátua. Em qualquer dos casos, representava não só uma homenagem nominal, mas também uma evocação da República que existiu e a sua projeção no futuro. Como se escreveu “(...) *a República que vem será a República para todos.*” (Programa para a Democratização da República, 1961:10)

Igualmente importante era a paragem nos túmulos de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, heróis republicanos, consagrados, aliás, imediatamente depois da revolução com os primeiros funerais de Estado do regime republicano. Os túmulos foram erigidos em 1925, pela última vereação republicana (Relvas, 2009:132). Apenas depois do 25 de Abril é que se fez abertamente junto aos seus túmulos a evocação da ação da Carbonária e da Maçonaria (*Diário de Lisboa*, 19473 de 6 de outubro de 1977), mas as interpretações possíveis feitas durante o Estado Novo, não excluíam, é certo, esta associação. No período analisado a Maçonaria estava já ilegalizada (1935), mas de entre os dirigentes e os sócios dos centros republicanos, há indivíduos que eram maçons ou que mantinham vivas algumas das suas ideias. Desta forma, pela coincidência e simultaneidade de papéis, as comemorações do 5 de Outubro tinham uma base e uma leitura maçónicas.

O túmulo de Machado Santos, um dos heróis da revolução, morto em 1921, que se encontra na mesma “rua” que os anteriores, também é frequentemente mencionado, assumindo-se como central em vários destes cortejos.

Nem sempre referida, era, contudo, comum a passagem do cortejo pelo monumento “*Às vítimas do movimento republicano de 5 de Outubro de 1910*”, erigido em 1925, pela vereação republicana e “destinado a albergar os restos mortais

dos que morreram pela República” (Relvas, 2009:132) . Em alguns casos, nem todos os participantes se dirigiam a este monumento. Por exemplo, o cortejo de 1968, teve início no túmulo de Cândido dos Reis e finalizou no de António José de Almeida. Depois disso, e segundo o *Diário de Lisboa*, (16451, outubro de 1968) parte da assistência dirigiu-se ao monumento dos heróis do 5 de Outubro.

Escolhemos dois exemplos para analisar a estrutura dos cortejos e a forma como a política coeva se relacionava com esta comemoração. Começamos com o cortejo de 1958. O *Diário de Lisboa* noticiou o programa *autorizado* (só podiam ter lugar em Lisboa) das comemorações que se iniciavam, com a tradicional romagem ao Alto de São João, desta feita com a presença de Humberto Delgado – como o próprio recordou nas suas memórias. Em 1958, ano das eleições presidenciais, feitas num clima de violência e intimidação a montante, e fraude generalizada a jusante, que tiveram como resultado a “derrota” de Humberto Delgado, o 5 de Outubro foi marcado pela presença e pelo protagonismo do candidato oposicionista, vitoriado pelos presentes (*Avante!*, 265, outubro 1958). Reconhecia-se a sua importância política e, naquele espaço simbólico, negava-se a sua “derrota”. O *Avante!* (2.^a quinzena outubro, 1958), descrevendo a mesma romagem, acentuou a pressão de forças policiais e militares (PSP, PIDE e GNR).

À frente do cortejo pessoas com flores, não identificadas pelo *Diário de Lisboa*, e o general Humberto Delgado. O primeiro lugar da romagem foi o mausoléu de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. Foi aqui que, depois da deposição de flores, várias individualidades tais como Jaime Cortesão, Humberto Delgado, Cunha Leal, Arlindo Vicente e António Lomelino, discursaram, quebrando o silêncio descrito como impressionante.

A saída das cerca de duas mil pessoas fez-se lentamente, já que só uma das meias portas laterais da entrada estava aberta. Mais uma vez o regime queria destruturar a força do encontro de corpos, impedindo que se forme o cortejo para a estátua. Humberto Delgado contou que “*O cortejo avançou pelo cemitério de forma muito ordeira, mas quando nos preparávamos para sair, a polícia fez má cara e insistiu que saíssemos por uma porta lateral.*” (Delgado, 1991:139)

O *Avante!* relatou que tanto no cemitério como mais tarde no monumento a António José de Almeida, “*o povo cantou a Portuguesa, deu vivas à liberdade e à*

Democracia e vitoriou com entusiasmo o general Humberto Delgado.” (2.^a quinzena outubro, 1958).

Em 1969, ano de eleições para a assembleia nacional, surpreendemos comemorações particularmente dinâmicas – e igualmente de uma grande violência repressiva – com a presença de candidatos da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) e da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). Segundo o comunicado da CEUD, poucos dias antes do 5 de Outubro realizou-se uma reunião entre os delegados da CDE e da CEUD indigitados para tratarem desta questão. (*Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1969, ANTT). Segundo *O Século* de 4 de outubro (ANTT) havia ainda a registar iniciativas de várias coletividades e organismos populares.

Vejamos como se processou a comemoração do 5 de Outubro em 1969, ou como lhe chamou o jornal *O Século* de 7 de Outubro (ANTT), a “manifestação popular” de cerca de 4 mil pessoas, de entre as quais “senhoras” e estudantes. Tal como em anos anteriores, os centros republicanos promoveram pela manhã (10:30h) a romagem ao cemitério. A título de exemplo, e segundo a notícia de *O Século* de 4 de outubro (ANTT) o mesmo tipo de comemorações tiveram lugar em Setúbal, Grândola, Coimbra, Figueira da Foz, Porto (com as romagens ao Prado do Repouso e ao cemitério de Agramonte), Braga, Famalicão (evocação de Bernardino Machado), Guimarães, Barcelos, Fafe, Bragança (ao cemitério de Mirandela), Guarda. Nas sedes dos concelhos de Almada, Barreiro, Moita e nas freguesias de Lavradio e Cova da Piedade estavam igualmente previstas romagens aos cemitérios.

A primeira paragem foi junto do túmulo de Cândido dos Reis, falando o representante dos centros republicanos, António Lomelino, que ali depositou um “*ramo de cravos encarnados*”. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT) De seguida, tomou a palavra Mário Soares afirmando que estavam ali “*sem divergências para homenagear os mártires e os heróis da República*” (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969), prestando, em seguida, a sua homenagem ao general Humberto Delgado. Esta foi uma alteração bastante importante ao consagrar uma outra figura politicamente significativa que não estava diretamente relacionada com o panteão republicano. De notar que já em 1968, tinha sido prestada homenagem à militante comunista Maria Machado (que morrera a 4 de outubro de 1958), no cemitério do Lumiar.

O orador seguinte, Arlindo Vicente, prestou igualmente a sua homenagem a Humberto Delgado e fez um “ardente” apelo à união (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969). As respostas dos presentes mostraram que o figurino destas comemorações era diferente quando gritaram não só “Viva a unidade republicana” como também as palavras de ordem “Liberdade” e “Amnistia” (*Diário de Lisboa*, 16809, outubro de 1969). Falou seguidamente Acácio Gouveia. Este cortejo passou ainda pelos túmulos de Pinheiro Chagas e Machado Santos, terminando com a intervenção da candidata da CEUD, junto ao túmulo de António José de Almeida, tecendo considerações sobre o papel da mulher na luta política. A “manutenção da ordem pública” estava a cargo da PSP, comandada pelo capitão Maltês Rodrigues. (*O Século*, 7 de outubro de 1969, ANTT).

Muito embora, o cemitério do Alto de São João estivesse claramente conotado com as celebrações oposicionistas do 5 de Outubro, a partir de 1969, o governo procurou apropriar-se deste espaço, visando a sua neutralização como espaço de luta. O *Avante!* (408, 2.^a quinzena outubro de 1969) chamou-lhe uma “*tentativa cínica*”, referindo-se às comemorações oficiais, nomeadamente a deposição de flores no túmulo de Machado Santos.

As comemorações devem ainda ser equacionadas, no que ao espaço diz respeito, na dinâmica criada entre a parte de dentro e a parte de fora do cemitério, ou dito de outra forma, entre o espaço de uma romagem tradicional e o espaço de novas formas de protesto. Em 1968 percebemos uma dicotomia no seio da oposição, que se traduz pela utilização diferenciada do espaço de dentro e o de fora. No cortejo que tradicionalmente se realiza dentro do cemitério António Lomelino (CERAR) pediu: “*É favor portarem-se com a máxima ordem, como bons republicanos que somos, para que a nossa patriótica manifestação não saia daqui deturpada.*” (*Diário de Lisboa* 1968). Fora do cemitério um grupo de “jovens manifestantes” desfilou com cartazes e a polícia apreendeu dísticos e manifestos.

Em 1970, o *Avante!* criticou, no que às comemorações dizia respeito, a “*compostura*”, a “*calma*” e a “*ordem*” dos velhos e saudosistas republicanos que dizem respeitar. Para democratas e antifascistas a linguagem deveria ser outra, privilegiando a ação em estreita ligação com as massas.

Considerações finais

Uma parte do projeto republicano – com as suas reactualizações – resistia diariamente nos centros republicanos, na sua dupla condição de escola e de lugar de sociabilidade política e cultural. Tiveram igualmente um papel de grande importância nas “campanhas eleitorais”, como locais de encontro e do debate possível. Neste sentido são enclaves na cidade, espaços de resistência.

Utilizando os dias faustos do seu calendário, os republicanos, juntamente com outros opositoristas e resistentes, saem à rua, como coletivo, fazendo a romagem ao cemitério, e indo até à estátua de António José de Almeida, afrontando a ordem do espaço público idealizada pelo Estado Novo.

Mesmo nos locais onde a repressão era total como nas cadeias, parte dos presos políticos continuava, como forma de resistência simbólica, a celebrar não só o 5 de Outubro – juntamente com outras datas. Cá fora, num ambiente que não era de liberdade, os que saíam à rua, respondiam aos presos, gritando por liberdade e amnistia.

As comemorações do 5 de Outubro durante o Estado Novo em Lisboa, associando memória e espaço, permitem-nos perceber que o passado – e as suas interpretações – eram *campos de batalha*. Os opositoristas e os resistentes – apesar das suas diferenças – lutavam por uma interpretação do passado que revalorizasse a experiência republicana, enquanto ponto de partida para a construção dos futuros políticos alternativos à ditadura.

Fontes e Bibliografia

- 5 de Outubro de 1992. *Palavras de Ramon de La Feria, Presidente da Comissão Permanente dos Centros Republicanos de Lisboa*, 1992, s.l, s.e.
- “Ao povo republicano”, 1929, CasaComum.org, Disponível HTTP:
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147645, consultado a 29 de maio de 2015.
- "Comemorações do 05.OUT.1910", 1955, CasaComum.org, Disponível HTTP:
http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_78707, consultado a 29 de maio de 2015.
- ANTT, “Eleições para deputados em 1969, distrito de Lisboa”, PIDE/DGS SC SR n.º de processo 1020/69 UI: 3721
- Avante!* [1945 a 1973] Disponível <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>
- CATROGA, Fernando, 1999, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. 1756-1911, Coimbra, Minerva.
- , 1993, “Revolução e Secularização dos Cemitérios em Portugal” in F. Moita Flores, *Cemitérios de Lisboa: Entre o real e o imaginário*, Câmara Municipal de Lisboa: 23-33.
- DELGADO, Humberto, 1991, *Memórias de Humberto Delgado*, Coordenação de Iva Delgado e António de Figueiredo, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Diário de Lisboa* [1945 a 1985] Disponível online: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/
- PEDRO, Manuel, 2004, *Sonhos de poeta. Vida de Revolucionário. Narrativa*, Lisboa, Editorial Avante!
- RELVAS, Eunice, 2009, “A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 10: 313-133.
- SANTOS, Fernando Piteira, “Unidade Republicana”, Dossier 5 de Outubro, Centro de Documentação 25 de Abril, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=dossier5Outubro>, consultado em 29 de Maio de 2015.
- SARDICA, José Miguel, 2013, “XV- A memória da Primeira República no século XX português” in José Miguel Sardica, *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*, Lisboa, Universidade Católica.
- VALENTE, Anabela, 1993, “Cemitérios de Lisboa, Museus da Morte e da Vida” in F. Moita Flores, *Cemitérios de Lisboa: Entre o real e o imaginário*, Câmara Municipal de Lisboa: 137-142.
- VALENTE, Anabela & REIS, Judite, 2012, “Romagem Republicana ao cemitério do Alto de São João”, *Rossio. Estudos de Lisboa*, n.º 0 (Outubro).
- VIEIRA, Paula, 1999, *Os Cemitérios de Lisboa no Séc. XIX: pensar e construir o novo palco da memória*, Lisboa, FCSH/UNL.

Um olhar sobre a resistência cultural associativa

Lúis Filipe Maçarico

Da génese à diversidade associativa actual

Uma das práticas, onde a fórmula “a dificuldade aguça o engenho”, se aplica, com peculiar eficácia, é o empenho, inerente às diversas configurações de Associativismo, cujos primórdios se alicerçaram na filiação religiosa das Misericórdias e Confrarias, onde os abastados consumavam, através da beneficência, um dever moral. Francisco Barbosa da Costa situa o aparecimento das Misericórdias em 1498, durante a regência da rainha Dona Leonor (Costa, 2005: 67), sendo a instituição de Lisboa replicada em muitas vilas e cidades. No caso das Confrarias e Irmandades, Francisco Costa atesta a segunda metade do século XVI, para o seu advento, “em torno de festas e celebrações religiosas”, tendo como principais finalidades prestar “assistência material e espiritual, sobretudo aos seus membros” (Ibidem:23)



Procissão da Senhora das Neves, na Serra de Montejunto, em Agosto de 2012
Fotografia do autor

O desenvolvimento das associações, perseguiu a transformação político-social do país, acompanhando, tanto os momentos de bem-estar e liberdade, como as crises económicas e respectivas restrições.

No século XIX, com a evolução das mentalidades, o Associativismo autonomizou-se da matriz paroquial, abrangendo as camadas populares, procurando protegê-las das aflições, resultantes da pobreza e da ausência de protecção na doença.

Foi nesse contexto, que Costa Goodolphim preconizou o surgimento das *Sociedades de Temperança*, para alfabetizar, tornando a leitura mais abrangente, originando as primeiras associações, livres da influência da Igreja, ancoradas no Mutualismo, que Vasco Rosendo enquadra numa “economia não especulativa e não lucrativa”, que conduz à “emancipação do “homem trabalhador” (Rosendo, 1990:26). Sabemos que em França, a meio do século XIX, existiam já 2.500 sociedades com 300 mil associados (Ibidem:32), enquanto em Portugal, em 1889 existiriam 392, correspondendo a 138.870 associados (Ibidem:35).

Nesta primeira fase do nascimento de associações em Portugal, democratizou-se a fruição musical, com a fundação de bandas filarmónicas, que integraram elementos do povo, constituindo o seu funcionamento modelo de civismo e aprendizagem, escorado em escolas de música, que ainda hoje fornecem executantes de gabarito para as mais conceituadas orquestras portuguesas.



Filarmónica da Ericeira, Dezembro de 2013
Fotografia do autor

Entretanto, surgiram Cooperativas, Sociedades Científicas (Geografia de Lisboa, Ciências Médicas) e de Instrução, como é o caso da Sociedade de Instrução e

Beneficência “A Voz do Operário” ou da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, e foram fundadas associações empresariais, como a AIP (1837). João Freire garante que “o surgimento das associações de empregadores é interpretado como reacção à acção sindical” (Freire, 2014:123).

É contudo em algumas bandas, que encontramos o mito de serem “uma das mais antigas colectividades do país”, assegura Helena Lourosa, na sua dissertação sobre a Filarmónica de Santiago de Riba-Ul (filarmónica, que algumas publicações recentes, acerca do associativismo, sinalizam como a mais antiga, incorrendo na repetição de um erro, por falta de consulta adequada das fontes). Acerca do grupo que estudou, a investigadora explica que “Na origem da reivindicação do título de ancestralidade (...) encontra-se uma partitura (...) equivocadamente datada de 1722” (Lourosa, 2012:27). Contudo, esta autora esclarece:

“Com o conhecimento que hoje temos sobre a história da música em Portugal, e também com o cruzamento de dados (...) torna-se evidente que a data de 1722 não poderia nunca corresponder à data do manuscrito (...) Em primeiro lugar porque [o compositor] António da Silva Leite nasceu em 1759 (...) e a princesa [Carlota Joaquina] a quem é dedicada a obra nasceu em 1755” (Lourosa, 2012:149)

Com a aproximação do estertor da Monarquia, um segundo fôlego associativo emergiu e, a par dos Escoteiros, surgiram escolas associativas, dentro dos clubes de bairro, como foi o caso do Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes”, que a partir de 1906 inscreveu o combate ao álcool e ao analfabetismo, promovendo o teatro, nos objectivos vitais da sua actividade, concretizando a escola, apenas nos anos 20, acabando por expandir, nas primeiras décadas, a sua acção ao ciclismo, voleibol, e mais recentemente ao taekwondo, desabrochando no seu palco estrelas como Maria Clara, Aida Baptista e Arthur Duarte.



**Exibição de Taekwondo, do Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes”,
Praça do Comércio, 2007. Fotografia do autor**

Maria Alice Samara, que estudou o movimento republicano, informa que “contava (...) com grupos de teatro, com algumas colectividades e suas valências culturais, como bandas de música”. (Samara, 2010:37) A historiadora relembra que “os centros republicanos eram instituições multifacetadas e uma das suas valências mais importantes era a escola (...) a luta pela instrução”, (Ibidem:130), pois um cidadão alfabetizado poderá ser um potencial eleitor. Alice Samara acrescenta que “os grêmios excursionistas são um exemplo de como se pode fazer política passeando” (Ibidem:206).

Durante o Estado Novo, apareceram ranchos folclóricos, Casas do Povo, Ligas de Amigos, Comissões de Melhoramentos, Cineclubes, Clubes de Campismo, Clubes de empresa, casas regionais, representando a cultura e as tradições dos migrantes do Minho ao Algarve e vários grupos desportivos.

Porém, o crivo da censura e a perseguição política embargaram muitas das instituições associativas. O tempo livre dos trabalhadores era ferreamente controlado (Melo, 2001; Valente, 1999). Para Dulce Simões “A actividade teatral estava presente em quase todas as colectividades, como estratégia de consciencialização cívica e de resistência política ao regime.” (Simões, 2013:243)



**“Histórias para Serem Contadas”, de Oswaldo Dragún, encenação de Ildefonso Valério,
Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, 1979
Fotografia do autor**

Graças ao 25 de Abril e restaurada, sem limites, a liberdade de associação, Sindicatos, Associações Autárquicas, Comissões de Moradores, Associações de Estudantes e de Pais, ou de Amizade e Solidariedade com outros povos, ombrearam com uma nova avalanche de novos clubes desportivos, que se formaram em torno do movimento Desporto para Todos.

Num segundo momento, a preservação do Ambiente e a salvaguarda do Património, as Comissões de utentes da saúde e dos transportes, e o associativismo de consumidores e utentes, de que são exemplo a DECO ou a Associação de Portuguesa de Espectadores de Televisão (Freire, 2014) são a possibilidade colectiva de responder às questões que emergem, após o saneamento e a realização das necessidades básicas.

As Associações de Desenvolvimento Local, como é o caso da IN LOCO e da ANIMAR e as IPSS, que se afirmam nos anos oitenta do séc. XX, tornam-se entidades empregadoras e formadoras, com técnicos de animação e de serviço social, distanciando-se do modelo tradicional, assente no trabalho voluntário em prol da Comunidade, mas contribuindo ainda assim para a chamada economia social, alternativa aos organismos estatais.

Passados 40 anos e segundo Augusto Flor, na conta satélite do INE, das 55 mil associações existentes, cerca de 30 mil são colectividades, havendo 450 mil dirigentes que contribuem, com o seu trabalho voluntário, para a criação de 2% do PIB¹.

¹ Artur Martins, Coordenador do Gabinete de Estudos do Movimento Associativo Popular (GEMAP), informou-me, em conversa muito elucidativa, a propósito dos números “arredondados”, que efectivamente, a Conta Satélite referente a 2010, on line, publicada em 2013, aponta para 26.779

Os constrangimentos nas diversas fases da evolução histórico-social e a resposta do movimento associativo

Em termos internos, o Associativismo teve de enfrentar o Analfabetismo, a falta de formação, como ainda hoje tem de arcar com o ónus da perpetuação nos corpos sociais dos chamados “carolas”, o dirigismo que impede a entrada de jovens e até a incapacidade para apresentar contas que não ponham em causa, por inépcia ou incúria, o bom nome das instituições. João Freire teme que embora “particularmente propícias à aprendizagem democrática (...) ao mesmo tempo tendem, como qualquer organização, à burocratização com o seu crescimento” (Freire, 2014:188).

No plano externo, Costa Goodolphim em “A Associação” adverte, que até meados do século XIX:

“As classes operárias (...) ou estavam sem associação e, por consequência, sem recursos alguns quando a doença as impossibilitasse de trabalhar, ou então existiam agremiadas as irmandades (...) É evidente, pois que graves dificuldades se levantariam para formar a associação livre da sacristia” (Goodolphim, 1876:70)

Diz ainda este autor, que:

“O desprezo que o povo mostra para a vida política acompanha-o n’estes actos da sua existência social. Quantas associações não precisam fazer duas e três convocações para reunir a assembléa geral?” (Goodolphim, 1876:159)

A propósito das cooperativas e da resistência cultural durante o Estado Novo, Alice Samara recorda que elas eram “um local de luta (...) possibilitavam uma experiência na qual eram centrais os princípios democráticos, onde se experimentava o que era interdito” (Samara, 2014:330)

O Professor Luís Capucha, durante a apresentação da obra *Alves Redol e o Olhar das Ciências Sociais*, em 28-2-2015, no Museu do Neo-Realismo, narrou que num clube fundado por vilafranquenses, agentes da PIDE levaram inúmeros livros

associações, num quadro de 55.383 unidades consideradas no âmbito da Economia Social, em 2010, tendo os cinco elementos do movimento associativo, que frequentaram um curso, no ISPA, apurado, sobre a liderança comunitária, que seria 30.122 o número correcto de colectividades então existentes. Fonte: Conta Satélite da Economia Social, edição INE/CASES; 2010.

considerados subversores, deixando porém na biblioteca assaltada, obras de Vladimir Ilitch (Lénine) provocando o riso dos dirigentes e associados do clube.

A interdição de elementos suspeitos nas direcções, o encerramento de colectividades, as peças de teatro proibidas, a mudança do nome da Associação Protectora dos Diabéticos Pobres para Diabéticos de Portugal, integram a memória colectiva.

Nos tempos actuais, a legislação restritiva é produzida quase diariamente, tratando os bares das colectividades como qualquer café, sabendo-se que estão reservados aos associados, sendo um dos alicerces que sustentam as actividades culturais e desportivas. O facto do IVA, cobrado às bandas, que precisam de fardamentos e instrumentos novos, ter de ser primeiro pago, como artigo de luxo e só depois pedida a restituição do valor cobrado a mais. Ainda há bem pouco tempo, não havia sequer lugar a essa devolução.

Há décadas que a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e a sua antecessora, se têm batido pelo reconhecimento do estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, ao ponto de dois dirigentes desta última estrutura terem feito uma greve de fome frente à Assembleia da República.

Pequenas grandes conquistas são a representação oficial da CPCCRD nos Conselhos Nacionais do Desporto e da Economia Social.

Num artigo incluído no nº 11 do Boletim Digital da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, Albano Ginja, do Clube de Sargentos da Armada, afirma:

“Todos os dias nos deparamos com medidas que em nada contribuem para fortalecer o Movimento Associativo (...) Os aumentos constantes de água, electricidade, gás, IVA, o elevadíssimo aumento das rendas imposto pelo novo Plano de Arrendamento e a mexida no IMI” (Ginja, 2015:3)

Em entrevista concedida em 25-2-2015, Augusto Flor, o Antropólogo que preside à Direcção da CPCCRD comentou que:

“Embora a Lei 84/2003 reconheça o papel de parceiro social ao Movimento Associativo, nunca indicaram o parceiro. A parceria da Confederação com Universidades deu visibilidade

ao Movimento Associativo Popular. Estamos a viver uma fase muito semelhante à dos anos 60-70, quando eu fui para a direcção do Grupo das Torcatas, porque o director foi mobilizado para a Guerra Colonial, isso levou muitos dirigentes. Outra fase difícil foi compensada por estarmos em Revolução, foi a saída de muitos dirigentes para tarefas autárquicas, sindicais e políticas.”

Perante as dificuldades, alguns dirigentes associativos cederam. No espaço de duas décadas, foram vendidas as sedes de duas colectividades emblemáticas de Alcântara.

Uma delas, a “Sociedade Filarmónica Alunos Esperança”, teve continuidade noutra local, mas a maior parte dos antigos associados deixou de a frequentar, por não se reconhecer no novo espaço. Na Rua Gilberto Rola, foi extinto o “Centro Republicano de Alcântara”, desconhecendo-se o paradeiro do seu património. Quer os dirigentes de uma, quer de outra, foram acusados de delapidação da memória colectiva e da identidade associativa alcantarense.

Ao invés, o “Grupo Cinco Reis” da Graça, que esteve em vias de fechar, a seguir à imposição de uma renda incomportável, obteve por parte da Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento de colectividade de interesse público municipal, o que lhe permitiu manter-se, apesar das incógnitas que o futuro coloca.

A resistência cultural: o caso da Aldraba, associação do espaço e património popular

Ano após ano surgem novas associações. Recentemente, foi fundada uma associação, para defender os interesses das pessoas amputadas.

Cada associação surge, consoante a necessidade de uma parte da sociedade. Todavia, o nosso enfoque é sobre as entidades, que fazem da resistência cultural uma opção, para ocupação proveitosa dos tempos livres, que beneficia a comunidade.

É o caso da FADE IN, de Leiria, dirigida apenas por voluntários, responsável pela organização de eventos com qualidade. O seu lema é: “Há uma cultura que não se vende em prateleiras de hipermercado”...

Felizmente este não é caso único, havendo muitos militantes destas causas, que não são subsidiadas por qualquer instituição ou entidade.

Porém, ao longo das últimas décadas, algumas das associações nascidas, serviram tão-somente de trampolim, para os mais inconfessados objectivos pessoais, sob o signo da defesa do património.

Não obstante essa realidade, em 2004, cerca de duas dezenas de amigos realizaram um primeiro encontro, em Montemor-o-Novo, votando-se nessa altura a constituição de uma Comissão Promotora da futura Associação do Espaço e Património Popular “Aldraba”.

Essa comissão reuniu semanalmente, em Benfica, na casa de dois dos seus membros. Cinco meses depois, em 25 de Abril de 2005, a associação nasceu no Ateneu Comercial de Lisboa, com oitenta fundadores. Do seu manifesto evoco esta passagem:

“Como disse Walt Whitman, vamos pela estrada larga, vamos desbravar o futuro desconhecido, o duro futuro do futuro, vamos semear futuro e alimentar-nos das surpresas desse futuro. Vamos criar algo de novo com aqueles que têm coragem de dar a cara, de discordar, de dizer não, de lutar.”

Ao longo de uma década e sem ter sede em edifício próprio, a *Aldraba* promoveu encontros temáticos, em 26 localidades do país, entre os distritos de Castelo Branco e de Faro.



**Encontro da Aldraba no Alqueva
Fotografia do autor**

Os jantares-tertúlia aproximaram-nos de Casas regionais e colectividades, como as Casas do Alentejo, das Beiras, da Comarca de Arganil, de Trás-os-Montes, os Cinco Reis, a SFUCO, Xuventud da Galícia.

Foram publicadas dezasseis edições da revista *Aldraba*, que têm abordado uma diversidade temática sobre o património identitário (adufe, associativismo, bacalhau, barbeiros, cataventos, contrabando, chaminés, claraboias, fontes de Querença, fornos de cal, espantalhos, *grafitti*, hortas, moinhos, morabitos) evocando ainda resistentes culturais e políticos, como Adeodato Barreto, Alves Redol, Ildefonso Valério, Jaime Gralheiro, João de Araújo Correia, João Honrado, José Figueiras, Leite de Vasconcelos e Rocha Peixoto.



João Honrado, Fevereiro de 2006
Fotografia do autor

As revistas foram apresentadas, entre outros, pelos antropólogos Joaquim Pais de Brito, Paula Godinho, Augusto Flor, Paulo Lima, pelos historiadores Santiago Macias, Luísa Tiago Oliveira, António Cardoso, pelo músico António Prata e pelo arqueólogo Marco Valente. Em locais tão diferentes, como a Casa Museu Anastácio Gonçalves, o Campo Arqueológico de Mértola, a Voz do Operário, a Biblioteca de Beja e o Restaurante Alcantaro.

A associação editou um caderno temático, sobre o património imperceptível. Possui uma página no Facebook e um blogue.

Actualmente, dos 15 elementos dos corpos sociais, apenas seis são fundadores. Os outros nove, foram-se inscrevendo, ao longo das actividades desenvolvidas, que procuraram sempre a interacção com as comunidades visitadas.

O programa da última lista, eleita, no início deste ano, propôs-se “Continuar a Promover as Memórias e as Identidades”. Destaco o texto da introdução do referido documento:

“Dez anos de existência conferem-nos o direito de nos considerarmos também um garante da salvaguarda do património popular português, sem subserviências nem expectativa de contrapartidas de nenhuma espécie. A nossa caminhada foi, desde sempre, orientada de forma solidária e fraterna, em parceria com todo o associativismo popular, que é expoente do melhor que o povo português consegue realizar. Esse enriquecimento coletivo apoia-se no voluntariado e em valores à escala humana, que o trajeto da Aldraba bem documenta.”
(Programa da lista “A” Candidata às Eleições para os Órgãos Sociais da Associação Aldraba para o Biénio 2015/2016)

Um olhar sobre o movimento associativo contemporâneo: a crise global, problemas, propostas e soluções

Pertinente, é o olhar de Augusto Flor, antropólogo e dirigente associativo, acerca da crise, que está instalada na sociedade, reflectindo-se na vida associativa:

“Se tivermos em conta que, dos cerca de 450.000 dirigentes associativos voluntários e benévolos, 89% são trabalhadores no activo e por conta de outrem, verificamos que as alterações ao Código de Trabalho, nos últimos 20 anos, vieram provocar profundas alterações nas relações laborais, desfavoráveis aos trabalhadores. A precaridade, os baixos salários, a desregulação de horários, a deslocalização dos locais de trabalho (...) tiveram e têm profundos e nefastos reflexos no associativismo.” (Flor, 2014:19)

João Freire sublinha “o papel político das organizações da sociedade civil”, promovendo a “inclusão social dos cidadãos que, através do envolvimento nestas organizações, deixam de ficar isolados e criam oportunidade de socialização.” (Freire, 2014:187)

Na obra Liderança Comunitária, chama-se a atenção para o facto da motivação dos dirigentes associativos voluntários se traduzir num “forte sentimento de comunidade e sentido de responsabilidade cívica” estando “empenhados em contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades” (Ornelas, 2013:175)

Na sua investigação, sobre a Marcha Infantil da “Voz do Operário”, Ana Isabel Carvalho considera que aquela colectividade

“(...) continua a ser promovida através dos jovens (com o apoio de uma equipa de adultos voluntários), promove-se a escola que a instituição continua a manter 129 anos depois. O desempenho e a performance conseguida pelas crianças, nas exibições públicas, poderá ser entendida (...) como uma garantia de continuidade (...) [A Marcha Infantil da Voz do Operário] tenta evitar o definhamento associativo [e além de integrar, destacar e ensinar dezenas de crianças] potencia futuras participações de dirigentes, marchantes ou ensaiadores de amanhã, como foi o caso de Sofia Cruz (antiga marchante) [hoje] uma das co-responsáveis pela Marcha Infantil.” (Carvalho, 2012)



Marcha Infantil da Voz do Operário, Noite de Santo António, Junho de 2011
Fotografia do autor

Vasco Fernandes, também antropólogo, ao estudar o Centro Cultural Magalhães Lima, a colectividade organizadora da Marcha de Alfama, apurou que “Quando a construção da marcha se inicia o Centro renasce” (Fernandes, 2002:95) ampliando esse espírito, pois “Deixa de ser palco dum grupo específico de pessoas, para condensar a esperança dum todo.” (Ibidem:97). Para este investigador, um dos perigos que espreita o associativismo é o “imperturbável avanço do individualismo” (Ibidem:108). Num breve inquérito complementar, apurámos algumas opiniões de dirigentes de colectividades. Joaqui, Silva, presidente da direcção da Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense, adiantou, em 22-2-2015:

“Ando há trinta e tal anos seguidos nisto. As pessoas mais antigas, todas elas já se foram. Nos dias de hoje, aquilo que fazíamos há 30 anos atrás é impossível de fazer... A falta de emprego certo, eu até acredito que haja moços que pudessem fazer parte da direcção, mas é muito difícil para alguns jovens, mesmo que queiram....Muitas vezes me interrogo: Não sei qual vai ser o futuro destas casas. Na direcção, a pessoa mais nova tem quase sessenta.”²

² Depoimento prestado ao autor.

Em 27 de Fevereiro deste ano, Tiago Mendes, jovem dirigente de 29 anos, membro da direcção do Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes” assegurou que uma

*“colectividade/associação consegue coexistir num mundo em mutação constante se reunir pelo menos uma de duas condições: Apoio local que tenha por base referências ou símbolos de pertença; Popularidade ou visibilidade, para lá da sua área de proximidade, quiçá algo diferenciador ou atractivo.”*³

Defendendo que “é complicado aliciar muitas pessoas para perderem tempo de trabalho e pessoal, em prol dos outros,” Tiago considera que “Toda a associação tem de fazer-se valer de mecanismos de comunicação eficazes. A formação contínua dos seus agentes é importante para o dinamismo da mesma.”⁴

Laurinda Figueiras, natural da Meadela (Viana do Castelo), Professora, Vice-Presidente da Mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e Presidente da Direcção da Ronda Típica da Meadela, enviou em 4-3-15 a seguinte perspectiva acerca deste assunto:

“Em tempos de alguma fragilidade no que concerne à nossa identidade cultural, o Associativismo Popular consegue ser o mais arreigado dos movimentos de defesa e de construção da pertença de uma herança secular.

Cada vez mais, nos vamos apercebendo das dificuldades em manter gerações heterogéneas integradas em associações, interessadas em objectivos comuns, capazes de dinamizar e enriquecer culturalmente a sua comunidade. No entanto, é de salientar que, apesar de todas as adversidades, têm sido estas associações que têm conseguido manter viva a chama do voluntariado desinteressado. (...)

*É através de resistentes culturais que uma boa fatia do nosso património imaterial se vai conseguindo preservar, transitando de geração em geração,(...) um bom e proficuo trabalho tem sido elaborado na defesa de uma história de todos mas que, teimosamente, só alguns têm o cuidado de tratar com seriedade e respeito.”*⁵

³ Depoimento prestado ao autor.

⁴ Depoimento prestado ao autor.

⁵ Depoimento prestado ao autor.



Ronda Típica da Meadela, ensaio, Abril 2011
Fotografia do autor

Face às leituras e reflexões cruzadas, produzidas na elaboração deste artigo, valerá a pena salientar uma questão incontornável: a produção do trabalho associativo voluntário reflete-se em milhões de horas de trabalho, equivalentes ao trabalho de várias dezenas de milhar de indivíduos a tempo inteiro e centenas de milhões de euros por ano (Leitão, 2009:108).

Num artigo publicado no nº 16 da revista da *Aldraba*, Augusto Flor desmistificou:

“O associativismo não só não está a morrer, como está em franco crescimento. Os dados constantes da conta satélite da Economia Social do INE, os dados fornecidos pelo portal do Ministério da Justiça e do Registo Nacional das Pessoas Colectivas, mostram que surgem cerca de 1.000 novas associações por ano. Não serão certamente as tradicionais filarmónicas do século XIX mas sim novas respostas associativas a velhos e novos problemas.” (Flor, 2014:19-20)



O Presidente da direcção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, Dr. Augusto Flor, durante a apresentação da revista nº 16 d Aldraba, 29-11-2014
Fotografia do autor

Em jeito de conclusão, verifica-se que, apesar das mudanças na sociedade, enquanto os seres humanos precisarem de se juntar, para encontrar respostas eficazes, face às suas preocupações profissionais, pessoais ou colectivas, só o trabalho comunitário poderá contribuir para a humanização dos lugares, continuando o associativismo popular a estar na ordem do dia.

No dia em que as colectividades, deixassem de representar as comunidades dos centros populacionais e se perdesse o espírito das “associações voluntárias”, promotor da (re)criação de uma identidade de bairro” (Cordeiro e Costa, 1999:59), Portugal ficaria irreconhecível. Porque se desprezaria um dos pilares mais humanizadores, que é essencial para a coesão local, mesmo quando a sua acção se resume a albergar reformados, que se encontram, para conviver e jogar às cartas, nos sítios mais recônditos.

Há até o caso emocionante, relatado por Paulo Lima, na revista nº 16 da Aldraba, em que numa aldeia do Alentejo, quando tudo se perdeu, apenas existe o grupo de cante, constituído por velhos, que reúnem para ensaiar, na antiga escola primária (Lima, 2014:7-8).

O associativismo será aquilo que a necessidade e a criatividade das populações decidirem, pois como José Alberto Franco escreveu, haverá futuro,

“Enquanto o associativismo continuar a ser uma ferramenta de indivíduos solidários que querem intervir e que recusam ser esmagados por quem dita o que convém e aquilo que é certo.” (Franco, 2006:6)

Bibliografia

- CARVALHO, Ana Isabel Veiga Lagarto Reis, Outubro de 2012, “Reconfigurações do associativismo popular, do 25 de Abril à actualidade - O caso da Marcha infantil de “A Voz do Operário”, dissertação para obtenção do grau de Mestre, em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de Cidades e Património, ISCTE.
- CARVALHO, Ana Isabel, 2013, “A Marcha Infantil da Voz do Operário”, *Aldraba*, 14 (Outubro): 15-18.
- CASTANHEIRA, Alexandre, 1993, *O Associativismo Almadense e o Futuro*, Outra Banda.
- CORDEIRO, Graça Índia & COSTA, António Firmino da, 1999, “Bairros: contexto e intersecção” in Giberto Velho (Org.), *Antropologia Urbana Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 58-79.
- COSTA, Francisco Barbosa da, 2005, “Instituições do Distrito do Porto”, Porto, Governo Civil do Distrito do Porto.
- FERNANDES, Vasco Sérgio Costa, 2002, *Associativismo Popular em Alfama: O caso do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima*, dissertação de Licenciatura em Antropologia, UNL-FCSH.
- FLORES, Alexandre, 1991, “Prefácio” in António Ramos, *As colectividades de Almada (1890-1910)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, p.10.
- FLOR, Augusto, 2014, “Associativismo e património Crise no Associativismo ou Crise na Sociedade eis a questão”, *Aldraba*, n.º 16 (Outubro): 18-20.
- FRANCO, José Alberto, 2006, “Associativismo Popular em Portugal”, *Aldraba*, n.º 2 (novembro): 4-6.
- FREIRE, João, 2006, “Um olhar sociológico sobre o associativismo: O clássico e o contemporâneo” in Maria da Graça A. Mateus Ventura, *O Associativismo das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Contemporâneos*, Lisboa, Ed. Colibri – Instituto de Cultura Ibero-Atlântico.
- FREIRE, João [et al], 2014, *Sociologia do Trabalho um aprofundamento*, Porto, Afrontamento.
- GINJA, Albano da Silva, 2015, “Parem de Querer Matar o Associativismo”, *ACCL, Boletim Digital*, n.º 11 (Fevereiro): 3.
- GOODOLPHIM, Costa, 1876, *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, Typographia Universal.
- ISMAEL, Soraya Cordeiro, Julho de 2006, “Reconhecimento do lugar social das Colectividades Recreativas na área metropolitana de Lisboa”, Relatório de estágio da licenciatura em Artes do Espectáculo”, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- LEITÃO, Simão Cardoso [et al], 2009, *Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*, CPCCR.
- LIMA, Paulo, outubro 2014, “Património Cultural Imaterial: Conceitos e Formas Desadequadas de Olhar a Paisagem”, *Aldraba*, n.º 16: 7-8.
- LOUROSA, Helena Marisa Matos, 2012, *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul*, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte,

- dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em Música, área de especialização em Etnomusicologia. <http://ria.ua.pt/handle/10773/9274> [Em linha] consultado em 28-2-2015.
- MACHADO, Ana Durão. Junho 2001, “*Feijó! Meu, Lindo Feijó!*” - *O Alentejo na Margem Sul do Tejo*, dissertação para obtenção do grau de Mestre, em Antropologia, na especialidade de Património e Identidades”, ISCTE.
- MAÇARICO, Luís Filipe, 2010, *Associativismo, Património e Cidadania*, Lisboa, Edição CPCCRD, GDEC e Aldraba.
- MAÇARICO, Luís Filipe & CAPUCHA, Ana, 2015, “Ildefonso Valério: O Dramaturgo Popular que Semeava Futuro”, *Aldraba*, n.º15 (Abril): 16-20.
- MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa Imprensa das Ciências Sociais.
- OLIVA, João Luís, 2014, *Artes e Ideias da desconcentração Práticas culturais de Outros Centros*, Lisboa, Ler Devagar.
- ORNELAS, José (Coord.) [et al], 2013, *Liderança Comunitária Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*, CPCCRD.
- ROSENDO, Vasco, 1990, *Montepio Geral 150 Anos de História 1840-1990*, Lisboa, Montepio Geral.
- SAMARA, Maria Alice, 2014, “Outras Cidades: As Cooperativas e a resistência cultural no final do Estado Novo” in Paula Godinho (Coord.), *Antropologia e Performance: Agir Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz: 327-341.
- SAMARA, Maria Alice Dias Albergaria, 2014, *As Repúblicas da República História, Cultura Política e Republicanismo*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, UNL, FCSH run.unl.pt/bitstream/10362/5572/1/asrepublicas.pdf [em linha] consultado em 27-2-2015.
- SIMÕES, Dulce, 2014, “Teatro de Amadores em Almada: performance e espoir em tempo de Revolução” in Paula Godinho (Coord.), *Antropologia e Performance: Agir Atuar, Exibir*, Castro Verde, 100Luz: 237-256.
- SANTOS, Maria João & PRATAS, Sérgio, 2012, *Manual do Dirigente Associativo 100 Perguntas/ 100 Respostas*, Ed. Rui Costa Pinto.
- VALENTE, José Carlos, 1999, *Estado Novo e Alegria no Trabalho Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Ed. Colibri/Inatel.
- VIEGAS, José Manuel Leite, 2014, “Associativismo, Sociedade Civil e Democracia”, *Análise Associativa*, n.º 1: 36-51.

AGRADECIMENTOS

Ana Machado, Artur Martins, Augusto Flor; Graça Silva; José Alberto Franco; Laurinda Figueiras; Joaquim Silva; Marco Paulo Valente; Paula Cristina Silva; Sónia Guerreiro Tomé; Tiago Mendes.

Segundas vidas: fábricas requalificadas e fábricas apropriadas. **Contributos para uma abordagem comparativa**

Mariana Rei

Contextualização: *segundas vidas*

Esta comunicação tem como ponto de partida o meu projeto final de Mestrado em Antropologia (Rei, 2016), no âmbito do qual me propus olhar para as transformações atuais no mundo do trabalho à luz da figura do artista, recorrendo às *fábricas criativas* – isto é, à requalificação de antigas fábricas em espaços de indústrias criativas – como dispositivo epistemológico.

Têm sido vários os casos desenvolvidos a partir de cima que têm proliferado a norte do país, por iniciativa municipal e recurso a financiamentos europeus. Estes espaços enquadram-se num processo mais alargado de regeneração urbana de base cultural (as designadas *culture-led urban regeneration strategies*) que se reflete no território na construção de infraestruturas emblemáticas destinadas a megaeventos, com vista à atracção de públicos supramunicipais e cosmopolitas.

A análise destas *fábricas criativas*, que passou pelo desenvolvimento de um estudo comparativo inicial a partir de dois casos no norte do país, no cruzamento de duas investigações individuais então em curso (Rei e Silva, 2014) – revelou uma desarticulação múltipla entre estes projetos e os vários agentes nos quais assentam, designadamente tecido produtivo, autarquias, população local e trabalhadores criativos. Tendo em vista uma análise comparativa dos dois casos em estudo importa olhar mais detalhadamente para esta desarticulação. Por um lado, apesar de nos discursos destas *fábricas criativas* se advogar uma revalorização do tecido industrial tradicional, através da aproximação às designadas *indústrias criativas*, esta nem

sempre se efetiva. Por outro lado, o avultado investimento financeiro implicado nestes projetos não resulta na criação de condições efetivas para a implementação e autonomia dos setores criativos que eles se propõem alavancar. Acresce ainda, em terceiro lugar, o facto de não serem reconhecidos benefícios destes projetos para a população local, pensados essencialmente para a atração de públicos supramunicipais. Por fim, relativamente à desarticulação com a administração local, importa ter em conta a forma como os financiamentos europeus nos quais assentam hipotecam os orçamentos municipais, não só devido à comparticipação local implicada na requalificação do edificado, mas também pelos custos de manutenção – ao nível da infraestrutura, recursos humanos e programação – que não são abrangidos pelos fundos comunitários de apoio.

Estas *fábricas criativas* constituem-se assim como espaços de consumo ligados à gestão cultural, mais do que de produção criativa ou artística, sendo fortemente dependentes de um tecido produtivo pré-existente e de fundos públicos, reflexo de uma política de urgência que visa o aproveitamento de fundos comunitários de forma desarticulada com a realidade local, mais do que ir de encontro às necessidades específicas do setor criativo ou artístico.

Diante destas fragilidades, importa questionar a sustentabilidade de tais empreendimentos olhando para modelos de gestão alternativos. Para além daquele já enunciado, de gestão autárquica, contam-se por exemplo modelos de gestão integrada, com a concessão de espaços municipais a privados; a gestão totalmente privada, ligada sobretudo a projetos imobiliários; ou a autogestão, numa apropriação de base popular. Em Portugal surgem, paralelamente a estas *fábricas criativas*, casos tão diferentes quanto a Fábrica de Alternativas (Algés, Oeiras), um espaço autogerido pela Assembleia Popular de Algés; a Fábrica de Braço de Prata (Lisboa), um centro cultural dedicado ao pensamento e às artes instalado numa antiga fábrica de material de guerra; ou o Complexo Intercooperativo da Cooperativa dos Pedreiros (Porto) que, embora ainda ativa, vê atualmente o seu espaço fabril inicial cedido ou alugado a diferentes projetos do setor artístico ou cooperativo na sequência da mudança da atividade cooperativa para Leça do Bailio.

Aqui debruçar-me-ei sobre usos de espaços industriais a partir de baixo por comparação com as *fábricas criativas* estudadas anteriormente, numa aproximação à ideia de *segunda vida*, expressão de Barbara Kirshenblatt-Gimblet que aqui retomo,

embora não enquanto modo de exibição de si mesma (1998) mas aos seus novos usos, com uma função diferente da primeira. Esta abordagem comparativa tem como objetivo o aprofundamento do debate i) em torno da sustentabilidade destes novos usos do património industrial, e do seu interesse para o bem comum, ii) bem como ao nível do potencial transformador iii) e de replicação neles contido, num estudo exploratório que possa vir a informar e apoiar uma investigação futura.

Foco-me aqui particularmente nos usos culturais e artísticos destes espaços tendo em vista uma análise comparativa com os usos criativos a partir de cima, e considerando o meu interesse no estudo das transformações do trabalho a partir do setor artístico e criativo. Designo por *fábricas requalificadas* os projetos desenvolvidos a partir de cima, anteriormente estudados, e de *fábricas apropriadas* às iniciativas desenvolvidas a partir de baixo. Optei pela designação de *fábricas apropriadas* e não ocupadas, pelo facto de não ter encontrado em contexto português casos representativos de ocupação efetiva.

A análise que aqui apresento resulta de uma recolha embrionária conduzida durante o mês de março de 2015, procurando reunir algumas notas a partir de um contacto inicial com estes projetos, ao nível de entrevistas informais com os promotores destes espaços, bem como visita às instalações e alguma observação participante.

Estudos de caso: modelos *bottom-up*

Fábrica de Alternativas

A Associação Fábrica de Alternativas foi fundada em dezembro de 2013 na antiga fábrica de confeções Materna, por iniciativa da Assembleia Popular de Algés, tendo estado sedeadada neste espaço até junho de 2015 em regime de arrendamento. A opção por um sítio coberto surgiu como forma de dar resposta à necessidade de espaços coletivos destinados à realização de atividades socioculturais diversas em Algés, perante a ausência de infraestruturas públicas para o efeito. A instalação numa fábrica desativa deveu-se sobretudo à sua disponibilidade no espaço urbano de Algés enquanto edifício devoluto, bem como pelo seu caráter amplo e plástico, adaptável a múltiplos usos e contínuas melhorias, modificações e adaptações. A preferência por

um espaço privado em vez de um público e gratuito, na linha da tradição assembleária e autogestionada do grupo que o promove, prendeu-se com dificuldades que alguns elementos já tinham sentido na aproximação à administração local em momentos anteriores. O facto de o espaço ser privado agradou ainda por permitir uma total autonomia relativamente ao poder local, sem qualquer tipo de restrições no que concerne ao tipo de pessoas que frequentam o espaço, bem como ao tipo de atividades desenvolvidas, sejam de carácter político ou não. Após quase dois anos de funcionamento, a Fábrica de Alternativas enfrentou, contudo, problemas com a proprietária do edifício, entre outros que dificultaram a realização de atividades, pelo que se deslocou para novas instalações.

A gestão das atividades da associação segue uma lógica assembleária, não hierárquica, funcionando por consenso e autogestão, mediante a organização de equipas de trabalho. A recuperação do espaço seguiu a mesma linha condutora, tendo assentado na reciclagem e reutilização de materiais, numa lógica não mercantilista e de "faça você mesmo". As atividades que desenvolve são gratuitas e variadas, incluindo um banco de tempo, e podem ser promovidas por qualquer pessoa. Embora a ideia seja que estas assentem numa utilização ativa do espaço que a Associação até recentemente ocupava, predominou até ao momento mais uma lógica de participação de uma maioria nas atividades promovidas por um pequeno grupo.

O público é diversificado, variando consoante as equipas de trabalho e o tipo de atividades desenvolvidas. É sentida, contudo, necessidade de uma maior aproximação à população local, sobretudo à população idosa e jovem. Pelo facto de funcionar numa base participativa, a Fábrica de Alternativas está sujeita a ciclos de maior ou menor mobilização popular, de avanços e recuos, consoante as pessoas que se mobilizam a cada momento, necessitando de constante reanimação.

O financiamento da Associação resulta de donativos e também da dinamização de jantares, concertos e algumas das atividades a preço simbólico.

Fábrica de Braço de Prata

A Fábrica de Braço de Prata assume-se como o caso pioneiro e com mais anos de existência em Portugal no que concerne ao usos de antigos espaços industriais com fins culturais ou criativos, sendo tomada como "a verdadeira incubadora da Lx

Factory" (*O que é a Fábrica Braço de Prata*, s.d.). Constituiu-se como um caso bastante diferente do anterior, não só em termos de escala, que aqui toma outras proporções, como do contexto em que emerge. Se a Fábrica de Alternativas surge a partir dos movimentos sociais, das assembleias populares que emergiram das acampadas em 2011, esta emerge do meio académico e como reação a ele. A Fábrica de Braço de Prata localiza-se na zona industrial de Xabregas em Lisboa, tendo sido fundada em 2007 na antiga fábrica de material de guerra que lhe deu nome. O espaço é ocupado por iniciativa de Nuno Nabais, professor de Filosofia na Universidade de Lisboa e proprietário da livraria Eterno Retorno que, encerrando em 2005 no Bairro Alto por solidariedade com a Livraria Ler Devagar, acaba por se transferir para aqui. A Fábrica de Braço de Prata é ocupada mediante acordo de comodato com a empresa proprietária. Estando prevista desde 2001 a construção de um condomínio de luxo naquele local, o acordo previa a ocupação gratuita do espaço em troca da sua manutenção, na condição de este ser liberto assim que a obra fosse desembargada. Em 2008 o contrato de comodato caducou com a falência da empresa proprietária, pelo que o projeto permanece desde então em situação de ilegalidade no que concerne à ocupação do espaço, tendo sido alvo ao longo dos anos de vários processos em tribunal e de visitas regulares da ASAE. Contudo, as proporções que por esta altura a nova Fábrica de Braço de Prata já tinha tomado enquanto novo espaço cultural da cidade foram tais que o espaço se mantém aberto até hoje. Há, apesar da sua condição ilegal, uma preocupação relativamente ao pagamento de impostos, enquadrando-se o espaço, para tal, como uma empresa unipessoal.

Esta experiência de ilegalidade consentida na ocupação do espaço é intencional tendo, segundo o seu proponente, quatro objetivos principais: criar uma alternativa, não hierárquica, às instituições académicas; constituir-se como um estudo de caso alternativo a experiências anteriores de centros culturais e de produção artística dependentes de fundos públicos, portanto autossustentável e com potencial de replicabilidade; constituir-se como "*uma experiência de desobediência civil mas alegre*"; e tomar um caráter propositadamente performativo e exuberante que permita a sustentabilidade e permanência no espaço, ainda que em condição ilegal (Nabais, 2015).

Embora tutelada por uma empresa, a Fábrica de Braço de Prata partilha com o caso anterior a mesma preocupação de autonomia relativamente a fundos e

administração públicos, desenvolvendo as suas atividades segundo os princípios da autogestão e de "faça você mesmo". A transparência é tida como fundamental no sucesso e sustentabilidade do projeto, revertendo, por exemplo, o dinheiro da bilheteira por inteiro a favor dos artistas que dão corpo à programação da fábrica, sendo repartido abertamente perante todos. Também a recuperação do espaço segue a mesma lógica do exemplo anterior, de reciclagem e aproveitamento de materiais, e de baixo custo.

A Fábrica de Braço de Prata inclui várias salas multiusos (simbolicamente nomeadas com nomes de filósofos) que cumprem as funções de bar, livraria, lojas-oficina e restaurante, de forma sobreposta e mutável. Entrando no espaço temos então jantares de grupo, bares e concertos lado a lado com galerias de arte e livrarias. As suas atividades assentam numa lógica de café-concerto, englobando vários setores artísticos, da música ou dança, às artes plásticas e à literatura ou escrita, e programação para crianças. O espaço assume-se como um "*espaço dedicado ao pensamento e às artes*" (Nabais, 2015), promovendo a experimentação artística de forma interligada com o pensamento político e apoiando artistas emergentes e pouco conhecidos. Assume-se ainda como um "*cenário de resistência feliz*" (Nabais, 2015), desafiando provocatoriamente as leis do mercado de arte, ao negar qualquer percentagem sobre a venda ou uso do espaço aos artistas que ali acolhe, bem como a faturação da bilheteira.

O público que frequenta a fábrica é caracterizado como sendo politicamente mais ativo que a média, e tendencialmente de esquerda. Segundo o promotor não é, contudo, o espaço que transforma politicamente as pessoas que ali vão, antes convoca aquelas que já têm pensamento político anterior, pelo que se trata, refere, de uma elite.

A sustentabilidade financeira é garantida pelo bar, a livraria e a organização de jantares de grupo, permitindo empregar um total de 14 pessoas. Para além disso é cobrado um preço à entrada que reverte na totalidade a favor dos artistas ali presentes.

Apesar da grande escala e do cariz fortemente performativo da fábrica, associada ao consumo cultural, esta toma um cariz diferente dos casos *top-bottom* pela forma como surge não como fim em si, mas como forma de financiar as atividades artísticas e filosóficas da fábrica. Paralelamente, há uma preocupação notória e visível com a história e memória daquela fábrica enquanto espaço de duplo estatuto, industrial e militar, fundamental na compreensão da história do país no

século XX. Tem por isso, apesar da sua componente de consumo, uma certa *aura*, para retomar o termo de Walter Benjamin (1936), diferente dos casos *top-bottom*, vazios de humano, algo que se torna visível desde logo no primeiro contacto com o espaço. Tal é sentido, de igual forma, nos restantes casos aqui apresentados.

Complexo Intercooperativo da Cooperativa dos Pedreiros

O Complexo Intercooperativo da Cooperativa dos Pedreiros distingue-se dos casos anteriores por emergir do movimento cooperativo, mas também pela escala, maior que a Fábrica de Alternativas mas não tão mediático quanto a Fábrica de Braço de Prata, e pelo facto de se tratar de uma indústria ainda ativa. A Sociedade Cooperativa de Produção de Operários Pedreiros Portuenses foi fundada em 1914 por iniciativa de um conjunto de pedreiros que trabalhavam à época na Estação de S. Bento (Porto), mantendo-se em atividade até à data. Historicamente, a cooperativa distinguiu-se pelo seu carácter inovador, seja ao nível económico, pela gestão transparente entre os diferentes órgãos; ao nível técnico, pelo domínio do granito polido, sendo responsável pela construção dos edifícios mais emblemáticos da cidade do Porto; bem como ao nível social, em matéria de criação de postos de trabalho e assistência social aos seus operários e famílias – em matéria de reforma, subsídio de doença, viuvez, entre outros – e em determinados momentos de apoio ao município. A inovação do modelo económico e social da cooperativa é notória ainda pela forma como os espaços de trabalho convivem lado a lado com os de lazer e sociabilidade. Tal reflete-se na própria arquitetura do espaço, que inclui um auditório para a realização das assembleias, refeitórios e dormitórios, oficinas várias, e espaços residenciais construídos com rendimentos e reservas de trabalho dos cooperadores pedreiros, alugados ainda hoje para rendimento da cooperativa, por forma a financiar os compromissos sociais para com os seus membros.

Em 1977 a cooperativa desloca a sua produção para Leça do Bailio e deste então o espaço, que se mantém na sua posse, é usado como armazém, mas alberga também vários projetos ligados à economia social e de cariz artístico, que vão sendo cedidos ou alugados pela cooperativa. Desde essa data encontra-se sediada nas antigas instalações da UniNorte – União Cooperativa Polivalente da Região Norte, cooperativa dedicada à formação profissional e prestação de serviços de contabilidade,

prestando apoio a novas cooperativas. Nos antigos dormitórios localiza-se, desde 1989, a Academia José Moreira da Silva – Escola Profissional de Economia Social, com a cooperativa a assumir um papel direto na sua fundação, em linha de continuidade com a forte componente formativa do seu modelo social. O complexo integra também, pelo menos desde 2013, uma incubadora de cooperativas, e desde 2014 – ano que marca o centenário da cooperativa – a Escola Viva, um projeto autogerido que se dedica ao desenvolvimento de um modelo educativo integrativo. Para além do seu modelo social, a cooperativa manteve desde sempre uma estreita ligação com as áreas artísticas, na base da construção (arquitetos, designers, escultores) – tendo com ela colaborado vários arquitetos de renome a nível nacional e também internacional –, algo que também se reflete nas novas ocupações do espaço. Note-se, por exemplo, como uma antiga sala de desenho do complexo fabril está hoje alugada a uma agência de atores que trabalha em rede com uma produtora de publicidade instalada numa antiga oficina no piso inferior. Há ainda a intenção de criar numa outra oficina desocupada uma sala de trabalho partilhado. Num antigo armazém instalou-se uma oficina de artes gráficas e, na sua proximidade, cresce hoje uma horta da Escola Viva. O espaço inclui ainda, desde a comemoração dos seus 75 anos em 1989, um museu dedicado à história da fábrica, e alberga outros projetos temporários, como por exemplo o *Technical Unconscious – Inconsciente Técnico*, um projeto cultural e de investigação multidisciplinar da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto que, no ano do centenário, reativou vários espaços do antigo complexo fabril, mediante a dinamização de uma exposição, residências artísticas, conferências, entre outras atividades.

O financiamento da atividade da cooperativa, incluindo o rendimento social dos cooperadores, é diversificado, resultando não só das receitas da venda de granito e mármore trabalhados, como também o aluguer de edifícios residenciais e de alguns dos antigos espaços industriais – como este complexo intercooperativo. Segue, neste aspeto, um modelo similar ao da Fábrica de Braço de Prata, ao rentabilizar financeiramente os espaços para poder suportar o caráter, neste caso social, da cooperativa.

Sustentabilidade

Articulação entre agentes locais: entre público e privado

Da análise dos casos em estudo, embora muito embrionária, é possível desde já introduzir algumas notas tendo em vista uma abordagem comparativa entre as fábricas requalificadas e aquelas apropriadas a partir de baixo. Nota-se desde logo uma aproximação mais efetiva ao setor cultural e artístico, que surge naturalmente ligado a estes espaços industriais, não só pela sua plasticidade como pelo caráter subversivo implicado na sua ocupação. Note-se ainda como nos casos desenvolvidos a partir de baixo são sobretudo artistas a ser implicados – da música, dança, artes plásticas, literatura, entre outros –, e não tanto os setores abrangidos por definição pelo termo *indústrias criativas*, como o design, a arquitetura ou o cinema, embora as fronteiras não sejam rígidas. Por outro lado, a população local encontra-se diretamente implicada nos casos analisados constituindo-se, contrariamente aos casos desenvolvidos a partir de cima, como a sua principal proponente, seja emergindo dos movimentos sociais, do movimento cooperativo ou do meio académico. Ainda a este nível é visível em dois dos três projetos analisados uma preocupação e sentido de responsabilidade histórica relativamente à memória do espaço que ocupam, algo que se opõe aos casos analisados a partir de cima, que embora incluam esta dimensão, raramente consideram a memória operária, focando-se sobretudo na gerência e na evolução técnica da fábrica. Relativamente à administração pública verifica-se uma recusa intencional de articulação destes projetos a este nível, numa lógica não subsidiária que visa a autonomia do espaço em termos económicos e políticos, muito embora o poder local tenha por vezes uma implicação direta neles, ainda que conflituosa. Por fim, o tecido produtivo – que no caso das *fábricas criativas* se assume como um dos principais atores destes projetos – não é aqui convocado, dado que estes projetos se assumem essencialmente como projetos socioculturais e não económicos.

A articulação destes espaços com os agentes locais segue por isso uma lógica mista, que congrega a dimensão pública e privada: assentam, em parte, na reivindicação ou construção coletiva do espaço público urbano, mas seguem uma lógica de organização e gestão privada.

O espaço e a linguagem: produção vs consumo, arte vs criatividade

Num segundo nível de análise, no que concerne à sustentabilidade das *fábricas criativas*, notava como estes projetos se constituíam essencialmente como espaços de consumo, mais do que de produção criativa ou artística. No caso das *fábricas apropriadas* em análise passa-se então, de uma forma geral, do consumo à participação: se nas *fábricas criativas* os dinamizadores são diferentes dos utilizadores do espaço, neste caso os promotores são sua parte ativa. A passagem de uma lógica de consumo, ou participação passiva, à de utilização ativa transparece ainda na própria linguagem e discurso utilizado, com a criatividade característica dos casos desenvolvidos a partir de cima (vista enquanto inovação, com um forte pendor económico), a dar lugar à cultura e à arte nos casos de *fábricas apropriadas* (associada aos sectores tradicionais como a dança ou a pintura). Nalguns casos a produção cultural e artística é conciliada com uma lógica de consumo cultural, tal como acontece com as *fábricas criativas*, embora não seguindo uma lógica de lucro e acumulação, mas de reinvestimento dos rendimentos económicos no próprio espaço ou nos seus membros, seguindo o modelo cooperativo.

A lógica de produção cultural e artística destes projetos reflete-se ainda na própria estética utilizada. Se as *fábricas criativas* se encontram diretamente relacionadas com processos de requalificação e regeneração urbana, resultando em espaços com uma forte depuração e preocupação estética, numa abordagem mercantilista da cidade, estas *fábricas apropriadas* encontram-se alinhadas com processos de reciclagem, seguindo intencionalmente uma linha quase de antiestética, assente na preocupação de construção coletiva da cidade. Este facto reflete-se ainda na forma como, no caso das *fábricas apropriadas*, interessa mais o modelo político de gestão ou organização interna do projeto, numa lógica de empoderamento, do que os recursos propriamente ditos que oferece, colocando o sujeito no centro da ação e do espaço.

Financiamento: autonomia vs subsidiarização

Um terceiro ponto identificado na análise das *fábricas criativas* prendia-se com a forma como estes projetos desenvolvidos a partir de cima dependem fortemente do recurso a fundos públicos e de um tecido produtivo pré-existente. No caso das *fábricas apropriadas*, a autonomia relativamente a fundos públicos é tida, como vimos já, como um ponto de honra, numa lógica não de subsidiarização mas antes de autogestão. Esta questão reflete-se na forma como estes projetos desenvolvidos a partir de baixo recorrem a figuras legais privadas, como a associação, a empresa unipessoal ou o modelo cooperativo, para garantir a independência, controlo e total autonomia da sua atividade, que lhes permita atuar sem qualquer tipo de condicionamento económico ou político por parte do poder local. Algo que é referido nas entrevistas como sendo fundamental na autonomia destes espaços é, ainda, a transparência na sua gestão, fundamental na manutenção da confiança entre pares.

Esta autonomia e gestão transparente reflete-se numa programação intensiva destes projetos, muito embora estes enfrentem recorrentemente uma situação financeira e de permanência no espaço instável, por oposição às *fábricas criativas* que têm grandes volumes de financiamento para as infraestruturas mas não para programação ou recursos humanos que permitam manter vivo e ativo o espaço.

Potencial transformador

Arte e política, cultura e intervenção social

A análise comparativa entre estes dois tipos de usos de espaços industriais, a partir de baixo e de cima, permite-nos ainda tirar algumas ilações no que concerne ao seu potencial transformador. Desde logo verificamos como no caso das *fábricas apropriadas* a partir de baixo a dimensão cultural e estética destes projetos surge como forma de potenciar a dimensão social e política, exercitando e potenciando a construção de redes sociais e a formação política em momentos de interstício.

Direito à cidade

Estes espaços acabam por revelar-se importantes também na construção da cidade, quer como resposta à ausência de estruturas públicas dedicadas à coletividade, quer como forma de recuperação de zonas devolutas situadas muitas vezes em zonas estratégicas da urbe, num exercício do direito à cidade. Ao ocuparem estes vazios urbanos desempenham ainda um papel importante no travar da especulação imobiliária.

Replicabilidade

Uma questão de escala: o lugar do intermédio

Para que estes espaços possam apoiar efetivamente a transformação social é essencial perceber, por fim, o seu grau de replicabilidade, por forma a ampliar a sua ação. Da análise dos casos em estudo uma questão que ressalta desde logo é a sua escala intermédia, diferente das megaestruturas associadas às *fábricas criativas*. Nuno Nabais, da Fábrica Braço de Prata, fala da carência de espaços intermédios em Portugal, que se situem "entre a garagem e o coliseu" (Fernandes, 2011:62). Já Gonçalo Leite Velho, responsável pelo projeto *Technical Unconscious* na Cooperativa dos Pedreiros, fala do antigo complexo fabril como um "ponto agregador da cena cultural portuense, que se situe num lugar intermédio entre as grandes instituições como Serralves e os pequenos espaços alternativos" (Ribeiro, 2014). Contudo, num sistema económico que favorece as escalas micro e macro e onde o intermédio dificilmente tem lugar, estará a sustentabilidade financeira deste tipo de projetos a médio/longo prazo condicionada à grande escala?

Estará, por outro lado, a manutenção deste tipo de projetos a uma escala intermédia dependente financeiramente de um certo grau de compromisso entre os seus propósitos socioculturais e o recurso estratégico a ferramentas de carácter económico? Refiro-me aqui não só à manutenção de megaestruturas mas também de algum grau de performatividade e cenografia mediante, por exemplo, a manutenção de espaços comerciais e de consumo que sustentem financeiramente a produção sociocultural destes projetos. Este compromisso é visto, por alguns, como delicado,

por, ao recusar a lógica subsidiária, promover o consumo e a iniciativa privada, e portanto poder cair na reprodução do próprio sistema capitalista que se propõe criticar. Ainda assim, refere Nuno Nabais, entretanto este esquema consegue resolver muitos problemas (Nabais, 2015). É verdade que circula na Fábrica de Braço de Prata muito dinheiro, refere, mas é esse mesmo dinheiro que sustenta muitos artistas emergentes, através do que ele denomina de "grandes concertos e performances ilegais", algo que nenhuma instituição cultural do país conseguiu até ao momento replicar com esta escala, finaliza (Nabais, 2015).

Entre o legal e o ilegal: a ocupação consentida

Tanto no caso da Fábrica de Alternativas como da Fábrica de Braço de Prata, uma questão referida na conversa que mantive com os promotores do espaço foi a perplexidade perante o facto de não haver uma replicação deste tipo de projetos, independentemente da figura legal na qual assentam (que, como vimos, pode ser variada, cooperativa, associação ou empresa). Perante a abundância de espaços devolutos prontos a serem usados, seja em situação de impasse legal ou de dificuldade na sua manutenção financeira em contexto de crise, a sua ocupação – sem custos, em troca de manutenção e libertação imediata do espaço quando necessário – é tida como fácil e vantajosa para ambos, mediante acordos de comodato com o proprietário, previstos em lei.

Liderança: o papel dos movimentos sociais e do associativismo

Apesar da pretensão de replicabilidade destes modelos manifesta por parte dos proponentes destes projetos, tal não se verifica atualmente, sendo transversal aos diferentes casos a dificuldade de mobilização de pessoas, por variados fatores. Perante o fraco movimento associativo e de ação coletiva por que atravessa atualmente o país, estes focos de resistência cultural e cooperativa permitem-nos questionar, por fim, até que ponto a continuidade destes projetos não assenta também, em grande medida, em dadas figuras individuais, bastante carismáticas e com larga experiência ao nível do associativismo e dos movimentos sociais, que nos casos desenvolvidos a partir de baixo, aqui em estudo, assumem o papel de líderes, mediante um forte investimento

pessoal e persistência que vai permitindo a continuidade destes projetos. Neste sentido, seria importante dar continuidade a este estudo mediante uma análise biográfica destas pessoas, por recurso ao método histórias de vida.

Bibliografia

- O que é a Fábrica Braço de Prata*. Disponível em <http://www.bracodeprata.com/FBP.shtml>. [28 de maio de 2015].
- BENJAMIN, Walter, 1970, “The Work of Art in the age of Mechanical Reproduction” in H. Arendt (Ed.), *Illuminations*, London, Jonathan Cape: 219-226. (Texto original publicado em 1936).
- FERNANDES, Teresa, 2011, *A Fábrica de Braço de Prata: um caso de democracia participativa?*, Dissertação de Mestrado em Política Comparada, Universidade de Lisboa.
- KIRSHENBLATT-GIMBLET, Barbara, 1998, *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley, University of California Press.
- NABAIS, Nuno, 2015, “Como ocupar um edifício abandonado e sobreviver. O caso da Fábrica do Braço de Prata”, Colóquio Pensamento Libertário II: passado, presente e futuro, 26 de março, FCSH-UNL, Lisboa.
- RIBEIRO, Adriana Miranda, 2014, “O renascer dos pedreiros”, *Sol*, 17 de novembro. Disponível em <http://www.sol.pt/noticia/118602>. [31 de maio de 2015].
- REI, Mariana & SILVA, Mariana, 2014, *Do têxtil à moda e da indústria do ferro à indústria da criatividade: «fábricas criativas» e novos usos do património industrial*, comunicação no Encontro Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva, 28 de novembro, FCSH-UNL, Lisboa.
- REI, Mariana, 2016, *Do operário ao artista. Uma etnografia em contexto industrial no Vale do Ave*, Lisboa, Deriva Editores e Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa.

Associativismo, cooperação e mutualismo

As associações de socorros mútuos em Portugal (de finais do século XIX aos anos quarenta do século XX)

Virgínia do Rosário Baptista

Desde os finais do século XIX que as associações de socorros mútuos visavam a previdência social sendo uma das vertentes das origens do Estado-Providência em Portugal, em conjunto com o seguro obrigatório estatal e as actuações sociais do patronato, tal como frisou Miriam Halpern Pereira (Pereira, 2010:166).

Neste artigo propomo-nos identificar a evolução da legislação sobre as associações de socorros mútuos, a situação socioprofissional dos associados(as), em que locais predominaram e quais os fins mutualistas no sentido de melhorar a vida dos(as) associados(as). Pretendemos concluir se os direitos eram iguais para os(as) associados(as).

As associações mutualistas estruturaram-se a partir de um ato voluntário, de auxílio mútuo e de base democrática.

A nível nacional existiram associações de socorros mútuos mistas, outras formadas só por homens e uma minoria exclusivamente composta por mulheres. Os(as) associados(as) estavam sujeitos(as) aos estatutos das respectivas associações que estipulavam as jóias, as quotas e, por vezes, os estatutos a pagar e as modalidades de riscos cobertos, os socorros concedidos consoante classes, grupos etários e o sexo. Definiam-se, também, os(as) associados(as) que podiam participar nas assembleias gerais e nos órgãos directivos eleitos pelos(as) associados(as).

As origens do movimento mutualista em Portugal

Os estatutos das associações de socorros mútuos foram aprovados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (criado em 30 de Agosto de 1852) e a partir da década de trinta do século XX pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (fundado em 23 de Setembro de 1933).

Em primeiro lugar é de referir que o conceito de mutualismo expressa o que é mutual, implicando reciprocidade, troca, explicando Vasco Rosendo que as palavras mutual e mutualidade, vêm do latim *mutuum*, que significa empréstimo (de consumo) e num sentido mais lato troca (Rosendo, 1990:5).

António da Silva Leal, escrevendo sobre políticas sociais, refere que, em Portugal, podem considerar-se antecedentes das associações mutualistas, os compromissos marítimos do século XIV, os compromissos das irmandades e confrarias, as corporações de artes e ofícios e as próprias misericórdias. Todas estas instituições detinham uma preocupação de auxílio mútuo, caritativa, assistencial, algumas podendo realizar práticas religiosas, como as confrarias (Leal, 1966/67:88). Os Montepios (do italiano *monte di pietà*) tiveram na Europa duas acepções: instituições de crédito ou de entreajuda. Em Portugal, no século XIX, os montepios prevaleceram como instituições de socorro mútuo, com fins de previdência, que passaram também a designar-se como associações de socorros mútuos.

Terá sido a partir de 1850 que as associações de socorros mútuos se expandiram no país, essencialmente devido à emergência do movimento associativo ideológico, em consequência que o impacto da Revolução Francesa de 1848 teve por toda a Europa. Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), engenheiro ferroviário de profissão, que redigiu os estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em 1852, terá assistido à revolução em Paris, foi um dos difusores do associativismo em Portugal, desde a fundação de associações de classe, de socorros mútuos, a cooperativas de consumo, de produção e bancos populares.

Geralmente, considera-se que a primeira associação de socorros mútuos foi fundada, em 1807, em Lisboa, próxima do arsenal do exército (onde se encontra hoje o Museu Militar) vindo a denominar-se associação de socorros mútuos do Senhor Jesus do Bonfim, já em 1890 (Leal, 1966/67:90).

O professor Costa Goodolphim (1842-1910), que participou em vários congressos internacionais referenciou que nos finais da década de 80 do século XIX existiriam 392 associações de socorros mútuos, sendo 194 em Lisboa e 109 no Porto, com cerca de 100.000 associados, estimando as mulheres em 20% (Goodolphim, 1889:111-113). Goodolphim elogiou o mutualismo português equiparando-o ao dos países europeus onde este associativismo estava mais desenvolvido. Domingos da Cruz (1880-1963), outro destacado mutualista, aludiu que por volta de 1915 existiam no país cerca de 654 associações e 450.000 associados. O crescimento do movimento mutualista continuou até 1921, ano que atingiu o auge, com cerca de 688 associações e 615.000 associados(as). Até 1931 o número de associações decresce para 527, com 589.745 associados(as), essencialmente por motivo de fusão das associações, em grande parte devido às dificuldades financeiras por que passavam, e em 1942, verifica-se pelo *Anuário Demográfico* que reduzem-se para 322 associações, com 436.254 sócios(as). Calculava-se que em 1931 45,2% dos associados(as) estivessem inscritos(as) nas associações de Lisboa, 22,3%, nas do Porto e 32,5% nas restantes do país. Relativamente à distribuição das associações 37,1% (196) situavam-se na cidade de Lisboa, 16,5% (87) no Porto e 46,4% (244) no resto do país (Cruz, 1933:52-96). Conclui-se que o associativismo mutualista estava centrado nos grandes aglomerados e mais reduzido nos concelhos do interior ou inexistente no mundo rural.

O primeiro decreto regulamentando as associações de socorros mútuos é de 28 de fevereiro de 1891 e o decreto seguinte de 2 de outubro de 1896. No primeiro diploma legal estipula-se no artigo 1.º “(...) as associações de socorros mútuos são sociedades de capital indeterminado, de duração indefinida e de número ilimitado de membros, instituídas com o fim de prestarem auxílios mútuos entre os sócios (...)” (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 28 de fevereiro de 1891).

No período em estudo organizaram-se os Congressos Nacionais de 1911 (onde estiveram presentes cinco mulheres representantes de associações femininas), de 1916 (participaram quatro delegadas) e o de 1934, último até à democracia (o IV Congresso realizou-se só em 1984, tendo-se constituído a União das Mutualidades Portuguesas)¹.

¹ Participaram no I Congresso: Maria Adelaide Ferraz da Ponte Ortigão e Albina Guilhermina Martins da Cunha, representando o Montepio Fraternidade das Senhoras de Lisboa; a operária gaspeadeira, Maria Rosa da Silva Neves do Montepio A Emancipação Feminina, do Porto; Virgínia Cândido Rego Martins e Amarina Rego Martins d'Araújo da Associação de Socorros Mútuos do Sexo Feminino 15 de Setembro de 1901, do Funchal. No II Congresso foram delegadas de associações femininas: a

Do seio do movimento mutualista surgiu a Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos que se instalou no edifício do Amparo, na Mouraria, (onde funcionou o Colégio dos Meninos Órfãos, desde meados do século XVI e já na segunda metade do século XVIII o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo). No Conselho Central da Federação ficou José Ernesto Dias da Silva (médico-veterinário) dirigindo o Boletim da Federação.

A causa do mutualismo foi declaradamente apoiada pela I República e pelos socialistas, sendo presenças de destaque nos Congressos e das organizações mutualistas Teófilo de Braga, Brito Camacho, Bernardino Machado, Afonso Costa e Manuel José da Silva (membro do Partido Socialista Português que pertenceu ao Conselho Central da Federação). Em 1919, dois funcionários do Ministério de Trabalho e Previdência Social (criado em 1916 e que tinha sido uma reivindicação do I Congresso Mutualista) Francisco Grilo, com o curso de regente agrícola, defensor do mutualismo obrigatório e o médico mutualista João Ricardo da Silva terão sido os responsáveis pela legislação dos Seguros Sociais Obrigatórios, sendo ministro do Trabalho o socialista Augusto Dias da Silva.

Das mulheres que se destacaram no mutualismo são de realçar a escritora, republicana e socialista Angelina Vidal, sócia efectiva da Associação de Socorros Mútuos Autonomia das Senhoras, no final de Oitocentos, a professora feminista Maria Veleda, delegada da Associação Fraternidade das Senhoras ao Congresso de 1916 e a jornalista feminista Sara Beirão que discursou na sede da mesma Associação, em 1933, no âmbito da Semana do Mutualismo (realizada entre 15 e 22 de Janeiro), que decorreu por todo o país, promovida pelo jornal *O Século*, com o intuito de propagandear o socorro mútuo organizado, neste período de ditadura.

Devidos a factores diversos (inflação, desvalorização da moeda) do pacote legislativo de 1919 dos Seguros Sociais, a cargo do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, apenas o dos acidentes de trabalho foi aplicado². Sobre esta problemática, António da Silva Leal, discorrendo sobre a questão social, refere que na época “a mutualidade era vista como a técnica ou o método ideal de

Professora feminista Maria Veleda e a industrial Albina Guilhermina Martins da Cunha, da Associação Fraternidade das Senhoras; a gaspeadeira Maria da Rosa Neves e a feminista Maria Emília Baptista Ferreira, da Associação A Emancipação Feminina.

² Os seguros sociais obrigatórios foram legislados para a doença, invalidez, sobrevivência e acidentes de trabalho (ver *Diário do Governo* n.º 98, de 10 de maio de 1919 (sábado), I Série, 8º Suplemento).

cobrir os trabalhadores (...) contra os riscos sociais a que estavam expostos. Daí que tenha ocorrido uma renhida luta contra a instituição do seguro social” (Leal, 1998:258). Especifica que conceptualmente a mutualidade era uma expressão de liberdade enquanto o seguro social baseava-se na obrigatoriedade das inscrições, sendo, ainda, uma ideia predominantemente académica, o que poderá ter contribuído para a sua não aplicação prática. De relevar a afirmação de Pierre Guibentif de que os seguros sociais não faziam parte do projeto do operariado, “(...) entre outros motivos mais influenciados pelo anarco-sindicalismo, não parece prestar muita atenção à questão da previdência” (Guibentif, 1985:53).

Durante o período em estudo, existiram várias limitações sentidas pelas associações mutualistas, entre as quais se contavam a falta de estatísticas sobre morbilidade e mortalidade (serviços actuariais) que se repercutia nas rupturas financeiras e conseqüente ruína das associações.

A partir do Estado Novo, em 1933, as associações mutualistas sofreram a coerção sentida por todo o movimento associativo livre. No Congresso de 1934, num tempo de indefinições também para o mutualismo, na sessão inaugural esteve presente o inspector da Previdência Social, Eduardo Francisco Ferreira, em representação de Pedro Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social. Em 1935 foi aprovada a lei basilar da previdência social - “Lei sobre as Instituições de Previdência Social”, sendo as Associações de Socorros Mútuos incorporadas numa categoria de inscrição facultativa³. Já em 1941, foi extinta a Federação das Associações de Socorros Mútuos com a justificação de não ter alterado os seus estatutos no prazo determinado. Na verdade, a função que até aí detivera encontrava-se agora inserida na alçada do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

³ *Diário do Governo* n.º 61, I Série, de 16 de Março de 1935. Da Previdência faziam parte quatro categorias de instituições: Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos (Caixas Sindicais de Previdência, Caixas de Previdência das Casas do Povo e as Casas de Pescadores); Caixas de Reforma ou de Previdência; Associações de Socorros Mútuos e Instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos Administrativos.

As Associações de Socorros Mútuos na Lisboa Oitocentista: um estudo de caso

Para o objetivo a que nos propusemos, atentámos num estudo realizado no final do século XIX, em 1898, denominado *O Socorro Mútuo em Lisboa* dirigido por Guilherme Augusto de Santa Rita, chefe de secção do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, com vista a reorganizar as associações dos quatro bairros, em que se dividia então a cidade (Rita, 1901).

Relembremos que o 1.º bairro correspondia à zona oriental da cidade, o 2.º bairro abrangia a zona antiga e as freguesias de Penha de França e S. Jorge de Arroios, o 3.º bairro, em expansão para norte, a partir da freguesia do Marquês de Pombal e o 4.º bairro com as freguesias ocidentais de Lisboa.

Este estudo permitiu-nos concluir que existiam 3 associações femininas, 71 só masculinas e 123 constituídas por homens e mulheres. No total existiam 102.052 associados(as), cerca de 1/3 da população residente, e as mulheres constituíam cerca de 31,42% dos associados(as) (o Recenseamento Geral da População de 1900 indica que existiam cerca de 25,2% de mulheres inseridas no mercado de trabalho, na capital).

Globalmente, a maioria das associações estava situada no 1.º bairro (zona oriental) e no 2.º bairro (partindo do núcleo antigo). Verificámos que enquanto que a maioria das associações masculinas se encontrava no 2º e 3º bairros, as associações mistas situavam-se nas zonas operárias e industriais do 1.º bairro e do 4.º bairro.

Os associados masculinos predominaram numérica e percentualmente em todos os bairros, com destaque para o 2.º bairro (que incorporava três associações de grande vigor direccionadas para o terciário – a Associação de Empregados no Comércio e Indústria, a Associação de Empregados no Comércio de Lisboa, só masculinas, e o Montepio Geral, que aceitava associadas, mas constituindo ainda uma minoria). Porém, deve realçar-se as percentagens de associadas no 1.º e 4.º bairros, contando-se 38,8 % e 44,6% do total dos mutualistas dos bairros respectivos, o que parece demonstrar que as mulheres se aglomeravam sobretudo nas associações dos bairros populares e ligados ao mundo operário de Lisboa.

Os estatutos das associações de socorros mútuos: uma análise por sexos

Pretendemos também seriar estatutos de 129 associações de socorros mútuos mistas a nível nacional, que escolhemos aleatoriamente, com alvarás aprovados entre 1880 e 1898, sendo 73 associações de Lisboa, 24 do Porto e as restantes espalhadas pelo país (BAHOP). Os estatutos aprovados por alvará pelo governo foram publicados em *Diário do Governo*.

Constatámos que globalmente a idade máxima na admissão diferia segundo os sexos, sendo menor para as mulheres de 47,3 anos, enquanto para os homens era de 51,4 anos. Verificámos que na maioria dos casos as mulheres são inseridas numa só classe para o sexo feminino ou em conjunto com os homens que pretendiam pagar jóia e quota inferior, sendo os subsídios também inferiores. Concluímos que o socorro que particularizava as associadas era o decorrente da maternidade, existindo na esmagadora maioria dos estatutos um artigo que mencionava: “As parturientes só terão socorros nas doenças provenientes dos partos”.

Na maior parte dos preâmbulos dos estatutos surge o considerando para a sua aprovação de que as sociedades desta natureza “tendem a melhorar a sorte dos associados e muito contribuem para a sua moralização”, pelo que seriam estimuladas pelo Estado, devido à previdência concedida.

Para admissão dos sócios(as) era preciso ser proposto, pelo menos, por um(a) sócio(a) no gozo dos seus direitos e os(as) candidatos(as) deveriam possuir os requisitos de “Gozar de boa reputação moral e civil; estar no gozo de perfeita saúde; ter uma boa constituição física atestada pelo facultativo da associação”. Por vezes é estipulado o tempo de carência para se usufruir dos benefícios, normalmente de 6 meses, apesar de frequentemente este período ser superior para as sócias, que aumentava para 8 meses. Algumas associações referem quem não pode ser admitido, como “as praças do exército e da armada, as meretrizes, tais como definidas e consideradas nos regulamentos policiais”. Também se previa quem era excluído dos socorros “as pessoas do sexo feminino por ocasião do parto, os sócios em doenças causadas por desordem ou embriaguez e as doenças sífilíticas e venéreas”.

Algumas associações deviam o nome a algum defensor do mutualismo ou do movimento associativo, ou evocavam personalidades marcantes, como é o caso da associação de Socorros Mútuos Silva e Albuquerque, qualificado como “extremo

defensor da associação”, da associação José Estêvão de Magalhães, da Associação Dr. Elisário José Malheiros. Outras evocavam o auxílio nos socorros, como a Sociedade Benéfica de Santa Isabel, Rainha de Portugal, a Associação de Socorros Mútuos e Instrução Aliança Operária, a Associação de Socorros Mútuos Previdente e a Associação e Montepio Filantropia Oriental.

Surge com regularidade, logo nos primeiros artigos, que os associados podiam ser portugueses, estrangeiros ou naturalizados portugueses “desde que tivessem um modo de vida honesto”, ou “ocupação pela qual possa auferir honestamente os indispensáveis meios de subsistência”.

Observámos que nos estatutos das associações não se destriça a profissão do(a) associado(a), referindo-se apenas que a associação é a reunião de todos os indivíduos “quaisquer que forem as suas profissões ou indústrias”.

Em regra, é a localidade que surge como determinante na admissão, mencionando-se o local onde é instituída, a referência ao distrito social da associação, e, por exemplo quais as freguesias abrangidas. Contudo, estabeleceram-se associações em locais de trabalho ou relacionadas com determinadas profissões: a associação dos enfermeiros do Corpo de Saúde Civil de Lisboa, localizada no Hospital de S. José, a Caixa de Socorros e Aposentações Paulo Cordeiro, com sede na Companhia Nacional de Tabacos, em Lisboa, a Caixa de Auxílio, em Lisboa, que só integrava os empregados da Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis. Conta-se ainda a Caixa de Socorros dos Operários da Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça, na fábrica da Companhia, a Associação de Socorros Mútuos dos Professores Primários Oficiais, em Lisboa, que agrupava os professores primários do ensino oficial, e o Montepio União dos Chapeleiros Portuenses.

Destriçámos os principais fins das associações: prestar socorros aos(às) associados(as) durante as doenças e convalescenças – pecuniários, com facultativo (médico) e farmacêutico, quando fosse dado parte de doente, convenientemente, ou quando ocorresse algum desastre. Insere-se nestes casos a “inabilidade” (incapacidade) física ou intelectual para o trabalho (por lesão ou decrepitude). Por vezes deixava-se ao critério do sócio o seu tratamento em casa, no hospital, em ordem, ou casa de saúde. Interessante é verificar que se previam subsídios para o caso das doenças e inabilidade segundo as visões de trabalho de género – que possibilitassem os(as) sócios(as) de exercerem a sua profissão, emprego ou serviço

doméstico: “sendo sócio do sexo masculino e a doença o impossibilitar de trabalhar e do sexo feminino de fazer trabalhos domésticos (...)”. Muitas associações indicavam logo o auxílio a conceder como a Caixa de Socorros Mútuos dos Operários da Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça que em 1889 previa, no caso da doença, os cuidados próprios de facultativo, os remédios e o pagamento de metade do salário de doença (quando a doença se prolongasse mais de 3 dias). Confirmando os subsídios inferiores pagos às mulheres, é de referir que o Grémio Homeopático Lusitano, de Lisboa, em 1882, subsidiava mensalmente por “cegueira, entrevadez, aleijão ou decrepitude” os homens com 45\$000 e as mulheres com 30\$000 (ambos inseriam-se na 1.^a classe e pagavam a mesma jóia de 2\$500 réis e de quota semanal 100 réis). Com frequência as pessoas de família dos sócios beneficiados e que com eles coabitassem tinham direito à assistência do médico da associação. Surge também a concessão de subsídios em dinheiro para os funerais dos sócios no sentido de serem praticados “com a decência devida”. A Caixa dos Operários da Fábrica da Arrentela previa a quantia de 6.000 réis para o enterro do sócio falecido acrescentando “nestes actos serão respeitadas todas as religiões”. O auxílio por morte dos sócios era um ideal constante. Definia-se conceder pensões a parentes (viúvas, filhas solteiras, ou filhos menores) e a doação de dotes às raparigas aquando do casamento. Em regra, considera-se família do associado “a mulher legítima”, noutras refere-se “a pessoa que o ampare durante a sua enfermidade”, ou especifica-se que se trata de família quando todos eles “habitarem ou foguearem”. Curiosamente a Associação Fraternal de Beneficência de S. João da Foz do Douro inclui também os servos. Algumas associações referem quando receitado pelo médico os “ares de campo”, auxílios para o “custo de banhos de mar”, de “banhos termais” ou medicinais.

Em muitas associações estão previstos auxílios no caso de prisão, abonando-se aos presos a carceragem, ou “socorrê-los até à pronuncia”. Outra modalidade prestada, em algumas associações, tratava-se da protecção à educação dos órfãos(ãs) dos(as) sócios(as) estabelecendo-se um subsídio mensal para auxílio da sua instrução, assim como aulas de instrução primária para os sócios e seus filhos, geralmente dos 6 aos 12 anos. Previa-se em algumas associações socorros por falta de trabalho, como no Montepio União dos Chapeleiros Portuenses (1889): “Quando por falta de matérias-primas, ou por qualquer acidente nas oficinas, superior à vontade dos operários, deixe de haver trabalho em alguma fábrica por tempo superior a 3 dias

abonar-se-ão os impostos por inteiro (...)”. A Associação de Socorros Mútuos do Professorado Português, com sede em Coimbra, em 1898, propunha-se “conceder donativos (...) aos sócios que forem suspensos ou demitidos do lugar que exerceram (...)”.

Por seu lado, a Caixa de Socorros e Aposentação Paulo Cordeiro, com sede na Companhia Nacional de Tabacos, estipulava o direito à aposentação de todos os sócios que tendo completado 60 anos de idade, tivessem pelo menos 20 anos de serviço em qualquer das duas fábricas (Santa Apolónia e Xabregas), ou em ambas cumulativamente.

Constatámos, também, que antevendo situações de dificuldades algumas associações fixavam, quando necessário, uma quota extraordinária, a realização de quermesses ou “fazer-se o rastreio na classe onde se encontra o deficit para as reformas necessárias”.

É também interessante referir que encontramos em algumas associações a necessidade de demarcar os seus fins associativos, aludindo que era “proibido tratar-se de assuntos políticos ou religiosos” como no Montepio Fraternidade das Senhoras, em 1888. Pelo contrário, na Associação e Montepio de Nossa senhora da Conceição da Rocha, em 1885 mencionava-se “Haverá uma missa anual oferecida em honra da Virgem Santíssima Senhora da Conceição da Rocha, padroeira deste montepio, com aplicação pelas almas dos sócios falecidos, e mandada celebrar pela direcção como julgar conveniente, tendo em vista as forças do cofre”, estipulando-se o culto religioso, permite discutir-se se na associação de socorros mútuos não se terão mantido tradições de antiga confraria. Na associação de Socorros Mútuos Autonomia das Senhoras, em 1893, de que fazia parte Angelina Vidal, é mencionado apenas: “A associação não pode ocupar-se de assuntos alheios aos fins expressos nestes estatutos”.

As associações de socorros mútuos: a consonância com a legislação da época relativamente às mulheres

Verificámos que segundo a legislação civil da época, no final do século XIX as mulheres e os menores de 21 anos necessitavam da autorização do chefe de família

para se inscreverem nas associações. As mulheres e os menores estavam excluídos das assembleias gerais, condicionante mencionada na legislação de 1891, devendo as associadas fazer-se representar por marido ou elemento masculino quando houvesse assuntos a tratar que lhes dissessem respeito. Também estava estipulado nas leis e nos estatutos das associações mistas que as sócias e os menores não podiam exercer cargos sociais, ser eleitores e elegíveis. A participação das mulheres casadas nas assembleias só foi alterada em 1919, aquando da inscrição obrigatória nas mutualidades de todos os indivíduos de ambos os sexos dos 15 aos 75 anos, mantendo-se na legislação de 1931 e 1932, já em ditadura⁴. Ainda em 1936, no Projecto de Estatutos da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos a participação das mulheres casadas nos corpos gerentes das associações estava condicionada à autorização dos maridos.

Conclusões

Confirmámos que durante o período em estudo o ideário de auxílio mútuo, liberdade e democracia evidencia-se nas associações mutualistas que contribuíram para mitigar as dificuldades e melhorar a vida dos associados, concedendo direitos sociais. Contudo, identificámos limitações nos direitos das associadas nas associações mistas, reflectindo, assim, o mutualismo a subalternização da mulher na família e no mercado de trabalho, uma vez que também o mutualismo se baseava na concepção da existência de um chefe de família masculino, conforme o Código Civil em vigor, de 1867 a 1965. Para as mulheres os ideais mutualistas de democracia e de igualdade só existiam nas associações femininas, entre mulheres (14 associações criadas entre 1867 e 1919, que identificámos).

⁴ Decreto n.º 19.281, de 29 de Janeiro de 1931 e Decreto n.º 20.944, de 27 de Fevereiro de 1932 (Regulamento).

Fontes e Bibliografia

- BAPTISTA, Virgínia do Rosário, 2012, “Participação Feminina no Movimento Mutualista - Do Final da Monarquia ao Estado Novo”, *Ler História*, 62: 31-51.
- BRANCO, Mário, 2010, *Mutualismo com Jornalistas dentro*, s/l., União das Mutualidades Portuguesas.
- CRUZ, Domingos da, 1933, “A mutualidade em Portugal”, *O Instituto* (separata), vol. 85 e 86, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Estatutos das Associações de Socorros Mútuos (1880-1902)*, s.l., Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas.
- GOODOLPHIM, Costa, 1876 (1974), *Associação*, Lisboa, Seara Nova.
- , 1889, *A Previdência: Associações de Socorros Mútuos, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- GUIBENTIF, Pierre, 1985, “Génese da previdência social: elementos sobre as origens da segurança social e suas ligações com o corporativismo”, *Ler História*, 5: 27-58.
- LEAL, António da Silva, 1998, *Temas da Segurança Social*, Lisboa, União das Mutualidades Portuguesas.
- MOURO, Helena, 2001, *Solidariedade e Mutualismo*, Coimbra, Quarteto.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2010, “As origens do Estado - Providência: as novas fronteiras entre público e privado” in *O Gosto Pela História*, Lisboa, ICS: 165-201.
- Primeiro Congresso Nacional de Mutualidade* realizado em Lisboa nos dias 18 a 22 de Junho de 1911, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia e no Salão Nobre do Theatro Nacional Almeida Garrett. Relatório: “Theses, Actas das Sessões e Documentos”, 1911, publicado pelo Secretário Geral do Congresso José Ernesto Dias da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional.
- RITA, Guilherme Augusto de Santa, 1901, *O Socorro Mútuo em Lisboa: Relatório - Estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- ROSENDO, Vasco, 1996, *O Mutualismo em Portugal: Dois Séculos de História e Suas Origens*, Lisboa, Montepio Geral.
- O Século*, 1933 e 1934.
- Segundo Congresso Nacional de Mutualidade (reunião extraordinária)*, realizado em Lisboa nos dias 1 a 4 de Dezembro de 1916, na Sala Portugal da Sociedade de Geographia de Lisboa e no Salão Nobre do Theatro de S. Carlos. Relatório: “Theses, Actas das Secções e Documentos”, 1918, publicado pelo Secretário Geral do Congresso José Ernesto Dias da Silva, Lisboa, Imprensa Africana de A.T. de Carvalho.

Alianças resilientes: a ação coletiva institucionalizada no período liberal (1834-1934)

Joana Dias Pereira

Nas últimas décadas uma renovada atenção tem vindo a ser dada às instituições. Os institucionalistas, combatendo a matriz liberal da economia política clássica, procuram sobretudo demonstrar que os agentes económicos são profundamente estrangidos por normas, valores e códigos de conduta socialmente construídos (Goodin, 1996) e analisar de que forma estas instituições informais evoluem e modelam o progresso histórico (North, 1990).

No quadro desta tendência bastante heterogénea, destaca-se a obra de Elinor Ostrom, laureada com o prémio Nobel da Economia, dedicada à gestão de recursos comuns (Ostrom, 1990), que influenciou uma nova tendência historiográfica dedicada à análise das instituições para a ação coletiva na longa e na muito longa duração. Tine de Moor, uma das suas precursoras, defende que as duas ondas de novas instituições para a ação coletiva que marcam a história europeia (a primeira recua à Alta Idade Média e a segunda descola nas últimas duas décadas do século XIX) foram ambas precedidas por uma fase de acelerado desenvolvimento do mercado livre e de alargados processos de privatização (De Moor, 2013), abrindo caminho para a exploração das continuidades históricas na esfera da ação coletiva institucionalizadas – designadamente entre as corporações e a propriedade comum no Antigo Regime e o associativismo voluntário na modernidade.

Este não é um tema inédito na historiografia. E. P. Thompson sublinhou como a ética artesanal, centrada na exaltação do trabalho qualificado, dos valores da autonomia, da solidariedade e da independência, foi fundamental para a emergência do movimento operário (Thompson, 1987) assim como a economia moral do Antigo

Regime continuou a modelar os movimentos de massas contemporâneos (Thompson, 1998). Noutras áreas, desde a história dos movimentos sociais (Tilly, 2003) até à das ideias (Black, 1983), estas continuidades têm vindo também a ser sublinhadas.

Por outro lado, há muito que Charles Tilly argumenta e ilustra de que forma se relaciona a evolução do repertório de ação coletiva com a construção do Estado Moderno (Tilly, 1986). O argumento referente ao papel catalisador do Estado e do intervencionismo estatal nos processos de mobilização tem vindo a ser confirmado em inúmeros casos de estudo ao longo da história e em todo o globo (Tilly et al, 2001).

Neste artigo, partindo da definição de capital social proposto por Elinor Ostrom, como confiança, redes sociais, mas também normas, valores e códigos de conduta partilhados (Ostrom, 2007), procurar-se-á reconstruir a genealogia das sociedades cooperativas, o papel fundamental da comunidade artesanal e destacar o legado corporativo entre seus propósitos e regulamentos. Argumentar-se-á, todavia, que a proliferação e disseminação de cooperativas no território nacional, assim como o crescimento exponencial da base social do movimento se relacionam com os processos de industrialização e urbanização acelerados a partir da última década do século XIX (Pereira, 2013).

Na segunda parte do artigo é destacado o papel do Estado e da sua crescente intervenção na esfera económica e social na expansão, articulação nacional e politização do movimento cooperativo (Tilly et al, 2001). Estes impactos serão percecionados no processo que levou à fundação da Federação Nacional das cooperativas em 1920 e nas propostas de transformação social desta organização.

A ação colectiva na transição do Antigo Regime para a Modernidade: redes e normas de reciprocidade

Antes da revolução liberal, a organização corporativa das *Artes e Ofícios* e os municípios desempenhavam um destacado papel na regulação da atividade económica em Portugal. A atividade artesanal era regulamentada pelas corporações de ofício no que respeita ao aprendizado, ao ingresso e exercício da profissão, mas também no que se refere às matérias-primas utilizadas e à qualidade dos produtos comercializados. Nas cidades, através dos seus representantes nas câmaras municipais, os artesãos

intervinham em todos os atos e deliberações de onde resultasse prejuízo para o “bem comum” (Hespanha, 1982).

Estas instituições entrelaçavam a regulamentação da atividade económica, a participação política e a cooperação no trabalho. Para pertencer a estas instituições, ou seja para adquirir a qualificação e a autorização para exercer um ofício era obrigatório ainda pertencer à confraria do ofício. Estas instituições desempenhavam um importante papel na esfera da proteção social mas também da saúde pública, através de uma importante rede de hospitais (Pereira, 2012).

Nos municípios rurais, as comunidades locais também usufruíam de competências de autogoverno expressas no poder de escolha de magistrados e oficiais locais, na capacidade de elaborar regulamentos e de exercer, de forma autónoma, o governo dos baldios e de outros recursos comuns, sobretudo a água (Neto, 2010: 317-319).

Entre estas comunidades pontuavam igualmente as instituições mutualistas - confrarias e irmandades. A sua constituição correspondia a uma necessidade de proteção social e espiritual (Lousada, 1999) mas estas associações também dinamizam escolas, geriam propriedades, garantiam assistência, facilitavam o acesso ao crédito e a sementes (Lopes, 2010).

Segundo a historiografia portuguesa, no final do Antigo Regime as normas e tradições que regiam as atividades económicas foram desafiadas pelo avanço crescente do capital mercantil (Pereira, 2012). Este processo culmina com a revolução liberal, a que se segue a extinção das corporações de ofício e a promulgação da liberdade de comércio e indústria. Paralelamente, através de sucessivas reformas administrativas, a autonomia das populações rurais é crescentemente subjugada ao poder central (Oliveira, 1995), ao mesmo tempo que as suas propriedades e recursos são vítimas do avanço da propriedade privada, consequência da pressão demográfica, as alterações nos regimes de criação de gado e da difusão das doutrinas fisiocráticas (Neto, 2010).

Na transição do Antigo Regime para a Modernidade, os laços corporativos e comunitários deram provas de resiliência dando origem a novas instituições para a ação coletiva, que herdaram o capital social das pré-modernas – a confiança, as redes sociais, as normas éticas e os códigos de conduta. As primeiras formas de reciprocidade institucionalizada a proliferar nesta conjuntura foram as sociedades de

socorros mútuos (Pereira, 2012) e as mútuas de gado (Rodrigues, 1996). Ambas procuravam prevenir os riscos associados à frágil subsistência de artesãos, camponeses e pescadores, com base em práticas de reciprocidade ancestrais.

Estas associações primordiais caracterizavam-se sobretudo pela sua multifuncionalidade, inserindo muitas vezes propósitos não só de assistência mútua mas também de cooperação económica, sendo comum que a produção coletiva tivesse como objetivo garantir trabalho aos sócios desempregados e ao mesmo tempo reforçar os fundos de previdência (Goodolphim, 1889).

Os seus promotores acreditavam poder restaurar os princípios de autonomia e fraternidade que estiveram na origem das corporações, como ilustra o projeto de criação de uma associação dos operários [federação de associações de socorros mútuos de Lisboa], reportado no *Ecco dos Operários* em 1850:

“Longe de nós o querer reproduzir o espírito dessas instituições caducas, que foram, por muitos séculos, o único refúgio do operário contra a tirania do feudalismo e que o salvaram da opressão e dos abusos da conquista. É que elas tinham degenerado do santo e nobre princípio que lhe tinha dado origem. Tornaram-se um elemento de despotismo industrial, repudiando o dogma da fraternidade, e expulsando de seu seio, os que não possuíam outra propriedade, além dos seus braços (...)”¹.

O modelo mutualista difundiu-se também entre as comunidades rurais, nas quais os antigos costumes de reciprocidade se mantinham arraigados na alvorada do século XX, com expressão nos usos coletivos tradicionais exercidos e controlados pelas comunidades locais (Neto, 2010). A sua regulamentação, plasmada nas posturas municipais publicadas ao longo do século XIX (Langhans, 1938), permite compreender que as economias rurais continuaram a assentar na gestão partilhada de um conjunto de recursos – propriedades, água e equipamentos – e na partilha dos riscos intrínsecos à agricultura familiar.

Nos campos, as primeiras associações voluntárias a proliferar durante o período liberal emergem desta tradição. As associações de seguros mútuos de gado vieram substituir convenções seculares, plasmadas nas posturas municipais, segundo

¹ “Relatório”, *Ecco dos Operários: Revista social e literária*, n.º 13, 23 de Julho de 1850, p. 2-3

as quais os lavradores se comprometiam a repartir o valor de um boi ou vaca que morresse de doença ou por desastre (Rodrigues, 1996).

Segundo o *Inquérito às associações mútuas de seguro de gado bovino* de 1936, os compromissos escritos recuavam a setecentos, mas apenas formalizavam acordos verbais pré-existentes. As mútuas de gado tendiam a assumir uma pequena dimensão (uma média de cem sócios) e uma organização rudimentar. Os seus membros quotizavam-se para criar um fundo que assegurasse a compensação em caso de inutilização (por morte, doença ou acidente) dos animais de maior porte (geralmente gado vacum) que fizessem parte da exploração agrícola de um dos membros.

Quer em contexto rural quer em contexto urbano surgiram também caixas económicas mutualistas, ainda na primeira década do século XIX. Herdando uma função anteriormente desempenhada pelas confrarias e irmandades, foi fundado o Montepio Geral em Lisboa, em 1840 e alguns bancos rurais como o de Serpa (1840) e Caixas Económicas, como a de Angra do Heroísmo, em 1845, esta última ainda ligada à irmandade da misericórdia e os seus lucros revertem integralmente para a assistência e proteção social (Rosendo, 1996).

Em suma, as instituições para a ação coletiva que fazem a transição entre o Antigo Regime e a modernidade, tal como as suas antecessoras caracterizam-se pela multifuncionalidade e complementaridade. A cooperação económica como garante do trabalho e da subsistência e o mutualismo da assistência e da proteção social são motivações indissociáveis que modelam a emergência do movimento associativo.

No rescaldo da revolução francesa de 1848, são largamente divulgados os postulados defendidos por Louis Blank, Proudhon e Fourier, pela mão de um conjunto de intelectuais progressistas e filantropos reunidos em torno do supracitado jornal *Ecco dos Operários*. As páginas deste periódico e posteriormente do jornal *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* desempenham um importante papel na difusão das novas ideias e experiências. Mais do que as experiências portuguesas², todavia, são os sucessos além-fronteiras que se divulgam na esperança de incentivar a sua réplica. Entre estes exemplos destaque-se as vilas obreiras ou

² Cooperativa dos Barqueiros de Cacilhas, *Ecco dos Operários: Revista social e literária*, n.º 1, 28 de Abril de 1850: 6

falanstérios criados em Bruxelas e Paris³ ou a descrição detalhada das associações obreiras parisienses (de natureza cooperativa) e seus resultados⁴.

Estas primeiras experiências e propostas doutrinárias tiveram um papel fundamental para a promulgação de uma das condições essenciais à emergência do movimento cooperativo – o reconhecimento legal. O legislador, Andrade Corvo, integrava o movimento de filantropos que preconizavam a previdência em conformidade com o espírito liberal oitocentista (Sá, 1974: 352-353).

A genealogia destas instituições para ação coletiva evidencia eloquentemente como após a extinção das corporações de ofício se verifica a reorganização formal dos mesmos grupos profissionais em diferentes tipologias de associação - as associações de socorros-mútuos, as associações de classe e as sociedades cooperativas. Neste período as cooperativas que se organizam em torno do ofício são dominantes e as restantes são também, na sua maioria, promovidas por alianças interprofissionais no quadro da comunidade artesanal.

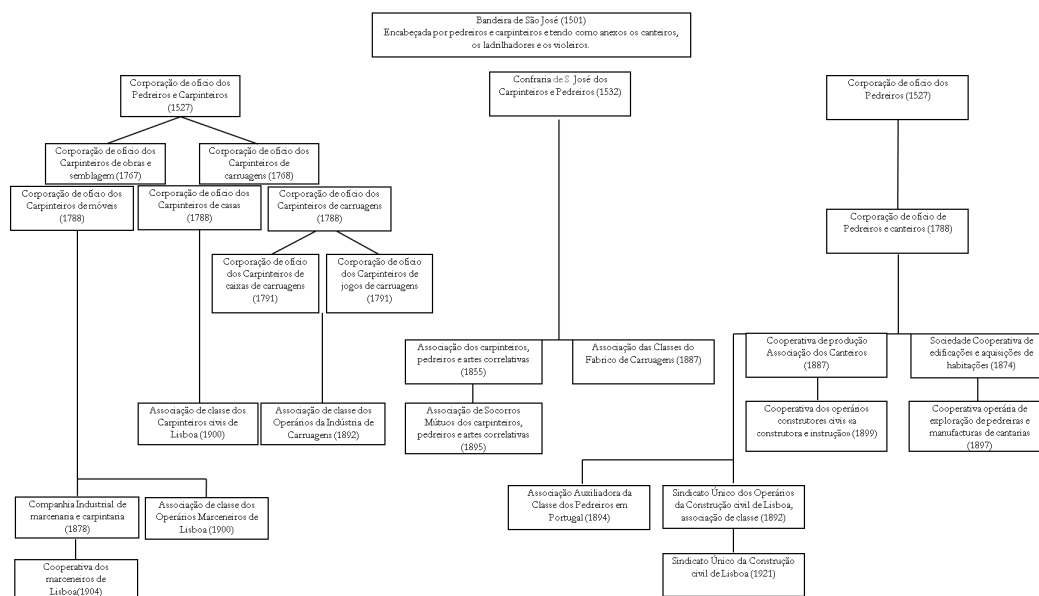


Figura 1 - Genealogia das instituições para a ação coletiva promovidas por carpinteiros e pedreiros.

³ Sousa Brandão, “Vilas Obreiras”, *Ecco dos Operários: Revista social e literária*, n.º 3, 14 de Maio de 1850: 4-7.

⁴ “Associações Obreiras”, *Ecco dos Operários: Revista social e literária*, n.º 4, 21 de Maio de 1850: 3-4.

Não obstante, a aceleração do processo de industrialização e urbanização, significou a germinação de novos laços sociais nas áreas industriais e comunidades operárias em formação. As antigas redes de ofício, comunitárias e de migração, entrelaçavam-se nos contextos de chegada, nomeadamente nas grandes cidades industriais de Lisboa e Porto (Pereira, 2013). Segundo Pacheco Pereira são as associações que superam o corporativismo que se abrem *a todas as classes* e agregam o maior número de sócios, são aquelas que possuem uma base local. A distinção entre associações exclusivas de uma profissão e as mistas reflete duas realidades: «num dos casos trata-se de associações ligadas aos ofícios artesanais da pequena indústria local, no outro, de associações ligadas ao surto da média e grande indústria de dimensão nacional e cidadina, organizando o nascente operariado industrial» (Pereira, 1981: 140). Segundo os dados de Goodolphim, estas últimas destacavam-se como associações de massas, como a *Associação Fraternal Beneficência de Todas as Classes*, com 1100 sócios, enquanto as primeiras caracterizavam-se pela sua pequena dimensão, não ultrapassando em muito a centena de membros (Goodolphim, 1889).

Neste período, a proporção das sociedades com uma base territorial aumenta face aquelas que se organizam em torno de uma classe profissional, refletindo alianças mais abrangentes que as corporativas, ainda que a maior parte continuasse a limitar-se ao universo artesanal.

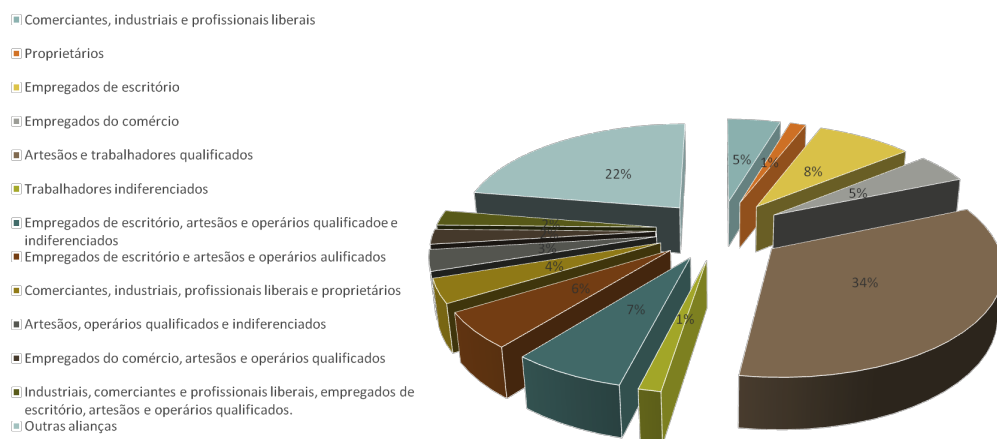


Gráfico 1 - Profissões e alianças sociais entre os fundadores das cooperativas de Lisboa (1867-1933)

A análise detalhada de alguns casos paradigmáticos mostra como, em paralelo com a transformação das relações sociais que marca o processo de industrialização e urbanização, as cooperativas ampliam e diversificam a sua base social. A Sociedade Cooperativa de Consumo Piedense, que chegou a ser a maior da Península Ibérica, foi fundada em 1893 por dois operários, um corticeiro, dois tanoeiros, um caixeiro, um carpinteiro e um sapateiro nos arredores de Lisboa. A evolução da sua base social, com base nas profissões dos sócios admitidos ao longo dos anos, mostra como esta sociedade, fundada por artesãos e operários qualificados se abre a outras categorias socioprofissionais e nomeadamente aos corticeiros, um grupo com grande peso na comunidade local.

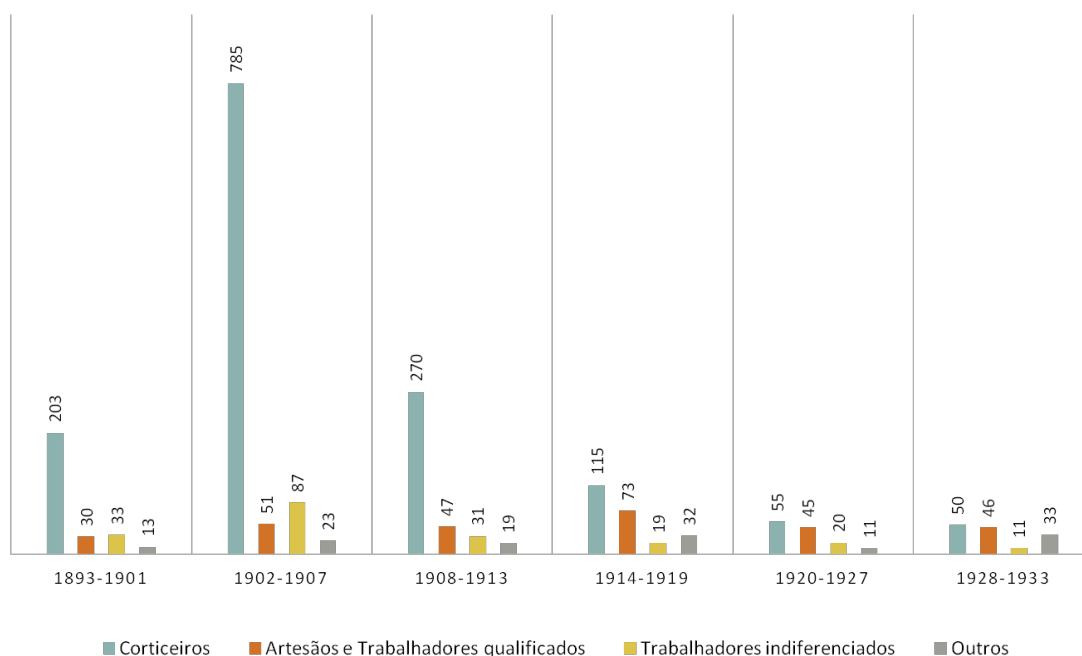
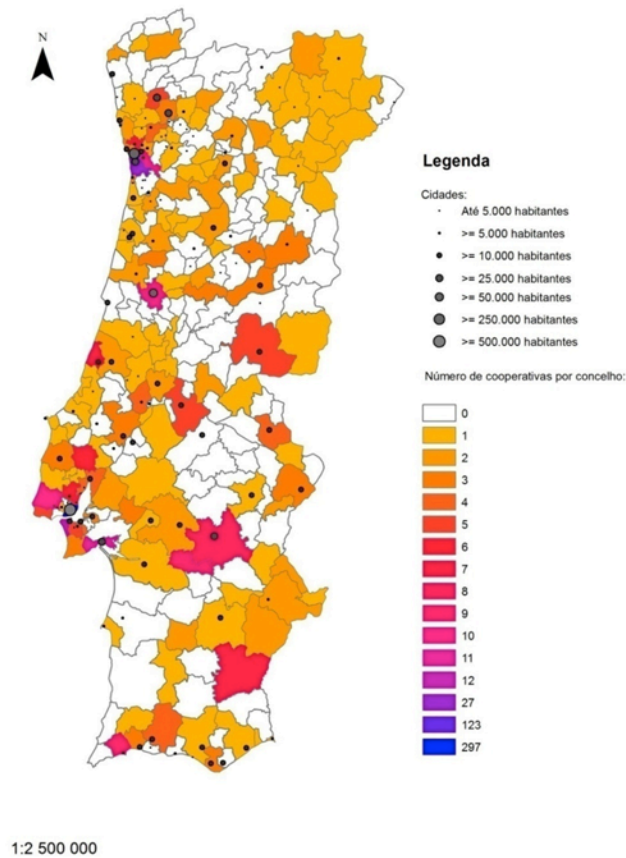


Gráfico 2 - Composição da base associativa da Cooperativa de Consumo Piedense (Ramos, 1994)

Este progresso é indissociável da evolução das proximidades e distâncias sociais nestas comunidades de lugar, localizadas nas cidades industrializadas, nas quais se verifica a diluição das redes corporativas em novas relações sociais mais amplas induzidas pela justaposição dos espaços de trabalho, residência e lazer (Pereira, 2013).

Para além disso, e em paralelo com o crescimento dos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, as cooperativas disseminam-se no espaço nacional. Mapeando a expansão das cooperativas é claro que foi sobretudo em contexto urbano

que se promoveram estes projetos. Mesmo nos distritos rurais, é nos maiores aglomerados que se experimentam estes modelos organizativos.



Mapa 1 – Cooperativas fundadas entre 1867 e 1933 com base nos estatutos publicados no *Diário do Governo*

As cooperativas fundadas em contexto rural, muito embora envolvam progressivamente as populações agrícolas foram também e em primeiro lugar promovidas por estes estratos socioprofissionais. Excetuando 12,8% de sociedades fundadas por *proprietários* (um conceito indefinido que inclui desde o camponês ao latifundiário) com o propósito de apoiar a atividade agrícola, 10,8% das cooperativas são exclusivamente fundadas por artesãos e operários qualificados, participando estes em mais 46% das alianças constituídas para a cooperação económica.

Se considerarmos, como Elinor Ostrom, o capital social não só como a confiança e as redes sociais mas também o conjunto de normas e valores que regem as interações sociais, o legado pré-moderno reflete-se igualmente nos objetivos

enunciados pelos pioneiros do cooperativismo. A análise sistemática dos estatutos publicados no Diário do Governo, a partir da lei basilar do Cooperativismo (2 de julho de 1867), ilustra a reprodução destes princípios num esforço concertado por um lado em autogovernar a atividade comercial e produtiva, incluindo o aprendizado e o exercício da profissão, por outro em articular esta gestão coletiva com a criação de mecanismos de proteção social.

É de destacar a perpetuação do princípio da reciprocidade no que respeita à assistência e à proteção social, algo que, como já foi referido, a comunidade artesanal impunha aos seus membros. Aspirando “*servir de arrimo aos sócios quando dele necessitem*”⁵, as cooperativas propõem-se criar caixas de socorros médicos, farmacêuticos e pecuniários no caso de doença, invalidez e até mesmo desemprego, e também criam fundos de previdência aos quais destinam uma significativa percentagem dos seus lucros.

Práticas e funções das Instituições para a Ação Coletiva Pré-Modernas	Objetivos das cooperativas urbanas (Lisboa e Porto) segundo os estatutos publicados no <i>Diário do Governo</i> (1867-1933)
Corporações de ofício	Cooperativas de Produção
Gestão coletiva de recursos, neste caso a aprendizagem do ofício (De Moor, 2008; Halpern Pereira, 2012) Aquisição por grosso e distribuição de matérias-primas (Langhans, 1938)	Propriedade coletiva (44%) Formação profissional (17%) Abastecimento de matérias-primas (28%)
Municípios	Cooperativas de Consumo
Regulação dos preços (Franz-Langhas, 1938) Controlo da qualidade e peso dos produtos (Franz-Langhas, 1938)	Dominuição dos preços (52%) Garantir a qualidade e o peso exato dos produtos alimentares (52%)
Irmadades e Confrarias	Cooperativas de Crédito e outras
Assistência na pobreza (Lopes, 2010) Hospitais e asilos (Lopes, 2010) Crédito (Lopes, 2010)	Caixas de previdência (30%) Hospitais e farmácias (22%) Crédito ((37%)

Quadro 1 - Comparação entre as práticas das instituições para a ação coletiva pré-modernas e as das cooperativas urbanas⁶

⁵ “Estatutos da Fraternal dos fabricantes de tecidos e artes correlativas”, *Diário do Governo* de 30 de Junho de 1874.

⁶ Com base em todos os estatutos de cooperativas fundadas em Lisboa e no Porto, publicados no *Diário do Governo* entre 1867 e 1933.

Entre os objetivos das sociedades cooperativas fundadas fora de Lisboa e do Porto, destaca-se como esmagadora a preocupação de garantir o abastecimento das populações, sendo que 88,5% destas instituições tinham como primeiro objetivo o de “Fornecer aos sócios géneros de primeira necessidade e de consumo ordinário de boa qualidade, peso exato e preço módico”. No entanto, apenas 28,5% tinha apenas este objetivo. De facto, ainda mais do que nas cidades, as cooperativas em contexto rural destacam-se pela sua multifuncionalidade.

Na província, o objetivo principal das cooperativas era o de garantir o abastecimento de géneros de primeira necessidade a preços sustentáveis. As sociedades cooperativas previam contratar com *estranhos* mas também *produzir, cultivar e vender* os produtos dos associados, “*de forma a baratear tanto quanto possível os respetivos géneros*”⁷. Foi nas regiões em que dominava a pequena propriedade que esta fórmula associativa foi mais utilizada, fornecendo às economias familiares novas ferramentas para adquirir crédito, matérias-primas e instrumentos mas também a possibilidade de escoar os seus excedentes, excepcionalmente valorizados naquela conjuntura.

Estas associações, todavia, não se transformaram em empresas com fins puramente lucrativos. Pelo contrário, ao longo da guerra, as cooperativas mantiveram as suas funções sociais. Os seus estatutos continuaram a prever a criação de caixas de socorros, postos médicos, farmácias, bibliotecas e até escolas, procurando assumir o mesmo papel das *Maisons du Peuple* em França, das *Casas del Pueblo* em Espanha ou *del Popolo*, em Itália. Para além disso, as cooperativas procuraram mitigar os impactos da carestia de vida nos frágeis orçamentos familiares, concedendo-lhes crédito e socorros, por vezes em géneros.

A ação colectiva institucionalizada na crise do liberalismo: cooperação e reivindicação política em tempos de escassez

No quadro da primeira crise global do capitalismo, a partir da última década do século XIX, novos fatores significaram a expansão e a transformação da ação

⁷ “Estatutos da Sociedade Cooperativa Montemorense”, *Diário do Governo*, 11 de Janeiro de 1918.

coletiva institucionalizada, entre os quais se destaca a crescente tendência intervencionista dos Estados liberais Europeus (Alexander, 2013).

Em Portugal são promulgados novos diplomas regulando o associativismo, designadamente as leis que regulamentam as associações de classe (28 de fevereiro de 1891) e de socorros mútuos (9 de maio de 1891). A 5 de Julho de 1894 é promulgado ainda o decreto instituindo os sindicatos agrícolas e a Carta de lei de 3 de Abril de 1896, permitindo a constituição ou promoção na sua órbita de caixas de socorros mútuos, sociedades cooperativas, caixas económicas, sociedades de seguros mútuos entre outras instituições que pudessem promover e auxiliar o desenvolvimento agrícola (Santos, 2011).

O reconhecimento legal foi fundamental para o desenvolvimento do associativismo. No entanto, é no período marcado pela conflagração e o seu rescaldo que se distingue com maior clareza a relação entre os processos de construção do Estado e emergência dos movimentos de massas. Nesta conjuntura os efeitos nocivos do “mercado livre”, conjugados com a intervenção governamental no sentido de os mitigar, destacaram os novos instrumentos políticos passíveis de regular a atividade económica. A perceção coletiva desta oportunidade (Tilly *et al*, 2001) não foi desaproveitada pelas instituições para a ação coletiva em expansão desde as últimas décadas do século XIX, que adaptando as normas, valores e códigos de conduta pré-modernos ao novo regime liberal, não deixavam de aspirar a uma nova economia moral (Thompson, 1998).

As perturbações dos mercados de abastecimentos determinadas pelo conflito mundial - carência aguda de géneros e produtos alimentares de primeira necessidade e dificuldades de abastecimento não impediram a prosperidade do comércio interno que beneficiou da subida dos preços, tirando partido da especulação e do mercado negro. Assinale-se também o impacto desta conjuntura no agravamento da situação social do operariado e das camadas mais baixas do funcionalismo público, nos pequenos agricultores e nos titulares de rendimentos fixos, destacando, desde logo, a desvalorização dos salários reais, a insuficiência das produções, problemas de distribuição e o açambarcamento (Pires, 2011).

A crise das subsistências motivou o aprofundamento de um processo em curso — a expansão do Estado. Em 1916, é fundado o *Ministério do Trabalho*, dando resposta a uma proposta do congresso mutualista de 1911. Foi criada uma repartição

responsável pelo mutualismo e o cooperativismo e também pelas relações internacionais nestas esferas.⁸ O novo ministério propõe-se ainda “facilitar às cooperativas de consumo meios de poderem contribuir para atenuação da crise económica”⁹. Tendo mais uma vez como referência o desenvolvimento do cooperativismo na maior parte dos países da Europa, propõem-se combater o aumento do custo de vida e a especulação mercantil, apoiando a constituição de uma Federação Nacional de Cooperativas¹⁰.

Terminada a guerra a situação não melhorou. Sobre esta questão importa citar as análises publicadas no *Boletim da Previdência Social*, órgão do Ministério do Trabalho, segundo o qual, a alta dos preços era uma manobra especulativa. Sob a ameaça de uma descida brusca dos preços após o armistício, foi fundada a Aliança do Comércio e Indústria de Portugal e reivindicado o aumento dos direitos pautais e a depressão cambial¹¹.

Paralelamente, e desde a primavera de 1917, as alianças sociais supra descritas, germinadas sobretudo nos aglomerados urbanos em expansão, estiveram na base de um amplo e articulado movimento de contestação e resistência à carestia de vida que envolveu novos reportórios de ação coletiva – greves e manifestações de consumidores à escala local e nacional – e novas alianças políticas – entre diferentes camadas dependentes de um rendimento fixo, gravemente afetadas pela inflação (Pereira, 2013).

Na esfera das instituições para a ação coletiva verifica-se o destacado papel das cooperativas, que recorrem a todos os meios para combater a carestia de vida, a especulação e os açambarcamentos, mas também das mutualidades que procuram mitigar os efeitos da fome na saúde pública, sendo a sua colaboração com o Estado na resposta às crises epidémicas de 1918 absolutamente decisiva (Pereira, 2012b).

As cooperativas, tendo em conta a difícil situação determinada pelo conflito europeu, procuram cumprir “o princípio cooperativista, que é fazer frente ao comércio particular”, reduzindo a percentagem de lucro sobre os bens de primeira

⁸ Pelo decreto 2354. *Diário do Governo* de 21 de Abril de 1916: 345-352.

⁹ Segundo os decretos 3618 e 3619 publicados lado a lado no *Diário do Governo* de 1917.

¹⁰ *Boletim da Previdência Social*, n.º 4 Setembro/Dezembro de 1917: 336-337.

¹¹ Saraiva J. Andrade, “Causas obscuras da atual crise económica”, *Boletim da Previdência Social*, n.º 11 (Janeiro/Outubro de 1921): 56.

necessidade¹². Vários casos de estudo indiciam o esforço por parte destas sociedades no sentido de mitigar “a grave crise que vêm sofrendo as classes operárias”, nomeadamente flexibilizando as condições do crédito sobre os bens de primeira necessidade¹³. À escala local, os seus vínculos de reciprocidade reforçam-se. Algumas cooperativas unem-se para comprar géneros por grosso mais baratos¹⁴ e reduzem os seus lucros ao mínimo sustentável para fornecer géneros na melhor qualidade e ao mais baixo preço possíveis¹⁵.

É no entanto a intervenção direta do poder político que determina o salto de escala e a politização do movimento. As cooperativas de consumo são desafiadas pelo próprio governo a federar-se para, em conjunto com as Juntas de Paróquia de Lisboa e arredores, auxiliarem o executivo político na distribuição de géneros de primeira necessidade. Esta iniciativa foi interpretada pelos dirigentes cooperativistas como

*“um indício de que os homens do governo começam a sentir e a compreender a necessidade de procurar um ponto de apoio que os livrem da ação nefasta das oligarquias em que têm vivido (...) o cooperativismo nacional para se colocar à altura das exigências que as atuais lhe impõem”*¹⁶.

O Presidente da FNC foi ainda convidado pelo Ministro da Agricultura para que, juntamente com o presidente dos sindicatos Agrícolas e o Diretor da Manutenção Militar, entrasse na constituição de um organismo autónomo com recursos suficientes para combater a carestia de vida – a Junta de Provisão Pública. Mas as dificuldades que se levantaram “por parte das forças vivas açambarcadoras que aterradas intrigaram e manobraram (...)” conseguiram “(...) que esta por fim abortasse por completo”, bem como o próprio Ministério¹⁷.

De facto, a curta vida da Federação Nacional das Cooperativas (FNC), fundada em 1920, foi marcada por uma “luta de vida ou de morte” entre as “vítimas

¹² Ata da assembleia-geral da Cooperativa de Consumo Piedense, 3 de Outubro de 1915. Fundo próprio.

¹³ *O Trabalho*, 16 de Agosto de 1914: 3.

¹⁴ Atas das assembleias-gerais da Cooperativa Cultural Popular Barreirense entre 1915 e 1920. Fundo próprio.

¹⁵ Atas da Assembleia-geral da Cooperativa Cultural Operária Barreirense, 19 de Novembro de 1916. Fundo próprio.

¹⁶ 14 de Março de 1920 in *A Ação Cooperativa*, 1 de Abril de 1922.

¹⁷ “A obra da Federação Nacional das Cooperativas” in *A Ação Cooperativa*, 6 de Janeiro de 1923: 1-2.

exploradas, escarnecidas e esfomeadas” e as “forças vivas”. Organizou uma série de comícios e sessões de protesto pelo País exigindo medidas governamentais contra a carestia de vida, os açambarcamentos e as oligarquias plutocráticas, que terminou com uma grande manifestação em que participaram mais de cem mil pessoas junto ao parlamento¹⁸. Em 1924 as sociedades cooperativas foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho como exercendo uma atividade económica de utilidade pública, sendo isentas de imposto de selo as filiadas na Federação Nacional das Cooperativas¹⁹.

Para além de um intermitente apoio oficial, a FNC contava com a propaganda de figuras como Quirino de Jesus, Ezequiel de Campos ou Faria de Vasconcelos²⁰. O plano financeiro e económico apresentado por estes intelectuais, reunidos em torno da revista *Seara Nova*, destacava o papel da economia social, defendendo que o Estado devia intervir em defesa das classes medianas e pobres, por intermédio da manutenção militar, dos Armazéns reguladores, das cooperativas, e quaisquer outros elementos necessários. Sublinhava ainda que se deveria fomentar as instituições de cooperação e de previdência, principalmente as caixas económicas e as cooperativas de produção, consumo e crédito, favorecendo-as com auxílios financeiros²¹.

Estas propostas bebiam diretamente das propostas doutrinárias de Charles Gide traduzidas para português desde a alvorada do século XX (Gide, 1908), que apresentam o cooperativismo integral como um dos modelos de organização económica e social em debate no entre guerras. Nos finais de 1921, a revista *Révue des Étude Coopératives* publicavam o manifesto cooperativo dos intelectuais universitários franceses, um documento traduzido em Portugal e com um forte impacto no movimento associativo nacional. Segundo este, “a Guerra fez à cooperação um reclame absolutamente inesperado. Os consumidores vítimas da falta de géneros, da alta dos preços e da exploração dos comerciantes, encontraram nas cooperativas de consumo lugares de abrigo”. Os 64 subscritores reconheceram nas cooperativas de consumo laboratórios de experiência social e estavam convictos que a

¹⁸ *Ação Cooperativa*, 29 de Fevereiro de 1924: 1

¹⁹ Lei n.º 1633 de 17 de Julho de 1924 e Portaria de 11 de Outubro de 1924.

²⁰ “O Problema Nacional e o cooperativismo”, *Ação Cooperativa*, 22 de Agosto de 1922: 1.

²¹ “O Plano Financeiro e económico elaborado pelos Srs. Drs. Quirino Avelino de Jesus e Ezequiel de Campo”, *Ação Cooperativa*, 22 de Agosto de 1922: 3.

cooperação podia oferecer um programa geral de reconstituição social²². Na sua opinião, desafiando o modelo económico e social em crise, as cooperativas demonstraram que uma empresa pode viver e prosperar fora das condições que a economia política considera como indispensáveis, ou seja, o estímulo do lucro e a pressão da concorrência²³.

Foi nestes anos que o movimento de sócios e de capital das cooperativas atingiu o seu clímax, à semelhança do que aconteceu com o mutualista e o sindical. Segundo os dados oficiais, entre 1919 e 1920, o número de sociedades passou de 136 para 421 e os cooperadores aumentaram de 43031 para 104204, atingindo os 116355 em 1922 e as 395 associações em 1924²⁴.

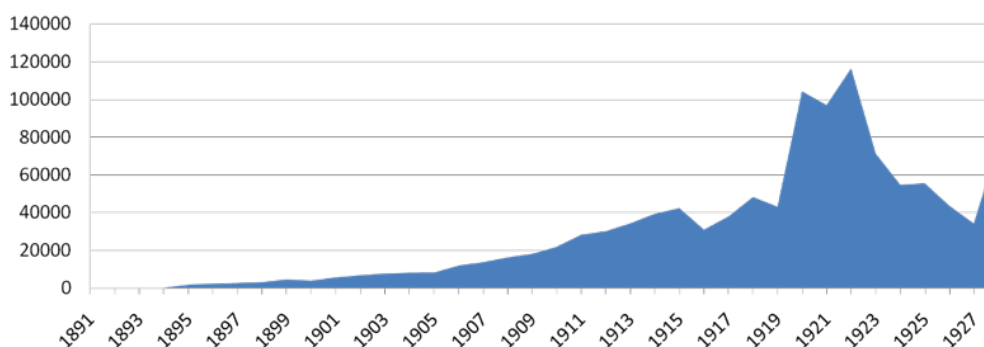


Gráfico 3 - Movimento geral dos sócios das cooperativas (Direção Geral das Bolsas Sociais do Trabalho, Estatística e Defesa Económica)

As propostas políticas veiculadas na *Ação Cooperativa*, órgão da Federação Nacional das Cooperativas, publicado entre os anos 1922 e 1925, não obstante as grandes transformações que marcam o período liberal – industrialização, urbanização e construção do Estado Moderno – encontram paralelo nas normas e valores que animavam as instituições para a ação coletiva desde o período pré-moderno, procurando constranger os mercados.

²² *Révue des Etudes Coopératives*, n.º 1 Outubro/Dezembro de 1921.

²³ *Ação Cooperativa*, 25 de Setembro de 1922: 1.

²⁴ “Movimento geral das cooperativas desde 1891 até 1930”, *Boletim da Previdência Social*, n.º 23 (1932): 54-55.

Normas e valores das Instituições para a ação coletiva pré-modernas	Objetivos das Sociedades Cooperativas (1867-1933)	Propostas políticas do movimento cooperativo no primeiro pós-guerra
Autonomia e autodeterminação	Autogestão e produção coletiva	Apoio à economia social
Bem comum e preço justo	Abastecimento de géneros de boa qualidade e a preço justo	Controlo social dos mercados
Providência e reciprocidade	Crédito, providência e assistência mútua	Proteção social

Quadro 2 – Comparação entre normas, objetivos e propostas políticas das instituições para a ação coletiva pré-modernas e do movimento cooperativo

Notas finais

A historiografia portuguesa que incide no período de transição do Antigo Regime para a modernidade é concordante com a tese de Tine de Moor destacando a expansão dos mercados e da propriedade como motor para a ação coletiva institucionalizada no século XIX, que se expressa na resistência dos laços de ofício e comunidade. O mapeamento deste processo mostra que foi sobretudo nas duas cidades industriais – Lisboa e Porto – e nos seus arredores que o movimento emergiu, mas que progressivamente o modelo foi replicado noutras regiões pela mão da comunidade artesanal que se espalhava pelos pequenos e médios aglomerados que polvilhavam a província.

A análise da origem social dos seus promotores reflete a diluição das antigas redes de ofício em mais alargadas alianças sociais germinadas nas novas áreas industriais e comunidades operárias. Finalmente, os propósitos enunciados nos estatutos das cooperativas fundadas na alvorada do século XX mostram como na sua origem estão as novas necessidades das populações urbanas mas também agrícolas perante o recuo das economias de subsistência.

Como verificou Charles Tilly, as transformações estruturais ao nível do poder estatal, determinadas pelas revoluções liberais determinam uma profunda alteração do reportório de ação coletiva europeu (Tilly, 1986). A articulação nacional das milhares de associações de base que proliferaram pelo país, quer no campo sindical quer no âmbito da mutualidade e da cooperação, teve como principal objetivo condicionar a

intervenção do Estado Moderno em construção em favor dos interesses dos trabalhadores e outras camadas socialmente desprotegidas. Assim o comprovam os debates e as teses aprovadas nos primeiros congressos associativos à escala nacional – a proteção social no congresso mutualista de 1911, a regulação legal das relações laborais nos congressos nacionais operários de 1914 e 1919, o combate aos açambarcamentos no congresso cooperativo de 1920.

A Grande Guerra marca uma charneira neste processo, acelerando drasticamente as tendências que se vinham desenhando. A intervenção do Estado na regulação das relações laborais, com a criação do Ministério do Trabalho, no apoio à proteção social, com a atribuição de subsídios às mutualidades (Pereira, 1999:62) e na distribuição dos géneros, através da política de abastecimentos providenciou uma experiência diferente da política liberal, em paralelo com o que acontecia por toda a Europa (Wrigley, 1993: 12). Depois da guerra, o debate em torno da intervenção do Estado na economia e na sociedade enfatizou o seu papel como um instrumento do ativismo popular (Stovall, 2012: 9-13) potenciando uma espantosa expansão do movimento associativo, nas suas diferentes tipologias.

A ascendente pressão popular sobre o Estado trouxe para a esfera pública camadas sociais anteriormente excluídas da arena política, mobilizadas por diversas vias em defesa de um novo compromisso social que acreditavam ser possível alcançar através de medidas legislativas. O processo de massificação da intervenção política é indissociável das expectativas criadas em torno da capacidade do poder político impor reformas estruturais capazes de transformar a ordem económica e social. Este processo, as redes e as normas sociais que o sustentam, todavia, encontra as suas longínquas raízes históricas nos laços e valores morais secularmente reproduzidos nas instituições para a ação coletiva pré-modernas.

Bibliografia

- ALEXANDER, Rob. S., 2013, *Europe's Uncertain Path: State formation and Civil Society*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- BLACK, Antony, 1983, *Guilds and Civil Society in European Political Thought from the Twelfth Century to the Present*, London, Methuen.
- DE MOOR, Tine, 2013, *Homo Cooperans: Institutions for Collective Action and the Compassionate Society*, Utrecht, Univertiteit Utrecht.
- GOODIN, Robert E., 1996, *The Theory of Institutional Design*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GOODOLPHIM, Costa, 1889, *A Providência: associações de socorros mútuos, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- HENRIQUES, Maria Adosinda, 1996, “Mútuas de seguro de gado: a solidariedade em meio rural” in Joaquim Pais de Brito (org.), *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia: 461-469.
- HESPANHA, António Manuel, 1982, *A História das Instituições: Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina.
- LANGHANS, Franz-Paul, 1938, *As posturas: estudos de direito municipal*, Lisboa, Typografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- LOPES, Maria Antónia, 2010, *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: University Press.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 1999, *Espaço urbano, sociabilidade e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Centro de História da Cultura Terramar, 1999.
- NETO, Margarida Sobral, 2010, *O Universo da Comunidade Rural (Época Moderna)*, Coimbra, Palimage/CHSC.
- NORTH, Douglas, 1990, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, University Press.
- OLIVEIRA, César de, 1995, *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores.
- OSTROM, Elinor, 2007, “The Meaning of Social Capital and Its Link to Collective Action”, Gert T. Svendsen and Gunnar L. Svendsen (ed.), *Handbook on Social Capital*, Northampton MA: Edward Elgar.
- OSTROM, Elinor, 1990, *Governing the commons: the evolution of Institutions for Colective Action*, Cambridge, University Press.
- PEREIRA, José Pacheco, 1981, “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)”, *Análise Social*, XVII (65): 135-151.
- PEREIRA Joana Dias, 2013, *A Produção Social da Solidariedade Operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*. Tese de doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL.

- PEREIRA, Miriam Halpern, 2010, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, n.º1713. Disponível em linha: <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/>
- , 2012, *Do estado liberal ao Estado-providência: um século em Portugal*, São Paulo, EDUSC.
- PEREIRA David, 2012b, *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*. Tese de doutoramento em História Contemporânea., Lisboa, FCSH da UNL.
- RAMOS, António Alberto, 1994, *Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro*, Almada, Câmara Municipal.
- ROSENDO, Vasco, 1996, *Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral.
- SÁ, Vitor de, 1974, *Crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1952)*. Lisboa, Seara Nova.
- SANTOS, Dina, 2011, *Do Mutualismo ao Mercado: A Banca Mutualista em Portugal. Estudo de Caso: O Crédito Agrícola Mútuo*, Lisboa, Cases.
- SMITH, Angel, 2007, *Anarchism, Revolution and Reaction: Catalan labour and the crisis of the spanish State, 1898-1923*, New York, Berghahn, 2007.
- STOVALL, Tyler, 2012, *Paris and the spirit of 1919: consumer struggles, transnationalism and revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- THOMPSON, E. P., 1987, *A formação da Classe Operária Inglesa. (3 vols.)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- , 1998, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras.
- TILLY, Charles, 2003, “Contention over space and place”, *Mobilisation*, 8/2.
- , 1986, *France Conteste de 1600 à nos jours*, Paris, Paris, Fayard.
- TILLY, Charles et al, 2001, *Dynamics of Contention*, Cambridge, University press, 2001.
- WRIGLEY, Chris, 1993, *Challenges of labour: Central and Western Europe 1917-1920*, New York, Routledge.

Associativismo operário na sociedade liberal (1850-1860)

João Lázaro

As datas redondas convencionais podem ser encaradas como artificiais ou arbitrárias, tal não é o caso da história do movimento operário português. O período balizado entre 1850-1860 representa uma década indispensável para perceber a história do movimento operário português. É um recorte cronológico pouco, ou nada, abordado pelos historiadores, esquecendo-se que é neste que emerge uma importante geração de intelectuais partidários do socialismo que focam a “questão social” – expressão usada na época para retratar os problemas referente às classes populares e trabalhadoras – e que são responsáveis pelo nascimento de dois importantes marcos na história do movimento operário: o jornal *Eco dos Operários* (1850) e o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, uma associação central no movimento operário edificada em 1852. Por outro lado, é uma década caracterizada por profundas e conhecidas alterações em vários níveis, com destaque para as transformações políticas e económicas com a entrada em cena da denominada “Regeneração”. Ou seja, ao contrário de outros países como Inglaterra, França e o que é hoje a Alemanha, que anteriormente já tinham realizado a sua revolução industrial, em Portugal a pequena oficina ainda é dominante, mas o panorama do mundo do trabalho nesta década está em plena transformação. Ao passo que na reta final deste período ocorrem graves crises de subsistências e uma epidemia de febre amarela na cidade de Lisboa. Fatalidades que, naturalmente, não são menosprezadas pelos socialistas como pelo poder político liberal.

Ao contrário do que se poderia pensar, nesta década o movimento operário, embora seja um ator histórico novo, é um importante interveniente na sociedade, estando intimamente envolvido com o poder político de então, ou seja, com o liberalismo, nomeadamente com a entrada em cena do projeto regenerador. É já

consabido que um pouco por toda a Europa o liberalismo procurou substituir os regimes monárquicos absolutistas através de uma ordem constitucional popularizando o livre mercado e o individualismo, todavia, não esqueceu a liberdade de expressão e de associação. Paralelamente ao avanço dos regimes liberais, o multifacetado universo socialista também não deixava de encarar o associativismo como um instrumento favorável as aspirações dos trabalhadores, o próprio Manifesto Comunista de 1848 destacava o papel da associação: “o progresso da indústria, de que a burguesa é o veículo inconsciente e sem vontade própria, substitui pouco a pouco o isolamento dos operários, resultante da sua concorrência, pela sua união revolucionária através da associação” (Marx e Engels, 1974:41). Em Portugal o associativismo foi logo enquadrado no Código Penal de 1852, ou seja, imediatamente após a consolidação do regime liberal e “em apenas seis anos, entre 1852 e 1858, são aprovadas mais de meia centena de estatutos de associações” (Pereira, 2010:23).

Como era então encarado o associativismo pelos dirigentes socialistas? A prática associativa operária é olhada como a grande assembleia que defende os interesses das camadas trabalhadoras, o grande organizador da vida social que agrupava um número de indivíduos com um fim proposto e aceite entre todos eles. A convicção depositada no associativismo é de tal forma, que esse é apontado como um meio para resolver várias problemáticas sociais, caso da mendicidade e até a prostituição. Na visão do vice-presidente do *Centro Promotor*, Vieira da Silva Júnior, a “associação é o pensamento do século” (*Revista Universal Lisbonense*, 1851 N.º 22:262), ao passo que na expressão de Sousa Brandão (redator dos estatutos do Centro Promotor) “a associação é o princípio de todo o progresso” (*Eco dos Operários*, 1850 N.º 3:7), estando pensada na “emancipação da classe operária, para que ela se livre do jugo dos opressores” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 28 :220). O trabalhador associado “tem na doença socorros, na morte sepultura. Na vida, prazeres, instrução para ele e para seus filhos” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 2:1). Não deixa de ser interessante que esta geração de socialistas compreendiam o associativismo no quadro da sociedade liberal como um espaço de recusa ao individualismo, pois era seu interesse “fundir o interesse individual de cada operário no interesse coletivo da indústria” (*Eco dos Operários*, 1850 N.º 5:3).

Assim, não é de estranhar que o associativismo acaba por representar um espaço privilegiado no contato e socialização do mundo operário. É no interior das

associações que são abordadas várias questões políticas, sociais e económicas. É demonstrativo a participação e o debate, com alguma polémica, que decorreu no interior do associativismo operário em torno de uma eventual candidatura encabeçada por um operário à câmara baixa do parlamento. Uma ideia que acabará por ser chumbada, pois o movimento operário acabará por apoiar as listas do *Partido Progressista*.

Por outro lado, o ideal associativo pretendia fornecer aos seus associados um claro acesso à instrução. E embora um deputado, em 1854, fosse da opinião que em Portugal “a intervenção do governo é indispensável no toca[va] o desenvolvimento da instrução primária [pois,] não existe espírito de associação” (Câmara dos Senhores Deputados, 11-04-1854: 136), o *Centro Promotor* não deixava de desenvolver um multifacetado leque de cursos noturnos: economia, geometria aplicada às artes, história e noções de mecânica. Aulas que além de serem tuteladas por eminentes personalidades desse tempo – Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Joaquim Tomás Lobo de Ávila, José Maria do Casal Ribeiro, José Maria Grande e José Estevão – contavam com o apoio de uma biblioteca no interior da associação.

O associativismo também funcionava como um espaço de transformação dos próprios costumes e socialização do mundo operário, isto é, tentava modificar o quotidiano dos seus associados. De facto, as associações alertavam os trabalhadores mal vestidos, mal penteados, desleixados, camisa suja, torcidos e descompostos que desse modo não obtinham a consideração da sociedade. Ao passo que tentavam experimentar novas formas alimentares, sobretudo, no sentido de diminuir o consumo do vinho. Neste prisma ocorreram experiências de associações alimentares que forneciam uma refeição de qualidade a um preço baixo. Na sede do *Centro Promotor* funcionou nesta década o refeitório da *Associação Alimentaria de Lisboa*, uma associação edificada à imagem do que era realizado noutros países, que pretendia substituir as tabernas e as casas de pasto, proibindo no seu interior conversas e comportamentos de teor ofensivo e obsceno. A questão do lazer e dos tempos livres era ainda reivindicado pelo associativismo operário. Portanto, não temos dúvidas que o associativismo era um espaço nuclear e central do movimento operário português.

Não obstante, é necessário salientar que este associativismo operário detinha dois traços experimentais e até inovadores para a época.

Em primeiro lugar, o associativismo é encarado como um espaço que podia dar igualdade à mulher. Henriques Nogueira parecia compreender a necessidade de garantir uma igualdade de género através da associação. Numa carta dirigida aos operários de Lisboa, este interveniente do socialismo português, defendia que o associativismo devia ser um vetor no sentido de alargar a influência da mulher nos costumes e práticas políticas do país. Inclusive, a associação devia garantir o “importante direito de votar” (Nogueira, 1853:106). O mesmo pensador não deixava de alertar que estes direitos não podiam ser negados mesmo na ordem política do país, um nítido discurso de igualdade de género no acesso ao voto e a participação no interior do associativismo como da própria política.

Noutro aspeto, é possível verificar o surgimento de uma vertente claramente internacionalista, nomeadamente no *Centro Promotor*. Temos a informação que o *Centro* ao ser confrontado por dois trabalhadores espanhóis desempregados, de imediato estabeleceu uma comissão no sentido de dar emprego aos operários desamparados. Esta atitude é defendida pelo Vice-presidente do *Centro Promotor* na medida de ser “digno do Centro Promotor [...] estender a mão protetora a todos os operários desvalidos, fosse qual fosse o seu país, porque o trabalho não tem nacionalidade” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 31:242). Portanto, “a ideia de que o trabalho não tem pátria – que doravante constituirá um dos mais marcantes axiomas dos movimentos operários – é já visível no *Centro Promotor*» (Lázaro, 2014:107).

De facto, o associativismo operário cresceu e marcou uma forte presença na sociedade portuguesa durante este período. Um desenvolvimento que não deixou de ser estimulado pelo próprio liberalismo português. No próprio espaço público encontramos ilustres liberais a defender a ideia de associação, uma atitude que não escapava ao movimento operário, pois através do órgão oficial do *Centro Promotor* era afirmado que “no parlamento a associação tem defensores” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 18:141). Ou seja, nesta década a prática do associativismo era ambicionada pelo movimento operário, sendo aceite e bem encarada por grande parte dos políticos liberais. Na lógica do deputado liberal António de Azevedo Melo e Carvalho o “princípio de associação [...] é a base do desenvolvimento e do progresso” (Câmara dos Senhores Deputados, 22-03-1853:192). Enquanto um outro deputado, Silvestre Ribeiro, alertava para o facto do “espírito de associação te[r] produzido tão

bons resultados noutros países” (Câmara dos Senhores Deputados, 28-05-1853: 284) e em Portugal ser ainda um espírito pouco desenvolvido.

O próprio associativismo operário tinha tamanha recepção no liberalismo português, que o expoente máximo do associativismo operário (*Centro Promotor*) deste período foi encabeçado por importantes dirigentes liberais. Na frente da presidência do *Centro Promotor*, até 1863, estava o histórico liberal António Rodrigues Sampaio, que mais tarde chega a ser ministro do Reino (1871). O cargo de tesoureiro tinha como responsável máximo um outro deputado liberal, José Maria do Casal Ribeiro¹. E não deixa de ser curioso verificar que os estatutos do *Centro* são aprovados tardiamente, em 16 de junho de 1853. Embora as associações carecessem de aprovação legal para iniciar a sua atividade, o *Centro* encetou o seu funcionamento logo em 1852. De facto este associativismo não representava qualquer perigo para o regime, em grande medida, tinha a proteção e o consentimento liberalismo político, o próprio *Centro Promotor* era “uma organização operária patrocinada pela classe política monárquica” (Cerezales, 2011:49). Nesta década o movimento operário e suas associações são caracterizadas por uma postura profundamente ordeira, e de enorme reconhecimento dos governos, sobretudo os executivos da Regeneração:

“Senhores, pagamos uma dívida de gratidão dando louvores ao governo de Sua Majestade pela benevolência com que tem atendido às nossas diligências para a aprovação dos estatutos, e pela tolerância com que tem consentido as nossas numerosas reuniões [...] e até sem a usual participação à autoridade” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 1:4).

Uma atitude que é produto da conjuntura desta década, pois nos anos seguintes o movimento operário e socialista português sofre uma evolução radical, mais aguerrida e desconfiada face ao regime liberal, que passa então a ser encarado como o responsável por uma sociedade altamente policiada e repressora, estruturada na necessidade de conservar os privilégios dominantes e que apenas subsistia pelo recurso “à força brutal: organiza os exércitos e a polícia” (*O Pensamento Social*, 1872 N.º 10: 1).

¹ Antigo apoiante de uma república federativa na Península Ibérica e da chamada “esquerda liberal” que logo em 1851 adere ao projeto regenerador e acaba por ingressar no Partido Regenerador, chegando mais tarde a ministro e conselheiro de Estado.

Seja como for, o *Centro Promotor* está localizado na história do movimento operário português como um ponto central e organizador do associativismo e mundo operários. É verdadeiramente o “representante do mundo do trabalho, tanto pelas associações que se vão associar ou constituir nele, como também pelo próprio governo e deputados” (Lázaro, 2014:198-199). Nesta lógica é possível afirmar que o associativismo operário, sobretudo através do *Centro Promotor*, não menosprezava a comunicação junto dos poderes políticos e da Coroa. Esta postura legitimava a criação de uma comissão no *Centro* que tinha como objetivo de “advogar perante o Governo os interesses das Associações operárias” (*Jornal do Centro Promotor*, 1853 N.º 25:194).

Há de facto uma autêntica dinâmica harmoniosa entre os governos liberais regeneradores e o associativismo operário, desencadeado importantes iniciativas governamentais que contaram com a participação do movimento operário.

É o caso da iniciativa do governo de enviar cinco trabalhadores à Exposição Universal de Paris de 1855, uma iniciativa que pretendia uma absorção de conhecimento patente na exposição por parte dos trabalhadores portugueses e, em certa medida, inscrita na lógica de circulação e troca de conhecimento desse período.

No ano de 1855 ocorre a Exposição Universal de Paris, uma exposição que permitia uma circulação de conhecimento aos visitantes. Neste prisma o ministro das Obras Públicas (Fontes Pereira de Melo) estava decidido a enviar à feira “alguns artistas dos mais distintos em certos ofícios [...] a fim de examinarem os produtos que se encontrarem, não só na própria exposição, mas nas grandes oficinas, e nas grandes fábricas que abundam naquele país” (Câmara dos Senhores Deputados, 14-02-1855:133). Deste modo, é estabelecida uma parceria entre o governo liberal, através do diretor do *Instituto Industrial de Lisboa* (José Victorino Damásio) e o *Centro Promotor* para ser encontrado os trabalhadores que deviam visitar a exposição. Foi na sede do *Centro Promotor* que ocorreu a

“eleição por classe, de dois delegados e dois substitutos que devem formar a grande comissão que tem de resolver com o ill.º Sr. José Victorino Damásio [...] para se elegerem os cinco artistas que o governo de S.M. envia[va] a Paris” (*A Revolução de Setembro*, 1855 N.º 3917:3).

E, de facto, cinco trabalhadores associados do *Centro Promotor* acabaram por usufruir de uma estadia de sessenta dias em Paris em representação de vários estrados do tecido industrial português: Salustiano António Bento Novo (delegado pela tipografia), Carlos Augusto Pinto Ferreira (delegado pela carpintaria), Jacinto dos Santos Montedonio (delegado pela marcenaria), José Maria Chaves² (delegado pela serralharia) e João Luiz de Moraes Mantas (delegado pelos têxteis) que ficou mais tempo em Paris a observar a parte da Exposição referente aos tecidos.

No ano de 1857 a cidade de Lisboa era devastada por uma epidemia de febre amarela, que acabou por causar danos mortais nas fileiras do movimento operário lisboeta, pois vários associados acabaram por falecer devido ao flagelo. Perante os trágicos acontecimentos, o governo do Duque de Loulé foi forçado a nomear uma comissão que tinha a responsabilidade de facultar uma sopa económica às camadas populares. A comissão era constituída por ilustres nomes da sociedade, sendo parte integrante da mesma o *Centro Promotor*, representado pelo seu Presidente. O associativismo operário deu o seu contributo prático na tentativa de atenuar esta crise, auxiliando no funcionamento de uma cozinha económica sediada no bairro alto.

Considerações Finais

O movimento operário português esteve intimamente envolvido com o movimento liberal político e, ao contrário da situação espanhola onde os trabalhadores desiludidos com a não legalização do direito de associação por parte de um governo mais progressista (1854-56) acabam por radicalizar a sua atitude, o mundo operário português não demonstra qualquer postura agressiva perante os governos e os próprios dirigentes. Há, de facto, uma aliança entre os distintos movimentos, o operário e o liberal, cimentado com o desenrolar do projeto regenerador que é totalmente perceptível na ação e na dinâmica associativismo operário. Ou seja, é possível falar de poderosas e íntimas ligações com o poder liberal. Em Portugal a década de 50 de oitocentos demonstra um movimento e associativismo operários

² Antigo redator do *Eco dos Operários* e o operário escolhido por Lopes de Mendonça na tentativa falhada de lançar uma candidatura Operária à Câmara baixa do parlamento. E, mais tarde em 1856, é eleito para a comissão provisória para a eleição da *Comissão Central Progressista Regeneradora*.

dominados pelo designado *socialismo utópico*, dirigidos por alguns operários, mas sobretudo não operários. Uma fórmula que consegue alcançar um enorme destaque na esfera pública, sendo possível afirmar que “a associação é, em termos práticos, a grande concretização destes teóricos do socialismo em Portugal” (Lázaro, 2015: 188). Embora seja uma década onde não é possível localizar um conceito de *classe* fortemente vincado, como o marxista, é possível verificar que este associativismo consegue obter uma importância na génese das práticas operárias, e é importante não menosprezar a sua capacidade em reforçar laços de solidariedade e uma crescente consciencialização política e social patente no mundo operário. Por exemplo, durante a grave epidemia de febre-amarela em Lisboa, a *Associação dos Artistas Almadenses* fez questão de doar um donativo as associações operárias afetadas na capital, afirmando que o fazia “pelos seus irmãos necessitados da capital” (*A Revolução de Setembro*, 1858 N.º 4713:1).

Fontes e bibliografia

- A Revolução de Setembro*, 1850-1860. Disponível em: <http://purl.pt/14345>
- Eco dos Operários*, 1850-1851. Disponível em: <http://purl.pt/13464>
- Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 1853-1854. Disponível em: <http://purl.pt/17413>
- Revista Universal Lisbonense*, 1849-1853. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>
- Debates Parlamentares*, Imprensa Nacional, 1850-1860. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional)
- BASTIEN, Carlos, 1997, “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”, *Vértice*, II Série, n.º 79: 34-49.
- CEREZALES, Diego Palacios, 2011, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, 2003, “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX” in Benedicta Maria Duque Vieira (Org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE: 53-64.
- LÁZARO, João, 2012, “Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal”, *Vértice*, n.º 164:23-34.
- LÁZARO, João, 2014, *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera pública. Das práticas ao debate parlamentar: 1850-1860*, Lisboa, Chiado Editora.
- NOGUEIRA, Henriques, 1852, “Associação Local”, *Almanaque Democrático para 1853*, Lisboa, Tipografia Social.
- NUNES, João Arsénio, 1996, “Comunismo” in F. Rosas e B. De Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, vol I: 173-181.
- OLIVEIRA, César, 1973, *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halperm, 1993, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença.
- , 2010, “Centenário da República: Mutualismos, seguros sociais e a I república”, *Seara Nova*, n.º 1713: 23-26.
- SÁ, Victor de, 1974, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova.
- SARDICA, José Miguel, 2001, *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Viseu, ICS.

Associativismo de «pequenos interesses» no final do século XIX: em Lisboa como noutras cidades europeias?

Daniel Alves

Em 1864, um “defensor dos lojistas” fazia a apologia do associativismo na vida comercial lisboeta como forma de garantir a “liberdade de trabalho”, que sentiam estar a ser “coarctada” pelas autoridades administrativas da época (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas* 1864, no. 38, 19 de Fevereiro). Em 1870, também se falava nos vexames por que passava a “nossa liberdade industrial”, uma matéria que era “de tal importância para os lojistas, que a associação [criada nesse mesmo ano] não deve levantar mão dela enquanto não for resolvida favoravelmente.” (ACLL, 1870b:15) Este discurso estava ainda presente, com as mesmas cambiantes, no primeiro número do boletim associativo, começado a publicar em 1888. Era exigido que fosse “garantida a liberdade do trabalho e da indústria” aos lojistas, não sendo lícito ao Estado impor limites – que lembravam os “tempos abnóxios do absolutismo” – ao exercício da actividade comercial (ACLL 1888, no. 1, Janeiro:5).

Três épocas distintas na vida associativa dos lojistas de Lisboa, três polémicas igualmente diferentes por trás de cada um dos discursos, porém, um denominador comum: o que estava em causa era uma interpretação muito liberal sobre qual deveria ser o papel do Estado na regulamentação das actividades económicas pois, enquanto este procurava reforçar a sua intervenção, os lojistas entendiam que não deveriam, literalmente, pedir “licença” para trabalhar, pedir “licença” para abrir as suas lojas, para vender nelas determinados produtos ou para as manter abertas até determinadas horas. E faziam esta exigência tendo uma ideia muito clara sobre o seu papel na sociedade, como “*intermediários*” (ACLL 1893, no. 63, Fevereiro:6; *italico no original*), quer entre produtores e consumidores, quer entre operários e capitalistas. Em certo sentido, a sua noção de associativismo estava também num ponto mediano

entre a do sindicalismo que começava a afirmar-se na Europa da época e a dos lobbies de interesses, cada vez mais influentes no final do século XIX.

Procurando conhecer melhor as características deste associativismo, o que defendiam os indivíduos que o lideravam e qual o relevo desse discurso num quadro europeu mais amplo, começar-se-á por traçar um quadro geral sobre a evolução do associativismo comercial e industrial no final do século XIX, para de seguida comparar os principais aspectos do associativismo dos lojistas portugueses com o de outros países europeus, discutindo, por fim, se o discurso económico e social deste associativismo o colocava contra ou a favor do paradigma liberal vigente em boa parte da sociedade europeia durante a *Belle Epoque*.

Quadro geral sobre o associativismo comercial no final do século XIX

Na segunda metade do século XIX a fundação de muitas associações profissionais que agora eram alimentadas por adesões individuais e voluntárias, ao contrário do que se passava com as guildas e corporações do Antigo Regime, levou a que se passassem das sociedades de auxílio mútuo e de divulgação científica e técnica, características da primeira metade do século XIX, para a constituição de verdadeiros grupos de interesse organizados com capacidade de intervenção política, quer ao nível local, perante as autoridades administrativas e municipais, quer ao nível central, perante os governos e os parlamentos (Subacchi, 1997:156).

No caso português, mas também no caso espanhol e de outros países europeus, a criação deste último tipo de associações, no fundo, a passagem de um “modelo de inspiração iluminista para a formação de grupos de interesses, ocorreu em paralelo com o processo de modernização do Estado e da administração pública.” (Subacchi, 1997:157) No panorama português, os casos típicos de surgimento deste novo modelo organizativo são os da Associação Comercial do Porto¹ e da Associação Comercial de Lisboa², ainda na primeira metade do século, após a Guerra Civil, bem como o da

¹ Herdeira da Juntina, a congregação que nos finais do Séc. XVIII reunia os Homens de Negócios do Porto para defesa dos seus interesses, a Associação Comercial do Porto foi fundada em 1834.

² Em 1834, um núcleo de comerciantes constituiu a Associação Mercantil Lisbonense que, em Fevereiro de 1855, passaria a denominar-se Associação Comercial de Lisboa.

Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (RACAP), esta já em 1860 (Bernardo, 1997; Bonifácio, 1986; L. A. Santos, 2004).

Algumas destas instituições, em especial as industriais e comerciais, representavam uma emancipação em relação à autoridade pública, começando a competir com e chegando até a substituir as tradicionais Câmaras de Comércio e Indústria que tinham sido “criadas e organizadas por intervenção das autoridades administrativas”. Assim aconteceu em países como a Itália ou a Alemanha. Noutros casos, em particular no sector comercial, a junção nas Câmaras das funções legais de regulamentação com as funções representativas terá levado a que as associações comerciais começassem a usar aqueles organismos, ou mesmo os Tribunais de Comércio, no caso português, para exercer pressão sobre os governos e os parlamentos. Este fenómeno foi particularmente evidente no caso das associações de lojistas em Itália e em França, mas é igualmente visível em Portugal no final da Monarquia, por exemplo, num esforço concertado da Associação Comercial de Lisboa, da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa para dominarem as eleições para o Tribunal do Comércio (Subacchi, 1997:158 e 159; Alves, 2012:177–179).

O crescimento quantitativo e qualitativo das funções exercidas pelo Estado, a progressiva afirmação do sistema representativo e a extensão do sufrágio eleitoral foram factores que influenciaram o nascimento destes grupos de interesses ou pressão, uma outra face desse movimento associativo que nas últimas décadas do século XIX tocou praticamente todos os grupos socioeconómicos das sociedades europeias (Berger, 2006:158–162). À medida que os elementos dos vários grupos começaram a ter um peso mais significativo no eleitorado, assim se notou um aumento da sua participação não só nas eleições, onde seria óbvio e natural, mas também nas associações de classe, como então se chamavam, com o objectivo de coordenar esforços no sentido de procurar obter do Estado respostas para as suas reivindicações. Este fenómeno é visível tanto ao nível local, como no âmbito nacional, quando o jogo dos interesses levava a pressões junto dos parlamentos (Subacchi, 1997:159).

A questão aduaneira foi uma das mais abrangentes entre o fenómeno de pressão política exercida pelas associações de interesses. No caso daquelas ligadas à agricultura, se inicialmente parecem ter-se posicionado no campo do livre-cambismo, com a Grande Depressão do último quartel do século XIX, a sua atitude vai mudar na

direcção da constituição de um forte lobby junto do governo no sentido de um maior protecção (Subacchi, 1997:160).

O caso alemão apresenta uma evolução típica deste género de associações de interesses que pode ser encarado como modelar para o resto da Europa, inclusive para Portugal, mesmo que as datas dessa evolução não sejam totalmente coincidentes. Na década de 1870, estas associações eram formadas e dominadas por indivíduos ligados às elites dos grupos profissionais que estavam na sua origem, colaborando frequentemente com os governos e os políticos (L. A. Santos, 2004; Subacchi, 1997:161; Ullmann, 1997). Na década de 1890 a sua composição social tornou-se mais diversificada e a sua intervenção face ao Estado e ao poder político tem já traços de modernidade evidentes, como o recurso à imprensa e até, em alguns casos, a manifestações e protestos públicos. Nas primeiras décadas do século XX, algumas destas associações transformaram-se em organizações essencialmente de lobby político e outras até em partidos (Subacchi, 1997:161).

Quer ao nível europeu, quer no caso particular de Portugal, este associativismo foi mais precoce e mais frequente nos sectores económicos que beneficiavam com o liberalismo do século XIX, nomeadamente, a indústria e o comércio. Nestes dois sectores, a vida associativa “tornou-se cada vez mais abrangente a partir da década de 1880 na maioria dos países” europeus (Berger, 2006:159). Neste movimento associativo, as instituições ligadas à pequena burguesia urbana ocuparam um lugar de destaque, funcionando como centros de aprendizagem de uma vivência democrática que nos estados de tendência liberal se ia afirmando cada vez mais no último terço do século XIX.

Apesar de não se poder afirmar que este associativismo de “pequenos interesses” fosse acrítico face aos regimes liberais que tinham criado as condições para ele prosperar, sendo possível identificar muitos pontos de fricção entre estas associações de classe e as modernas tendências de concentração económica, por exemplo, o certo é que o seu radicalismo também nunca chegou ao ponto de se identificar plenamente com uma “oposição ao paradigma liberal”. Em certo sentido, os indivíduos das classes médias que participavam nesta vida associativa sentiam que essa mesma participação colectiva reforçava ou serviria para reforçar a defesa de um Estado e de uma sociedade cada vez mais liberais, embora de tendência moderada. A análise deste tipo de associativismo em termos comparados, entre o caso português,

representado pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, e alguns países europeus, permite destacar essas mesmas características de alguma ambiguidade e, ao mesmo tempo, defender a ideia de que a maior ou menor vivacidade desta vida associativa de cariz moderado terá de algum modo contribuído para o aprofundamento das democracias liberais do período pós-Grande Guerra.

O associativismo dos lojistas de Lisboa em perspectiva comparada

Em 1870, data de fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, a capital tinha já uma associação representativa do comércio. Fundada em Junho de 1834 e mudando de nome em Fevereiro de 1855, a Associação Comercial de Lisboa representava contudo “a grande burguesia comercial de Lisboa” (Pereira, 1994:12; L. A. Santos, 2004:29–30; Trindade, Santos, and Carvalho 2002:17 e 45). Este género de associações comerciais eram relativamente frequentes em Portugal, tendo sido criadas várias logo na década de 1830. A Associação Comercial do Porto foi fundada ainda em 1834, no ano seguinte surgiram as da Figueira da Foz, Setúbal e Ponta Delgada, e em 1836 foi a vez do Funchal. Em 1858 surgiu a Associação Comercial de Aveiro e em 1863 foram fundadas as de Braga e Coimbra (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1978:562–568; Lemos, 1900:3:189; Torgal, 1993:V:318). Contudo, na sua maioria, representavam quase exclusivamente os “negociantes”, os comerciantes “de grosso trato” dessas localidades (L. A. Santos, 2004:39-47).

Apesar do crescimento em número destas associações, esta é aparentemente uma fase de relativa calma no que diz respeito ao associativismo comercial em Portugal, incluindo nesta análise os vários níveis de profissionais ligados ao comércio: “comerciantes, lojistas, empregados e caixeiros”. Entre 1852 e 1890, período regido pelo artigo 292º do Código Penal que proibia qualquer associação com mais de 20 pessoas, foram fundadas 22 associações profissionais ligadas ao comércio, a maioria com objectivos mutualistas, número que conheceu um impulso decisivo após 1892 e até 1932, período durante o qual foram fundadas 111 associações, crescendo agora mais rapidamente as de cariz empresarial (Lousada, 2004:30-36). Esta segunda fase, que resultava, em parte, do “desenvolvimento urbano e fabril” e que teve na crise financeira da década de 1890 igualmente um importante estímulo, era já enquadrada

por legislação específica, nomeadamente, o decreto de 9 de Maio de 1891, rubricado pelo ministro António Cândido, que regulava “a existência das «associações de classe» que podem ser comerciais, industriais ou agrícolas, só de patrões, só de empregados, operários ou trabalhadores, e mistas”, e também pela portaria de 9 de Fevereiro de 1894, de Carlos Lobo de Ávila, onde se encontrava “explicitamente recomendado” ao governador civil o “policiamento” das associações de classe (Lousada, 2004:30; F. P. Santos, 1975:238; Tengarrinha 2002, I:206). Curiosamente, poder-se-ia pensar que esta última regulamentação era dirigida a um suposto crescendo de actividade de associações operárias, mas na realidade ela resultou do radicalismo do associativismo comercial que nesse mesmo ano tinha visto o governo de Hintze-Franco fechar as portas das suas associações por excesso de protestos contra a reforma fiscal (Alves, 2012:320-343).

Apesar dos dois períodos indicados e do ritmo mais lento registado até à década de 1890, o mundo do comércio era, por comparação com os restantes sectores de actividade, aquele onde o associativismo parecia mais dinâmico, na segunda metade do século XIX. Segundo Costa Goodolphim, referindo-se apenas à realidade observada até meados da década de 1870, “a classe comercial, uma das mais numerosas, é aquela que mais tem compreendido o princípio da associação, e o tem firmado em bases mais sólidas”, no que é confirmado pela recente investigação de Maria Alexandre Lousada (Goodolphim, 1974:98; Lousada, 2004:36).

Porém, este relativo dinamismo e mesmo o facto de Lisboa ter sido pioneira no associativismo comercial, não sossegavam o comércio retalhista da cidade antes de 1870, uma vez que se ressentia pelo facto de não ter representantes directos, sentindo a falta de uma associação que fizesse chegar a sua voz e as suas reivindicações junto dos poderes constituídos. Até porque algumas dessas reclamações nem sempre eram coincidentes com as dos grandes comerciantes. Provavelmente, os lojistas da capital portuguesa à época acabavam por sentir o mesmo, por exemplo, que os seus colegas espanhóis, na década de 1880, que viam a sua “representação política e a defesa dos interesses (...) subordinados ao controlo e direcção dos interesses do grande comércio e da grande indústria.” Efectivamente, em Madrid as associações onde estava integrado o pequeno comércio eram dominadas pela “burguesia mercantil da capital” (Núñez Seixas, 1996:35 e 38). Algo semelhante parecia estar a ocorrer do outro lado do Atlântico. As associações de pequenos comerciantes no México não lograram êxito

no último terço do século XIX. Estes indivíduos estavam ligados às Câmaras de Comércio que reuniam os grandes comerciantes, ocupando nelas um lugar subalterno e detendo uma influência precária (Rangel Contla, 1972:166-167).

No fundo, a diminuta representatividade da pequena burguesia comercial em algumas organizações ou instituições criadas ao longo do século XIX e com as quais o Estado pretendia fazer a ligação entre o mundo dos negócios e o poder central, acabou por ser um factor importante de mobilização deste estrato social, com reflexos quer na reivindicação da sua presença nos tribunais do comércio e nas associações comerciais, quer inclusive na fundação de associações “autónomas para os pequenos comerciantes”. Esta mobilização, efectivamente, “representou um factor importante para o desenvolvimento de uma identidade social” entre a pequena burguesia (Núñez Seixas, 1996:27). Se, por um lado, a fundação da ACLL em 1870 veio preencher esta lacuna, por outro lado, continuou por resolver a questão da representatividade no Tribunal do Comércio, por exemplo, problema solucionado apenas na década de 1890 quando as duas associações começaram a apresentar listas conjuntas para a eleição do júri.

Um outro factor, na base desta noção de interesses próprios divergentes em relação a um outro grupo social, parece ter sido importante na construção de uma identidade comum entre os lojistas e, ao mesmo tempo, responsável pela necessidade de criação de uma associação representativa autónoma dos “grandes interesses”. Esse factor era a idealização da sua própria imagem e do seu papel na sociedade elaborada, não só tendo por base as características próprias do que entendiam ser a classe dos “lojistas”, mas também através do confronto ou comparação com outros grupos sociais com os quais não pretendiam ser confundidos e com os quais igualmente não se sentiam identificados. O relatório de apresentação dos primeiros estatutos da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa dá, neste sentido, uma pista importante para se perceber esta perspectiva. Logo nos parágrafos iniciais, afirmava que “as necessidades sociais do lojista [eram] muito diferentes das do empregado público, do artista e do operário” (ACLL, 1870a:7). Estava aqui presente, claramente, uma noção de independência, centrada na posse de alguma propriedade que, no caso dos lojistas, era constituída pelo negócio e pela clientela, à falta de uma real propriedade das lojas, a maior parte das vezes arrendadas.

Inerente a esta perspectiva estava ainda a noção de que, além de patrões de si próprios ou proprietários, eram igualmente trabalhadores atrás do balcão, o que os distinguia dos grupos sociais superiores. Neste ponto, não se diferenciavam particularmente dos restantes colegas europeus que frequentemente se reconheciam e eram também reconhecidos, como pertencendo a um grupo que se situava no meio da sociedade, “entre o capital e o trabalho” (Entre outras referências, veja-se Mayer, 1975:433; Blackbourn, 1977:409-433; Ericsson, 1984:313-328; Ericsson, 1988). Os lojistas de Lisboa, em 1886, seriam taxativos ao afirmar que as “classes” que constituíam a ACLL tinham “quase por única riqueza a aptidão ao trabalho” (ACLL, 1886:12). Por isso, os lojistas não se consideravam representados na ACL, junto do grande comércio, da alta burguesia, mas tinham igualmente a noção que constituíam um grupo à parte dentro da pequena burguesia e claramente separado da classe operária, ou pelo menos interessado em fazer passar essa imagem, na medida em que a mesma lhes poderia garantir, por um lado, uma maior respeitabilidade junto dos poderes e, por outro, uma maior autonomia nas relações com outros grupos sociais.

Contudo, entre a ideia de uma representação própria e o momento da fundação associativa, o individualismo da classe ainda levava a que as “comissões” de protesto criadas para combater uma determinada medida – como a “comissão de lojistas da capital”, activada em Novembro de 1863 para reclamar contra a obrigatoriedade de fechar as lojas “depois da hora de recolher” (*Diário de Portugal: defensor dos lojistas* 1864, no. 1, 1 de Janeiro; no. 4, 6 de Janeiro e no. 10, 14 de Janeiro) – logo perdessem força e se dissolvessem quando o assunto ficava resolvido. Assim aconteceu em Lisboa, na década de 1860, e o mesmo se passou, por exemplo, com os lojistas parisienses ao criarem associações ou comissões efémeras para combater problemas específicos gerados por nova legislação, nomeadamente, fiscal, ou por novos concorrentes, como os grandes armazéns. Estes agrupamentos de lojistas, contudo, tendiam a “desintegrar-se tão rapidamente como tinham sido formados” e só em 1888 foi fundada uma associação mais estável e duradoura, a *Ligue syndicale du travail, de l'industrie et du commerce*, instituição que passou a representar os “pequenos comerciantes” da Cidade Luz (Nord, 1986:7 e 23-31).

Um outro exemplo pode ser o caso da Alemanha, onde os lojistas eram caracterizados como individualistas e “incapazes de reconhecer o valor do associativismo”, facto que era particularmente sentido ao nível dos merceiros,

levando a uma diminuta apetência dos pequenos comerciantes para a formação de associações profissionais (Blackbourn, 1977:416).

Esta era uma perspectiva comum a vários países, pois, aparentemente, quando as associações eram criadas com um fim muito específico, sem definição de objectivos a longo prazo, tinham tendência para se dissolverem assim que conseguissem os seus intentos (Subacchi, 1997:158).

Em parte, pode ser afirmado o mesmo em relação aos tempos iniciais da ACLL e ao facto de esta só ter sido fundada em 1870, após outras tentativas frustradas para a sua organização. Aliás, era frequente o discurso sobre o individualismo dos lojistas, o seu egoísmo e a pouca crença que depositavam na acção concertada, presente nos primeiros relatórios da gerência da ACLL, como desabafo para o reduzido número de sócios que a jovem agremiação conseguia atrair.

Se havia pontos de contacto entre os lojistas lisboetas e os de Madrid, Paris, Milão ou mesmo os da Alemanha, a fundação da ACLL acabou por ser singular num aspecto: na cronologia. Um pouco por toda a Europa, a pequena burguesia comercial foi incentivada à união e à mobilização política e associativa para a defesa dos seus direitos e interesses, essencialmente, a partir do final da década de 1880 (Benson, 1992:96; Blackbourn, 1984:50; Jaumain, 1995:163-164; Jaumain and Gaiardo, 1988:442-446; Morris, 1993:103-109; Morris, 1997:237-238 e 240-241; Morris, 2002:155 e 160; Winstanley, 1983:75-77). Por essa altura, a Associação dos Lojistas de Lisboa levava já quase duas décadas de existência e, em comparação com o caso alemão, por exemplo, os principais dinamizadores do associativismo entre os lojistas eram precisamente os merceeiros.

Mesmo no panorama nacional, se o associativismo do pequeno comerciante de Lisboa chegava com algum atraso em relação à burguesia comercial, por comparação com os lojistas de outras localidades, uma vez mais é possível destacar a relativa precocidade da ACLL. Veja-se, por exemplo, o caso da Associação de Lojistas do Porto, fundada apenas em 1892 (ACLL, 1892, no. 56, Julho:1-3). Em 1893, a ACLL refere a existência de outras três associações de lojistas, a Associação Comercial dos Lojistas de Coimbra, a de Santarém e a de Setúbal, mas não foi possível verificar a data de fundação das mesmas (ACLL, 1893, no. 64, Março, 3). Como é óbvio, neste caso funcionava também o factor “capital do reino” que, pela sua maior dinâmica comercial e elevado quantitativo populacional, potenciava a existência de um número

muito significativo de lojistas, o que poderá ter influenciado uma precoce tomada de consciência da identidade da classe e, nesse sentido, da necessidade de formação de uma associação representativa.

Em alguns estudos é precisamente destacado o factor de desenvolvimento urbano como um dos componentes da maturação de uma identidade comum entre a pequena burguesia (Crossick and Haupt, 1995:13 e 47). Em Portugal é igualmente apontado o “desenvolvimento urbano” como um dos factores impulsionadores do crescimento do movimento associativo, em termos gerais (Tengarrinha, 2002:I:206).

Uma outra diferença essencial está relacionada com o tipo de associação que os lojistas pretendiam e levaram à prática. Se nos primeiros estatutos ainda afluíam alguns aspectos de mutualidade, de socorros-mútuos, a realidade da vida associativa veio revelar antes uma clara tendência para a constituição da ACLL como uma instituição de pressão económica, onde o importante era o “princípio da representatividade de interesses”, mais ao estilo das associações que se formavam para os grandes comerciantes, ou, no caso da pequena burguesia, mais próxima do que iria ser a realidade, nacional e internacional, a partir da última década do século XIX (Lousada, 2004:34; Subacchi, 1997:157).

Se o *timing* e as características gerais fazem com que a ACLL se destaque das associações que foram criadas pela pequena burguesia comercial europeia, já as motivações para a sua criação têm tantos pontos de contacto, como diferenças, face às congéneres estrangeiras. Na Bélgica, por exemplo, o aparecimento das associações de lojistas teve um denominador comum à grande maioria, um objectivo claro: “a supressão das cooperativas de consumo ou, pelo menos, uma severa regulamentação das suas actividades.” Foi este o principal “catalisador” que possibilitou à pequena burguesia urbana ultrapassar as suas diferenças e constituir uma “frente unida”, mais tarde igualmente preocupada com outras questões, como os vendedores ambulantes ou a pressão fiscal (Jaumain, 1995:163-164). Em Milão, foi precisamente esta última que acabou por despertar uma consciência de classe entre os lojistas e os levou ao movimento associativo e a uma participação política mais activa, mas igualmente importante foi a contestação às cooperativas de consumo (Morris, 1993:95-102 e 140-153). Em Paris, as justificações para o rápido evoluir do movimento associativo, no final da década de 1880, resultaram da conjugação de vários factores, com a questão fiscal à cabeça, também relacionados com o combate aos grandes armazéns,

considerados como a “nova feudalidade” que ameaçava “devorar” o pequeno comerciante, e a necessidade de enquadramento político e social de um grupo que se sentia “inconfortável” entre a pressão vinda de cima, dos negociantes, ou de baixo, de uma “massa crescentemente militante” de trabalhadores de colarinho-branco, onde se incluíam os caixeiros, com claras tendências socialistas (Nord, 1986:23-44). No caso da Inglaterra, as motivações foram igualmente variadas, passando pela necessidade dos lojistas responderem “a um mundo de negócios cada vez mais complexo, o qual estava progressivamente a ser colocado sob a regulamentação e inspeção estatal”, ou pelas críticas ao sistema fiscal e à “concorrência injusta”, onde se destacava uma “feroz” contestação às cooperativas de consumo (Winstanley, 1983:75-83).

Uma parte destes factores esteve longe das preocupações dos lojistas de Lisboa, nomeadamente, a questão da concorrência dos grandes armazéns e das cooperativas de consumo. Também nunca aparentaram estar preocupados com o movimento socialista em Portugal, aliás irrelevante em termos políticos e pouco representativo em termos sociais, até 1910. Da observação de toda a documentação produzida pela ACLL entre 1870 e 1890, entre relatórios, representações, actas de reuniões e *Boletim*, nunca estas temáticas foram sequer abordadas. No período que decorre até à queda da Monarquia, as referências são meramente pontuais e nunca apresentadas como um perigo ou um risco político, económico ou social, pelo que esta ausência poderá ser considerada como um bom indicador de que as mesmas estavam longe de representar qualquer força aglutinadora da pequena burguesia comercial de Lisboa (Alves, 2012). Efectivamente, eram outras as preocupações dos lojistas, essas sim em relativa sintonia com os colegas europeus, nomeadamente, as questões fiscais, uma desconfiança face à intervenção reguladora do Estado e, em especial, uma aversão muito evidente em relação aos monopólios.

Entre o liberalismo e o radicalismo: o discurso dos “pequenos interesses”

Historiadores como José Tengarrinha, Vasco Pulido Valente ou Rui Ramos apontam um aspecto comum na caracterização da pequena burguesia comercial portuguesa do final do século XIX. Todos, sem excepção, falam da “luta”, “aversão” e “ódio” que este grupo social nutria pelos chamados “monopólios” (Ramos,

1994:184; Tengarrinha, 1983:67-68; Valente, 1999:52). A historiografia europeia usa os mesmos argumentos na descrição e explicação dos ressentimentos sociais e políticos deste grupo em países como a Alemanha, a França ou a Inglaterra. Nesta última, os lojistas eram particularmente atraídos por grupos de pressão política que tinham como alvo do seu discurso os governantes acusados de gastarem os dinheiros públicos “em despesas militares [e] monopólios improdutivos” (Winstanley, 1983:27). Na França da viragem do século, as associações de defesa dos interesses dos lojistas sonhavam com um mundo livre de monopólios, com uma “república de pequenos proprietários [e] (...) pequenas empresas”, numa visão elaborada em oposição aos grandes armazéns de venda a retalho que tinham proliferado nas cidades francesas desde a década de 1870 (Crossick and Haupt, 1995:157-158). Um pouco por toda a Europa ocidental a imagem de radicalismo político da pequena burguesia era construída com um discurso que descrevia os governos, “não como servindo o povo, mas sim os monopolistas” (Crossick and Haupt, 1995:164). A pequena burguesia é descrita, no fundo, como um grupo social sempre pronto a “lutar contra os monopólios” (Crossick and Haupt, 1984:76), “hostil aos monopólios” (Nord, 1986:42).

Entre as ambiguidades da pequena burguesia radical francesa de finais do século XIX estava uma defesa da “propriedade privada em oposição aos socialistas” levada a cabo em simultâneo com a “crítica aos monopólios financeiros” (Crossick and Haupt, 1984:15). Ou até uma “evocação solene (...) do cidadão trabalhador por oposição ao monopolista devorador” (Crossick and Haupt, 1984:177). Uma imagem que usava terminologia de origem jacobina ao melhor estilo do ano revolucionário de 1793 (Crossick and Haupt, 1984:111). Apesar da ausência de um discurso contra o “perigo” socialista, também os lojistas em Lisboa eram acusados no final do século XIX de, nos seus protestos contra às medidas governativas, recorrerem a uma retórica de “sabor jacobino” (Alves, 2012:297).

No entanto, em alguns casos os lojistas entendiam que os “monopólios eram inevitáveis e até úteis” e nestes casos deveria ser o Estado a “nacionalizar e administrar os monopólios”. Estavam neste caso, os negócios relativos à distribuição postal e ao tabaco, como defendiam os lojistas e as suas associações em Paris, no final do século XIX (Nord, 1986:289). Os lojistas ingleses estavam politicamente comprometidos com aqueles que defendiam que os chamados monopólios “naturais”

(gás, água e comunicações) deveriam ficar nas mãos do Estado, pois a sua cedência a interesses privados era um caminho aberto para abusos e subidas de preços (Winstanley, 1983:29). Em Lisboa, no ano de 1891, os lojistas aderiram em massa a um protesto contra a entrega do monopólio do gás a uma companhia privada, uma vez que isso implicaria, segundo os seus argumentos, “um aumento da pressão fiscal” (Alves, 2012:242).

Esta forma de radicalismo e de linguagem era, aliás, um dos aspectos que aproximava sociológica e culturalmente a pequena burguesia comercial e a sua clientela popular, e que ao mesmo tempo a comprometia ainda “com uma ideologia democrática, liberal, anti-privilégios e anti-monopólios” (Crossick and Haupt, 1984:19 e 72-73). Imagem que mudaria rapidamente após o duplo impacto da Primeira Guerra Mundial e das ondas de choque da Revolução Russa.

Mas pelo menos até 1914 e, em particular, no caso português, a visão do lojista sobre o que deveria ser um Estado “liberal” não se coadunava obviamente com a ideia de um intervencionismo permanente na esfera particular, dos negócios. Na base até poderia estar um bom objectivo, a regulação do preço e da qualidade, mas não deixava de ser uma “extravagante ideia” ver um governo a “fazer [de] comerciante e industrial”. Com as devidas excepções, isso era um caminho para a criação de monopólios de Estado que só tinham como resultado a morte da “concorrência legal, legítima, filha do trabalho, da inteligência e dos esforços de cada um” (ACLL, 1888, no. 6, Junho, 5-6; ACLL, 1889, no. 18, Junho, 6-7).

Contudo, nem era propriamente a preponderância das companhias monopolistas que acabava por radicalizar o discurso dos lojistas. No fundo, os homens que estavam à frente dessas empresas desejavam o mesmo que os pequenos comerciantes, “bons dividendos”, ter lucro, prosperar, o que era perfeitamente razoável e expectável na opinião dos lojistas. O que já não era aceitável e gerava ressentimentos era que o Poder e os políticos se imiscuissem nos negócios que deveriam ser privados, distorcendo a concorrência através da outorga de concessões e privilégios que levavam aos monopólios. E isto acontecia porquê? Na opinião dos lojistas, porque “tudo isto é de meia dúzia de sujeitos, que tão depressa estão no governo, como são directores de companhias, bancos, etc., etc.” (ACLL 1888, no. 7, Julho, 7) Neste aspecto, é de notar que cedo começou a ser estabelecida uma relação

entre a marcha da política e a dos negócios, algo que vai estar muito presente no discurso dos lojistas no final da Monarquia.

Conclusão

Num aspecto os lojistas de Lisboa estavam claramente a par do que era comum entre os seus colegas europeus e isso é visível não só na questão dos monopólios, mas igualmente noutras consideradas importantes pela gente do pequeno comércio. Lá, como cá, as ideias de independência e propriedade, centrais na definição do papel do lojista na sociedade, eram defendidas de forma apaixonada pela pequena burguesia e “eram frequentemente defendidas tendo em conta mais a possível devastação de que poderiam ser alvo por parte dos ricos e poderosos, do que qualquer ameaça colocada pelos que não eram proprietários.” (Crossick and Haupt, 1995:9) Mesmo a resistência e as críticas lançadas às cooperativas e às grandes cadeias comerciais, em Inglaterra, por exemplo, não eram entendidas contra a concorrência e sim a favor de uma concorrência “pura”, invariavelmente relacionada com a preservação do lojista individual e nessa perspectiva enquadravam-se na defesa de um certo paradigma liberal, mesmo que defendido a partir de associações profissionais ou “de classe”, como os lojistas de Lisboa definiam a sua (Alves, 2012:164). A imagem que se transmitia era a de uma sociedade onde cada um, pela ausência de monopolistas, pudesse aspirar a ter sucesso e prosperidade (Winstanley, 1983:89).

No fundo, nestas ideias que eram comuns aos lojistas de Lisboa está subjacente a visão de que a pequena burguesia portuguesa sempre esteve mais convencida que era efectivamente ameaçada pelos privilégios, pela corrupção, pelos monopólios dos ricos e poderosos do que pelo socialismo da classe trabalhadora, pelo menos até aos anos iniciais da Primeira República (Ramos, 1994:200-201; Alves, 2012:229). Ora, foi precisamente esta posição, profundamente enraizada no pequeno comércio lisboeta e claramente perceptível no seu discurso que o impulsionou para uma identificação cada vez maior com os republicanos e a sua propaganda de denúncia de escândalos, corrupções e prepotências praticadas pelos homens políticos da Monarquia. Os lojistas, uma “gente orgulhosa, segura de si e ferozmente

independente”, ressentiam-se da preponderância de uma “«oligarquia» reinante, que frustrava as suas ambições sociais e fazia dolorosamente sentir os limites da sua posição subordinada” (Valente, 1999:48), tornando ainda mais atractivo o discurso moralizador e igualitário do republicanismo.

Fontes e bibliografia

- ACLL, 1870a. *Estatutos da Associação Commercial de Logistas de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal.
- , 1870b, *Relatório e contas*.
- , 1886, *Relatório e contas*.
- , 1888, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1889, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1892, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- , 1893, *Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa*.
- ALVES, Daniel, 2012, *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*, Chamusca, Edições Cosmos.
- BENSON, John, 1992, “Small-Scale Retailing in Canada” in John Benson & Gareth Shaw (Ed.), *The Evolution of Retail Systems, 1800-1914*, Leicester, Leicester University Press: 87-101
- BERGER, Stefan (Ed.), 2006, *A Companion to Nineteenth-Century Europe, 1789-1914*, Blackwell Companions to European History, Malden, Blackwell Pub.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, 1997, “Les élites agraires portugaises au XIXe siècle: entre groupes de pression et associations”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 189-202.
[doi:10.3406/hes.1997.1941](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1941).
- BLACKBOURN, David, 1977, “The Mittelstand in German Society and Politics, 1871–1914”, *Social History* 2 (4): 409–33. [doi:10.1080/03071027708567388](https://doi.org/10.1080/03071027708567388).
- , 1984, “Between Resignation and Volatility: The German Petite Bourgeoisie in the Nineteenth Century” in Geoffrey Crossick & Heinz-Gerhard Haupt (Eds.), *Shopkeepers and Master Artisans in Nineteenth-Century Europe*, London, Methuen: 35-61.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1986, “A Associação Commercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)”, *Análise Social* 22 (91): 331-67.
- CROSSICK, Geoffrey & HAUPT, Heinz-Gerhard (Eds.), 1984, *Shopkeepers and Master Artisans in Nineteenth-Century Europe*, London, Methuen.
- , 1995, *The Petite Bourgeoisie in Europe 1780-1914: Enterprise, Family and Independence*, Londonm Routledge.
- Diário de Portugal: defensor dos lojistas*, 1864.
- ERICSSON, Tom, 1984, “The Mittelstand in Swedish Class Society 1870-1914”, *Scandinavian Journal of History* 9 (4): 313-28.
- , 1988, *Mellan kapital och arbete. Småborgerligheten i Sverige 1850-1914*, Almqvist & Wiksell International.
- GOODOLPHIM, Costa, 1974, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1978, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

- JAUMAIN, Serge, 199, *Les petits commerçants belges face a la modernité, 1880-1914*, Bruxelles, Éd. de l'Université de Bruxelles.
- JAUMAIN, Serge, & GAIARDO, Lucia, 1988, “«Aide-toi et le gouvernement t'aidera.» Les réponses de l'Etat à la crise de la petite bourgeoisie (1880-1914)”, *Revue belge d'histoire contemporaine*, 19: 417-71.
- LEMOS, Maximiano, 1900, *Encyclopedia Portuguesa Illustrada: dicionário universal*, Vol. 3. Porto, Lemos & Co.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 2004, “Tradição e renovação nas associações profissionais” in João Freire (Ed.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.
- MAYER, Arno J., 1975, “The Lower Middle Class as a Historical Problem”, *Journal of Modern History* 47 (3): 409-37.
- MORRIS, Jonathan, 1993, *The Political Economy of Shopkeeping in Milan, 1886-1922*, Cambridge, Cambridge University Press.
- , 1997, “Les associations de détaillants en Italie à la fin du XIXe siècle”, *Histoire, économie & société* 16 (2): 237-57.
- , 2002, “Traders, Taxpayers, Citizens: The Lower Middle Classes from Liberalism to Fascism”, *Modern Italy* 7 (2): 153-69.
- NORD, Philip G., 1986, *Paris Shopkeepers and the Politics of Resentment*, Princeton, Princeton University Press.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xoxé M., 1996, “¿Una clase inexistente? La pequeña burguesía española (1808-1936)”, *Historia Social*, n.º 26: 19-45.
- PEREIRA, Ana Paula, 1994, “A Associação Comercial de Lisboa e a grande burguesia comercial da Praça da Lisboa. Um projecto de desenvolvimento do comércio externo português (1890-1926)”, Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, *História de Portugal*, VI. Lisboa, Círculo de Leitores.
- RANGEL CONTLA, José Calixto, 1972, *La pequeña burguesía en la sociedad mexicana, 1895 a 1960*, México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- SANTOS, Fernando Piteira, 1975, “Associação (Direito de)” in Joel Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas.
- SANTOS, Luís Aguiar, 2004, *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime proteccionista português, 1885-1894*, Lisboa, Edições Colibri.
- SUBACCHI, Paola, 1997, “Organisations économiques et groupes de pression en Europe au XIXe siècle et au début du XXe siècle”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 155–66.
[doi:10.3406/hes.1997.1939](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1939).
- TENGARRINHA, José Manuel, 1983, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, Caminho.
- , 2002, *História do Governo Civil de Lisboa*, Vol. I. Lisboa, Governo Civil de Lisboa.

- TORGAL, Luís Reis (Ed.), 1993, *O Liberalismo*. Vol. V. *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- TRINDADE, Luís & SANTOS, Miguel & CARVALHO, Rita, 2002, *História da Associação Comercial de Lisboa: da fundação nacionalista à integração Europeia*, Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria/Associação Comercial de Lisboa.
- ULLMANN, Hans-Peter, 1997, “Groupes de pression économiques en Allemagne entre la fin du XIXe siècle et le début du XXe siècle”, *Histoire, économie et société* 16 (2): 299–309.
[doi:10.3406/hes.1997.1947](https://doi.org/10.3406/hes.1997.1947).
- VALENTE, Vasco Pulido, 1999, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- WINSTANLEY, Michael J., 1983, *The Shopkeeper's World, 1830-1914*, Manchester, Manchester University Press.

Funcionalismo público: associativismo, mutualismo, sindicalismo e desagregação (1851-1933)

Joana Estorninho de Almeida

O meu contacto com a história do associativismo, mutualismo e sindicalismo deu-se com a leitura do livro de Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão sobre *O Sindicalismo do Funcionalismo Público na I República*. Esta obra, publicada pela Seara Nova em 1977, inseriu-se num contexto de crescimento de estudos sobre a história do movimento operário que a abertura marcelista proporcionou. Nos anos a seguir ao 25 de Abril, esse interesse aumentou pela própria dinâmica de retoma e crescimento dos sindicatos livres. O caso dos funcionários públicos era de especial interesse uma vez que tinham estado 40 anos impedidos de se constituir em sindicato e, pelo contrário, a partir de finais dos anos 70 iriam tornar-se, no Portugal contemporâneo, uma das principais forças sindicais.

Mas a minha leitura desta obra deu-se não no contexto de um interesse prévio pela história associativista e sindical mas por via da minha investigação sobre representações sociais, auto-representação e identidade dos empregados públicos na construção do Estado moderno durante o regime liberal monárquico e republicano¹. Quando falo em empregados públicos refiro-me sobretudo aos empregados administrativos das repartições públicas (e não outros grupos sociais como os professores, engenheiros e juizes ou operários e empregados menores com estatutos e configurações autónomas).

A adesão do funcionalismo ao movimento mutualista, associativo e sindical é, como o estudo referido torna claro, ao mesmo tempo sintoma e gerador de sentido de classe, para usar o termo contemporâneo de tradição socialista do movimento

¹ “The Memory of Bureaucracy. Images, texts and objects of Portuguese public administration from the Constitutional Monarchy to the New State”, Projecto de Pós-Doutoramento financiado pela FCT.

associativista no século XIX e adoptado pelo sindicalismo do século XX, o qual joga com as percepções do que é ser funcionário público. Nos debates sobre a organização destas formas associativas, nos estatutos da sua constituição, nas razões internas e externas apresentadas para a sua dissolução, reforçam-se sentimentos de pertença, invocam-se elementos de distinção em relação a outros grupos sociais, traçam-se estratégias de acção comum. Procurarei, então, fazer uma resenha desta história associativa dos funcionários públicos até à implantação do Estado Novo.

No encontro científico onde se apresentou este ensaio, falou-se largamente sobre essa história do associativismo e movimentos mutualista e sindicalista. No caso dos funcionários públicos portugueses podemos dizer que eles foram precursores do movimento mutualista no país, nomeadamente com a criação do Monte Pio das Secretarias de Estado nos anos 30 do século XIX e do montepio dos empregados do Estado, depois Montepio Geral, criado em 1840; hesitaram depois em aderir ao apelo do Partido Socialista (entretanto criado em 1872) à sua organização em associação de classe; acabando por fim por fazê-lo na transição para os anos 20 do século XX e acabando por, depois, o converter num sindicato de funcionários públicos. Depois, com a configuração ideológica e legal do Estado Novo, vem a ser dissolvido, sobrevivendo somente as Associações de Socorros Mútuos.

Na Monarquia Constitucional, o estatuto dos empregados do Estado foi sendo delineado em articulação com as reformas constitucionais e governamentais liberais e necessidades administrativas de um Estado hierarquizado que se estava a sedimentar sobre os valores da neutralidade, e eficácia (portanto separado dos poderes políticos e judiciais), em oposição ao jurisdicionalismo e particularismo do regime anterior (Hespanha, 2004). Por outro lado teve de o fazer lidando com a desconfiança social em relação ao Estado e aos seus agentes, sendo constantes as críticas ao excesso de funcionários e à sua ineficiência. De facto, o servidor do Estado como detentor de um emprego público, não hereditário e pago em ordenados, submetido a uma cadeia hierárquica, tendencialmente racional, era em meados do século XIX uma concepção ainda com menos de cem anos e estabelecida efectivamente só a partir de 1834 (Almeida, J., 2009). Paralelamente, Tavares de Almeida já demonstrou bem como a percepção do crescimento desmedido dos efectivos do Estado era exagerada, sendo nomeadamente consoante e até modesta com a proporção do funcionalismo público do resto da Europa (Almeida, P., 1995). Outras vozes contemporâneas, em resposta a

essas críticas, lembravam como, ao contrário, os empregados públicos eram muitas vezes umas das primeiras vítimas dos cortes orçamentais, dos atrasos no pagamento de ordenados e da taxaço do governo, vivendo materialmente com muitas dificuldades.

É nesse contexto que surgiram as iniciativas de criação de Montepios dos empregados públicos criados, nesta fase, sob iniciativa ou com o beneplácito do Estado, sensível as necessidades de previdência dos seus agentes e aos seus apelos. É o caso do Monte Pio das Secretarias de Estado, fundado logo em 1835 de modo a proteger as famílias dos empregados ministeriais e é, logo depois, o caso do Montepio dos Empregados do Estado de 1840, depois refundado como Montepio Geral. Em 1867, era instituído o Montepio Oficial dos Funcionários Públicos, criado por iniciativa do governo para instituir um sistema de pensões, tendo o Estado, segundo Costa Godolphim, contribuído directamente com 102 milhões de reis (Godolphim, 1974).

O caracter essencialmente mutualista estava presente na constituição da Associação dos Funcionários Públicos em 1873. Nos seus estatutos, estabeleciam-se como sendo os seus fins, além do auxílio financeiro:

- “(2.º) Promover os interesses e o engrandecimento da classe dos Funcionarios públicos;*
- (3.º) Premiar os trabalhos sobre assumptos de interesse da administração pública confeccionados por algum dos associados;*
- (4.º) [E] Auxiliar ou subsidiar o ensino primário dos filhos menores dos sócios, até à idade de dezoitos anos completos”²*

O engrandecimento da classe é a sua distinção pelo domínio das suas funções. Por outro lado, a sua acção incidiu sobretudo no lado mais assistencialista da associação.

A identidade dos funcionários públicos enquanto grupo assentava na segunda metade do século XIX numa educação e círculos sociais comuns e sobretudo no caracter técnico que o seu serviço administrativo se revestiu. Os ritmos e a geografia da organização do trabalho, o manuseamento dos utensílios materiais e a aplicação

² *Estatutos da Associação dos Funcionarios Públicos aprovados por deçreto de 13 de Maio de 1873, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.*

das técnicas necessárias para o cumprimento das diversas tarefas associadas ao serviço, passavam a fazer parte da constituição dos empregados e da sua distinção em relação a outras categorias profissionais e sociais. Esse saber técnico ligado à escrita e aos procedimentos administrativos, regulamentados e hierarquizados, era assumido pelos seus detentores como um saber próximo do poder, não só porque faziam funcionar a máquina do Estado mas como realmente os podia fazer ascender por progressão de carreira aos cargos de direcção da pirâmide executiva. Um saber que eles não queriam ver identificado com as artes manuais, tradicionalmente com menos honra que as profissões de letras, ou, mais tarde, com o operariado cada vez mais organizado. Uma identidade de fronteira, comum à classe média dos serviços de uma sociedade em massificação.

O espírito de corpo dos funcionários, para usar o léxico de Pierre Bourdieu, assente no domínio de uma técnicas e práticas comuns com vista o bem público era reforçado com a publicação crescente de periódicos escritos por funcionários sobretudo para funcionários, em que se argumentava a necessidade de proteger e melhorar a classe e em prol de uma boa administração (Bourdieu, 1989). Um desses periódicos foi o *Ecco Funccionario*. Na primeira página do seu primeiro número, publicado em Janeiro de 1867, apresentava assim o seu programa:

“Alheios á politica, surdos aos seus debates, e indifferentes ao odio dos partidos, seremos tribunos e nunca lictores. Fieis á lei, e comedidos no louvor e brandos na censura, teremos sempre diante de nós o progresso material e moral do paiz, como o primeiro preceito consignado nas taboas do nosso decalogo doutrinal.

[...] Temos tambem os preceitos secundarios do nosso programma, que nos obrigam, em nome do espirito de camaradagem, a solicitar dos poderes publicos a acção de benevolencia e justiça em favor d'esses empregados, que servem o estado, com a lealdade de soldado, e que não vêem uma compensação condigna conferindo-lhe um futuro nos transe amargos do ultimo quartel da vida.”

Assim se definiam como neutrais (logo eficientes) e abnegados servidores da causa pública. A burocracia administrativa era nesta altura identificada com os próprios funcionários públicos. É na segunda metade do século XIX que estes seriam identificados explicitamente por símbolos relacionados com as suas práticas, como é o caso em Portugal das mangas de alpaca. A sua distinção em relação à generalidade da

classe média – isto é, aos empregados de serviços, como os caixeiros comerciais ou os empregados bancários – fazia-se por essa identificação entre a causa pública, de que era responsável o Estado, e os seus agentes. O Estado fazia-se presente na mundanidade das suas acções, para usar o quadro de análise do antropólogo Akhil Gupta, que eram visíveis no encontro burocrático entre os funcionários e o público (Sharma *et al*, 2006).

Isto explica em grande medida a resistência tanto dos funcionários públicos administrativos como do próprio operariado na adesão dos primeiros ao movimento operário e sindicalista. É como se o que constituía a legitimação do seu espírito de corpo impedisse a solidificação da sua consciência de classe.

Nas ultimas décadas do século XIX, na transição para o século XX, e até durante os primeiros anos da República, o funcionalismo participa da cultura associativista e dos ideais positivistas de progresso pela educação mas não se organiza em associação de classe, até por limitações legais. Evita a politização das suas associações e o seu esforço de “engrandecimento da classe” tende a dirigir-se para os periódicos que pretendem informar os seus signatários de legislação, acórdãos de administração e reformas relacionadas com o próprio funcionalismo. Só para dar alguns exemplos deste tipo de publicação, aparecem, em 1855, os *Annaes Administrativos e Económicos*, em 1866 a *Revista Administrativa*, jornal d’administração pratica no Porto; em Coimbra, em 1885 *Os Funcionarios Publicos* (continua os *Correios e Telégrafos*, 50 números); em 1891, *A Burocracia Portuguesa* (sobretudo direito, sucede *A Situação*, mas mais técnico); e em 1899 o *Eco Nacional* (pelo menos 53 números). Com carácter abertamente político e de defesa de classe só depois *A União* (Jornal Oficial da Associação de Classe dos Empregados do Estado), publicada entre 1921 e 1926, base do trabalho de Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão (Rafael, 1988 e Sá, 1991).

Não quer dizer que individualmente os funcionários públicos não estivessem envolvidos politicamente como é óbvio. Muitos faziam parte de partidos políticos, tendo sido responsáveis por engrossar as fileiras do republicanismo, e participavam activamente, por exemplo escrevendo nos jornais de grande circulação sobre assuntos do dia mas muito raramente se assumiam como representantes ou defensores do seu grupo profissional e social (não promovendo assim uma consciência de classe, baseada nos valores de solidariedade e convivialidade comuns).

Com a instauração da República, o funcionalismo público não foi alvo de grandes reformas, nem de grandes substituições nos seus quadros. Devia genericamente encarnar os novos valores da missão civilizadora (laica) da República, no contexto da qual o Estado republicano ampliou a sua acção e fez crescer o número dos seus agentes (de assinalar que foi sob a República que as mulheres entraram pela primeira vez para o serviço do Estado).

Ao contrário dos seus colegas operários da marinha e do arsenal ou dos empregados dos correios e telégrafos, os funcionários administrativos só se organizariam efectivamente em associação de classe em 1919, no período áureo do movimento corporativo e sindicalista da República e perante a degradação do seu nível de vida no contexto do pós-guerra. A sua constituição deveu-se a uma questão relacionada com vencimentos (concretamente, a uma proposta de aumentos nas fileiras militares) e a partir de movimentações que se deram precisamente nos sectores mais operários dos serviços do Estado. A conjuntura política do movimento do operariado, com o reforço da ideia da necessidade de criar alianças legitimada na recém-criada Confederação Geral do Trabalho, por um lado, e a verificação por parte dos funcionários públicos das vantagens conseguidas por uma organização conjunta de classe, por outro, fez com que tentassem ultrapassar as antigas desconfianças e também eles criassem a denominada Associação de Classe dos Empregados do Estado (Ruivo *et al*, 1977).

Nos seus estatutos definiam-se como objectivos preocupações de assistência e melhoramento da classe em tudo semelhantes aos das associações mutualistas, mas afirmavam as suas pretensões de participarem activamente para a reforma dos serviços públicos no sentido de equiparar vencimentos mas também categorias e organização do pessoal das repartições e para a adopção de medidas de melhoria da vida material dos funcionários, exercendo pressão direta sobre o poder político. A ideia era então a de unir pela primeira vez todo o tipo de funcionários, independentemente da classe ou órgão do Estado a que pertenciam (não era por acaso que o seu jornal se denominava *A União*), mesmo se pelo menos numa fase inicial representasse sobretudo os escalões intermédios do funcionalismo e se nunca se tivesse conseguido a completa união das diferentes categorias de empregados do Estado.

As suas reivindicações relativas à melhoria da situação económica dos seus associados vieram a resultar na primeira greve do funcionalismo público, em 1920. Greve ilegal, uma vez que durante toda a primeira república o direito à greve era vedado aos funcionários do Estado, o que era justificado pelos deveres de fidelidade e de neutralidade dos empregados públicos, valores centrais como vimos durante todo o processo de construção do Estado liberal. Em 1924, a Associação de Classe dos Empregados do Estado volta a convocar uma greve que acabou por resultar em divisões internas e enfraquecer a associação (processo muito bem documentado Ruivo *et al*, 1977). Apesar destas acções reivindicativas, os seus estatutos e a sua acção eram respeitadores da lei de 1891, reguladora das Associações de Classe, com o compromisso de não se envolver em questões políticas.

Perante o desaire da greve e a frustração de não se fazer ouvir no debate político, o funcionalismo público converte, não sem debate interno e com apreensão, a sua Associação de Classe em Sindicato Nacional no final de 1924. Com ele pretende-se conseguir a efectiva união dos diferentes segmentos do funcionalismo, uma maior articulação com as organizações sindicais nacionais e internacionais e uma maior participação na cena política. Um sindicato que acaba por durar apenas 10 anos uma vez que é dissolvido em 1935 no contexto da legislação que edifica o Estado Novo.

A ordem política advogada por Salazar, e idealizada no seu projecto de um Estado Novo, precisava de um corpo de servidores públicos competente, obediente e sem qualquer identidade autónoma, como que exacerbando o ideal de um Estado uno, homogéneo e neutral do constitucionalismo liberal. Isso estava presente desde logo na Constituição de 1933, mas é reforçado com a legislação corporativa que estabelece os sindicatos nacionais, excluindo o funcionalismo, e diplomas subsequentes que permitem ao governo despedir empregados não alinhados (Decreto nº 25.605, de 12 de Julho de 1935) ou que obrigam os funcionários a jurar declaração anti-comunista (Decreto n.º 27.003, de 14 de Setembro de 1936) (cf. Navarro, 1940). Aos funcionários públicos só são permitidas associações de carácter mutualista.

No contexto do corporativismo do Estado Novo, idealizado como um triângulo formado pelo Estado, pelos Empregadores e pelos Trabalhadores, o funcionário público devia actuar e ser visto como o próprio Estado. Se, durante a República, os funcionários públicos tinham tentado unir os seus interesses numa associação de classe depois sindicato, ultrapassando as reservas que tinham em relação a uma sua

aproximação ao operariado, as desconfianças deste movimento, as limitações legislativas a que estavam sujeitos e a oposição governamental; agora, no Estado Novo corporativo, os empregados públicos, eram claramente separados do mundo trabalho, deixando de poder pertencer a sindicatos, mesmo se controlados finamente pelo Estado. Por outro lado, o Estado iria garantir a sua sustentação (como um pai aos seus filhos), com carreiras e vencimentos seguros e o estabelecimento de um regime oficial de protecção das suas famílias (com a instituição por Salazar da Caixa Nacional de Aposentações em 1929 e a reforma do montepio dos servidores do Estado em 1934; e, muito mais tarde, a criação da ADSE – assistência na doença dos servidores civis do Estado em 1959).

É esta configuração que vai fazer com que o funcionalismo público se desagregue enquanto classe, ao mesmo tempo que se vai tornar uma fonte de segurança e ordem do regime, constituindo-se como uma das bases sociais do Estado Novo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Joana Estorninho de, 2008, “The Memory of Bureaucracy. Images, texts and objects of Portuguese public administration from the Constitutional Monarchy to the New State”, Projecto de Pós-Doutoramento financiado pela FCT.
- , 2009, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, Empregados e Quotidiano das Secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada no ICS-UL.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1995, *A Construção Do Estado Liberal. Elite Política E Burocracia Na “Regeneração” (1851-1890)*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada na FCSH, UNL.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *La Noblesse d’Etat. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Éditions de Minuit.
- GODOLPHIM, Costa, 2004, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova (pref. de César de Oliveira).
- HESPANHA, António Manuel, 2004, *Guiando a mão invisível. Direito, Estado e lei no liberalismo monárquico português*, Coimbra, Almedina.
- NAVARRO, Luiz Lopes, 1940, *Funcionários Públicos*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa.
- SHARMA, Aradhana, & GUPTA, Akhil, 2006, *The Anthropology of the State: A Reader*. Wiley.
- RAFAEL, Gina Guedes, & SANTOS, Manuela, 1998, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- ROSENDO, Vasco, 1996, *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa, Montepio Geral.
- SÁ, Victor de, 1991, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical, 1836-1986*, Lisboa, Caminho.

Reflexões sobre o associativismo em Porto Alegre (1930 – 2012)¹

Pompilio Locks Filho

A preocupação com o papel das associações nas sociedades contemporâneas vem de longe e nos remete diretamente a obra de Tocqueville, *A Democracia na América*, publicada em 1835, na qual apontava que “*não há nada que mereça mais atenção do que as associações intelectuais e morais da América. As associações políticas e industriais dos americanos são mais facilmente perceptíveis para nós; mas as outras nos escapam.*” (2000:135). Saltou aos olhos de Tocqueville que o direito de associação, importado da Inglaterra, se enraizou nos hábitos e nos costumes dos norte-americanos de uma maneira diferente, uma vez que “*a maioria dos europeus ainda vê nas associações uma arma de guerra [...] uma associação é um exército; nela as pessoas falam para se contar e se animar, depois marcham contra o inimigo.*” (1998: 225). Por outro lado, nos Estados Unidos “*os cidadãos que constituem a minoria se associam primeiramente para constatar seu número e debilitar assim o império moral da maioria; o segundo objetivo dos associados é reunir-se e, assim, descobrir os argumentos mais propícios a impressionar a maioria.*” (1998: 225).

Além de testemunho de um determinado momento da história norte-americana, as reflexões de Tocqueville também se tornaram uma das principais contribuições teóricas para o estudo futuro do associativismo, ao atentarem que áreas como a saúde, a assistência social, o lazer, a educação e a cultura gradualmente se ampliavam e ofereciam oportunidades para que as associações desempenhassem um papel importante nesses terrenos (Rioux, 2003). A partir desses aspectos, para o historiador Jean-Pierre Rioux (2003:129)

¹ Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estágio doutoral que tornou possível a publicação deste capítulo.

“a associação voluntária é em primeiro lugar um indicador para uma história da mudança social, para o estudo desse vínculo sempre frágil que faz e desfaz uma comunidade. Ela revela primeiro uma relação entre corpos constituídos e corpos intermediários, instituições herdadas e aspirações novas dos cidadãos, ideais coletivos e tensões singulares, e mesmo ‘corporativas’, desse ou daquele grupo de indivíduos reunidos.”

Após mais de 150 anos da obra pioneira de Tocqueville, as questões que lhe preocupavam sobre a importância, a influência e o papel do associativismo nas sociedades democráticas contemporâneas ainda permanecem centrais na maioria das teorias atuais que lidam sobre o tema, sejam culturalistas (Putnam, 1996), pluralistas (Dahl, 1985) ou neoinstitucionalistas, principalmente históricos (Sckopol, 2003).

No Brasil não é diferente. As associações ganharam importância nos últimos anos, de modo que *“o acúmulo de pesquisas sobre essa temática propiciou a sistematização de alguns balanços mais abrangentes que apresentam as diferentes fases na trajetória (histórica e teórica) das ações coletivas no país.”* (Lüchmann, 2011:45). Trabalhos recentes mostram que a redemocratização alterou o padrão de relacionamento Estado-sociedade². Novos personagens surgiram e aproveitaram a abertura de canais de participação política para trazer a tona os problemas pelos quais passavam. Questões importantes como direitos humanos, feminismo, homossexualismo, ambientalismo, bem como demandas por moradia, saúde, educação e reconhecimento de minorias étnicas entraram na agenda social com grande força na última década. Uma das formas de materialização dessas pautas foi por meio do associativismo, que a partir de então se tornou responsável pela sua organização e publicização.

Em um primeiro momento, algumas frentes de pesquisas foram abertas para tentar compreender a complexidade e a heterogeneidade dessas experiências a partir de conceitos como sociedade civil, esfera pública, democracia deliberativa ou participativa, associativismo, ONG’S, redes e terceiro setor. Aos poucos, mais especificamente a partir do início do século XXI, se ampliaram as descobertas sobre as contradições e interdependências do tecido social brasileiro e

² Entre esses estudos destacam-se: Avritzer, 1997; Scherrer-Warren, 2004; Gurza-Lavalle, 2006; Kunrath, 2007; Lüchmann, 2012.

perguntas novas foram surgindo na medida em que as antigas iam sendo respondidas ou perdendo validade.

A partir de diferentes matizes teóricos, desde os (novos) movimentos sociais ou das teorias da sociedade civil, nessas duas décadas de pesquisas muito se avançou na compreensão do campo. Contudo, o enfoque no período democrático recente e as perspectivas teóricas normativas, cuja expressão máxima residia das associações de desenvolvimento de direitos, também gerou inúmeras lacunas a serem preenchidas nas pesquisas futuras.

Nesse contexto, o intuito desse trabalho é trazer algumas reflexões iniciais sobre as características do tecido associativo da cidade de Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Brasil –, desde 1930 até o ano de 2012. Para tanto, utilizamos dados concedidos pelo cartório de registro civil da cidade, responsável pela formalização das associações desde o ano de 1917. Esse banco de dados, composto por cerca de onze mil associações categorizadas por ano de surgimento, nome e objetivo principal, será analisado por meio de estatística descritiva e inferencial. Convém destacar que as análises e os dados presentes neste trabalho configuram-se em esforços muito iniciais de sistematização, de modo que com o desenvolvimento futuro da pesquisa ainda podem sofrer alterações de conteúdo.

Na primeira parte do trabalho, detalhamos o contexto do estudo, os conceitos que serão utilizados e sua forma de operacionalização. Passamos então a explorar as características principais desse associativismo e suas mudanças ao longo do período estudado. Nossas conclusões iniciais apontam a existência de um forte associativismo cultural até a década de 1980, quando esse começa a concorrer com associações de desenvolvimento de direitos e associações econômicas.

Delimitações conceituais e empíricas

Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, situada na quarta região mais habitada do Brasil. Com uma população estimada em 1.467.816³, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), seu PIB per capita

³ <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=431490>

é de R\$ 30.525 e o IDH é de .805, considerado muito alto para os padrões nacionais. Por sua vez, a taxa de analfabetismo é de 2,28% e o desemprego em números atualmente é considerado baixo. No geral, seus indicadores socioeconômicos apontam que ela é uma cidade com uma qualidade de vida alta dentre as cidades brasileiras.

No que tange a administração municipal, no ano de 1989 foi implantado o Orçamento Participativo (OP), uma experiência de democracia participativa iniciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que se mantém até os dias de hoje, fato que a tornou mundialmente conhecida. A ONU destacou que o OP é uma das 40 melhores práticas de gestão democrática mundial e o Banco Mundial enfatizou a importância desse mecanismo para a governança em seus informes, sendo disseminado internacionalmente⁴. Além disso, a cidade iniciou e foi sede durante três anos consecutivos do Fórum Social Mundial, evento organizado por movimentos sociais como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, fatos esses que justificam uma análise mais detida no tecido associativo porto-alegrense.

Para analisar esse âmbito institucional ao longo do período estudado, utilizamos o conceito de regimes políticos, que são o conjunto de relações entre o Estado, os principais atores políticos e os cidadãos. Nesse sentido, as instituições são compostas de uma diversidade de atores ou grupos que se relacionam entre si de maneira sistemática, sendo que um regime político pode ser descrito a partir “*das relações prevaletentes entre os atores políticos, incluindo os governos.*” (Tilly, 2007:19). Por conta disso, cada regime possui características próprias de funcionamento e de relação entre os demais atores sociais, que também são definidos de acordo com o tempo e o espaço no qual estão inseridos. Tarrow (2011:161), apresenta uma definição mais precisa e que sinaliza também para as mudanças nos regimes: “regimes consistem em interações regulares entre governos, atores políticos estabelecidos, desafiantes, e *outsiders*, incluindo outros governos. Uma mudança de regime insere novos atores nessas relações, reduz o poder dos membros do regime ou impõe novas relações entre eles.”

Charles Tilly (2007) aponta que a maioria dos estudos divide os regimes em dois tipos: democráticos e autoritários. Essa divisão ocorre de acordo com o grau de democracia, que seria “*a extensão em que as pessoas sujeitas à autoridade de um*

⁴ Essas informações estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php>

governo têm acesso a amplos e iguais direitos para influenciar as questões governamentais e receber proteção de ações arbitrárias do próprio governo” (Tilly, 2006:21). No mesmo sentido, *“um regime é democrático ao ponto que as relações políticas entre o Estado, e seus cidadãos se dão de forma universal, igualitária, consultiva e protetiva.”* (Tilly, 2007:14)⁵. Mais especificamente, o próprio Tilly utiliza a clássica definição instrumental de Dahl (1985) das oito condições institucionais que devem ser respeitadas: (1) liberdade de associação; (2) de expressão; (3) direito ao voto; (4) a ser elegível a cargo público; (5) a fontes alternativas de informação; (6) a eleições livres e justas; (7) competição entre lideranças; (8) instituições que tornem as políticas governamentais dependente do voto e outras manifestações de preferências. De acordo com esse arcabouço teórico e de maneira sucinta, para facilitar a compreensão da parte analítica deste trabalho, podemos definir os regimes políticos brasileiros da seguinte forma⁶:

- Era Vargas (1930–1945): período autoritário no qual ocorre a revolução de 1930 e a tomada de poder por parte de uma coalização outsider ao sistema político. Durante esse período de quase 15 anos, Getúlio Vargas é quem governa o país, nomeando interventores para governar nos estados e nas prefeituras e instituindo uma política nacionalista e repressiva à sociedade.
- 3ª República (1945–1964): período democrático, baseado na alternância de poder e na volta das eleições para os executivos e legislativos federais, estaduais e municipais. Apesar do poder que o varguismo ainda exercia nesse período, constitui-se um sistema multipartidário, com partidos competitivos e com diferenças importantes entre si.
- Ditadura Militar (1964–1985): período autoritário, inserido no contexto de acirramento das disputas da Guerra Fria, em que um grupo de

⁵ Tradução nossa.

⁶ Para referências, ver: Fausto (2002) e Carvalho (2008).

militares realiza um golpe de estado se alinhando aos Estados Unidos. A partir de então ocorre a nomeação de interventores para governar os estados e municípios, a estruturação de um sistema bipartidário e a cassação das principais lideranças da oposição sempre que fosse necessário.

- Nova República (1985–2012): período democrático, fruto da deslegitimação do governo militar, inicia com a eleição indireta do primeiro presidente civil após 1964 e se consolida com a promulgação da Constituição de 1988. Ocorre a volta das eleições federais, estaduais e municipais, em um sistema multipartidário com competição e partidos com projetos diferentes entre si.

No que tange ao conceito de associação, ele é bastante conhecido e utilizado, tanto no senso comum, quanto pela academia. Representa uma infinidade de práticas que vão desde a união de pessoas por laços familiares e de amizade, até ONG'S e partidos políticos. Na academia as definições do conceito também variam muito de autor para autor, corrente para corrente. Segundo Mark Warren (2001), uma definição mais consensual é realizada a partir da amplitude das relações que são estabelecidas nas associações. Os grupos menores e com objetivos mais restritos, como a família, são as associações primárias. As associações intermediárias, ou secundárias, são compostas de grupos cívicos, esportivos, religiosos e culturais. Por sua vez, as associações terciárias são grupos de interesse político e econômico, mais abrangentes e hierárquicos.

Apesar dessa divisão, Mark Warren (2001) sustenta que o conceito de associação é utilizado de maneira indefinida e genérica pelas teorias atuais, que tentam codificar um conjunto de práticas muito amplas e heterogêneas. A partir do balanço do conhecimento que foi produzido sobre o tema até então, Mark Warren elaborou uma síntese mais qualitativa das diferenças entre as associações por meio da

distinção de três variáveis ⁷. Em primeiro lugar temos o carácter voluntário/compulsório, que distingue as associações em termos da liberdade (alta/média/baixa) que um indivíduo possui de sair da associação. Em segundo lugar temos os meios em que a associação está imersa, se no meio social, econômico ou político. Em último lugar, os objetivos, ou bens, que são perseguidos e que podem ser divididos em seis: 1) bens materiais individuais; 2) bens materiais públicos; 3) bens de identidade interpessoais; 4) bens de status; 5) bens de identidade exclusiva; 6) bens sociais inclusivos. Segundo esse raciocínio, um sindicato, por exemplo, seria uma associação com facilidade média de saída dos associados, inserida na esfera econômica e que persegue bens materiais individuais para os pertencentes a uma determinada categoria profissional. Cabe ressaltar que Mark Warren (2001) inclui desde famílias até grupos de criminosos em sua proposta.

Se, em um plano teórico conceitual, Warren nos oferece um dos balanços mais complexos sobre as associações, o Código Civil brasileiro, no artigo nº53, define muito rapidamente que “*constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos*”. Com isso, no plano jurídico nacional o conceito de associação ainda abriga uma gama de organizações com tamanhos, recursos e naturezas diversas sem distinção entre si. São pessoas de direito privado registradas em cartório, reunidas sem objetivo de lucro e que se diferenciam de outros formatos organizativos como os partidos⁸, as empresas privadas⁹ e as fundações¹⁰. Ao mesmo tempo, para autores como MacAdam, MacCarthy e Zald (1999) esse conjunto de organizações sociais são a base para o surgimento de movimentos sociais, contudo nem toda organização social tem vínculos com movimentos sociais, que são mais amplos em suas reivindicações, necessitam da articulação de redes informais e uma ampla movimentação de lideranças e ativistas.

Por outro lado, e diante da “*progressiva complexidade organizacional que acompanha o desenvolvimento da sociedade contemporânea*” (Jerez e Revilla,

⁷ Qualitativa porque Mark Warren está pensando especificamente nos efeitos que essas três variáveis geram para a democracia

⁸ Embora também definidos como pessoas jurídicas de direito privado, os partidos políticos são regidos por lei própria, [nº 9.096, de 1995](#) e devem ser criados no cartório competente da capital federal.

⁹ Diferentemente das associações as empresas privadas prestam atividades econômicas visando o lucro.

¹⁰ Enquanto as associações devem ser criadas coletivamente, as fundações possuem legislação específica no código civil brasileiro, capítulo III, e devem ser criadas por um instituidor que deve doar bens para a constituição da mesma e cuja supervisão fica a cargo do Ministério Público Estadual referente.

1997:11), alguns estudos empíricos atuais se desenvolvem a partir do conceito anglo-saxão *Terceiro Setor*, para delimitar a área nebulosa existente entre o Estado e o Mercado. Sobre esse, Jerez e Revilla (1998) apontam que tanto existe uma compreensão restrita do conceito, como associativismo civil formalmente registrado, quanto uma acepção ampla que nos direciona a cinco grandes grupos organizacionais: 1) formas tradicionais de ajuda mútua; 2) movimentos sociais; 3) associativismo civil; 4) organizações não-governamentais; 5) fundações e centros de investigações. Para os autores, sobretudo, faz-se mister observar a lógica política e movimentalista nesse setor, dado seu potencial de participação, de articulação de identidades e de pressão e controle sobre os governos.

Nesse mesmo sentido, outra importante tentativa empírica de operacionalizar e entender o chamado “setor não lucrativo” foi feita por Salamon (2001) da Universidade John Hopkins, em um trabalho que envolveu em 22 países, entre eles o Brasil. Para tanto, destacaram cinco características principais dos agentes situados nesse setor: 1) são organizações institucionalizadas; 2) são privadas, ou seja, separadas do estado; 3) são não-lucrativas; 4) são autônomas em seus aspectos internos; 5) possuem participação voluntária¹¹. A partir dessa conceituação básica chegaram a 12 tipos de organizações, que podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

1. **Culturais:** composta por um lado dos meios de comunicação, grupos artísticos, sociedades históricas, literárias, museus e por outro por organizações esportivas e recreativas.

2. **Educacionais e de investigação:** composta por instituições educacionais nos diferentes níveis de ensino, bem como por organizações de investigação nas diversas áreas sociais, como as médicas, tecnológicas e humanísticas.

3. **De saúde:** composta por hospitais, grupos de reabilitação, atenção especializada, prevenção e educação nas áreas relacionadas à saúde.

¹¹ Ao mesmo tempo, o tema da “não lucratividade” remete ao conceito anglo-saxão *Non Profit Sector*, que é problemático porque exclui uma infinidade de associações produtoras de serviços e bens, por exemplo, ao mesmo tempo em que “não impede que possam existir interesses imediatos e espúrios nessas iniciativas” (Jerez e Revilla, 1997:12).

4. **Prestadoras de serviços Sociais:** grupos de proteção da infância, a juventude, a família, deficientes físicos, terceira idade, refugiados, entre outros.
5. **De meio ambiente:** grupos cujos objetivos se referem a proteção e ao manutenção dos recursos naturais, a proteção e assistências aos animais e a fauna.
6. **De desenvolvimento:** organizações destinadas ao desenvolvimento econômico, social e comunitário, como associações de bairro, habitacionais, formação, assessoramento e reinserção profissional.
7. **De direito civis e assessoramento legal:** associações que protegem e fomentam os direitos civis de grupos vulneráveis e minoritários, organizações políticas como partidos e grupos de manifestação políticos.
8. **Atividades filantrópicas:** fundações empresariais e comunitárias voltadas ao voluntariado, dedicadas a captação de fundos. Ajuda internacional: programas de intercambio, de desenvolvimento de direitos humanos e ajuda em nível internacional.
9. **Religiosas:** igrejas, associações de congregações que apóiam ou fomentam serviços religiosos.
10. **Empresariais, profissionais e sindicatos:** dedicadas ao fomento e ao controle de setores empresariais ou profissionais específicos, bem como por sindicatos que defendem os interesses dos trabalhadores.
11. **Outros:** vários¹².

Esta classificação foi incorporada pela ONU como modelo para comparação internacional e feita uma adequação no Brasil pelo IBGE (2004; 2008; 2012), dada a semelhança com a definição de associações presente na constituição brasileira¹³. A publicação dos dados e dos informes de pesquisa feita pelo IBGE se incorporou ao debate nacional, de modo que também surgiram algumas tentativas empíricas de classificação nessa direção (Scherer-Warren, 2004; Silva, 2007; Lüchmann, 2012).

Mesmo levando em consideração os problemas oriundos de uma tipologia sobre as associações, que podem “*recair em reduções e simplificações.*” (Lüchmann, 2012: 6), nesse trabalho utilizaremos como base a tipologia do IBGE, que nos oferece

¹² Os autores não detalham o significado de “*vários*”.

¹³ No entanto a conceituação da John Hopkins apresenta algumas características a mais, como o tema da autonomia e da participação voluntária.

um bom nível de detalhamento no que consistem de fato as classificações, conforme ANEXO 1, por conta de sua relativa aceitação no Brasil e também porque nos permite comparar os dados com aqueles produzidos pelo governo. Além disso, essa metodologia manteve como critério de definição do setor não-lucrativo as cinco características que os pesquisadores da John Hopkins já haviam definido, mas retirou alguns formatos organizacionais peculiares do caso brasileiro¹⁴.

Para trabalhar com essa classificação, exploramos um banco de dados até agora inédito sobre o associativismo, disponibilizado pelo cartório de registro civil da cidade Porto Alegre, com informações sobre a data de criação (dia/mês/ano) e o nome de todas as associações registradas e formalizadas na cidade desde 1917 até 2013¹⁵. Além das informações que a própria base nos forneceu, realizamos um levantamento de algumas atas no cartório para que as associações fossem organizadas e diferenciadas a partir da tipologia desenvolvida pelo IBGE (2012)¹⁶. As associações que não conseguimos categorizar foram retiradas da análise e definidas como outras, para observações futuras.

É digno de nota que fontes e dados sobre as associações são escassos e não são facilmente encontradas pelos pesquisadores no Brasil, que se desdobram para estudar o tema a partir de surveys populacionais em que se isola os indivíduos com participação associativa (Avritzer, 2004), técnicas de inserção etnográfica (Locks e Gugliano; 2013) ou estudos em arquivos históricos (Fonseca, 2008) e cartoriais (Scherer-Warren, 2004; Luchmann, 2012). Dentre essas possibilidades, entendemos que a base de dados disponibilizada pelo Cartório de Títulos e Documento de Porto Alegre, criado no ano de 1917, e que desde então é o responsável pela formalização das associações criadas em Porto Alegre¹⁷, nos permite uma perspectiva profícua de investigação.

¹⁴ Entre eles os caixas escolares, condomínios, os partidos políticos, os sindicatos, conselhos, etc.. Ver: notas técnicas IBGE, 2010.

¹⁵ Muito embora aqui vamos trabalhar também com as associações anteriores a 1917 porque nesse ano foi criado o cartório e as associações que já existiam tiveram que se formalizar na instituição.

¹⁶ Trabalho que durou um pouco mais de um mês. Podemos citar o exemplo das associações beneficentes e assistenciais, que consideramos ligadas ao assistencialismo e que compõem 8% da amostra.

¹⁷ Cabe destacar que também foram criados o 2º Registro e o 3º Registro com o intuito de descentralizar os processos, de modo que nossos dados também englobam esses cartórios, que são mais recentes, datando desde 2005.

Na utilização dos dados, partimos do pressuposto de que a criação de uma associação e sua subsequente formalização nos fornece um indicador importante das formas de organização social na cidade. A criação de um determinado tipo de associação, portanto, é precedida da ação de indivíduos que se relacionam em busca de objetivos em comum e que acreditam em sua ação coletiva como uma possibilidade prática. O conjunto desses indivíduos formando associações, por sua vez, nos mostra os padrões de organização presentes em determinados períodos da história de Porto Alegre e permite averiguar, por meio de estatística descritiva em séries históricas, as mudanças e das permanências nessas trajetórias.

Essa base de dados oferece uma compreensão ampla, tendo em vista o número de casos, do desenvolvimento do associativismo na história contemporânea da cidade, mas que possui suas limitações porque não permite um aprofundamento mais qualitativo das características e peculiaridades do objeto. Pensamos que antes de se apresentar como um dilema, esse ponto é solucionado pela nossa própria base de dados que nos direciona à escolha de uma abordagem mais quantitativa, de longo prazo, em detrimento de um olhar mais específico e particularizado.

Ao mesmo tempo, deve ficar claro que, como bem aponta o IBGE (2012), as características dos cadastros feitos em nível nacional, não nos permitem analisar a “vida útil” dessas associações, uma vez que as organizações não costumam dar baixa nos sistemas cartoriais após o encerramento de suas atividades, prática que vem mudando desde o novo código civil. No mesmo sentido, também temos “*dificuldade de apreender de forma abrangente a finalidade das instituições, no caso daquelas que atuam em mais de uma atividade*” (IBGE, 2010: 12), dificultando a apreensão do que Lígia Lüchmann (2012) chama de associações “multifocais”.

Ainda sobre os problemas dos dados existentes sobre as associações no Brasil, também temos de ter o cuidado para evitar o anacronismo, uma vez que uma classificação feita na atualidade possa encontrar problemas de encaixe nas práticas do passado. Acreditamos que esse problema só pode ser resolvido mediante uma cuidadosa reconstituição do objeto em seu contexto de surgimento, a partir da bibliografia especializada. Uma última ressalva diz respeito ao fato de tratamos aqui somente de associações formalizadas, que arcam com os custos temporais, organizacionais e financeiros de se tornarem legais, deixando de fora os movimentos

e grupos informais que também se formam em grande quantidade na sociedade brasileira.

Tendo em vistas essas ressalvas, que são inerentes à natureza dos dados e do recorte pretendido aqui, trazemos uma síntese das informações que dispomos sobre as associações em Porto Alegre, a partir de uma adaptação da tipologia original elaborada pelo IBGE. Para facilitar a visualização das categorias ao longo do trabalho, adaptamos a classificação original oferecida pelo IBGE para 6 categorias. Em primeiro lugar, agregamos as *associações habitacionais e de meio ambiente* à categoria *defesa de direitos*, porque sozinhas elas são estatisticamente pouco significativas, representando 3% da amostra, e também porque pensamos que a defesa do meio ambiente e do direito de moradia podem ser entendidas como busca e desenvolvimento de direitos. Pelos mesmos motivos, agregamos também as *associações de saúde* à categoria geral de *assistência social*. As associações não categorizadas foram definidas como *outros* e retiradas dos banco de dados para que se realizem análises específicas em estudos futuros.

Algumas notas sobre o associativismo em Porto Alegre (1930 – 2012)

De acordo com as conceituações estabelecidas anteriormente, podemos agora começar a analisar os dados de registros de associações. Em primeiro lugar, é importante destacar que entre o período que vai de 1930 a 2012, foram registradas cerca de 10.500 associações no cartório da cidade. Desse total, somente 4% correspondem ao período da Era Vargas, 12% surgiram na 3ª República e 22% na Ditadura Militar. As associações restantes, 62%, foram criadas na Nova República, o que indica o peso que esse período de fato possui no desenvolvimento do associativismo brasileiro, conforme algumas pesquisas já vinham apontando (Avritzer, 1997; Silva, 2007).

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que existem dois níveis de importância organizacional na cidade de Porto Alegre. Um primeiro nível é composto por 26% de associações culturais, 22% econômicas e 20% de desenvolvimento de direitos. Juntos, esses três formatos associativos correspondem a 68% das associações que foram criadas durante o período de estudo. O restante são associações assistenciais, 12%, e

educacionais e religiosas, ambas representando 10% da amostra. Embora já se saiba da força do associativismo cultural no cenário nacional, poucos estudos realizaram comparações entre os distintos formatos e suas mudanças, indicando uma agenda de pesquisa bastante frutífera. Sobretudo, esses percentuais nos mostram um contexto estático, de modo que é importante visualizar as mudanças que ocorreram ao longo desse período no panorama associativo de Porto Alegre.

Inicialmente, destacamos o desenvolvimento das associações culturais, que até a ditadura militar eram as mais criadas, com 38% na Era Vargas, 44% na 3ª República e 30% na Ditadura Militar. A partir de então, começam a decrescer, ao ponto de cair para 21% na Nova República. Esse predomínio das associações culturais por boa parte do século XX, expressas principalmente em *Clubes Esportivos* ou *Sociedades Recreativas*, pode ser creditado a dois fatores.

O primeiro se relaciona a uma forte presença do associativismo esportivo ligado a questões étnicas, que está ligado ao número alto da imigração no Rio Grande do Sul, como comprovam, por exemplo, as ainda existentes associações de italianos *Gondoleiros (1915)* e *Club Italiano Abruzzi (1909)*, o *British Club (1923)*, as de alemães *Sogipa (1867)* e *Sociedade Germânia (1855)*, e as africanas de ex-escravos *Satélite-Prontidão (1902)* e a *Floresta Aurora (1872)*. Até a década de 1920, as taxas de imigração no Estado eram maiores que as taxas nacionais, pois segundo Jardim (2002) enquanto em 1900 o percentual de estrangeiros no Brasil estava cerca de 6%, no Rio Grande do Sul essa taxa dobrava para 12%. Em 1920, o Brasil mantém uma taxa de 5%, enquanto o Rio Grande do Sul apresenta uma taxa de 7% de estrangeiros, situação que irá se reverter somente em 1940 quando o estado apresenta uma taxa semelhante à nacional, de 3% de população imigrante¹⁸. Ao mesmo tempo, como esses imigrantes vinham de sociedades em que a prática associativa se encontrava mais enraizada, procuraram replicar as experiências de seu contexto anterior e ajudaram também a criar um tecido associativo no país de destino¹⁹.

¹⁸ Isso porque o Rio Grande do Sul e Porto Alegre foi uma zona de fronteira com colonização tardia em relação aos demais estados do Brasil. Os primeiros colonos portugueses começaram a chegar somente na metade do século XVIII, e aí reside uma necessidade maior no povoamento durante o século XIX e XX.

¹⁹ Aproximadamente 13% das associações presentes em nosso banco de dados têm seu nome diretamente ligado a nacionalidades de imigrantes, número que provavelmente deve se ampliar com uma consulta mais detalhada as atas do período.

O outro motivo que acreditamos explicar o grande número de associações culturais na cidade pode ser encontrado na tese de doutorado sobre elites políticas no Rio Grande do Sul, de Sandra Amaral (2006:99), quando afirma que:

“com relação à participação dos integrantes da elite política em entidades, tivemos a proeminência, em todas as três elites políticas, de uma maior participação em entidades com atividades de cunho cultural. Constatamos que a vinculação com as atividades culturais foi de grande preocupação das elites políticas rio-grandenses que atuaram de 1930 até 1947.”

Mesmo que as elites políticas da cidade na época não tivessem criado as associações culturais presentes em nossa base, a sua simples inserção e atuação nessas entidades serve como um sinal da importância desse tipo de espaço na sociedade da época. Dessa forma, a visibilidade dessas organizações provavelmente incitava os demais indivíduos a criarem esse tipo de associações.

Algo parecido parece ocorrer com as associações assistenciais, que eram protagonistas durante a Era Vargas, representando 17% do total, mas que começa a decrescer a partir da 3ª República, para 11%, um patamar que se mantém até a Nova República. Nos anos iniciais do século XX “*a assistência social estava quase que exclusivamente nas mãos de associações particulares.*” (Carvalho, 2008:61), especialmente irmandades religiosas e sociedades de socorro mútuo. Entendemos que a queda no número dessas associações se dá pela própria atuação do governo no intuito de garantir direitos sociais para a população pela primeira vez na história nacional. Ao longo da Era Vargas foram criados inúmeros Institutos de Aposentadoria e Pensão, que concediam benefícios aos trabalhadores sindicalizados, como aposentadoria por invalidez, pensão para dependente, em alguns casos auxílio médico-hospitalar, auxílio doença, entre outros. Excluindo dessa legislação os autônomos, os trabalhadores domésticos e rurais, que foram beneficiados somente durante a Ditadura Militar, “*em cinco anos a previdência social foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos.*” (Carvalho, 2008:114). Ou seja, o regime autoritário ampliou sua capacidade de atuação adentrou em uma área que antes estava restrita a associações e empresas privadas, diminuindo a necessidade das mesmas.

O contrário acontece com as associações de desenvolvimento de direitos. Até a metade do século XX eram residuais, 4%, mas começam a se desenvolver a partir da abertura política possibilitada pela 3ª República, 9%, e se ampliam durante a Ditadura

Militar, 13%. Com o advento da redemocratização e da Nova República, se tornam o principal formato organizativo, correspondendo a 25% do nosso banco de dados. Esse campo começa a se ampliar principalmente a partir das associações de estudantes, como a Federação Rio-grandense das Uniões Estudantis (1954), a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (1949), a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (1956) que “esteve a frente de diversos movimentos que marcaram a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, tais como a "Legalidade" e a Luta contra a Ditadura Militar.”²⁰.

Outro exemplo da ampliação desse campo é a União dos Homens de Cor (1946), fruto de um renascimento do movimento negro a partir do final do Estado Novo e que

“tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: ‘elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades’” (Silva, 2003:225).

Ainda segundo Silva (2003) havia uma densa rede de organizações e movimentos negros no Brasil, de modo que “*Porto Alegre registrava, nesse mesmo período, o Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros e os clubes Satélite Prontidão e – desde o século anterior – o Clube Floresta Aurora.*” (Silva, 2003: 222).

Contudo, a grande novidade são as sociedades de moradores e amigos de bairros da 3ª República, que irão se expandir durante a ditadura militar e atingir seu ápice na Nova República. Sobretudo, “*datam desse período (expansão do capital), igualmente, as organizações de sociedades de amigos dos bairros e de moradores, cujo objetivo era lutar pela instalação de bens e serviços por parte do Estado.*” (Brum, 2014:36), entre as quais “*em 1951 criou-se a Associação dos Moradores da Vila do IAPI (AMOV), com objetivo de organizar suas reivindicações e complementar as alternativas de lazer.*” (Silva, Melo e Leal; 2009:138). Outra associação de destaque no âmbito municipal é a Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairro (FRACAB) que,

²⁰ <http://www.umespa.org.br/scripts/institucional.php>

“foi (e segue sendo) um dos braços do Movimento Comunitário, coexistindo com grandes manifestações de rua que marcaram a vida política de Porto Alegre nos anos 1950 e 1960, até o não de 1964, quando os horizontes políticos do país foram fortemente estreitados. Nessa nova conjuntura, os diversos membros da FRACAB e das demais associações de moradores, concentraram, em sua atuação, as diversas bandeiras de lutas comunitárias.”²¹.

De maneira concomitante, as associações empresariais e profissionais também se desenvolvem nesse período, no entanto, crescem de maneira mais significativa durante a Ditadura Militar. De 12% na era Vargas, 13% na 3ª República, passam a representar 24% do banco de dados na Ditadura Militar, se mantendo no mesmo padrão durante a Nova República, com 23%. A contradição posta pelo crescimento das associações econômicas em um ambiente autoritário, se relaciona ao próprio desenvolvimento do capitalismo no país e também do fato que o regime militar não visou enfraquecer os sindicatos, mas sim controlar suas ações e lideranças. Ao mesmo tempo,

“surgiram sindicatos de trabalhadores de ‘colarinho branco’, abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários e professores, mas também de médicos, sanitaristas e outras categorias. A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança no caráter das profissões, em que o profissional autônomo crescentemente deu lugar ao assalariado com diploma.” (Fausto, 2002:276).

Por último, as associações educacionais apresentam crescimento mais moderado, de 6% na Era Vargas, para 9% na 3ª República, 10% na Ditadura Militar e 9% na Nova República. Em sua maioria são centros educacionais ou institutos de pesquisa, associações e agremiações de professores, associações de ex-alunos de determinadas instituições. Seu incremento a partir da 3ª República pode estar relacionado com o investimento e a maior preocupação na área de educação, indicado pelas taxas de alfabetização e matrícula do período, embora sejam relações que necessitem de maiores aprofundamentos.

²¹ <http://fracabnoticias.blogspot.com.es/p/historico.html>

Apontamentos finais

Nesse trabalho, buscamos apresentar um primeiro panorama do tecido associativo em Porto Alegre a partir do banco de dados disponibilizado pelo cartório municipal. Agregamos as associações em distintas categorias, de acordo com as publicações internacionais e as práticas que vinham sendo realizada no Brasil, adaptando-as quando necessário. De forma simultânea, exploramos algumas das possíveis relações que poderiam ser feitas com os períodos da história política nacional e seus respectivos regimes políticos.

Dessa embrionária análise dos dados, temos que Porto Alegre tem um repertório associativo bastante complexo, com algumas associações ainda em funcionamento com mais de 150 anos, mas também com uma taxa de criação de associações bastante dinâmica. Nesse contexto, durante o século XX predominaram as associações de tipo culturais, como clubes e sociedades recreativas, por conta da influência da imigração de diferenças etnias com costumes associativos e pela inserção e influencia das elites políticas locais nesses espaços. Junto das culturais, as econômicas e as de desenvolvimento de direitos configuram-se, assim, em um primeiro nível organizativo presente na sociedade. Logo abaixo, representando 32% do total de associações, temos as assistências, educacionais e religiosas. Sobremaneira, verificamos a existência de um quadro multifacetado da sociedade civil porto-alegrense que merece ser aprofundado.

Ao mesmo tempo, a prática associativa gradualmente se dissemina na sociedade e a partir da Era Vargas ocorre um incremento no número geral de associações criadas, as vezes mais intenso, as vezes menos. No entanto, é no período da redemocratização, com a Nova República, em que acontece o *boom* associativo, representando mais de 60% do total de associações desde 1930, dados que corroboram a exaltação dos intelectuais brasileiros pelo período e pelas associações reivindicativas que nele surgiam.

Ademais, durante esse longo período analisado, gradualmente os formatos organizativos vão se alterando, seja pelas influências políticas, abertura e fechamento de regimes, pelos fatores econômicos, desenvolvimento do capitalismo, ou fatores culturais, como o aprendizado e a inovação de novas formas de ação coletiva (Tilly, 2006). Entre as mudanças mais significativas destacamos o decréscimo das

associações culturais e o incremento nas de desenvolvimento de direitos e nas associações econômicas, representando demandas oprimidas pelo regime militar que ganham forma através da formação de associações.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Sandra, 2006, *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*, Tese de doutorado, Porto Alegre, PUC-RS.
- AVRITZER, L. 1997, “Um desenho institucional para o novo associativismo”, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 39, n.º 97: 149-202.
- , 2012, “Sociedade civil e Estado no Brasil : da autonomia à interdependência política”, *Opinião Pública*, Campinas, v. 18: 383-398.
- AVRITZER, L. (Org.), 2004, *A participação em São Paulo*, São Paulo, Editora UNESP.
- BRUM, Rosemary, 2014, *Uma casa nas costas: análise do movimento social urbano em Porto Alegre 1975 -1982*, Porto Alegre, Editora Animal.
- CARVALHO, José Murilo, 2008, *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 10ª ed.
- DAHL, R. 1985, *Um prefácio à democracia econômica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- , 1997, *Poliarquia: participação e oposição*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- FAUSTO, Boris, 2002. *História Concisa do Brasil*, São Paulo, Edusp.
- FONSECA, Vítor M., 2008, *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*, Rio de Janeiro, Muiraquitã.
- IBGE, 2012, *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Estudos e Pesquisa, Informação econômica*, Rio de Janeiro.
- JARDIM, M. L. T., 2002, “Evolução da população do Rio Grande do Sul”, *Documentos FEE*, Porto Alegre, v. 51: 57-87.
- JEREZ, Ariel & REVILLA, Marisa, 1997, “El Tercer Sector. Una revisión introductoria a un concepto polémico”, in Ariel Jerez (Coord.), *Trabajo voluntario o participación? Elementos para una sociología del Tercer Sector*, Madrid, Tecnos.
- LAVALLE, A. G., 2006, “Democracia, pluralização da representação e sociedade civil”, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 67: 49-103.
- LOCKS, Pompilio & GUGLIANO, Alfredo Alejandro, 2013, “Democracia e Economia Solidária: Limitações e Potencialidades”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 10: 41-62.
- LÜCHMANN, L. H. H., 2011, “Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo”, *Em Debate*, Belo Horizonte, v.3, n.4.
- , 2012, *Associativismo e democracia: múltiplas práticas e configurações. Um estudo na cidade de Florianópolis*, 8º Encontro da ABCP, Gramado.
- PUTNAM, R. D., 1996, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- MACADAM, D. & MCCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. (eds.), 1999, *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*, Madrid, Istmo.
- REVILLA, Marisa, 2010, “América Latina y los movimientos sociales: el presente de la ‘rebelión del coro’”, *Nueva Sociedad*, n.º 227.

- RIOUX, J. P., 2003, “A associação em política”, in René Rémond, *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2ª ed.
- SALAMON, Leslie (Org.), 2001, *Las dimensiones del sector no lucrativo. La sociedad civil global*, Bilbao: Fundación BBVA.
- SCHERER-WARREN, I., 1998, “Associativismo Civil e Interculturalidade na Sociedade Global”, *Revista de Educação Pública da UFMT*, Cuiabá, v. 1.
- SCHERER-WARREN, I. e CHAVES, I., 2004, *Associativismo Civil em Santa Catarina: Trajetórias e Tendências*, Florianópolis, Editora Insular.
- SEN, A., 2000, *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Joselina, 2003, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, *Estud. afro-asiáticos*, vol.25, n.º 2.
- SILVA, M. K., 2007, “Mapa do associativismo em Porto Alegre”. Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=6.
- SILVA, Cleusa, MELLO, Cristina & LEAL, Laura, 2009, “A vila do IAPI no contexto de urbanização e industrialização”, *Revista Historiador*, n.º 2, ano 2.
- SKOCPOL, T., 2003, *Diminished Democracy: from membership to management in American civic life*, Norman, University of Oklahoma Press.
- TARROW, S., 2011, *Power in movement: social movements and contentious politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 3ª ed.
- TILLY, C., 2006, *Regimes and repertoires*, Chicago, University of Chicago Press.
- , 2007, *Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TILLY, C. & TARROW, S., 2007, *Contentious politics*, Boulder, Paradigm Publishers, 2007.
- TOCQUEVILLE, A., 1998, *A Democracia na América: Leis e Costumes*, São Paulo, Martins Fontes.
- , 2000, *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões*, São Paulo, Martins Fontes.
- WARREN, M., 2001, *Democracy and Association*, Princeton, Princeton University Press.

ANEXO 1 - Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos (IBGE, 2012, p.164)

01 Habitação	Sociedades Cooperativas e Habitacionais
02 Saúde	Medicamentos, produtos e equipamentos médicos
	Serviços para pacientes em ambulatório
	Serviços hospitalares
	Serviços de saúde pública
	Estudos e pesquisas na área de saúde
	Outros serviços de saúde
03 Lazer, recreação e cultura	Serviços desportivos e recreativos
	Serviços culturais
04 Educação	Educação infantil e ensino básico
	Ensino secundário
	Ensino pós-secundário não superior
	Educação superior
	Ensino não definível por níveis
	Estudos e pesquisas na área de educação
	Outros serviços de educação/ensino
05 Proteção social	Serviços de proteção social
	Estudos e pesquisas na área de proteção social
06 Religião	06. Organizações Religiosas
07 Partidos, econômicas e profissionais	Serviços de partidos políticos
	Serviços de organizações laborais
	Serviços de organizações profissionais

08 Meio ambiente	Serviços de proteção ao meio ambiente
	Estudos e pesquisas na área de meio ambiente
09 Desenvolvimento de Direitos	Associações de Moradores
	Centros e Associações Comunitárias
	Desenvolvimento rural
	Emprego e Treinamento
	Defesa de direitos de grupos e minorias
10 Serviços não especificados	Serviços não especificados.
	Estudos e pesquisas em áreas não especificadas

01 Assistência Social	Serviços de proteção social
	Estudos e pesquisas na área de proteção social
	Medicamentos, produtos e equipamentos médicos
	Serviços para pacientes em ambulatório
	Serviços hospitalares
	Serviços de saúde pública
	Estudos e pesquisas na área de saúde
	Outros serviços de saúde
02 Culturais	Serviços desportivos e recreativos
	Serviços culturais
03 Educação	Educação infantil e ensino básico
	Ensino secundário
	Ensino pós-secundário não superior
	Educação superior

	Ensino não definível por níveis
	Estudos e pesquisas na área de educação
	Outros serviços de educação/ensino
04 Religião	06. Organizações Religiosas
05 Partidos, econômicas e profissionais	Serviços de partidos políticos
	Serviços de organizações laborais
	Serviços de organizações profissionais
05 Desenvolvimento de Direitos	Serviços de proteção ao meio ambiente
	Estudos e pesquisas na área de meio ambiente
	Associações de Moradores
	Centros e Associações Comunitárias
	Desenvolvimento rural
	Emprego e Treinamento
	Defesa de direitos de grupos e minorias
	Sociedades Cooperativas e Habitacionais

Imprensa e intervenção

Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos

Júlia Leitão de Barros

No início do século XX, o jornalismo diário político-partidário vivia da colaboração pontual, ou permanente, dos políticos, de todas as formações partidárias, ao ponto de se poder afirmar que a carreira política exigia a passagem por um estágio, mais ou menos aprofundado, nas lides jornalísticas. No entanto, são escassas as fontes que nos descrevem as redações destes jornais diários.

Os testemunhos históricos remetem-nos para pequeníssimas redações cujo número oscila entre as cinco e as quinze pessoas. Os historiadores tenderam a confirmar estas informações chamando a atenção para a clara distinção, em meios humanos e técnicos, entre os jornais político partidários e os jornais de negócio, das duas maiores empresas jornalísticas, do *Diário de Notícias* e do *O Século* (Baptista, 2012; Ramos, 2004; Tengarrinha, 1971). Este último, em 13 de Fevereiro de 1898, afirmava possuir uma redação com 21 redatores.

Para o início do século XX possuímos informações sobre o quadro redatorial de cinco jornais políticos de Lisboa: *Novidades*, *Diário Popular*, *Tarde*, *Correio da Noite* e *Vanguarda*. Frequentemente imprecisas e contraditórias, estas referências inserem-se em memórias de políticos e/ou jornalistas que ascenderam a lugares de direção, que evocam remotas vivências juvenis, em tom romanceado.

Observemos os dados que dispomos sobre o jornal *Tarde*. Em 1892, Eduardo Schawlbach, escritor, jornalista e deputado regenerador, refere que a redação deste jornal seria constituída por seis pessoas: Urbano de Castro, director, António Serpa, Joaquim Lima, Guimarães Seródio, Higinio Mendonça e o próprio Schawlbach (Schawlbach, 1944:140). Sete anos depois, após a cisão franquista, em 1900, Alberto Bramão descreve a redação do jornal constituída, “entre outros” (Bramão, 1936:39), por sete redatores, seis deles ausentes nas memórias de Schawlbach (Melo Barreto,

João Costa, Almeida Campos, Severo Portela, Armando Ribeiro e Jorge Abreu). Porém, quando comparamos o testemunho de Alberto Bramão com as informações, relativas ao mesmo período, constantes nas memórias do repórter Jorge Abreu (presente na lista anterior) a redação do jornal *Tarde* surge com sete elementos: o director Sérgio Castro, Almeida Campos, João Costa, o próprio Jorge Abreu, e ainda, António Bandeira, Jorge Menezes, Luís Araujo (Abreu, s.d.:155). Isto é, para o mesmo período, Jorge Abreu avançava com três novos nomes, que tinham uma particularidade, estavam todos encarregues de áreas especializadas, embora não políticas: a Luís de Araújo caberia uma “sensaboria de rimas” (Abreu, s.d.:29), António Bandeira ocupava-se da crítica teatral, e por vezes auxiliava Jorge de Menezes na “confecção do High-Life” (Abreu, s.d.:155). Nas notas de Jorge Abreu, António Bandeira surgia responsável pela crítica teatral, sucedendo a Carlos Mendes, elemento redatorial ausente de todas as outras descrições.

Os textos memorialísticos optam por mencionar algumas personalidades presentes nas redações sem lhes atribuir funções específicas. É o que acontece nas notas de Lourenço Cayolla que recaem sobre o *Correio da Noite*, órgão oficial do partido progressista, liderado por Luciano de Castro, na viragem do século. Este jornal fora fundado, vinte anos antes, em 1880, por alguns jornalistas, até então colaboradores do órgão do partido progressista, o jornal *Progresso*. O *Correio da Noite* era, em 1900, dirigido pelo deputado Carlos Ferreira, tendo como redator político Lourenço Cayolla, coronel de artilharia, que começara a sua carreira política no jornal, em 1893, chegando a deputado quatro anos depois. Cayolla enumera os elementos da redação do diário, nos últimos anos da década de noventa: Anselmo Andrade, Lorjó Tavares, Macedo Ortigão, José Parreira, Carlos Ferreira e Eduardo Guimarães. Não lhes distribui funções. Fá-lo apenas quando se refere a Eugénio César e Lacerda, os chefes de tipografia, e a Gervásio Rosa, o revisor (Cayolla, 1928:161).

Vaga é também a informação que dispomos sobre a redação do jornal *Novidades* no início do século XX. Em 1900, o director deste diário era ainda o seu fundador, Emídio Navarro, um dos mais destacados jornalistas políticos, do último quartel do século XIX, ex-deputado e ex-ministro do partido progressista, que vinha, nesta viragem do século, cultivando uma ambígua postura de independência partidária, que frequentemente se traduzia numa aproximação ao partido regenerador.

Várias memórias de jornalistas e políticos descrevem a redação do *Novidades*,

embora tendam a remeter para a sua fase inicial, de maior influência e prosperidade, a década de 80, do século XIX. É o caso de Eduardo Cayolla, que refere os nove elementos da redação do jornal: Barbosa Collen; Armando Silva; Espírito Santo Lima; Eduardo Noronha; Melo Barreto, Alberto Braga, Braga Salas, Joaquim Telo, João Saraiva (Cayolla, 1928:147). Para o início do século XX, é mais uma vez da pena de Jorge Abreu a única descrição que dispomos sobre a redação do *Novidades*: “a redação (...) compunha-se, há vinte e três anos, do subdiretor Espírito Santo Lima, do secretário Melo Barreto e dos redatores José Sarmiento, Amadeu de Freitas e Jorge Abreu”. Referindo ainda os repórteres, Xavier de Almeida, “repórter da Arcada”, e Joaquim Rosário de Albuquerque, Armando de Araujo, e, por último, “o Barros, revisor” que “fazia a crónica das touradas e assinava Zé Pampilho” (Abreu, s.d.:23). Isto é, a redação era constituída por onze elementos assim distribuídos: director, cinco redatores, três repórteres, um revisor redator.

Em contrapartida, sobre o jornal republicano *Vanguarda* dispomos de informações mais pormenorizadas sobre o seu corpo redatorial. Em 1900, este diário, que fora criado em 1890, e sobrevivera a várias mudanças de direção, estava, há pouco mais de um ano, nas mãos de Sebastião Magalhães Lima, seu director político, e de Esteves Lisboa, diretor gerente.

O repórter Rafael Ferreira, que trabalhou cinco anos no jornal, refere nas suas memórias como era constituída a redação na viragem do século: os “diretores”, Magalhães Lima e Faustino da Fonseca, o administrador e repórter informador Eduardo José Gaspar, os repórteres, Augusto Rato e Gregório Fernandes, os redatores Guilherme Sousa, Heliodoro Salgado, Andrade Neves, “grande jornalista de combate”, João Pedro Monteiro, crítico tauromáquico, o chefe da tipografia Rafael Macedo, e, sem especificação de funções, Rocha Martins, Vicente de Sousa e Júlio Afonso, Urbino de Magalhães, Lombré Ferreira, Jacinto de Azevedo e o próprio autor (Ferreira, 1945:135-137).

A redação do *Vanguarda* teria quinze pessoas, ou dezassete, se contarmos com o chefe da tipografia e o revisor. Note-se que à exceção do chefe de tipografia e de Faustino da Fonseca, todos os nomes apontados diferem dos referenciados pelo repórter Esculápio (Fernandes, 1940), nas suas memórias, a propósito da sua passagem pelo mesmo jornal, entre 1890 e 1893, quando este diário era dirigido pelo seu fundador, Alves Correia, contando, então, com nove elementos na redação.

Preciosa é a informação que dispomos sobre o *Diário Popular*, cujo director era um famoso jornalista e político monárquico, do último quartel do século XIX, o ministro, conselheiro e deputado Mariano Cirillo de Carvalho. Ao contrário das fontes utilizadas para os outros jornais, a descrição da redação do *Diário Popular*, mais próxima do início do século XX, é-nos dada por Mariano Pina, no âmbito de um processo judicial, instaurado contra si, por Mariano de Carvalho, em 1894. Pina publica uma brochura, *O Caso Diário Popular*, onde expõe, em sua defesa, os atos praticados enquanto administrador daquele jornal. Ficamos assim a saber, através da folha de contabilidade do jornal, que o ilustre jornal político contava na sua redação com apenas seis elementos, em 1894: “Tito Martins” e Décio Carneiro, sem especificação de funções; um tradutor de folhetim; um repórter de polícia; um redator de tribunais; um informador dos hospitais (Pina, 1894:13).

A análise das fontes que possuímos sobre as redações dos jornais políticos, parece remeter-nos para empresas pouco estruturadas em termos funcionais, com grande rotatividade de pessoal, e de âmbito variável (oscilando entre as cinco e as quinze pessoas).

Nos jornais político-partidários os meios humanos podiam ser de tal forma escassos, que o exercício de várias funções ia a par com as oportunidades de “escalar” a “hierarquia” destes. E veja-se, como Esculápio, refere o seu percurso no jornal *Vanguarda*, onde entrou como revisor, sendo poucos dias depois chamado a fazer reportagem, distinguindo-se mais tarde nas gazetilhas humorísticas, sobre temas da atualidade e crónicas de tauromáquicas, em prosa e verso, sob o pseudónimo Escamilho (Fernandes, 1940:110 e 114).

Até as chefias, redatores principais e diretores de jornais, vocacionadas para a recolha e comentário político, eram ocasionalmente requisitadas para serviços vários.

Invariavelmente, as memórias sobre os diretores dos jornais políticos dão-nos conta do carácter multifacetado das suas funções. Emídio Navarro, diretor do jornal *Novidades*, era descrito pelo repórter Jorge Abreu:

“não foi só um grande jornalista: foi um jornalista completo (...) fazia tudo no jornal: o artigo solene, de capa rica, a blague e o comentário dos Casos do Dia, a notícia miúda dum incidente invulgar, a reportagem desenvolvida e dramatizada dum crime”

(Abreu, s.d.: 38-39).

Eduardo Schawlbach, que andava por vários jornais políticos, desde a década de oitenta, gostava também de se vangloriar da sua habilidade como repórter: “No *Correio da Noite*, sempre dentro do limite das minhas atribuições, trabalhei e, modéstia à parte, trabalhei bem em famosas reportagens a competir com Barbosa Collen, João Chagas, Carrelhas e até uma vez por outra com Silva Pinto” (Schawlbach, 1944:124). Os exemplos podiam multiplicar-se.

E talvez não por acaso quando procuramos verificar qual o uso dado à palavra “jornalista” verificamos que esta tende a remeter para individualidades que se dedicaram a diferentes práticas jornalísticas, desde a participação e interferência no debate político, até à experiência na reportagem, recolha de informação, crítica literária e teatral.

No final do século XIX, nos jornais político partidários, era clara a linha de demarcação entre o político no ativo, que colaborava conjuntamente “nos fundos” dos jornais, e o jornalista político que participava na elaboração de diversos conteúdos de um jornal, sendo este quem gozava de maior estatuto entre os seus pares do campo jornalístico – chamemos-lhe político residente. A representação dominante do jornalista como “homem dos sete ofícios”, ganha sentido no terreno do jornalismo político- partidário.

Contudo, não é possível entender a redação de um jornal político-partidário se não tivermos presente que esta não pode ser descrita pelo número restrito de colaboradores efetivos. Por duas razões: o jornalismo político partidário dispõe de um limitado leque de pessoal efetivo, contando com colaborações esporádicas e fortuitas, de pessoal “menor” do meio jornalístico; o jornalismo político assentava parte dos seus conteúdos nos contributos avulsos da rede política que o envolvia.

Alfredo da Cunha, diretor do *Diário de Notícias*, referiu-se à mudança ocorrida no campo jornalístico, na segunda metade do século XIX:

“É também neste período que para os jornalistas de profissão e para os seus cooperadores e coadjuvantes se abre uma era de relativa prosperidade, e que o trabalho jornalístico principia a ter em Portugal uma remuneração menos mesquinha e a poder constituir para muitos um exclusivo modo de vida” (Cunha, 1914:284).

O período é marcado pelo crescente número de profissionais que vivem de jornais, mas no plural, entenda-se. Isto é, continuava a ser residual o número de indivíduos que viviam exclusivamente de um jornal.

Se colocarmos de lado o pequeno grupo de “jornalistas” políticos, para quem o jornal é um trampolim para uma promissora carreira política nas salas do parlamento, ministérios e corte, e nos detivermos no restante e mais numeroso número, de redatores, repórteres, informadores e revisores, apercebemo-nos da quase impossibilidade de sobreviver exclusivamente com a remuneração usufruída num único jornal.

Para entender o meio jornalístico deste período, é necessário percebermos o mercado de trabalho jornalístico, compreendendo as diferentes formas de recrutamento e vínculo estabelecido, entre o pessoal da redação e as empresas jornalísticas, e o diversificado leque de contributos presentes na redação de um jornal diário. E com razão, já na década de vinte, Vitorino Nemésio, definiria o jornalismo: “É uma profissão que não tem *fácies* – porque tem todas aquelas que quisermos dar. Há ali miséria, efemeridade, glória, e o pão que o diabo amassou” (*Uma Hora de Jornalismo*, 1925:220).

Alfredo da Cunha dá-nos conta do mercado de trabalho dos jornais portugueses deste período, no relatório que redige, em nome da Associação de Jornalistas de Lisboa, sobre o 8º Congresso Internacional de Imprensa, realizado em Berna, em 1902, onde pode ler-se:

“Assim, graças ao nosso patriótico silêncio, o Congresso ficou continuando a ignorar que, em Portugal (...) a garantia dos direitos do redator em caso do jornal mudar de proprietário, é uma coisa que não existe; que em caso do redator ser condenado por delito de imprensa, nenhuma obrigação o jornal contrai para com ele. (...). [O que] não pudemos evitar foi que no relatório do Sr. J.Janson, acerca do direito de indemnização aos redatores quando despedidos, aparecesse o seguinte, no respeitante a nós: «Portugal. Na imprensa deste país não estão em uso os contratos. Qualquer acordo a que se chegue entre diretores-proprietários e redatores desfaz-se prontamente, logo que assim convenha a qualquer das partes – sem nenhum direito de indemnização»” (8º Congresso Internacional da Imprensa, 1903:6-7).

A maior novidade do período que estudamos é, a nosso ver, o crescimento em número, e também em relevância para o sucesso dos jornais (embora esta tenda a não ser assumida) do “pessoal menor”.

Com noutro lugar chamamos à atenção (Barros, 2014), no início do século XX, até o *O Século* e o *Diário de Notícias*, contavam com um número elevado de colaboradores externos à redação.

Carla Baptista salientou, como é por vezes ténue a linha de demarcação do trabalho do repórter e do informador: “num escalão inferior ao dos repórteres, mas por vezes desempenhando funções quase idênticas, estavam os informadores” (Baptista, 2012:70). Segundo Baptista:

“informador tanto correspondia à categoria mais baixa da profissão, onde os novatos se iniciavam e depois progrediam; como designava uma função confiada a alguém que recebia uma avença do jornal para procurar notícias em lugares específicos (esquadras de polícia, tabernas, teatros, tribunais) ou recolher os discursos e informações noutros (por exemplo, na Arcada que fornecia a agenda dos ministérios, nos Paços do Conselho quando havia sessões camarárias, nos portos sobre o movimento marítimo, nas estações ferroviárias, para saber quem chegava ou partia), encarando este serviço como um biscate” (Baptista, 2012:70).

Os informadores rondavam os repórteres, e podiam ter, ou não, vínculo a um, ou mais jornais.

Havia duas “portas” para entrar na redação de um jornal, aquela que vinha de uma recomendação de um amigo ou de alguém do corpo redatorial – e nos jornais partidários, o exercício de militância política, era meio caminho andado, para aceder a um posto de redator – ou então, a “porta” era a das traseiras, que ligava diretamente à oficina e aos contactos desta com a “rua “ de Lisboa – algum desembaraço na recolha e redação de informação permitia repescar tipógrafos, revisores e informadores mais hábeis.

O percurso dos que vinham de “baixo” foi descrito por Vitor Falcão:

“Entre no jornalismo profissional como se entra na tropa – como recruta, como soldado raso (...). Comecei no jornalismo por escrever a lápis, como se escreve o rol de roupa suja...Palmilhei então quilómetros e quilómetros, como andarilho lesto, umas vezes introneteado em cortejos espalhafatosos, outras vezes na peugada dos próceres da nossa terra, frequentemente atrás de bombas e bombeiros, nas suas correrias alarmantes, espetaculosas, pelas ruas da cidade. Durante esse período, a minha nobre missão consistiu em inscrever em tiras de papel, nomes, números, horas, minudências, como qualquer máquina registadora. Depois fui promovido, passei a emendar, reduzir, anodizar, a prosa verrinária ou enfática dos

solícitos correspondentes de província, todos eles cidadãos imaginosos, capazes de escrever um Rocambole em trinta volumes. Em seguida por etapas, fui entrevistador, cronista parlamentar, chefe de secção, chefe de redação, chefe de mais isto e de mais aquilo..." (Falcão, 1932:204-205).

Num mercado de trabalho totalmente desregulamentado, que desconhece o contrato de trabalho, os deveres e obrigações de parte a parte, e onde coexistem diferentes práticas salariais e requisitos variáveis para funções pouco claras, o recrutamento do pessoal das redações dos jornais, era ainda condicionado pelo “excesso” de mão-de-obra disponível, que permitia praticar remunerações quase simbólicas, e até, por vezes, “colaborações” gratuitas, em troca de um espetável futuro vínculo.

Mas não só. A contratação de pessoal menor estava também fortemente dependente das necessidades “imediatas” das empresas jornalísticas. Este último aspeto era particularmente visível nas empresas dos jornais político-partidários, sempre condicionadas pelas conjunturas políticas. Sendo ponto assente, entre elas, que ocupar o lugar de “opositor” ao governo potenciava maior atividade jornalística, maior sucesso nas vendas e possibilidade de afirmação dos títulos. As mudanças de governo eram acompanhadas na imprensa política monárquica, que passava à oposição, pelo relançar do investimento nos jornais.

Em contrapartida, as empresas de negócio apresentavam um quadro de atividade mais estável, podendo competir pelo recrutamento de pessoal mais qualificado, nas diferentes áreas jornalísticas, a que correspondia, aliás, a prática de melhores salários.

No entanto, a maioria dos trabalhadores das redações dos jornais, mesmo dos “informativos”, para sobreviver, vê-se obrigada a colaborar em várias publicações.

Ingressar no funcionalismo público era um recurso para “compor” o salário. Em particular nos jornais políticos, dos partidos rotativistas, com acesso direto à máquina do Estado, este mecanismo era uma forma frequente de compensar aqueles que compunham o “pessoal graduado” das redações, que, note-se, já auferiam salários muito superiores ao pessoal menor que temos vindo a tratar.

Para melhor compreendermos as redações dos jornais diários no início do século XX, e as suas práticas, é necessário “mergulhar” no meio jornalístico, nas diferentes formas de recrutamento e vínculo estabelecido entre o pessoal da redação e

as empresas jornalísticas, na crescente “presença” do pessoal menor nas redações, nas inevitáveis “partilhas” destes auxiliares, isto é, na teia de contactos entre títulos.

Por outro lado, devemos assumir que a referência frequente à condição proletária de um leque elevado de jornalistas assalariados, constitui elemento de reflexão sobre o meio jornalístico que queremos estudar.

Por outro lado, praticamente todas as descrições de redações de jornais político-partidários, neste período, nos dão conta dos círculos sociais que as envolvem. Lugares de “cavaco”, de visita regular, de discussão, e naturalmente de cultivo de fidelidades políticas.

As memórias de políticos e jornalistas que dispomos enfatizam, invariavelmente, a presença de “visitantes” regulares nas redações dos jornais político-partidários. Jorge Abreu descreve o lugar que estes ocupam na redação do *Novidades*:

“sabem os leitores em que condições se trabalhava normalmente nas Novidades? De manhã, até às duas da tarde – em relativo sossego; das duas às sete, oito horas – em meio duma palestra animadíssima, entretida pelos numerosos habitués do jornal. Emídio Navarro não dispensava essas visitas, que enchem a sala da redação e o seu modesto gabinete duma agitação esfuziante, caracterizada por bons ditos de espírito, comentários pitorescos aos acontecimentos da política interna e, principalmente, pelas notícias fresquinhas que ali caíam em primeira mão – os informadores solícitos e gratuitos formigavam” (Abreu, s.d.:49).

Referindo, o mesmo jornalista, a assiduidade de Antonio Montenegro, o Dr. Braga, médico naval, Alberto Braga, Mateus Sampaio, Ferreira de Almeida, Paçô Vieira, Eduardo Vilaça, Moreira Júnior, Oliveira Matos, Silva Pinto, todos eles ministros, ex-ministros ou ministeriáveis. A estes juntavam-se visitantes ocasionais, como o escritor, João Saraiva, antigo colaborador, que “ não deixava de visitar o jornal sempre que lhe ficasse em caminho” (Abreu, s.d.:51). Abreu também descreve como no jornal *Tarde*, órgão oficial do partido regenerador, no final do século, a redação recebia os amigos do diretor: “A trupe dos amigos íntimos de Urbano de Castro – Bulhão Pato, Eduardo Schwalbach, D. João da Camara, o Figueiredo Pinturinhas e Cipriano Jardim mais tarde visconde de Montesão – vinha ao jornal uma, duas vezes por semana, desafiá-lo para jantar fora de casa” (Abreu, s.d.:51). A. Bramão, então redator no mesmo jornal, repetindo os mesmos nomes sonantes,

acrescentava: “Também se viam ali políticos regeneradores, de vez em quando, Teixeira de Sousa, Campos Henriques, Vargas, Baracho, Pimentel Pinto, Paçô Vieira e muitos outros”(Bramão, 1936:39).

E é bem conhecido o depoimento de João Chagas, a propósito do “31 de Janeiro”, no seu livro *Trabalhos Forçados*, onde descreve como a redação do jornal *República Portuguesa* se transformou num “quartel-general”, de soldados, sargentos, cabos e oficiais: “vieram espontaneamente, alistar-se como voluntários”, “todos os dias eram dois ou três que vinham dizer-nos: «Aqui estamos!»” (Chagas, 1900:45).

Nem sempre as visitas à redação tomavam o sentido “épico” aqui presente, no entanto, era esta a via que exponenciava a possibilidade dos jornais poderem constituir-se como plataformas de acesso ao terreno da luta política. Nos partidos rotativistas os jornais constituíam-se como a única estrutura permanente, podendo alguns deles assumir-se como as suas sedes. As chefias destes partidos tiveram nestes núcleos informais de debate político um meio privilegiado de seleção de pessoal político. António Cabral, descreve a sua entrada, em 1897, na vida política lisboeta, enquanto jovem provinciano, militante do partido progressista: “comecei logo a frequentar a redação do órgão do Partido Progressista, *Correio da Noite* (...). Acorriam ali altas figuras do partido: pares do Reino, deputados, políticos de Lisboa e das mais afastadas regiões do país” (Cabral, 1949:73). E refere como todos os dias, por lá passavam “muitos membros graduados do partido, quer da capital, quer da província” (Cabral, 1949:75), registando alguns nomes de conselheiros, pares do reino e deputados, como Eduardo José Coelho, Luís de Mello Bandeira Coelho, Francisco José Machado, José Alarcão, José Alpoim, Francisco Cabral Metelo, concluindo: “faça o leitor ideia do ruidoso falatório que ali haveria e ao qual eu me associava com a fogaosidade, com o ardor próprio do meu temperamento” (Cabral,1949:75). A participação na tertúlia valeu-lhe o ingresso no jornalismo da capital, isto é, começar a escrever “de quando em quando” (Cabral, 1949:75) no *Correio da Noite*, enquanto publicava folhetins, crónicas e artigos políticos, para um jornal de Moncorvo. Três meses depois, já substituía um dos marechais do partido, José Alpoim, como correspondente político de Lisboa, no *Primeiro de Janeiro*. Chegaria a deputado, e depois a ministro. Visitar a tertúlia do jornal fora o trampolim para a sua carreira política.

Victor Falcão, anos mais tarde, dava conta:

“Não depreendam, porém destas palavras que o ambiente jornalístico é dissoluto, mesquinho, incompatível com a sensibilidade das pessoas decentes de inteligência e moral. Ao invés, uma sala de redação, mesmo em periódicos pobretões, é uma espécie de arcádia despretensiosa e atraente, onde o espírito esfuzia, de parçaria com o talento, e uma escola típica de camaradagem que (...) faz lembrar, pela resistência dos seus elos, a solidariedade inquebrantável que humaniza os forçados no inferno do degredo.

O que descoroça e repugna é o assédio que nos fazem todos os répteis, todos os camaleões, todos os bucéfalos, todos os pavões, a fauna completa dos videirinhos que, mercê das louvaminhas da imprensa, ascendem a financeiros, surgem como estadistas, vergam ao peso das comendas e passam por homens de génio. O que desespera e revolta é o compadrio que os empresários de alguns jornais mantêm com todos esses cagliostros (sic), com todas essas sanguessugas, com todas essas alimárias guizalhantes. O que entristece e deprime é ver a facilidade com que certos diretores impõem aos seus subordinados a glorificação desse enxame de bigorritilhas, que putrefazem, desacreditam e cretinizam as classes dirigentes. O que é fantástico, incrível, é a convivência de nós todos, jornalistas assalariados, homens livres, pregadores de moral, gente que não se vende, nesta obra de mercantilismo, de corrupção e de fraude” (Falcão, 1932: 205).

As tertúlias dos jornais não se detinham, porém, no debate político, ali as cumplicidades cultivavam-se, pela partilha de um espaço lúdico, onde não faltavam, jogos de azar. Veja-se como Esculápio se refere ao diretor do *Novidades*, Emídio Navarro:

Só em condições muito excepcionais o impediam de tomar parte na «beselga», uma pacata partida de bridge, que se realizava numa das salas da própria redação do jornal ou numa casa muito próxima, a que assistiam sempre muitos parceiros e que, largamente concorrida de mirones, viera a transformar-se num animado centro político” (Fernandes, 1940:145).

Veja-se ainda como o *Novidades*, a 5 de julho de 1902, sob o título “Xadrez”, noticiava na sua primeira página:

“nestes últimos tempos tem-se desenvolvido consideravelmente em Lisboa o jogo do xadrez; é certo que não há jogo mais próprio para a aplicação e desenvolvimento das faculdades intelectuais. Os principais centros, em que se cultiva aqui este jogo, são, por sua ordem: o Grémio Literário, o Café de Madrid e a redação das Novidades. Está pendente e dura há

algumas semanas uma partida muito renhida entre o Grémio e o Café de Madrid; e o grupo das Novidades tem duas partidas, simultâneas, em aberto com um grupo da Regoa. Damos o estado das duas partidas, segundo as ultimas jogadas registadas na nossa direção: (...)”.

O repórter Esculápio retrata de igual modo a atividade de Mariano de Carvalho na redação do *Diário Popular*:

“preferia a tudo as sensações de um «schleme». Deixava-se dominar pelo entusiasmo da partida e a miúdo se esquecia das suas funções no jornal. E assim repetia se o facto de, a hora já adiantada da noite, o chefe da tipografia aparecer aflito para dizer ao «Sr. Conselheiro» que ainda não havia o artigo de fundo e o pessoal estava parado à espera do original. O notável jornalista não se perturbava. Esperava que terminasse o «rober» e fosse substituído por um outro parceiro e em um quarto de hora, ou meia hora o máximo, os linguados saiam-lhe como por milagre das mãos (...). Era assim todo o seu trabalho” (Fernandes, 1940:145).

Mas sabemos pouco sobre as tertúlias dos outros jornais. E quase nada sobre os jornais republicanos, no período que estudamos. No entanto, Aquilino Ribeiro, referindo-se à tertúlia da redação do jornal republicano *A Lucta*, no período do pós 5 de Outubro, dá-nos também conta da dimensão lúdica desta:

“havia ali botequim, bilhar, e não raro Brito Camacho começava o serão por entrar na sala, trocar dois dedos de conversa com este e aquele, jogar uma partida, sentindo-se como em família naquele ambiente ruidoso, saturado de fumo de tabaco” (Mira e Ribeiro, 1942:46).

Não obstante os depoimentos sobre o ambiente fervilhante das redações dos jornais políticos convém lembrar que nenhum deles conseguiu manter de forma permanente tão animadas tertúlias.

Os ciclos políticos marcavam a vida das redações dos jornais. As visitas intensificavam-se em tempo de crise política. Mas não só. A vida dos jornais obedecia ao ritmo que lhe imprimiam os seus responsáveis políticos. Os jornais tinham vida própria, que se cruzava, ou não, com a vida política do país.

E convém salientar, uma vez mais, como as memórias dos jornalistas e políticos, sobre as redações dos jornais políticos, devem ser cuidadosamente analisadas, por tenderem a não situar cronologicamente os dados fornecidos e a

valorizar o período áureo dos jornais. É o caso de E. Cayola quando descreve a redação do *Diário Popular*:

“Tomás Bastos, Alfredo Ribeiro, Alberto Pimentel, Silva Pinto, Mariano Prezado, Mariano Pina e mais tarde Câmara Lima, e assim esse jornal foi, durante anos, um dos mais lidos, dos mais interessantes e de maior influência na opinião entre toda a imprensa de Lisboa. Nenhum desses ilustres, deixava de ter plena consciência de que eram apenas satélites dum astro de luz muito viva e que, apesar de toda a sua competência, cada número do «*Diário Popular*» valia e era apreciado pelo que nele escrevia o seu notável director” (Cayolla, 1928:144).

Veja-se ainda, o que refere Jorge Abreu, nas suas memórias, sobre o mesmo diário: o jornal “nessa época era quase limitado áquilo que Mariano de Carvalho escrevia: o artigo de fundo e vários *sultos* da primeira página” (Abreu, s.d.:143)

No entanto, em meados da década de noventa o *Diário Popular* vivia tempos difíceis. O seu director, à semelhança de Emídio Navarro, fora um dos “marechais” do partido progressista, também ele cortara com os progressistas, orientando a sua “pena” para a órbita do partido regenerador.

Quando confrontamos estas informações com os dados contidos na brochura, de 1894, de Mariano Pina, já atrás referenciada, verificamos que era bem mais limitada a dedicação de Mariano de Carvalho ao jornal, e esporádica a sua colaboração. Mariano Pina queixava-se deste “desleixo”, referindo que o *Diário Popular* “estava ao abandono, com uma redação irregularíssima” (Pina, 1894:10).

Também a participação de Emídio Navarro, nas atividades do “seu” *Novidades* não era a mesma, no início do século XX. E veja-se como, após a morte deste, Barbosa Collen, seu sucessor na direção do jornal, explicitava aos leitores: “A verdade é que o nosso saudoso diretor, nos últimos quinze anos de vida, não escreveu nas *Novidades* crónicas parlamentares” (*Novidades*, 5.01.06).

Estamos pois em condições de afirmar que a abordagem das redações dos jornais político partidários exige que as coloquemos sempre à mercê dos ciclos políticos, e que estejamos atentos ao lugar ocupado pelos colaboradores externos.

Um facto merece toda a nossa atenção: a capacidade da redação de um jornal atrair a si visitantes é um barómetro fiável da vitalidade de um jornal político, da sua riqueza informativa e capacidade de intervenção política.

E aqui convém ultrapassar a estrita concepção de visitante que nos é proposta por inúmeros testemunhos históricos. A ideia de uma redação aberta ao exterior deve ser entendida no seu aspeto mais amplo, isto é, como polo de atração de cidadãos anónimos. Por uma razão, o espaço da redação de um jornal, em particular dos políticos partidários, tinha um estatuto híbrido, constituindo uma zona de transição entre o espaço público e o privado (os jornais de negócio tinham uma política de entrada mais controlada, na estruturação do seu espaço contavam já com salas de visita).

Entende-lo passa por tomar o sentido mais literal do termo “aberto”: as portas das redações podiam estar literalmente escancaradas para a rua. E veja-se, como o jornal *O Mundo*, de 5 de janeiro de 1904, na sua primeira página, numa pequena nota informativa, dava conta, de como um anónimo deixara 100\$000 réis para auxiliar as Escolas Móveis:

“O Mundo não se envaidece com grandes tiragens nem cousas parecidas, orgulhamo-nos todavia de ter a preferência deste bom e misterioso amigo dos pobres e da instrução (...). A propósito, desejamos fazer um pedido a este amigo de bem. As suas cartas têm, sido deixadas sobre um balcão da casa de entrada da administração ou sobre a mesa da redação, a hora que ali não se encontram redatores. Se temos tanta confiança como em nós próprios em todos os nossos cooperadores, não podemos tê-la em quantos adventícios aqui possam entrar, a comprar um jornal ou apresentar uma queixa (...) respeitando a grandeza de espírito que o mantem evitam-se possíveis extravios numa casa onde pode entrar toda a gente (...).”

As visitas à redação dos jornais por bandos precatórios, representantes associativos, comissões, pessoas singulares, reclamando ou em aflição, eram vulgares. O repórter Esculápio, refere a propósito: “um roubo que [lhe] fizeram de um sobretudo na redação da *Vanguarda*, quando uma comissão dos sem-trabalho invadira as salas para fazer qualquer reclamação, sobretudo que o chefe Ferreira encontrou num penhorista da rua das Atafonas” (Fernandes, 1940:105).

E não se pense que as visitas tinham que obedecer a um qualquer exclusivismo ou cunho político. Raul Brandão descreve, nas suas memórias, uma destas visitas, ao jornal monárquico, o *Universal*, dirigido por Júlio Vilhena, quando lá trabalhou:

“Não sei qual dos generais (talvez fosse o Vilhena) escreveu um dia um artigo sobre anarquistas, que se ofenderam e entraram de noite, em grupo, pela redação. Os generais e o Vilhena empalideceram e empederniram atrás de uma mesa, como se a bomba tivesse a explodir. Falei-lhes e acompanhei os homens e, durante alguns dias, eles, os antigos anarquistas do Pátio Salema, desvendaram-me a miséria de Lisboa. Falaram-me das borboletas de dez anos, que de noite se chegavam á gente, dizendo: « Eu faço tudo...». Falaram-me nas mulheres dos arrozais de setúbal, todos os dias mergulhadas nos pântanos e cortadas até ás virilhas, e, por último, um deles disse estas palavras, que nunca mais esqueci: - Se quer ser um escritor, fale dos pobres” (Brandão, s.d.:163-164).

Percorrer várias “capelas” era um percurso vulgar de grupos, ou indivíduos isolados, que pretendiam ter acesso ao espaço público. Veja-se como no *O Mundo* se podia ler, a 1 de janeiro, de 1901, na sua segunda página, sob o título, “Manifestação de simpatia”:

Hoje pela Ihora e meia da noite, veio à redação um grupo de oficiais barbeiros, saudar-nos o que de coração lhes agradecemos. Visitaram todos os jornais de Lisboa sem que a policia os incomodasse senão quando chegaram à porta da nossa casa.

Ou ainda, no mesmo jornal, em 4 de abril de 1905, a propósito de um famoso “Caso Djalme” se escrevia:

“O Sr. Vilhena pode ser uma excelente pessoa e pode não ser. Não sabemos. (...). Em 20, andou no Porto, de redação em redação uma carta assinada pelo Sr. Antonio Manuel Vilhena, antigo editor do Alarme, preso na Relação, convidando a ir um redator de cada jornal àquela prisão, pelas 4 horas da tarde, afim de na presença de todos serem feitas declarações sobre o caso dos títulos falsos (...).”

Porém, não raramente, algumas destas visitas ganhavam sentido político. É o que sucede, no mesmo jornal, a 2 de abril de 1904, a propósito de uma polémica em torno do Colégio Militar:

O comunicado contra o diretor do Colégio militar saiu no Primeiro de Janeiro, dois ou três dias depois do mesmo Sr. Sarsfield estar na redação do referido Janeiro, em larga conferência com o diretor do jornal, o Sr. Pacheco. Percebem? Parece-nos que é fácil de compreender.

Na verdade, as visitas às redações podiam tomar formas e repercussões públicas muito diversas. E veja-se como o *O Mundo* noticia, a 7 janeiro 1901, sob o título “Que Haverá?”: “Consta-nos ter havido ontem uma reunião da maioria alentejana, na redação do *Illustrado*”. Ou, no mesmo jornal, a 1 de outubro de 1904, na sua segunda página: “Reuniu ontem na redação da *Nação*, pelas 8 h da noite, a comissão executiva das homenagens ao distinto e saudoso escritor Alfredo Serrano (...)”.

As visitas podiam mesmo assumir um carácter trivial de troca de pequenos favores políticos. Jorge Abreu, conta como alguns jornalistas eram particularmente requisitados pelos “amigos” dos jornais. No jornal regenerador *Tarde*, recorda-se do redator Almeida Campos, olhar “um pouco de revés as pessoas que o procuravam e pediam favores” (Abreu, s.d.:15). E explicava a razão:

*“E que porção de gente ele atendia no jornal, na Arcada, no americano a caminho de casa e, à noite, no botequim, onde pousava depois do jantar, até às dez, onze horas. Os pedidos mais diversos choviam constantemente sobre Almeida Campos. Sabiam-no relacionado na polícia, nos ministérios, nos hospitais, nos quartéis, no pequeno comércio da Baixa: e ele fartava-se de escrever, de telefonar, para que um preso por delito insignificante fosse solto, um despacho ministerial fosse dado a favor do interessado, um doente fosse admitido de urgências em São José, um mancebo escapasse à vida militar e um outro arranjasse emprego de caixeiro. Sem falar nos pedidos de bilhetes de teatro e de esmolas, que esses não tinham conta (...). E se todos os que o procuravam, e lhe solicitavam o benévolo empenho, se habituassem, ao menos por gratidão, a comprar a *Tarde*, imediatamente o jornal, pela sua tiragem, competiria com as *Novidades*, o diário vespertino que, nessa época, mobilizava maior número de leitores”* (Abreu, s.d.:15).

O mesmo repórter, nas suas memórias, dá-nos conta das constantes visitas de “pobres” pedindo esmolas, nas várias redações por onde passou, relatando um episódio, passado no *Novidades*: “na escada do prédio aglomeravam [se] dezenas de infelizes implorando, choramingando, num concerto impressionante. Emídio Navarro fechou-se no seu gabinete e recomendou que não deixassem aquela avalanche de pobres chegar até à sala de redação” (Abreu, s.d.:38), mas uma velhinha conseguiu chegar ao diretor, acabando por receber uma esmola de cem mil reis.

As visitas às redações dos jornais por representantes associativos, comissões ou pessoas singulares, em posse de informações, eram vulgares. Veja-se a título de exemplo, a informação do *Primeiro de Janeiro*, reproduzida, no jornal *O Mundo*, de 1 de abril de 1901, na sua segunda página: “Veio à nossa redação uma comissão de cinco paroquianos de Valbom informar-nos que um padre dali anda recolhendo assinaturas para a representação em favor da conservação das ordens religiosas (...)”.

Era estreita a relação entre a capacidade informativa de um jornal diário e a sua rede de “amizades”. Entre as práticas do jornalismo deste período, convém pois referir, contava-se o cultivo desta rede. A consolidação de um título dependia em grande medida do seu grau de implantação na comunidade.

Levar a sério as práticas jornalísticas presentes nas redações abertas permitenos realçar a dimensão associativa do jornalismo do final do século XIX. E lembro as palavras de Alexis Tocqueville a propósito da imprensa americana oitocentista:

“Existe pois uma relação necessária entre as associações e os jornais: os jornais fazem as associações e as associações fazem os jornais (...). Esta associação pode ser mais ou menos definida, mais ou menos estreita, mais ou menos numerosa” (Tocqueville, 2008:496-497).

No início do século XX, os jornais diários republicanos foram exímios em chamar a si um sem número de atividades, geradoras de laços com os leitores, como recolha de petições, venda de material de propaganda, organização de eventos públicos, subscrições de beneficência, e divulgação de informações subscritas por correligionários, etc. (Barros, 2014)

O que tornava específica a atividade do jornalismo diário era esta apetência para o cultivo de vínculos com o exterior. E entre as práticas jornalísticas partilhadas, por todos os jornais, que melhor revela esta postura de “abertura”, encontra-se a inserção regular de cartas de leitores na primeira página, e com tratamento de excelência, garantindo a sua visibilidade.

Esta faceta dos diários políticos era determinante para a sua sobrevivência e consolidação, o jornalismo político assentava parte dos seus conteúdos nos contributos avulsos da rede política que o envolvia.

Como noutra lado procurei tratar os jornais político partidários não se distinguiram apenas pelo conteúdo da opinião e do comentário, a sua identidade

construía-se também pela informação recolhida. A informação era para os jornais diários o meio mais eficaz de conseguir entrar no debate jornalístico (leia-se aqui ter repercussão nos outros jornais políticos, curiosamente em rubricas que normalmente se chamavam *Ecos*). Em particular, para os sectores que não tinham assento no parlamento, a informação publicitada pelo jornal político constituía um meio privilegiado de interpelar o poder, os seus adversários políticos, de controlar o exercício do poder.

Em suma os jornalistas andavam na figura do repórter, a sair à rua. Mas a “rua”, na figura do colaborador formal ou informal (de diferente categoria social) também frequentava o jornal.

Olhar as redações dos jornais político partidários, no início do século XX, obriga a ter presente, que estes são espaços com portas abertas para o exterior, a quem se dirigem informadores avulsos, mendigos, negociantes, correligionários e cidadãos comuns.

A vertente informativa de um jornal político partidário não pode ser avaliada pelo seu corpo redatorial mas sim pela capacidade que demonstra em consolidar a sua rede de informadores/colaboradores.

Referências

- 8º Congresso Internacional da Imprensa, Berne 1902 (Julho), 1903, *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa, eleitos em Assembleia Geral de 23 de Maio de 1902*, Alfredo Mesquita, José Parreira, L. De Mendonça e Costa, Lisboa, Typographia Universal.
- Uma Hora de Jornalismo, Aspectos e Anedotas e Inconfidências da Vida Profissional*, 1925, Lisboa, Edição da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.
- ABREU, Jorge de, s.d., *Boémia Jornalística (Memórias d'um profissional com 30 anos de serviço na «fileira»)*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.^a.
- BAPTISTA, Carla, 2012, *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses do século XIX ao marcelismo*, Lisboa, Escrit'orio.
- BARROS, Júlia Leitão de, 2014, *O Jornalismo político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*, tese de Doutoramento em História, Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- BRAMÃO, Alberto, 1936, *Recordações, Do Jornalismo, Da política, Da Literatura e Do Mundanismo*, Lisboa, Livraria Central.
- BRANDÃO, Raul, s.d., *Memórias, Vale de Josafat*, volume III, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- CABRAL, António, 1949, *As minhas memórias de jornalista, Casos da política, Lutas da política, Cartas inéditas*, Lisboa, Edições Gama.
- CATROGA, Fernando, 2000, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2ª ed..
- CAYOLLA, Lourenço, 1928, *Revivendo o Passado*, Lisboa, Imprensa Limitada.
- CHAGAS, João, 1900, *Trabalhos Forçados*, Biblioteca da Folha do Povo, 2 vols., Lisboa, 1900.
- CUNHA, Alfredo, [1914], *Diário de Notícias, A sua fundação e os seus fundadores, Alguns factos para a história do jornalismo português, 1864-1914*, s.l., Edição comemorativa do cinquentenário do Diário de Notícias.
- FALCÃO, Victor, 1932, *Reflexões e Paradoxos*, Lisboa, Gomes de Carvalho editor, Lisboa.
- FERNANDES (Esculápio), Eduardo, 1940, *Memórias do «Esculápio», Das mãos da Parteira ao ano da República*, Prefácio e notas de Albino Forjaz de Sampaio, Parceria António Maria Pereira, Lisboa.
- FERREIRA, Rafael, 1945 *Nos Bastidores do Jornalismo, Memórias de Rafael Ferreira*, Lisboa, Edição Romano Torres.
- MIRA, Ferreira de & RIBEIRO, Aquilino, 1942, *Brito Camacho*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- PINA, Mariano, 1894, *O Caso do Diário Popular*, Lisboa, Imprensa de Líbano da Silva, 1894.
- RAMOS, Rui, 2004, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol.VI.
- SCHWALBACH, Eduardo, 1944, *À Lareira do Passado, Memórias*, Lisboa, Edição do autor.
- TENGARRINHA, José, 1971, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, 2008, *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio D'Água.

Movimento operário brasileiro e o anarquismo no sindicato: divergências e debates em *A Voz do Trabalhador* (1913-1915)

João Carlos Marques¹

Nos primeiros anos do século XX no Brasil ocorreram debates e discussões, entre militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, sobre o caráter político do sindicalismo. As dúvidas que geraram este debate levaram alguns dirigentes a questionar o caráter revolucionário e de transformação do sindicalismo. Para Edilene Toledo “*se houve coincidência entre os anarquistas sobre o objetivo final a ser alcançado, houve também muita divergência sobre o caminho a percorrer para atingi-lo*”. Ou seja, enquanto alguns militantes “*acreditavam nas insurreições, outros acreditavam nos atos individuais de violência; uns escolheram a propaganda e a educação de todos os homens, outros elegeram o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a propagação de suas ideias*” (Toledo, 2004:12-13).

No país, neste período, houve a predominância de duas tendências anarquistas que influenciaram no repertório das manifestações e o próprio movimento operário. De um lado a que defendia a organização de “massa” (organizacionista) e outro a que era contrária a este princípio, conhecida como antiorganizacionista. A discussão a respeito da instrumentalização do sindicalismo se deu entre os militantes das duas vertentes. A diferença fundamental entre elas, da-se em torno das estratégias a serem empregadas, sobretudo na adesão ou não ao sindicalismo (Corrêa, 2011:80).

Os adeptos da corrente organizacionista defendiam a estratégia do sindicalismo revolucionário a partir das influências de Errico Malatesta, como no caso de Neno Vasco importante militante libertário, que juntamente com outros anarquistas, foi um dos grandes defensores e propagadores do sindicalismo

¹ Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) Londrina-Paraná, Brasil, Doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, bolseiro CAPES/Brasil.

revolucionário no Brasil nos princípios do século XX. Neno Vasco² entendia que o sindicato era o espaço mais adequado para o acúmulo de forças e assim promover a transformação social. Na sua visão, os trabalhadores deveriam agrupar-se em sindicatos para assim unirem suas forças de maneira que se tornasse possível intervir nas relações entre a classe trabalhadora e a classe dominante.

Assim como Errico Malatesta, Neno Vasco compreendia que para o sindicato exercer o papel de acumulador de forças era necessário possuir algumas características fundamentais, sem as quais assumiria os aspectos de um grupo de ideias. Ou seja, seguindo as teorias do anarquista italiano, o português tinha algumas ponderações sobre o sindicalismo, definindo o que deveria ser abandonado pelos militantes ao se aproximarem dos sindicatos.

A “planta exótica” do anarquismo que “deitou raízes” no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, teve como principal porta de entrada a cidade do Rio de Janeiro. Polo de atração das migrações internas e externas, a cidade caracterizou-se neste período por intensa circulação de indivíduos das mais diferentes procedências. Segundo o censo de 1920 ao longo de cinquenta anos, o total de imigrantes passou de 73.310 em 1872 para 210.515 em 1920, representando cerca de 25% dos habitantes da cidade naquele período, com destaque aos portugueses, italianos, espanhóis, turcos e franceses, sobretudo aos portugueses que representavam cerca de 72% dos estrangeiros que entraram no país pela capital neste período, contra 9% de italianos (Menezes, 1996:62-64).

A partir da circulação de pessoas, as ideias e concepções filosóficas já experimentadas na Europa, ganharam eco nas páginas da imprensa proletária brasileira do período. A circulação de ideias reforça o internacionalismo no interior do movimento operário, e por meio de sua análise pode-se compreender o contexto do desenvolvimento do sindicalismo revolucionário no Brasil.

² Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, mas conhecido no meio operário como Neno Vasco, era um advogado português que chegou a São Paulo por volta de 1900. Em 1902 participou da fundação do jornal anarquista *O Amigo do Povo*, juntamente com outros militantes anarquistas. Foi um dos principais adeptos e propagandistas das ideias de Errico Malatesta no Brasil, seus escritos e suas ideias sobre o sindicalismo revolucionário foram estampados nas colunas do jornal da Confederação Operária Brasileira *A Voz do Trabalhador* e no jornal do Porto *Aurora* (1914) de Portugal. Faleceu em Portugal em 15 de setembro de 1920. In: SAMIS, Alexandre, 2006, *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2006, Tese (Doutoramento) Universidade Federal fluminense.

Nos primeiros anos do século XX o sindicalismo revolucionário foi uma das concepções e prática mais difundida no operariado brasileiro. Inspirada no modelo da política adotada pela Confédération Générale du Travail (C.G.T) francesa, funda suas bases na ação direta, atribuindo ao sindicato (independente de princípios políticos, ideológicos e religiosos) o papel fundamental na organização dos trabalhadores e à greve geral o de único instrumento para realização da revolução social.

Apesar do predomínio da concepção francesa a adesão por parte dos dirigentes foi um processo complexo com empates e discussões. Existindo, desta forma divergências sobre a validade do sindicato de resistência. A imprensa operária foi palco de inúmeras dessas discussões. O periódico *A Voz do Trabalhador*, então órgão da Confederação Operária Brasileira (COB), constantemente trazia ao debate textos com este propósito.

Em primeiro de setembro de 1913 os dirigentes da Confederação Operária Brasileira circulam um texto do militante anarquista Neno Vasco, no qual expunha suas opiniões sobre o anarquismo no sindicato, bem como para fazer frente à declaração de princípios da Federação Operária de Santos (FOPS).³ O artigo foi publicado inicialmente em seis de agosto daquele ano no jornal *Aurora* em Portugal. No artigo Neno Vasco criticava a iniciativa dos dirigentes santistas em promover a tendência anarco-comunista no interior da federação daquela cidade. Tais princípios representavam, na opinião de Neno Vasco, uma “*contradição não só com as bases e necessidades da organização da classe trabalhadora, mas ainda, poderia dizer: sobretudo, com o anarquismo*” (Vasco, *A Voz do Trabalhador*, 1º/09/1913:1).

Para o anarquista português a iniciativa dos dirigentes da FOPS (inspirada e importada da Argentina segundo o próprio Neno Vasco) acabaria por afastar a maioria dos trabalhadores do movimento operário reduzindo o sindicato a um grupo somente de anarquistas. Em seu entendimento ou o “*sindicato é exclusivamente composto de anarquistas e assim somente anarquista admite; ou o sindicato agrupa*

³ Segundo Sheldon Leslie Maram em 1912 os trabalhadores de Santos representavam mais de quatro vezes o quadro de associados do Rio de Janeiro (22.500 contra 5.000), possuindo ainda aproximadamente 12.500 a mais que na capital do Estado de São Paulo. A participação do imigrante Português, segundo o mesmo autor, foi decisiva para a força organizacional dos sindicatos dessa região. Devido à força da federação de Santos, podem ter motivado as reticências de Neno Vasco à declaração de princípios de seus dirigentes, que poderia trazer consequências irreparáveis ao movimento operário brasileiro com a perda de associados devido ao emblema anarco-comunista. In MARAM, Sheldon Leslie, 1979, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e terra.

profissionalmente os assalariados, sem distinção de finalidades políticas ou sociais". Ou seja, organizado levando em conta o caráter social, econômico e moral e não político e ideológico. (Vasco, *A Voz do Trabalhador*, 1º/09/1913:1).

Por meio do artigo o libertário defende que o anarquismo deveria ser levado ao sindicato pela propaganda (por uma minoria anarquista) para assim estimular a massa, por meio do exemplo, da educação ao caminho da emancipação. Ou seja, o ideário anarquista levaria ao proletariado a uma *"concepção revolucionária da luta de classes, à compreensão da solidariedade proletária em frente da classe patronal"* e ainda uma *"consciência dos interesses gerais dos trabalhadores contrários aos dos capitalistas"*. Nessa visão o sindicato seria o local de preparação para a *"luta final"*, em que os trabalhadores tomariam consciência de sua condição e, a partir disso sentiriam a necessidade de organizar-se (Vasco, *A Voz do Trabalhador*, 1º/09/1913:1).

A fim de não ficar dúvida sobre o papel do anarquismo no sindicato Neno Vasco ainda aconselha os dirigentes da FOPS ao enfatizar sua opinião a respeito da organização operária e de como os anarquistas deveriam se comportar em seu interior. Segundo o articulista:

Em primeiro lugar, devem ali conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita, – o mais que possam, visto convir dar margem às contingências e circunstâncias especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora: favorecendo com todas as suas forças à tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promovem; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alarga-las; apontar-lhe sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma; que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos (Vasco, *A Voz do Trabalhador*, 1º/09/1913:1).

Em resposta, os editores de *A Voz do Trabalhador* em março de 1914, trazem ao debate um texto de João Crispim sobre os princípios da FOPS. O texto além de representar as divergências políticas-ideológicas internas no movimento operário brasileiro (principalmente entre os dirigentes) reflete um dos princípios fundamentais defendidos pela Confederação Operária Brasileira. Ou seja, como suas bases estruturantes influenciadas pelo sindicalismo revolucionário, e este por defender a

autonomia política e ideológica, permitiu assim a livre circulação de ideias e opiniões nos meios de propaganda e associações vinculadas a COB.

O texto de João Crispim, além de incentivar outros militantes a expor suas ideias favorecendo assim a sua circulação e discussão, revela um dado importante sobre a situação das organizações operárias naquele momento, sugerindo que a presença anarquista nos sindicatos era de facto reduzida, e disputava a convivência com outras correntes políticas-ideológicas, ou aqueles que não professavam nenhuma concepção filosófica.

Ou seja, segundo João Crispim as organizações operárias naquele momento “*estabeleceram no seu próprio seio, o privilegio de classes, o privilegio de trabalho e negaram a entrada a todos os anarquistas que levavam aos trabalhadores a sua palavra luminosa e subversiva*”. Para o militante o movimento operário caracterizava-se em muito aos aspectos de um reformismo, pois, ainda segundo Crispim, nos jornais sindicalistas não se via uma propaganda educativa de conscientização à emancipação intelectual dos trabalhadores, para que estes conquistem com mais facilidade a sua emancipação econômica. Em suas palavras “*vê-se apenas a resenha do movimento operário nas suas lutas pelas conquistas imediatas*” (Crispim, *A Voz do Trabalhador*. 1º/04/1914:1).

As críticas que João Crispim faz a tendência reformista é consequência, em parte das características das próprias organizações operárias que se desenvolveram no Brasil neste período, e que tomaram corpo por meio do sindicalismo revolucionário. Já que estas foram em parte desenvolvidas também com ajuda de militantes socialistas e não somente anarquistas. Pois, diante das dificuldades de se criar um partido político-eleitoral, os “*socialistas também se sentiram estimulados com as crescentes mobilizações operárias e com algumas vitórias alcançadas*” por meio do associativismo em torno do sindicalismo revolucionário (Oliveira, 2009:45).

Segundo João Crispim, a defesa da neutralidade em razão da organização favoreceria a diversidade de ideologias no interior do sindicato, e ainda resultaria em um ambiente propício aos “*choques de ideias*”, pois “*cada grupo trata de imprimir ao sindicato a sua tendência predileta*”. Em suas palavras:

Ninguém se contenta com a simples propaganda: os reacionários lutam por conservar na associação os antigos métodos e praxes, pretendendo que todos pensem e ajam como eles; os

reformistas batalham contra os revolucionários e tratam de atrair todos às urnas, formando coro com os seus caudilhos; os sindicalistas tratam unicamente da conquista de melhoras e combatem, como disse, os anarquistas para que a planta da anarquia não crie raízes nos sindicatos. (Crispim, *A Voz do Trabalhador*. 1º/04/1914:1).

João Crispim continua seu texto afirmando a necessidade do anarquismo no interior do sindicato, pois, entendia que somente com a presença libertária nos meios operários não se repetiria

“o fato de que, como na Revolução Francesa, os camponeses, os trabalhadores, pusessem em prática as ideias de renovação enquanto os intelectuais [ficaram] a discutir nos seus centros como se deve fazer a Revolução e como se deve organizar a produção e o consumo” (Crispim, *A Voz do Trabalhador*. 1º/04/1914:1)

Na edição de primeiro de maio de 1914, no “*dia grande e cruel à memória operária*”, os editores d’*A Voz do Trabalhador* publicaram o artigo assinado por Neno Vasco em resposta a João Crispim. De Portugal, o militante reforçou suas ideias sobre a organização operária e o papel dos anarquistas no sindicato. Para Neno Vasco, a iniciativa do grupo santista assemelhava-se a dos anarquistas argentinos⁴ que oficialmente havia adotado o comunismo anarquista. Contribuindo desta forma para criar no Brasil duas federações operárias nacionais “*guerreando-se como dois partidos rivais, por vontade dos ‘chefes’, sem que a massa associada de uma se distinguisse da outra, não só em interesses, mas até em ideias.*” Ou seja, Neno Vasco utilizava como referência o caso da Federação Operária Regional Argentina (FORA), que no Congresso de 1905 aconselhou aos militantes os princípios do comunismo anarquista, com isso misturando “*funções de partido com as da organização de classe*” (Vasco, *A Voz do Trabalhador*. 1º/05/1914:2).

Neno Vasco compreendia que o operário somente pelo fato de exercer a ação sindical pela “*própria força das coisas, sem querer nem saber, vai dar fatalmente a revolução social, contra o Capitalismo e contra o Estado*”, e por isso já se dará como

⁴ Em 1905 no V Congresso Operário Regional Argentino define-se como princípio ideológico da Federação Operária Regional Argentina (FORA) o anarco-comunismo, marcando desta forma, segundo Felipe Corrêa a orientação ideológica do sindicalismo da FORA assumida após o congresso marca o estabelecimento do anarco-sindicalismo na organização Argentina. CORRÊA, Felipe, 2011, *Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*, Faisca Publicações Libertárias, 84.

anarquista. Entendia, portanto, a necessidade das “*minorias anarquistas*” se fazerem presentes no “*campo sindical e nos meios de ação sindicais*”, para assim “*injetar o mais possível do espírito*” de ideias e métodos anarquistas (Vasco, *A Voz do Trabalhador*. 1º/05/1914:2).

O ponto que alimenta a discussão entre os dois militantes se dá em torno da neutralidade política-ideológica adotada pela Confederação Operária Brasileira. Nos argumentos de João Crispim a característica favorecia a renúncia do anarquismo por parte dos trabalhadores sindicalizados, já para Neno Vasco tal princípio deveria ser entendido como um fator de diferenciação de órgão e de funções, existindo de um lado a organização operária de resistência, e de outro os partidos ou grupos de ideias (Vasco, *A Voz do Trabalhador*. 1º/05/1914:2).

João Crispim discordava da posição de Vasco, em seu entendimento não deveria existir divisão entre anarquismo e movimento operário de resistência, pois, compreendia que os métodos de ação direta, de pressão contra o capitalismo e o Estado são “*propagados pelos anarquistas*” sendo, portanto, “*a conquista de melhorias econômicas e morais, até a expropriação e a liberdade completa dos proletários, tem o seu mais forte esteio no anarquismo*” (Crispim, *A Voz do Trabalhador* 20/06/1914:1).

O embate entre os dois militantes acontece no período da realização do Segundo Congresso Operário de 1913, que mesmo tomando por base e reafirmando as resoluções do Primeiro Congresso de 1906, reflete a existência de divergências internas entre os militantes brasileiros. As propostas sobre a orientação das organizações operárias foram discutidas no primeiro tema do Congresso de 1913.

Os delegados da Federação Operária de Santos, João Crispim e Rafael Serrato Muñoz levantaram a primeira questão a ser discutida, relativa ao caráter político do sindicalismo. A partir do tema “*estabeleceu-se um longo debate, que se prolongou por toda a primeira sessão e parte da segunda*”. As seguintes questões foram apresentadas: “*A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade?*” ou “*Deverá exercer uma ação política?*” A partir deste questionamento a delegação de Santos passa então a “*aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores*” (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1913:2-3).

Depois de longa discussão a proposta dos anarquistas de Santos foi rejeitada pelos congressistas, sendo aprovada a seguinte, “*o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias.* - José Borobio” (*A Voz do Trabalhador*, 1º/10/1913:2).

O delegado de Federação Operária do Rio de Janeiro, José Borobio, certamente compartilhava das ideias Neno Vasco, pois, entendia que qualquer posição política ou ideológica assumida como oficial por alguma associação operária não passaria da imposição de uma direção sobre os trabalhadores. Desta forma, o anarquismo (no interior das associações) deveria ser aceito e não imposto de forma autoritária.

Considerações finais

O movimento sindicalista de caráter revolucionário representou um importante espaço de sociabilidades no qual uma cultura política essencialmente operária era desenvolvida e cultivada pelo operariado brasileiro no início do século XX. Apesar das divergências e conflitos, sobretudo entre dirigentes, permite uma interpretação da realidade social e política vivenciada pela classe trabalhadora naquele momento. Seu desenvolvimento, no plano ideológico e prático, foi de fundamental importância para a construção da identidade proletária em nível nacional cabendo aos anarquistas partes deste processo.

Tanto as resoluções e os questionamentos levantados no congresso operário de 1913, e, sobretudo o embate teórico que colocou em trincheiras opostas Neno Vasco e João Crispim, refletem o processo de desenvolvimento do sindicalismo a moda francesa em terras brasileiras. Nas resoluções do congresso fica clara a ideia de que a melhor estratégia para organização dos trabalhadores é o sindicato de resistência, livre de uma posição oficial política ou ideológica. As propostas, em torno da orientação das associações no referido congresso, foram presididas por Edgard Leuenroth que provavelmente concordou com as propostas aprovadas. O militante brasileiro no final das discussões aconselha as federações estaduais ou uniões locais a admitirem no seu seio somente os sindicatos exclusivamente formados de trabalhadores salarizados e que

tenham como base principal a resistência.⁵ Ou seja, o critério novamente não é ideológico ou político, mas sim a posição social e econômica.

Além de considerar o sindicato como espaço privilegiado, no qual os trabalhadores reuniriam forças em prol da luta por melhores condições de vida e trabalho como mencionado à cima, os militantes anarquistas, com o próprio Neno Vasco, acreditavam que os sindicatos também ofereceriam um ambiente em que a cultura de classe pode-se ser amplamente disseminada entre os trabalhadores, engajando-os na luta e afastando-os da bebida e dos vícios. Ou seja, Vasco entendia que o trabalhador organizado no sindicato desenvolveria um sentimento e uma identidade coletiva e ainda fazendo-o constatar quem eram seus aliados e seus inimigos.

⁵ Resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que teve lugar de 8 a 13 de setembro de 1913 nos salões do Centro Cosmopolita no Rio de Janeiro, e foram publicadas em *A Voz do Trabalhador* em 1º de outubro de 1913.

Bibliografia

- ADDOR, Carlos Augusto, 2002, *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Achiamé.
- CARVALHO, José Murilo de, 1987, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não Foi*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CORRÊA, Felipe, 2011, *Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*, São Paulo, Faisca Publicações Libertárias.
- CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos, 2006, “Raízes do anarquismo no Brasil”, in R. Diminice D.A. Reis Filho (Orgs.), *História do anarquismo no Brasil - Vol. I*, Niterói/Rio de Janeiro, EdUFF/MAUAD: 45-56.
- HARDMAN, Francisco Foot, 2002, *Nem pátria nem patrão!: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*, São Paulo, Editora UNESP, 3ª ed. rev. e ampl.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1996, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade, Protesto crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de, 2009, *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*, Universidade Federal Fluminense, Tese (Doutorado).
- PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M, 1979, *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1.
- SAMIS, Alexandre, 2006, *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, Lisboa, Letra Livre, 2006, Tese (Doutoramento) Universidade Federal fluminense.
- TOLEDO, Edilene, 2004, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, (Coleção História do Povo Brasileiro).
- , 2004, *Travessias Revolucionárias: Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-19450)*, Campinas, SP, Editora da Unicamp.
- , 1993, *Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*, UNICAMP - SP, Dissertação de Mestrado.
- VASCO, Neno, 1984, *Concepção anarquista do sindicalismo*, Porto, Edições Afrontamento.

Periódicos

- A Voz do Trabalhador*, Órgão da Confederação Operária Brasileira, coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915, Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Secretária da Cultura, Centro de Memória Sindical, 1985.

Sociabilidade e participação em rede

Sindicatos na rede em Portugal. Uma análise da presença na Internet dos sindicatos do setor da saúde

Paulo Marques Alves e Carlos Levezinho

Os movimentos sindicais dos países capitalistas mais desenvolvidos vêm enfrentando uma crise profunda desde a década de 70 do século passado. A crise traduz-se no refluxo do número de aderentes, manifestado pelo decréscimo das taxas de sindicalização e numa perda de influência social e política (Visser, 1996), revelada pelo decréscimo do número de indivíduos dispostos a militar; pela quebra dos níveis de mobilização; pela procura de outras formas organizativas; pela desativação de estruturas sindicais e a inoperacionalidade de outras; pelo aparecimento de movimentos grevistas fora do quadro sindical, como sucedeu com a onda de “greves selvagens” que atravessou a Europa nos finais da década de 60 e no início da de 70; pela perda de poder sindical na negociação coletiva; etc..

As causas desta crise são múltiplas, nelas se mesclando fatores exógenos ao movimento sindical, com outros que lhe são endógenos e que têm que ver com o modo como os sindicatos se estruturaram.

Tentando ultrapassar estes “tempos difíceis” (Chaison, 1996), os vários movimentos sindicais a nível nacional ou à escala planetária têm vindo a implementar ações diversificadas visando a sua revitalização (Frege e Kelly, 2003), contando-se entre elas o recurso às TIC e à Internet.

Os sindicatos podem utilizar a Internet com vários objetivos. Será nosso propósito situar a presença na Internet dos sindicatos com jurisdição na saúde. Analisaremos os seus sítios oficiais com o intuito de compreender se estão a retirar todas as potencialidades que a rede oferece, nomeadamente no que se refere ao incremento dos níveis de transparência e à promoção de oportunidades efetivas de participação. Estes são fatores cruciais que contribuem para fazer crescer o grau de confiança e de credibilidade dos sócios e potenciais associados e para aprofundar a

democracia interna concorrendo, por conseguinte, para a revitalização do sindicalismo.

Demonstraremos que atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os sítios destes sindicatos, isso não sucede, pelo que concluímos estarmos perante uma oportunidade desperdiçada de fortalecimento do sindicalismo através da utilização de meios que possibilitam o aprofundamento das formas democráticas de governo associativo.

Burocracia, oligarquia, democracia

O sindicalismo atravessa a sua maior crise desde a II Guerra Mundial. Analisando a evolução da sindicalização a nível agregado nos vários polos do sistema capitalista mundial entre 1960 e 2011 (ICTWSS, 2013), verificamos a existência de uma tendência convergente no sentido do refluxo das taxas de sindicalização. No entanto, esta regressão é desigual, porque ocorre segundo ritmos e intensidades muito distintas, e também contraditória, pois diversos movimentos sindicais não só conseguiram resistir melhor e até mesmo crescer (Noruega: -9,0%; Suécia: -4,4%; Finlândia: 116,3%) enquanto outros se afundavam (Nova Zelândia: -70,0%; Austrália: -63,9%; EUA: -63,4%; França: -59,6% ou Áustria: -59,1%). Um outro dado revelador diz-nos que em 2010 o número de sindicalizados no Reino Unido (7 261 milhões) se encontrava ao mesmo nível de 1919 ou de 1941 e era cerca de metade do valor registado em 1979 (13 212 milhões) (DBI&S, 2015).

O carácter contraditório da crise ressalta igualmente quando se analisam os dados a nível desagregado, sempre que tal se torna possível. Efetivamente, a crise atinge mais fortemente determinados ramos do setor privado do que outros e afeta sobremaneira o conjunto deste setor por comparação com o setor público, conforme evidenciam os dados disponíveis para o Reino Unido (DBI&S, 2015) e para os EUA (Hirsch e Macpherson, 2015).

A crise sindical tem sido objeto de várias explicações. Dois paradigmas têm hegemonizado a explicação, colocando o acento tónico num conjunto de causas externas ao movimento. O primeiro, que se filia na teoria dos ciclos económicos, sustenta a existência de padrões regulares de crescimento e de declínio das taxas de

sindicalização que acompanham, respetivamente, as fases de prosperidade e de depressão económica. O segundo assume que a regressão nos níveis de sindicalização é resultado das mudanças que têm vindo a ocorrer nas estruturas, económica, social, política e ideológica.

Mas a crise terá também muito de endógeno ao sindicalismo, isto é, existem fatores inerentes ao modo como os sindicatos se organizam que nela desempenharão um papel importante, fazendo-se sentir com mais intensidade em alguns países do que noutros. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000), tratar-se-á de um défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes, dada a adoção de um modelo burocrático de organização, a que se junta a divisão/fragmentação do movimento por motivos políticos, confessionais ou de estatutos e o desinteresse manifestado em organizar os que se encontram excluídos do mercado de trabalho.

Uma terceira explicação acentua assim a importância de fatores como a burocratização e a politização do movimento sindical. Vão nesse sentido os trabalhos de Labbé e da sua equipa realizados em França (Labbé, 1994; Bevort e Labbé, 1992; Labbé e Bevort, 1989; Labbé e Croisat, 1992, entre outros). Partindo da constatação de que o movimento sindical francês se afundou profundamente, sofrendo uma enorme hemorragia de efetivos, praticamente sem paralelo na Europa, estes autores sublinham que ele tem estado submetido às mesmas forças económicas que os seus congéneres, bem como a semelhantes mudanças sociais e culturais, não tendo conhecido inclusivamente uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a ação sindical, como sucedeu nos países anglo-saxónicos.

A principal explicação terá que ser encontrada nos aspectos organizacionais. Num dos estudos que efetuaram, onde foram inquiridos ex-sindicalizados da CFDT, concluiu-se que em 40,0% dos casos tinham sido os trabalhadores a abandonar a organização devido ao desacordo face à divisão e à politização sindical, enquanto pouco mais de um terço sentia que o sindicato os tinha abandonado: as quotas haviam deixado de ser cobradas; a secção sindical de empresa havia deixado de funcionar, ninguém atendia o telefone ou abria a porta na sede local do sindicato, etc.. Tudo expressões do abandono de um sindicalismo de base que se alicerçava numa rede de militantes benévolos eleitos nos locais de trabalho e que desenvolviam a atividade sindical nas empresas, em detrimento do aprofundamento da centralização e da burocratização sindical. Os sindicatos passaram assim a confundir-se com uma “élite

questionnaire” composta por um pequeno grupo de permanentes, que reforçam o seu poder, a cujo estatuto se acede por cooptação e que mantém relações de distanciamento com os trabalhadores, enfatizando os mecanismos de representação.

Já no século XIX e nos primórdios do século XX autores tão distintos entre si como Marx, Lenine, Trotsky, Gramsci, os esposos Webb, Weber ou Michels reflectiram sobre a organização sindical e/ou sobre as suas lideranças, delas desconfiando particularmente.

Sydney e Beatrice Webb (1977 [1894]) foram os primeiros a fornecer alguns apontamentos importantes sobre o modelo organizativo dos sindicatos e as formas de governo associativo, mas dois outros autores clássicos assumem uma maior relevância neste capítulo, tendo legado importantes contributos ao património sociológico: Max Weber, com a análise do “fenómeno burocrático” (Weber, 2004 [1919-1922]) e Robert Michels, com a “lei de ferro da oligarquia” (Michels, 1961 [1910]), ainda que nem um nem o outro se tenham centrado especificamente na organização sindical.

Do conjunto das suas obras parece ressaltar que burocracia e oligarquia, de um lado, e democracia, de outro, serão incompatíveis.

A problemática da democracia organizacional foi introduzida na década de 50 do século passado por Gouldner (1955), que sustentou que se nas organizações existia uma “lei de ferro da oligarquia” também existia uma “lei de ferro da democracia” agindo como contracorrente, a qual se basearia num compromisso envolvendo o controlo democrático das lideranças e a possibilidade de uma *participação independente* por parte de todos os membros na tomada de decisões. Mas é sobretudo na sequência do estudo seminal de Lipset e seus colegas realizado na *International Typographical Union* (Lipset *et al*, 1956) que o debate no seio das ciências sociais sobre a democracia nos sindicatos se inicia verdadeiramente. Vários estudos são dados à estampa evidenciando a existência de determinados mecanismos que podem contrariar a tendência apresentada como inexorável desde Michels e concluindo que a democracia sindical pode ser uma realidade. Mais recentemente, Morris e Fosh (2000) recensearam quatro modelos de democracia sindical que, embora centrados na realidade do Reino Unido, possuem, pelo menos em parte, valor heurístico para outras latitudes: “liberal pluralism”, “grass roots activism”, “consumer trade unionism” e “individual accountability”. Os dois primeiros correspondem aos modelos alternativos tradicionais de democracia política, a democracia representativa e a democracia direta

ou participativa. Os dois últimos são duas formas mais recentes e que se prendem, no primeiro caso, com o crescimento de um sindicalismo prestação de serviços e, no segundo, com as imposições legislativas do governo Thatcher.

Apesar destes e de outros trabalhos, os debates científicos contemporâneos sobre a organização sindical têm sido fortemente influenciados pelas teorias da burocracia e da oligarquia, ainda que estes conceitos nem sempre sejam apresentados com um sentido claro e consistente, como sublinham Albrow (1970) ou Fosh e Heery (1990), sobre a burocracia, e Edelstein e Warner (1979), sobre a oligarquia.

No domínio das análises orientadas pelas teses da burocracia, a pesquisa clássica de Donaldson e Warner (1973), envolvendo sete estudos de caso (seis em sindicatos e um numa associação profissional), concluiu que a especialização, a standardização, a formalização e o número de níveis hierárquicos são uma característica dos sindicatos, estando positivamente correlacionados com a sua dimensão: quanto maior esta for, maior incidência estes aspetos assumem. Como conclusão mais geral, os autores afirmam que os grupos de interesse têm tendência para serem mais centralizados do que as organizações empresariais.

Ainda que não refletindo propriamente sobre os sindicatos, mas sobre o movimento associativo em geral, as obras clássicas de Meister (1972, 1974) sustentam, entre outras questões relevantes, a tese de que acompanhando o crescimento em dimensão das associações a indiferenciação desaparece e as práticas de democracia direta e de intensa participação dos associados vão decrescendo, florescendo simultaneamente a institucionalização, a democracia delegada, os elementos burocráticos (corpo de funcionários; definição precisa de funções e especialização de tarefas; hierarquia de autoridade; regulação da conduta dos funcionários segundo normas estritas escritas; etc.) e os elementos oligárquicos (aparecimento de lideranças que se perpetuam no poder; conflitos de interesses entre associados e dirigentes; passividade dos membros; etc.).

Por outro lado, uma variante da tese oligárquica aborda os sindicatos enquanto “poliarquias” (Banks, 1974; Crouch, 1982; James, 1984). A sua proposição básica é que os sindicatos são compostos por vários grupos com interesses diversos que se encontram em conflito permanente, ainda que estabeleçam alguns períodos de armistício. Conflito em torno da conquista do poder (Banks), para poder perseguir os

objetivos específicos de grupo; sobre os recursos materiais (Crouch); ou pelo controlo da tomada de decisão (James).

Concluindo, o que poderemos encontrar na realidade é a existência de uma diversidade de características organizacionais e de modos de ação dos dirigentes, com as associações em geral, e os sindicatos em particular, a viverem internamente numa permanente tensão entre os princípios democráticos, envolvendo mobilização, participação e controlo, e os princípios burocráticos e oligárquicos, significando apatia, afastamento, centralização de decisões, institucionalização, etc., com uns princípios a sobreporem-se aos outros consoante as conjunturas.

Face à situação de crise, e com o objetivo de a ultrapassar e de se revitalizar, o movimento sindical vem empreendendo diversas ações. Entre elas contam-se as que visam reforçar a sua força coletiva através da atração de novos associados; os processos de adaptação estrutural manifestados por uma vaga de fusões sem precedentes; o reforço e a interligação da ação sindical a todos os níveis; a construção de alianças com outros movimentos sociais; a implementação de novas agendas reivindicativas; a renovação das lideranças e a utilização das TIC e da Internet.

Embora só tardiamente tenham reconhecido o potencial das TIC e da Internet e adotado estas tecnologias, conforme sublinha o *Ad-Hoc Committee on Labor and the Web* (1999), elas encontram-se hoje amplamente disseminadas no mundo sindical, existindo na comunidade científica um largo consenso sobre a relevância da sua utilização. Por exemplo, Fiorito *et al* (2002) demonstram o seu impacto muito positivo nas questões organizativas, sendo mais débil em termos da eficácia geral.

A Internet pode dar um importante contributo em vários domínios, como sejam: a livre difusão dos pontos de vista do sindicato sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000); a pesquisa de informação (Fiorito *et al*, 2000); o reforço dos serviços prestados (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000) e o proporcionar de outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning* (Sawchuck, 2001; Bélanger, 2006); o recrutamento de novos associados; a organização de trabalhadores em empresas com políticas antissindicais ou de trabalhadores que não se fixam num determinado ramo de atividade económica (Dolvik, 2002); a mobilização dos trabalhadores para a ação coletiva; a possibilidade de ganhar a opinião pública para o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores durante os conflitos de trabalho (Diamond e

Freeman, 2002); o lançamento de pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a “solidarité externe” (Lévesque e Murray, 2003) e o incremento da coordenação e da solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (Lee, 1997; Darlington, 2000).

Mas é na possibilidade de desburocratização e de aprofundamento da democracia sindical, ao contribuírem para fomentar a transparência e a participação, que alguns autores veem um contributo essencial da Internet (Diamond e Freeman, 2002; Greer, 2002). Defende-se que com ela será possível quebrar a “lei de ferro da oligarquia”, ao propiciar uma espécie de *democracia eletrónica* que, entre outros aspetos, passa pela utilização das redes sociais *online* ou pela possibilidade de criação de páginas dinamizadas por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restará outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo dos sindicatos, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais, como os *fora* ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC, sobretudo com o recurso à Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais estarão a emergir, as quais são designadas por “cyberunions” (Shostak, 2002), “e-unions” (Darlington, 2000), “open-source unionism” (Freeman e Rogers, 2002), ou “sindicalismo 2.0” (Gutiérrez-Rubi, 2009).

Metodologia

As TIC e a Internet encontram-se amplamente difundidas no movimento sindical português. No entanto, no que respeita à presença na rede, verificam-se algumas assimetrias relevantes que importa reter. Por exemplo, em 2011, somente 36,4% das uniões distritais estavam nela presentes, atingindo-se os 83,3% entre as confederações. No atinente aos sindicatos, a proporção era de 64,1% e nas federações de 48,0% (Alves *et al*, 2011).

No caso dos sindicatos, a presença variava fortemente consoante os ramos de atividade, indo dos 16,7% no setor primário aos 91,7% na saúde (Gráfico 1).



Gráfico 1 – Presença dos sindicatos portugueses na Internet, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (%)

Fonte: Base de dados das organizações sindicais portuguesas

A distinta composição social dos trabalhadores, os seus níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como o nível de recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, são provavelmente os principais fatores que explicam estas assimetrias.

A seleção do ramo da saúde como campo empírico teve por base dois critérios. Por um lado, por se tratar do ramo onde se verifica a maior proporção de sindicatos com presença na Internet. Por outro, por nele exercerem atividade trabalhadores com níveis de qualificação elevados, pelo que é expetável que o “digital divide” se coloque de uma forma mais mitigada do que noutros ramos.

Como o sistema sindical na saúde se encontra fortemente *balcanizado* de acordo com as diferentes profissões, procedemos à análise dos sítios na Internet de quinze sindicatos de profissão, sendo cinco de médicos e farmacêuticos (SIM, SMZC, SMZS, SMN, SNF), três de enfermeiros (SEP, SERAM, SIPE), seis de técnicos de diagnóstico e terapêutica (SFP, SIMAC, SINDITE, STAE, STSS e SIFAP, tendo este último jurisdição também entre os profissionais de farmácia e os trabalhadores de todas as categorias profissionais que laboram em consultórios e laboratórios). Foi ainda analisado o sítio do SINPROFARM, que pretende organizar os técnicos de farmácia. Em contrapartida, não analisámos os sítios dos sindicatos verticais da administração pública, que também representam trabalhadores no ramo da saúde.

A análise a que procedemos foi realizada tendo por base três dimensões – *conteúdo*, *interatividade* e *usabilidade* –, cada uma delas comportando várias sub-

dimensões. Para este texto retivemos fundamentalmente as sub-dimensões *governo organizacional*, *formas de contacto* e *funcionalidades de participação*, a primeira relativa à dimensão *conteúdo* e as duas restantes à dimensão *interatividade*.

Os sítios na Internet dos sindicatos da saúde

Como referimos, a *transparência organizacional* e a *participação independente* de todos os membros de uma organização constituem dois pilares essenciais de uma democracia organizacional que se pretende ampla, no sentido de se basear no exercício de uma cidadania promotora da tomada coletiva de decisões.

No que ao primeiro pilar diz respeito, podemos definir o conceito de *transparência organizacional* como consistindo na “existência de políticas, padrões e procedimentos que visam fornecer aos interessados informações sobre a organização segundo características gerais de acesso, uso, qualidade do conteúdo, entendimento e auditabilidade” (Cappelli e Leite, 2008).

A transparência na vida interna de qualquer organização é essencial. E a Internet constitui um excelente canal através do qual os sindicatos podem dar a conhecer, desde logo, as normas que regulam a sua atividade, através da publicitação dos respetivos estatutos; fornecer um conjunto de informações sobre o modo como se processa o seu governo; ou disponibilizar documentação detalhada que permita aos respetivos associados ou potenciais sócios a possibilidade de discutirem e deliberarem de modo informado.

A análise dos sítios oficiais dos sindicatos com jurisdição na saúde permite-nos concluir pela existência de níveis muito baixos de transparência organizacional, que são evidentes no Quadro 1, onde se encontram elencados alguns aspetos fulcrais relativos ao modo como os sindicatos são governados.

Informações sobre o governo organizacional	%
Identificação dos pelouros dos membros da direção	26,7
Informação sobre o governo da organização	0,0
Publicitação de assembleias gerais	20,0
Publicitação das reuniões de direção	0,0

Quadro 1 - Proporção de sítios dos sindicatos do setor da saúde que disponibilizam informação relativa ao governo do sindicato (%) em 2014

Fonte: Base de dados dos sítios Internet dos sindicatos do setor da saúde, 2014

De sublinhar que nenhum dos sítios fornece qualquer informação relacionada com a forma como a organização é governada nem é publicitado o agendamento das reuniões da direção. Em relação às assembleias gerais, apenas um quinto dos sítios publicita a sua realização e somente 26,7% identificam os pelouros que se encontram atribuídos aos membros das direções sindicais.

Encontramos esta mesma tendência quando analisamos a disponibilização de documentos relevantes para o governo associativo, como os que constam do Quadro 2:

Divulgação de documentos relevantes	%
Atas de reuniões de direção	0,0
Atas de assembleias gerais	0,0
Atas dos processos eleitorais	0,0
Programas de ação	13,3
Relatórios de atividades	0,0
Orçamento da organização	0,0
Relatórios e contas	0,0
Estatutos	46,7

Quadro 2 - Proporção de sítios dos sindicatos do setor da saúde que disponibilizam documentos relevantes sobre o governo do sindicato (%) em 2014

Fonte: Base de dados dos sítios Internet dos sindicatos do setor da saúde, 2014

Como se observa, nenhum sindicato publicita atas das assembleias gerais, das reuniões de direção ou dos processos eleitorais. Outros documentos estratégicos estão

igualmente ausentes, como sejam o orçamento, os relatórios e contas ou os relatórios de atividades. Só 13,3% dos sindicatos, o que equivale a duas organizações em quinze, disponibilizam os programas de ação propostos pelas listas vencedoras das eleições. Surpreendentemente, os estatutos, a constituição de qualquer organização, surgem apenas em menos de metade (46,7%) dos sítios. Estes dados não podem deixar de indiciar que também neste campo reina a opacidade em detrimento da transparência.

De ressaltar, contudo, que a maioria (60,0%) dos sítios possui área reservada, à qual só os sócios têm acesso, pelo que estes documentos podem estar aí hipoteticamente alojados. Mas se assim for, potenciais associados ficam privados do seu conhecimento.

O segundo pilar fomentador da democracia organizacional é a *participação independente* de todos os membros na vida associativa e, em particular, nos processos de tomada de decisão. No quadro do conceito amplo de democracia organizacional que defendemos, encaramos esta *participação independente* como um fator de inclusão que cobre um amplo leque de ações que vão dos processos institucionais (por exemplo, realização de eleições) até práticas formais e informais de discussão e de deliberação.

Como salientámos anteriormente, são vários os autores que evidenciam que à medida que aumenta a dimensão da organização, se tende para a sua burocratização, para a profissionalização dos seus dirigentes, para a delegação, para a centralização na tomada de decisões e para um aumento do *gap* entre as lideranças e as bases, limitando a expressão destas.

Para obviar a esta tendência e promover uma democracia organizacional assente na participação dos associados, a solução reside na abertura de espaços de intervenção que estimulem essa participação, o que poderá ocorrer através de vários canais. A Internet possui um enorme potencial para possibilitar estas oportunidades de participação através das funcionalidades que providencia.

Iniciando a análise pelos canais de comunicação, em particular pelas formas e funcionalidades básicas de contacto, verificamos que todos os sítios disponibilizam um endereço de correio electrónico geral. Já a possibilidade de contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através *e-mail* se apresenta mais reduzida, assumindo o mesmo peso relativo de 26,7%. Em relação ao telemóvel,

somente 26,7% dos sítios disponibiliza um número geral e 6,7% o relativo a um departamento, no caso o jurídico. Em nenhum encontramos a indicação de um número de telemóvel da direção. Sublinhe-se que a facilidade de contacto com a cúpula associativa constitui um importante contributo para a revitalização do sindicalismo, ao permitir potenciar a ligação com as bases, enquanto se ela não existir tal constitui um fator de desencorajamento da participação. De salientar ainda que somente um pouco mais de metade dos sítios (53,3%) disponibiliza um formulário de contacto para comentários ou sugestões.

No âmbito das funcionalidades de interatividade digital é de realçar que a maioria dos sítios (60,0%) apresenta uma ligação às redes sociais *online*, sendo a restante interatividade diminuta. Apenas 13,3% têm fórum (Figura 1) e *Feeds/RSS*. No sítio do SIPE encontramos a indicação da existência de um blogue, mas este não funciona. Em nenhum caso existe *chat* associado.

Forum				Tópicos	Mensagens	Última Mensagem
STAE						
Boas Vindas	1	1	580 Jul 12, 2008 8:21 am			
Novidades	6	6	Qui Ago 05, 2010 7:42 pm			
Direção	1	1	580 Jul 12, 2008 1:19 pm			
Assembleia Geral	0	0	Não há mensagens			
Conselho Fiscal	0	0	Não há mensagens			
Conselho de Disciplina	0	0	Não há mensagens			
Associações						
Comunicação Social	30	31	580 Set 20, 2014 9:23 pm			
Comunicados	98	98	Qui Nov 19, 2014 2:42 pm			
Discussão	3	5	Sex Nov 22, 2013 10:44 am			
Eventos	11	14	Sáb Nov 12, 2012 9:12 pm			
Notícias	26	26	Qui Abr 26, 2013 6:18 pm			
Parceiros	14	14	Sex Dez 09, 2011 7:31 pm			
Resumos	28	28	Sex Ago 22, 2014 11:12 pm			

Figura 1 – Fórum do STAE 1

As possibilidades de comentário e de partilha de informação são muito escassas. O comentário só é permitido em 20,0% dos sítios, sendo que a maioria (13,3%) o torna possível através de uma rede social *online*. Apenas na página do SIM se pode fazê-lo diretamente. Quando analisamos a partilha da informação, verificamos que mais de metade dos sítios (53,3%) possui esta funcionalidade ou através de *e-mail* (26,7%) ou das redes sociais *online* (26,7%) (Figura 2).



Figura 2 – Possibilidade de partilha de informação através da rede social online Facebook (SEP)

A funcionalidade de realização de sondagens é disponibilizada unicamente no sítio do SINPROFARM (três sondagens realizadas, aparentemente já antigas), enquanto no do SFP existe um questionário *online* sobre condições de trabalho. Em nenhum dos casos se escrutina as políticas dos sindicatos. Por seu lado, o voto electrónico está totalmente ausente. Nenhum sítio permite a sua avaliação e somente um (o do SEP) abre a possibilidade de se avaliar a informação. A faculdade de inserção de artigos de opinião dos sócios restringe-se aos sítios do SIM e do SMZC.

Em síntese, nos sítios dos sindicatos com jurisdição na saúde a comunicação unidireccional predomina de forma esmagadora sobre a bidireccional, aquela que constitui um dos principais fatores de promoção da participação de todos e, por conseguinte, de aprofundamento da democracia organizacional.

Conclusão

Por todo o mundo, com particular acuidade em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Contudo, as TIC e a Internet encontram-se hoje amplamente difundidas no movimento sindical português, ainda que se verifiquem as assimetrias que evidenciámos anteriormente. Esse facto não deixa de convocar algumas questões relativas à sua utilização, como sejam as estratégias que lhes subjazem, os objetivos que com elas são prosseguidos ou qual é o nível do seu domínio.

No entanto, acompanhando esta ampla difusão, parece evidenciar-se uma tendência no sentido do movimento sindical não estar a tirar todo o partido das potencialidades da Internet. Esta tendência surge claramente espelhada nos sítios dos sindicatos da saúde. Estes possuem, no essencial, um carácter estático, restringindo-se a um repositório de informação oficial da organização, ao mesmo tempo que predomina fortemente a unidirecionalidade em detrimento de uma bidirecionalidade promotora de participação.

Simultaneamente, a transparência organizacional é praticamente inexistente, dado que os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos aparentemente não são divulgados. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o têm.

Deste modo, a presença destes sindicatos na Internet através dos seus sítios não está a contribuir para um aprofundamento da participação e da transparência, dois pilares essenciais da democracia, antes contribuindo para uma perpetuação do fechamento organizacional.

As teses ciberotimistas enfatizam que a profusão da informação disponível na Internet permite um aprofundamento do conhecimento das situações, o que faz crescer a responsabilização dos dirigentes; que a bidireccionalidade possibilita o acréscimo da participação através de funcionalidades como o *e-mail*, as listas de discussão, os *chat* ou os *fora*, etc.; e que a constituição de comunidades virtuais favorece o incremento da discussão e da mobilização.

Ora, contrariamente a estas teses, o que as páginas na Internet dos sindicatos da saúde comprovam é que, como argumentam as conceções ciberpessimistas, se verifica uma extensão do modelo burocrático de organização ao mundo virtual,

através do surgimento de uma “infocracia” (Zuurmond, 1994 *apud* Dijk, 2000) assente no reforço dos padrões de comunicação existentes e na mera alteração da forma da sua transmissão, sem que se verifique nem um aumento das oportunidades de debate nem do número de participantes ativos. Assim se refuta o determinismo tecnológico que se encontra subjacente às teses ciberotimistas e se enfatiza a existência de determinados processos sociais, os quais influenciam o modo como os sítios são construídos. Se a Internet disponibiliza, de facto, as ferramentas que poderão proporcionar o aprofundamento da democracia sindical, esta só ocorrerá se as lideranças associativas assim o desejarem, para isso definindo estratégias apropriadas. É que o aprofundamento da democracia representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como muito bem nota Darlington (2000), o que muitos olvidam. Por conseguinte, os sítios são aquilo que os dirigentes das organizações querem que sejam.

A abordagem à Internet destes sindicatos está assim próxima do que Shostak (2002) designa por “Cyber Drift” e não de uma “Cyber Union”, ao constituir uma “belated response to ICT as instrument (faster, cheaper and further-reaching), not as cyberspace (another kind of space, with unlimited possibilities for international dialogue, creativity and the invention/discovery/development of new values, new attitudes and new dialogues)” (Waterman, 2001:325).

Será ainda de sublinhar que, no contexto da crise sindical, as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós, não constituem uma panaceia para a ultrapassagem da situação. O potencial que estas tecnologias demonstram possuir só se poderá materializar, e elas só poderão contribuir verdadeiramente para a revitalização do sindicalismo, se o investimento realizado for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral, numa perspetiva de *sindicalismo de cidadania*. No fundo, isto significa a adoção das tecnologias no quadro de uma estratégia do tipo “organizing” (Heery *et al*, 2003), fator crucial da revitalização sindical.

Se a adoção destas tecnologias não for enquadrada por este modelo, isso pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspetiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram poder o “cyberunionism” substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande importância, vejam-se os casos das ações de “hacker-activism” ou de mobilização via Internet ou SMS, não pode de modo algum substituir a organização sindical nos locais de trabalho e a comunicação face a face entre esta e os trabalhadores, ainda que possa abrir uma janela de oportunidade importante para a revitalização do movimento sindical. Mas, para que isso suceda, a presença na Internet carece de uma maior aposta na qualidade e na utilização de funcionalidades que permitam o aprofundamento da democracia, estabelecendo entre o sindicalismo e a Internet um ponto de intersecção que beneficie os seus melhores argumentos, mediando tecnologicamente e criando espaços de ação (concreta) e autonomia coletiva orientada para a mudança social.

Glossário de siglas

EUA – Estados Unidos da América

ICT – Information and Communications Technologies

RSS – *Really Simple Syndication*

SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira

SFP – Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses

SIFAP – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos

SIMAC – Sindicato Nacional de Massagistas de Recuperação e Cinesioterapeutas

SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica

SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia

SIPE – Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem

SMZC – Sindicato dos Médicos da Zona Centro

SMN – Sindicato dos Médicos do Norte

SMS – Short Message Service

SMZS – Sindicato dos Médicos da Zona Sul

SNF – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos

STAE – Sindicato dos Técnicos de Ambulância de Emergência

STSS – Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

Bibliografia

Ad Hoc Committee on Labor and the Web, 1999, “Why the Internet matters to organized labor”,

<http://www.mindopen.com/laborweb>, consultado em 17 de Maio de 2015.

ALBROW, Martin, 1970, *Bureaucracy*, Londres, Macmillan.

ALVES, Paulo Marques; CORREIA, Manuel; AREOSA, João, 2011, “Os sindicatos e as tecnologias.

A adopção das TIC pelos sindicatos”, Comunicação apresentada na Conferência *Vias para a revitalização do sindicalismo – a utilização das TIC pelos sindicatos portugueses*, Lisboa, ISCTE-IUL.

BANKS, J. A., 1974, *Trade Unionism*, Londres, Collier-Macmillan.

BÉLANGER, Marc, 2006, “A case study of online collaborative learning for union staff in developing

countries”, www.summit.sfu.ca/system/files/iritems1/7296/etd2694.pdf, consultado em 17 de Maio de 2015.

BEVORT, Antoine & LABBÉ, Dominique, 1992, *La CFDT: Organisation et Audience depuis 1945*,

Paris, La Documentation Française.

- CAPPELLI, Claudia & LEITE, Júlio César Sampaio do Prado, 2008, “Transparência de processos organizacionais”,
www.latec.uff.br/transparencia/documentos/anais_transparencia2/T6_0115_0129.pdf,
consultado em 26 de Maio de 2015.
- CHAISON, Gary, 1996, *Union Mergers in Hard Times. The View from Five Countries*, Ithaca, Cornell University Press.
- CROUCH, Colin, 1982, *Trade Unions: the Logic of Collective Action*, Londres, Fontana.
- DARLINGTON, Ralph, 2000, “The creation of the e-union: the use of ICT by British unions”,
www.rogerdarlington.me.uk, consultado em 18 de Maio de 2015.
- DBI&S, 2015, “Trade union membership 2014: Statistical Bulletin”,
www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/431564/Trade_Union_Membership_Statistics_2014.pdf, consultado em 16 de Maio de 2015.
- DIAMOND, W. J. & FREEMAN, Richard B., 2002, “Will Unionism Prosper in Cyberspace? The Promise of the Internet for Employee Organization”, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (3): 569-596.
- DIJK, Jan van, 2000, “Models of democracy and concepts of communication”, in Kenneth Hacker & Jan van Dijk (Eds.), *Digital democracy: Issues of theory and practice*, Londres, Sage: 30-53.
- DOLVIK, Jon Erik, 2002, “Launch of Virtual Union for «Labour Market Nomads» in Norway”, *Transfer*, 8 (3): 527-528.
- DONALDSON, Lex & WARNER, Malcolm, 1973, “Structure of Organization in Occupational Interest Associations”, *Human Relations*, 27: 721-738.
- EBBINGHAUS, Bernard & VISSER, Jelle (Eds.), 2000, *Trade Unions in Western Europe since 1945*, Londres, Macmillan.
- EDELSTEIN, David & WARNER, Malcolm, 1979, *Comparative Union Democracy*, New Brunswick, Transaction Books.
- FIORITO, Jack; JARLEY, Paul; DELANEY, John T., 2000, “The Adoption of Information Technology by US National Unions”, *Relations Industrielles*, 55 (3): 447-472.
- , 2002, “Information Technology, Union Organizing, and Union Effectiveness”, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (4): 627-658.
- FOSH, Patricia & HEERY, Edmund, 1990, “Introduction: Whose unions? Power and bureaucracy in the labour movement” in P. Fosh & E. Heery (Eds.), *Trade unions and their members*, Londres, Macmillan.
- FREEMAN, Richard B. & ROGERS, Joel, 2002, “A proposal to American labor”
www.thenation.com/article/proposal-american-labor, consultado em 15 de Maio de 2015.
- FREGE, Carola & KELLY, John, 2003, “Union Revitalization Strategies in Comparative Perspective”, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1): 7-24.
- GOULDNER, Alvin, 1955, “Metaphysical Pathos and the Theory of Bureaucracy”, *American Political Science Review*, 49 (2): 496-507.

- GREER, Charles R., 2002, “E-voice: How Information Technology is Shaping Life Within Unions”, *Journal of Labor Research*, XXIII (2): 215-235.
- GUTIÉRREZ-RUBI, Antoni, 2009, “Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis”, *Revista de la Fundació Rafael Campalans*, (Fevereiro 2009), www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis, consultado em 18 de Maio de 2015.
- HEERY, Edmund.; KELLY, John; WADDINGTON, Jeremy, 2003, “Union Revitalization in Britain”, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1): 79-97.
- HIRSCH, Barry & MACPHERSON, David, 2015, “Union membership and coverage database from the CPS”, www.unionstats.com, consultado em 22 de Maio de 2015.
- JAMES, L., 1984, *Power in a Trade Union*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LABBÉ, Dominique & BEVORT, Antoine, 1989, *La Désyndicalisation. Le Cas de la CFDT*, Grenoble, CERAT.
- LABBÉ, Dominique & CROISAT, Maurice, 1992, *La Fin des Syndicats?*, Paris, L’Harmattan.
- LABBÉ, Dominique, 1994, “La Crise du Syndicalisme Français”, *Revue de l’IRES*, 16: 75-101.
- LEE, Eric, 1997, *The Labour Movement and the Internet. The New Internationalism*, Londres, Pluto Press.
- LÉVESQUE, Charles & MURRAY, Gregor, 2003, “Le Pouvoir Syndical dans L’économie Mondiale: Clés de Lecture pour un Renouveau”, *La Revue de l’IRES*, 41: 149-176.
- LIPSET, Seymour Martin ; TROW, Martin & COLEMAN, James, 1956, *Union Democracy: The Internal Politics of the International Typographical Union*, New York, The Free Press.
- MEISTER, Albert, 1972, *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Éditions Ouvrières.
- , 1974, *La Participation dans les Associations*, Paris, Éditions Ouvrières.
- MICHELS, Robert, 1961 [1910], *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*, New York, Collier Books.
- MORRIS, Huw & FOSH, Patricia, 2000, “Measuring Trade Union Democracy: the Case of the UK Civil and Public Services Association”, *British Journal of Industrial Relations*, 38 (1): 95-114.
- SAWCHUCK, Peter, 2001, “Online learning for labour movement activists?” <http://home.oise.utoronto.ca/~psawchuck/sawchuckOnlineLearning.pdf>, consultado em 19 de Maio de 2015.
- SHOSTAK, Arthur, ed., 2002, *The Cyberunion Handbook. Transforming Labor Through Computer Technology*, Armonk (NJ), M.E. Sharpe.
- VISSER, Jelle, 1996, “Traditions and transitions in industrial relations: a European view”, in Joris van Ruysseveldt & Jelle Visser (Eds.), *Industrial relations in Europe: Traditions and transitions*, Londres, Sage: 1-41.
- , 2013, “ICTWSS: Database on institutional characteristics of trade unions, wage setting, state intervention and social pacts in 34 countries between 1960 and 2012 – version 4”, www.uva-aias.net, consultado em 23 de Maio de 2015.
- WATERMAN, Peter, 2001, “Trade Union Internationalism in the Age of Seattle”, *Antipode*, 33 (3): 312-336.

WEBB, Sydney & WEBB, Beatrice, 1977 [1894], *The History of Trade Unionism*, Londres, Longmans Green.

WEBER, Max, 2004 [1919-1922], *Economia e Sociedade*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

ZUURMOND, Arre, 1994, *The Infocracy. A Theoretical and Empirical Reorientation in Weber's Idealtype of the Rational Legal Bureaucracy in the Information Age*, The Hague, Phaedrus.

Mulheres, internet e o conflito no Sara Ocidental¹

Silvia Almenara Niebla

Vivemos imersos na globalização. O meio académico, os meios de comunicação, a economia e a política têm assumido este discurso como instrumento para analisar e representar a realidade atual, que segundo Esther Chow, está caracterizada pelo “*complexo e multifacetado processo de expansão e interdependência à escala mundial de todas as dimensões: económica, social, cultural e política*” (citado em Maquieira, 2006:35). Dimensões que se materializam na redefinição das relações sociedade-Estado, nos novos modelos de consumo, na interdependência do capital financeiro mundial, o aumento do grau de concentração do poder económico e na interconexão entre as sociedades, grupos sociais e territórios graças ao avanço tecnológico dos meios de comunicação (Villota, 2006:14).

Hoje, as novas tecnologias da informação, os computadores, os telemóveis, os meios audiovisuais, os satélites têm permitido a expansão dos novos acontecimentos mundiais no momento em que se produzem. A maioria de nós tem acesso à informação do que acontece na Nigéria ao apenas googlar o nome do país. Isto tem levado também às transformações na conceção da organização social e da análise que se realiza sobre ela fora das instituições e burocracias – é o que Manuel Castells tem chamado “a sociedade rede”, baseada na estrutura de rede em que convivem nodos de relações que formam o tecido social existente (citado em Maquieira, 2006:36). Como temos dito, o atual processo de globalização é complexo e multifacetado com origens políticas, económicas e sociais, mas estes processos desenvolvem-se devido à capacidade de conexão global que estão a proporcionar as tecnologias da informação (Castells, 2009:51). Além disso, e além da unificação no âmbito da comunicação, a globalização tem suposto uma unificação epistemológica em alguns âmbitos da vida, a aparente homogeneização das pautas do comportamento, do vestuário, dos produtos

¹ Investigação a realizar graças ao Programa de Ayudas a la Formación del Personal Investigador para la realización de Tesis Doctorales de la Agencia Canaria de Investigación, Innovación y Sociedad de la Información cofinanciado por el Fondo Social Europeo.

de consumo, etc., tem posto de manifesto a diversidade cultural, cada vez mais reivindicada através das tecnologias da comunicação que tornam visível a identidade dos grupos e a consciência da diferença. Este elemento tem especial relevância no objeto de estudo que vamos desenvolver porque, como diz Dolors Comas, a reivindicação das especificidades culturais costuma associar-se a populações e grupos que desejam ter um papel político e que reclamam reconhecimento e direitos rejeitados historicamente (citado em Maquieira, 2006:39), um elemento que responde à necessidade de resistir ante o modelo económico ocidental imposto.

Estes coletivos tentam sair da exclusão social onde são dirigidos pela globalização que, através dos meios de comunicação e do neoliberalismo económico, coloca no centro da agenda política os seus próprios interesses, encargar-se-á de dirigir os interesses económicos até ao centro do sistema-mundo. Não tem de surpreender-nos que, no mundo configurado com estas tendências económicas baseadas em novos modelos de consumo, de interdependência do capital financeiro mundial e de concentração do poder económico, a lógica que impera seja a polarização da desigualdade à escala planetária nas relações centro-periferia, norte-sul e, também, nas relações de género. No entanto, nesta apresentação o meu objetivo é pôr na mesa modelos de ação coletiva que estão a ser expressões das identidades de resistência nos novos espaços desenvolvidos pela própria globalização tecnológica.

Neste ponto, o ciberespaço constitui hoje um objeto de análise relevante em muitos estudos e que *“faz referência a novas zonas de ação coletiva, de sociabilidade, de conhecimento e de desenhos da vida comum que pouco têm a ver com as estruturas e instituições das sociedades que temos conhecido”* (Maquieira, 2006:36).

Neste espaço de socialização, o potencial da Internet para a “autocomunicação” tem permitido que qualquer pessoa seja capaz de lançar uma mensagem e difundi-la da forma autónoma e global. Por isto, recentes investigações centram-se no uso das novas tecnologias pela sociedade civil, onde a Internet se começa a considerar a “coluna vertebral” dos novos movimentos sociais (Mosca, 2010:2).

Neste contexto, a Internet apresenta-se como um fenómeno amplamente subversivo e sem nenhum controlo particular dum grupo ou grupos particulares, que poderá ser usada como ferramenta para a visibilização das identidades de que

falávamos anteriormente, identidades que supõem diversas maneiras de reivindicar as relações de poder, da assimetria do mundo interconectado. Por isto, como destaca Judy Wajcman (2006:12), a Internet é suscetível de que as mulheres a utilizem perante os seus próprios fins sociais e políticos. Pois num espaço marcado pela sua origem particularmente masculina dentro do meio militar, as redes eletrónicas dão às mulheres novas oportunidades de intercâmbio de informação numa escala global e de democracia participativa (Wajcman, 2006:12). A Internet configura-se, no espaço da globalização, como uma ferramenta emancipatória na constituição das mulheres como sujeitos políticos, criadoras da sua própria capacidade de ação.

Por isso, é preciso penetrarmos dentro da análise das tecnologias através da análise das relações de género, ao mesmo tempo que devemos localizar as possibilidades da análise destas realidades com o objetivo de abrir espaços de atuação das mulheres em tecnologias que estão em constante movimento. Desta maneira, a teorização do género como categoria analítica é fundamental para a análise dos usos das novas tecnologias. Ao falar de género, como diz Virginia Maquieira (2006:40), referimo-nos à divisória socialmente imposta e hierárquica que surge das relações de poder entre homens e mulheres e que designam espaços, tarefas, desejos, direitos, obrigações e prestígio. Estas relações de poder constroem as possibilidades de atuação dos sujeitos nos processos socioeconómicos, políticos, religiosos e jurídicos e, ao mesmo tempo, conduz a outras divisões como a classe, a orientação sexual, a idade, as identidades étnicas e religiosas. Nesta estrutura de relações de poder, a globalização em que estamos inseridos tem suposto a legitimação da ordem existente e das relações sociais, e isto faz com que as mulheres se inscrevam dentro da globalização de uma maneira determinada tanto política, social como economicamente.

Além disto, estas explicações inserem-se dentro daqueles que discutem que os interesses e as novas necessidades das mulheres têm sido distintos dos homens e manifestam que as novas tecnologias atuais nem sempre estão ao serviço das mulheres (Wajcman, 2006:39). No entanto, estando conscientes das desigualdades de acesso à rede e das diferenças de género que se inserem dentro dela, também devemos compreender que a Internet tem de pressupor um novo espaço no referente à difusão de discursos sobre a igualdade de género ao nível internacional, criando canais transnacionais que permitem a discussão e influência destes temas na agenda global.

Neste sentido, e como podemos observar no último relatório do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014) o uso do telemóvel é quase universal, com 6.800 milhões de utilizadores, e o uso da Internet está a crescer, sendo África o continente com o maior crescimento anual médio, de 27%. No entanto, estima-se que unicamente 21% da população total de mulheres tenha acesso à Internet (Relatório Dalberg, 2012).

Muitos são os exemplos da ação coletiva ao longo da história que tem permitido analisar o comportamento dos indivíduos perante situações de conflito. Da perspetiva teórica dos movimentos sociais existem algumas perguntas chave necessárias para compreender e analisar o surgimento e desenvolvimento de um movimento social. Como disse Manuel Castells (2002), a pergunta chave que temos de entender é onde, como e porque uma pessoa ou mil pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que lhes advertem repetidamente que não se deve fazer porque serão castigadas. Sem dúvida, a existência de dimensões identitárias para a mobilização é cada vez mais relevante, de modo que a existência de um marco de identidade comum facilita a construção da ação coletiva, porque aqueles que se mobilizam precisam de identificar-se a si mesmos, ao mesmo tempo que precisam de identificar os seus adversários, criando sentimentos partilhados de pertença, o que produz o encaixe de todos os componentes da mobilização. É aqui que a Internet joga um papel fundamental porque é capaz de construir canais de comunicação que permitem difundir informação relevante para a construção do movimento social. O uso mais frequente de computadores e telemóveis tem mudado o comportamento dos protestos e dos seus protagonistas, tornando cada vez mais fácil a comunicação entre eles e, portanto, a organização e difusão de informação. A Internet e as novas tecnologias 2.0 têm se convertido no complemento perfeito do protesto social no espaço offline, mas também no espaço online através do ciberativismo.

O ciberativismo ou ativismo digital constitui um tipo de protesto baseado no uso da Internet e outros dispositivos eletrónicos através da rede para promover uma causa política e social (Mitu & Camacho, 2014:107). As aplicações mais importantes para isto são: as redes sociais, os blogs, os vídeo-blogs, os fóruns, os emails, os sms e os mapas digitais. Todas estas aplicações permitem a organização, a comunicação e a difusão da informação de maneira imediata e eficaz porque possuem uma grande autonomia e estão, em grande medida, fora do controlo dos governos.

Assim, como temos visto, a Internet constitui um espaço perfeito para a comunicação e coordenação dos novos movimentos sociais. No entanto, o espaço para a ação coletiva não se limita à rede, mas tem que se construir como um “*espaço híbrido*” (Castells, 2012:28) entre as tecnologias da informação e o espaço urbano, onde a ocupação dos edifícios, praças e ruas torna visível o protesto, ao mesmo tempo que supõe a reivindicação do direito do uso do público.

De facto, nos últimos anos temos presenciado o desenvolvimento de vários movimentos sociais que têm surgido na rede. Os mesmos começaram no mundo árabe em 2010, com casos como os do Egito e Tunísia que marcaram o início de uma onda de protestos a nível mundial contra as desigualdades nos níveis de vida e dos sistemas políticos de diferentes países. Tanto no caso do Egito como no caso da Tunísia, as mulheres protagonizaram muitas ações, no momento de ocupação do espaço urbano como no momento da confluência na rede. A Internet converteu-se na ferramenta fundamental para a difusão de informação sobre o que estava a acontecer. O facebook, o twitter e o whatsapp conseguiram unir interesses dos diferentes participantes e partilhar as suas exigências.

O caso que apresento, como exemplo deste contexto, é uma análise dos usos das novas tecnologias de informação como ferramentas para a difusão e mobilização da sociedade civil num contexto de conflito como é o caso do Sara Ocidental. O papel das novas tecnologias da informação nos últimos anos tem permitido o surgimento de coletivos em rede que usam a Internet como instrumento de ativismo.

As mobilizações sociais no Sara Ocidental são um tema esquecido no meio académico e muito mais focado pelos movimentos de solidariedade internacional com o povo Sarauí; no entanto, o carácter pacífico das mobilizações é um dos aspetos mais importantes da luta nacionalista Sarauí, que não é unicamente uma luta contra o governo marroquino, também é um negação contra a cultura, a política e as dinâmicas sociais impostas pelo governo à população Sarauí que mora na parte administrada pelo governo marroquino. Para muitos autores, como Noam Chomsky (2011), os protestos de “Gdeim Izik” foram o início da primavera árabe porque muitos Sarauís ocuparam a área de Gdeim Izik para exigir direitos sociais e económicos ao governo marroquino. O protesto acabou com o seu desmantelamento pelos militares.

A resistência pacífica Sarauí tem focado a sua luta na visualização da repressão que exerce o governo marroquino, o que tem configurado novos modelos de

resistência focados nesta visualização e é aqui que a Internet começa a ser cada dia mais importante.

A Internet emerge neste contexto como uma potente ferramenta de difusão de informação dos principais atores institucionais, como o governo marroquino e a Frente Polisário, que são capazes de construir as suas próprias comunidades virtuais com o objetivo de influir no conflito e na visão internacional que representa. No entanto, além dos atores institucionais, existem muitas pessoas que diariamente partilham informação sobre o conflito na Internet, que partilham vídeos e imagens e que participam em debates. Tudo isto faz com que o espaço online seja um ambiente ideal para a construção e para a difusão da identidade Saraui, para a consagração de movimentos de solidariedade internacional e para a visibilidade da ação coletiva dos Sarauis nas áreas administradas por Marrocos, na diáspora e também nos acampamentos de refugiados na Argélia.

O caso que se pretende analisar aqui insere-se dentro duma análise das lógicas políticas e sociais muito concretas, onde a Internet promove novas oportunidades de comunicação, de mobilização e de interação (Mosca, 2010). O conflito do Sara Ocidental é um conflito esquecido pela opinião pública depois de quase quarenta anos. Desde a “Marcha Verde” em 1975, Marrocos ocupou parte da totalidade do território da colónia do Sara Ocidental. No entanto, a soberania marroquina sobre este não está reconhecida nem pela ONU nem por nenhum país do mundo e é rejeitada pelo Frente Popular para a Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Oro (Frente Polisário), principal movimento de libertação que dirige os acampamentos de refugiados e a parte do território que não é administrada por Marrocos.

A evolução do conflito tem feito com que a população Saraui desenvolva as suas vidas em três espaços-territórios com características muito diferentes: 1) os acampamentos de refugiados, 2) os territórios administrados por Marrocos 3) os diferentes destinos da diáspora Saraui que implicam uma grande dispersão mundial.

Estes três espaços-territórios tem configurado uma população muito diferente porque as suas circunstâncias vitais são muito distintas, mas agora aqui não posso deter-me a explicá-lo por motivos de tempo. Mas o interessante destes espaços é o papel que tem desenvolvido as mulheres na luta nacionalista Saraui. O papel das mulheres tem sido fundamental nos três espaços-territórios mencionados, embora o foco das suas atividades e papéis tenha mudado. Algumas autoras como Dolores

Juliano (1998) e Ana Tortajada (2002) remarcam o papel desenvolvido pelas mulheres nos acampamentos de refugiados no período do conflito armado. Neste momento, as mulheres assumiram a organização e direção dos recém nascidos acampamentos, pelo que conseguiram erigir-se como as principais impulsoras da ordem dos mesmos. No entanto, quando acabou a guerra em 1991, os homens regressaram e parte das responsabilidades que as mulheres tinham assumido foi sendo recuperada por eles, e assim, pouco a pouco, elas foram relegadas de algumas responsabilidades. No caso das mulheres que ficaram nas zonas administradas por Marrocos, muitas delas “*continuum a viver sob condições políticas e sociais terríveis (...) mas participam ativamente no movimento pacifista, estão expostas à detenção, à tortura, à violação, a assédio e muitas formas de maus tratos*” (Omar, S., Murphy, J., El Jalil, L., Hamoudi, E., 2008).

Perante o isolamento internacional a que o ativismo nacionalista Sarauí se submete, os avanços tecnológicos dos últimos anos têm permitido romper pouco a pouco com esta barreira. A Internet é, sem dúvida, o melhor canal de organização e difusão dos ativistas e das redes solidárias internacionais com a independência Sarauí. O texto e a voz digital dos chat rooms permitem uma comunicação a tempo real entre os Sarauís do continente e os incluídos na diáspora. Os telemóveis também proporcionam a muitos ativistas dentro das zonas administradas por Marrocos conhecer o alcance das mobilizações (Zunes & Mundy, 2010:161). Porque o grande entusiasmo pelas possibilidades online que a Internet oferece aos Sarauís revela factos essenciais referentes as limitações offline, tal como acontece em contextos como o palestino (Aoragh, 2011).

Além disso, e depois duma análise inicial de mais de 80 sites, é preciso dizer que o uso das redes sociais não se limita unicamente à difusão de opiniões, informação ou comentários pessoais sobre o conflito; também existem potentes e influentes vídeo-blogs e canais do youtube onde se mostram continuamente vídeos das manifestações realizadas nas ruas de El Aaiún, Smara o Djala, as cidades mais importantes das zonas administradas por Marrocos. Estes vídeos são a mostra mais clara e relevante do uso que os ativistas Sarauís fazem da Internet. Através deles podem ensinar ao resto do mundo e aos simpatizantes do movimento o que acontece cada vez que os Sarauís organizam uma ação na rua.

Nestes vídeos podemos ver uma característica que se repete em outros vídeos. As mulheres costumam ser as protagonistas das manifestações no Sara, o que me faz apresentar uma das perguntas iniciais da minha investigação porque, como já é referido em outras investigações (Fiddian-Qasmiyeh, 2014), as mulheres Sarauis têm assumido um papel político mais visível que em outros conflitos com o objetivo de visibilizar mais amplamente o conflito a um nível internacional.

No entanto, como acontece em outros contextos de conflito, o acesso à Internet é reduzido. Não existem estatísticas do uso da Internet no Sara Ocidental, mas sim em Marrocos no seu conjunto e este posiciona-se como o quinto país africano com mais utilizadores (20,2 milhões de utilizadores segundo o Internet World Stats). Por isso, devemos entender o facto de que o discurso do ciberespaço pode estar dominado por algumas elites, pessoas relevantes ou porta-vozes destacados que, sobretudo, têm acesso a este na diáspora, o que é um dos meus objetivos principais na tese.

Neste sentido, e apesar da quantidade de literatura que existe sobre o conflito do Sara Ocidental, um dos aspetos mais inovadores desta proposta de tese é a aproximação ao mesmo através das novas tecnologias da comunicação, um aspeto que tem sido esquecido nas principais análises, focalizadas no plano internacional. O presente estudo do conflito do Sara Ocidental apresenta um cenário caracterizado pela emergência de identidades coletivas no ciberespaço e pela sua interação com os discursos locais num espaço virtual. Uma aproximação inovadora que pretende contribuir para o campo da ciberantropologia e da etnografia virtual com perspetiva de género. Recentes investigações têm chamado a atenção sobre o papel das identidades conectadas, da presença das mulheres na blogosfera (Allan, 2014; Somolu, 2007), da importância da Internet no empoderamento feminino e na equidade de género. Estes aspetos têm chamado especialmente a atenção num contexto como o africano onde, apesar das limitações de acesso, as mulheres têm sido capazes de desenvolver espaços de opinião na rede.

Bibliografia

- ALLAN, Joanna, 2014, “Privilege, Marginalization and Solidarity: Women’s Voices Online in Western Sahara’s Struggle for Independence”, *Feminist Media Studies*, 14:4: 707-708.
- AORAGH, Miriyam, 2011, *Palestine Online: Transnationalism, The internet and The Construction of Identity*, London, Editorial I.B.Tauris & Co.
- BARONA, Claudia, & DICKENS-GAVITO, Joseph, 2013, “Memoria y resistencia, un recuento de las primeras intifadas y las organizaciones civiles en los territorios del sáhara occidental”, *RIPS: Revista De Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 12(2): 215-228.
- CASTELLS, Manuel, 2009, *Comunicación y poder*, Madrid, Editorial Alianza.
- , 2012, *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era internet*, Madrid, Editorial Alianza.
- CHOMSKY, N., 2011, “The Genie Is Out of the Bottle: Assessing a Changing Arab World with Noam Chomsky and Al Jazeera’s Marwan Bishara”, 17 de Fevereiro. Disponível em: http://www.democracynow.org/2011/2/17/the_genies_are_out_of_the
- DALBERG, 2012, *Women and the web. Bridging the internet gap and creating new global opportunities in low and middle-income countries*. Editorial Intel Corporation.
- FIDDIAN-QASMIYEH, Elena, 2014, *The Ideal Refugees Gender, Islam, and the Sahrawi Politics of Survival*, New York, Editorial Syracuse University Press.
- JULIANO, Dolores, 1998, *La causa saharauí y las mujeres*, Barcelona, Editorial Icaria.
- MAQUIEIRA, Virginia, 2006, *Mujeres, globalización y derechos humanos*, Madrid, Editorial Cátedra.
- MARCUS, Garvey, 2001, “Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal”, *Alteridades*, 11 (22): 111-127.
- MITU, Bianca & CAMACHO, Diego, 2014, “Digital Activism: A Contemporary Overview”, *Journal of Political Science from Cracovia University*, 44.
- MOSCA, Lorenzo, 2010, “From the streets to the net? The Political use of the internet by social movements”, *International Journal of E-Politics*, 1(1): 1-21.
- OMAR, S.; MURPHY, J.; EL JALIL, L.; HAMOUDI, E., 2008, *El papel de la sociedad civil en la construcción de la paz en el Sahara occidental*. Madrid, Fundación Cultura de Paz – CEIPAZ.
- PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, 2014, *Informe sobre desarrollo humano 2014. sostener el progreso humano: Reducir vulnerabilidades y construir resiliencia*. Nueva York.
- SOMOLU, Oreoluwa, 2007, “Telling Our Own Stories: African Women Blogging for Social Change”, *Gender and Development*, 15:3: 477-489
- TORTAJADA, Ana, 2002, *Hijas de la arena*, Madrid, Editorial Lumen.
- VILLOTA, Paloma, 2006, *Globalización y desigualdad de género*, Madrid, Editorial Síntesis.
- WAJCMAN, Judy, 2006, *El tecnofeminismo*, Madrid, Editorial Cátedra.
- ZUNES, Stephen & MUNDY, Jacob, 2010, *Western Sahara War, Nationalism, and Conflict Irresolution*, New York, Editorial Syracuse University Press.

Mobilização e acção colectiva

A ação coletiva à escala individual: casos na AML

Nuno Nunes, Rita d'Ávila Cachado e Otávio Raposo

A ação coletiva à escala individual: um desafio à investigação

É relevante analisar a ação coletiva à escala individual, ou seja, a partir dos seus protagonistas? É inverosímil a centralidade da ação coletiva nas sociedades contemporâneas. Ela assume diversas modalidades, é diversa e multidimensional. Para a sua efetivação, enquanto consagração do exercício de direitos sociais, económicos, políticos e culturais, um conjunto alargado de constrangimentos socioestruturais configuram uma ação coletiva fractal e desigual (Nunes, 2013). Os direitos de ação coletiva (ou de cidadania) não são exercidos de igual forma por todos os indivíduos nas sociedades contemporâneas. A capacitação para a ação coletiva constitui uma questão relevante se o sentido da modernidade for o de uma maior igualdade, justiça e democracia social (Sen, 1995).

Assumindo várias designações transmutáveis, a ação coletiva ocupa um lugar central ao longo das teorias sociológicas, desde os “clássicos” até às teorias contemporâneas. São múltiplos os enfoques relativamente à ação coletiva, desde análises mais estruturalistas até às mais focadas nas identidades. Nos vários paradigmas e teorias que se debruçam sobre a ação coletiva, é variável a presença da escala individual (Della Porta e Diani, 2006; Ruggiero e Montagna, 2008).

No âmbito de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, proposta por Lahire (2002 e 2005), analisa-se a escala individual da ação coletiva, procurando, primeiro, não perder de vista os contextos e as condições sociais dos indivíduos, e, segundo, decifrem-se as suas disposições sociais para a ação coletiva. Analisam-se conjugadamente os fatores subjetivos e os fatores objetivos que estão presentes na estruturação da ação coletiva, e evidenciados nas trajetórias biográficas de protagonistas de ação coletiva.

A grande inovação de Lahire consiste, precisamente, numa mudança ao nível do objeto de estudo, quando analisa indivíduos singulares, apoiando-se metodologicamente na técnica dos retratos sociológicos, construídos com base em entrevistas aprofundadas, reconstituindo, deste modo, as matrizes incrustadas em cada indivíduo e os diferentes quadros de socialização e de experiências por que estes passam.

O desafio aqui lançado consiste precisamente em compreendermos melhor a ação coletiva a partir da construção de retratos sociológicos de três protagonistas de ação coletiva residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Tratam-se de indivíduos engajados em diferentes esferas da ação coletiva, nomeadamente a sindical, a política, a associativa e a cultural-artística.

O indivíduo na ação coletiva: teoria

Uma conceção da relação entre estrutura e ação com lugar para a ação coletiva deverá permitir olhar para a realidade social, em simultâneo, sob uma perspetiva “internalista” do indivíduo e “externalista” dos sistemas sociais (Pires, 2007), contemplando as mediações e redes de relações sociais existentes entre os atores individuais, os seus círculos sociais (Simmel, 1999), relações com atores coletivos e contextos de ação.

Os fenómenos da ação coletiva nas sociedades contemporâneas assumem expressão aos níveis macro-social, meso-social e micro-social (Mouzelis, 1992). É a partir do nível micro-social que a escala individual é intrinsecamente constitutiva dos restantes níveis teórico-analíticos que poderemos construir sobre o objeto ação coletiva.

O desenvolvimento de uma sociologia à escala individual, que aprofunde o espaço interno dos agentes, e suas respetivas escalas meso e macrossociais, enriquecem a análise dos fatores subjetivos e dos fatores objetivos que estão presentes nas dinâmicas da ação coletiva.

Nas teorias da mobilização dos recursos e da ação racional, a ação coletiva é essencialmente caracterizada enquanto ação instrumental e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa da obtenção de recursos. Os indivíduos avaliarão

estrategicamente a sua participação e adesão à ação coletiva em função dos seus interesses individuais. A noção de interesse enquanto explicação integrada de ação social, bem como os pressupostos desenvolvidos à volta do “dilema do prisioneiro” (Olson, 1998) constituem os seus argumentos teóricos centrais.

As teorias dos novos movimentos sociais destacam a emergência de novas arenas de conflito e a proliferação e diversificação de movimentos de novo tipo, ligados sobretudo a categorias sociais de cariz identitário. No entender destas teorias, as causas e conflitos culturais tomaram a supremacia sobre as lutas económicas e da desigualdade social. Em contraponto à racionalização do Estado, da economia e da “política convencional”, os cidadãos estarão a formar espaços sociais e políticos autónomos, reivindicativos de “novas gramáticas” para a vida social – o que Habermas (1989) intitula “mundos da vida” – ou sob a perscrutação de valores pós-materialistas, como as teorias pós-modernas reivindicaram (Inglehart, 1977).

Uma teoria da ação coletiva poderá ter muito a ganhar a partir da incorporação da teoria da prática (Bourdieu, 1979) e Crossley é um dos principais autores contemporâneos que mais criativamente tem sabido explorar a profundidade do conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu. A conceção do *habitus* encoraja o estudo dos movimentos sociais e da representação política, como um trabalho coletivo de indivíduos dotados de diferentes intencionalidades e estratégias sociais, indivíduos que, enquanto construtores ativos de protestos e de movimentos sociais, incorporam esquemas de perceção social, recursos e modos de agir derivados da sua incrustação no mundo social. São indivíduos com histórias pessoais, singulares, mas que se inscrevem, igualmente, nas histórias coletivas mais amplas, das quais fazem parte com a sua trajetória de vida (Crossley, 2002).

Crossley sugere o conceito de *habitus militante* (Crossley, 2003) que, associado à biografia individual inscrita na estrutura social, incorpora, objetivamente, os processos históricos e as formas de ação coletiva, e subjetivamente os eventos vividos. Crossley refere-se ao *habitus militante* para demonstrar a influência não apenas dos constrangimentos estruturais, da posição social e das socializações primárias na adesão à ação coletiva, mas procurando, igualmente, explicar os efeitos socializadores (secundários) que a própria ação coletiva poderá ter sobre os indivíduos, ou seja, como ela poderá incrustar-se nos padrões culturais e modos de

vida dos indivíduos, exercendo, assim, influência sobre os seus esquemas de apreciação, de representação e de ação do seu mundo social.

A assunção de determinados reportórios de ação coletiva (Tilly, 2008) reflete as opções (valorativas) dos indivíduos no universo das estratégias possíveis na ação coletiva, ao mesmo tempo que exprime as trajetórias biográficas específicas dos indivíduos em causa. Tais trajetórias são, elas próprias, um fator de estruturação social, igualmente visível no plano das representações e valores que os indivíduos transportam consigo (Almeida *et al*, 2006).

Lahire (2002 e 2005) constitui um autor fundamental para a construção de uma teoria disposicional da ação coletiva (Nunes, 2013; Mouzelis, 2008), uma teoria capaz de analisar a escala individual da ação coletiva – nomeadamente a sua pluralidade disposicional e contextual – e respetivas lógicas de interação social (Costa, 1999). É a partir da pluralidade do *habitus* (Lahire, 2003; Costa, 2007), enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação que os indivíduos se posicionam perante a ação coletiva. As disposições para a ação coletiva só podem ser convenientemente problematizadas contemplando as variáveis de natureza biográfica resultantes das trajetórias coletivas e pessoais dos indivíduos.

Longe do modelo das identidades pós-modernas, as biografias tornam-se, então, cada vez mais complexas, atuando (pluralmente) dentro de um campo finito de possibilidades (Velho, 1994). No âmbito de uma sociologia da pluralidade disposicional e contextual, é possível a apreensão da variação disposicional, consoante as esferas de socialização estruturais e culturais que caracterizam uma determinada trajetória de vida. Assumir a complexidade interna de cada ator, implica abordar a singularidade individual sem esquecer que se trata de sujeitos socializados, que se encontram na interseção de diferentes esferas e forças sociais (Lopes, 2012).

A estruturação de determinados contextos sociais conduz a específicos “quadros de interação” (Costa, 1999), ativados nas dinâmicas da ação coletiva, e sob os quais se mobilizam os *habitus militantes* e participam os atores coletivos nos jogos sociais dos campos. São os “quadros de interação” que manifestam os sentidos e as identidades (plurais) dos indivíduos face às opções para a ação coletiva (ou ausência dela); e a economia de bens simbólicos (Bourdieu, 2000), presente na interação social, constitui fonte de ativação ou de desativação de disposições para a ação coletiva.

É a partir da pluralidade do *habitus militante*, que o indivíduo se posiciona perante os grupos sociais e os atores coletivos dos campos sociais. A ação coletiva não é uma simples agregação dos interesses pessoais, sendo através dos atores coletivos que são mediados, traduzidos e sincronizados os objetivos e os esforços coletivos dos indivíduos (Mouzelis, 2008).

Metodologia

Este artigo tem por base o projeto de investigação “Localways – Trajetos de Sustentabilidade Local: mobilidade, capital social e desigualdade” (PTDC/ATP-EUR/5023/2012). Uma das suas componentes consistiu na realização de entrevistas aprofundadas a doze agregados familiares da AML, e que incidiram sobre os concelhos de Alcochete, Odivelas e Oeiras. Deste universo, seleccionámos três casos de indivíduos com saliente ação coletiva.

Nessas entrevistas, baseámos-nos na biografia sociológica, um instrumento metodológico central das propostas de Bernard Lahire. Com este método, é possível a exploração das potencialidades de uma sociologia à escala individual, pela ativação da técnica teórico-metodológica dos retratos sociológicos.

A metodologia dos retratos sociológicos que aqui é explorada permite o entrecruzamento das esferas da ação coletiva com outras esferas da vida social dos indivíduos entrevistados, imbrincadas na malha densa e complexa das disposições sociais, propensas a práticas de ação coletiva.

Os retratos sociológicos de Francisco Andrade, José Martins e David Vargas (pseudónimos) refletem a singularidade de três percursos de ação coletiva, diferenciados entre si, como quaisquer outras biografias, mas unidas pela partilha, simultaneamente plural e diversa, de protagonismos de ação coletiva.

Francisco Andrade: dominação e resistência

Francisco Andrade tem um percurso de vida muito plural, recheado de episódios passíveis de análise sociológica. Nascido em 1960, é o irmão do meio com

oito mais velhos e nove mais novos, numa família transmontana de origens muito pobres. O seu pai iniciou a atividade laboral nas Minas do Vale do Gato, entre 1946 e 1950, foi depois carvoeiro e trabalhou à jorna numa quinta, tal como a mulher, para um patrão que tinha um conjunto de propriedades na zona de Sabrosa, perto de Vila Real. A penúria era acentuada, e os pais de Francisco por vezes “*deixavam de comer para dar aos filhos*”. Feita a quarta classe, cujo exame representava um evento social importante na vida – o Francisco relembra ter vestido calças novas, camisa nova e sapatos, o pai pediu-lhe logo para o ajudar no trabalho. Esta situação ficou-lhe marcada e, mais tarde, quando veio para Lisboa, voltou aos estudos para continuar a sua escolaridade, idealmente até ao 12º ano.

“Tinha 11 anos quando saí da escola. A minha mãe toda contente quando acabei a 4ª classe, olha ó Manel, o Francisco conseguiu fazer o exame. Nesse dia estreei os meus sapatos, que a gente ou andava descalços ou de socos de pau. Com umas calças de tirilene verdes, uma camisa de seda, eram 3 da tarde quando venho da prova oral, um dia antes de fazer os 12 anos, em 1971, e então o meu pai mandou parar as vacas... e chegou ao pé de mim, “agora vai tirar essa roupinha e vai para a frente das vacas”, e lá fui até anoitecer. Comecei a trabalhar ali, dali fui para a quinta mãe, tomar conta dos animais.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 21/10/2014)

O “bichinho” da ação coletiva por parte de Francisco veio de trás, logo desde tenra idade, sobretudo através da perceção das condições laborais em Trás-os-Montes e também das desigualdades de tratamento entre classes sociais. Vejamos este excerto, que a nosso ver ilustra bem esta marca na sua trajetória de vida:

“O meu pai (...) foi trabalhar ao preço da uva mijona, ganhava 1000 escudos. É interessante porque aos outros dava 1700 escudos e ao meu pai só dava 1000. Porque o meu pai tinha 17 filhos, e recebia abono, e eles descontavam o abono. Eu até, quando tinha 10 anos, apercebi-me. Por isso é que tenho esta minha revolta. O patrão (...) tinha 3 cavalos para passeio e 2 jipes (...). [Um dia] apareceu de cavalo branco e nunca mais me esqueço. Então o meu pai disse, “você compreenda, dá-me só mil escudos” e ele com uma grande lata, “ó Manel”, porque ele tratava assim porque era da infância do meu pai, “mas tu porque é que estás assim com, qual é o problema, não tens como dar comer à canalha? Manda a canalha à Maria das Dores, que era a quinta mãe, onde faziam a comida. (...) A canalha era os miúdos. “É o caraças”, disse o meu pai, “se tiver dinheiro também compro as coisas e também me sei governar”. E uma mulher que estava lá, então quer matar a fome aos filhos, ainda é pobre e

com soberba... Mas ele estava a exigir o que tinha direito. Estava a tirar-lhe 700 escudos! Porque o resto devia ser segurança social, por isso é que me deixou assim.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 21/10/2014)

Além de trabalhar nas quintas com os pais, ainda em Trás-os-Montes trabalhou na construção civil entre a altura do 25 de Abril e o início dos anos 1980, correspondendo a uma época em que muitos transmontanos emigrados em França começaram a construir casas nas aldeias de origem, impulsionando a construção civil e alargando o leque de profissões dos assalariados. Em 1983 rumou a Lisboa e continua a trabalhar na construção civil. A primeira casa foi num bairro de construção informal carenciada, perto de Benfica, a Azinhaga do Ramalho, nas Laranjeiras, onde viveu cerca de três anos. Ao fim desse tempo consegue ir viver para perto de uma irmã que vivia no atual concelho de Odivelas, na altura ainda Loures, em Famões, numa casa alugada. É lá que consegue fazer o secundário, embora não tenha terminado o 12º como pretendia. E é também em Famões que envereda na ação coletiva, de várias formas, primeiro através das listas para uma Junta de Freguesia e pouco mais tarde numa coletividade local, que ajuda a fazer renascer e a dar vida durante mais de uma década:

“Eu estava na escola, estava lá um camarada que disse que estavam a fazer uma lista para a freguesia e pronto. E então, por participar, desisti da escola. Quando foi das eleições, ganhámos a freguesia de Odivelas, e na coletividade tinha havido uma desavença na direção e estive dois, três anos sem funcionar. A coletividade era só de convívio, bailaricos, torneios de futebol. Mas como ganhámos as eleições, um dos meus camaradas diz-me assim “temos de começar a nível do movimento associativo a fazer qualquer coisa”. E então a gente era para irmos e então vamos, e com o apoio da Junta, que o presidente dava-nos força e eles, “então vocês avancem e reativem as coletividades”, porque havia uma coletividade de 1937, uma coisa muito antiga e era para recomeçar.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014)

Ao nível profissional, Francisco Andrade passou a trabalhar para a Junta e para o município, sempre como pedreiro. As condições socio-económicas, de resto, pautam sempre a sua vida, mesmo durante a sua experiência de presidente de uma associação. O relato seguinte deu-se durante uma saída dos jovens atletas da coletividade:

“Cheguei a ter uma equipa de 47 atletas (...). O meu subsídio de férias ou de natal, muitas vezes era para calçar os miúdos de ténis. Uma vez numa corrida em Torres Vedras havia uns miúdos sem ténis. Às tantas há lá um sujeito que diz, vá lá ao supermercado. Custaram parece que 1000 escudos os dois pares. Cheguei 5 minutos antes da prova começar. Quando trago os ténis aos miúdos foi uma festa, um deles ficou em primeiro lugar, com uma satisfação! Então ia chegar a casa e dizer aos pais que não correram?!” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014).

Importa finalmente dizer que, além do interesse em ajudar os jovens dos bairros carenciados, que era no fundo uma das principais funções da coletividade que dirigiu, as relações de amizade e de camaradagem com os seus associados ganham particular relevância e, arriscamo-nos a dizer, anda a par do fator da cidadania nas disposições para a ação coletiva. Terminamos por isso com o relato de um episódio caricato que Francisco recorda por ser uma situação que os seus amigos estão sempre a relembrar:

“Foi num aniversário do clube. Naquela altura pensámos, vamos fazer uma coisa fora do comum, e então lembrei-me que na minha terra se fazia, e ‘bora lá fazer uma matança do porco. Um camarada sabia quem tinha uns porcos em Dona Maria que até os matava, e eu, “não, o porco tem de ser morto aqui”. Comprei eu o porco, (...) omos buscar o porco de madrugada, porque era proibido. Prendi o porco numa pata lá no coreto. Alguém disse que íamos matar o porco, já todos se amontoavam, a arranjar lugar para verem matar o porco, os miúdos. Há lá uma que não gostou da brincadeira, chamou a polícia, às tantas (...) telefonam-me, “é pá está aqui a polícia por causa do porco, dizem, então o porco, vão matar o porco”, e eu, “então mas o porco é criado é para quê?”. Eles, “olhe nós recebemos uma queixa e não podem matar o porco, ou matem, mas não pode ser à vista, arranjem um sítio, nós vamos embora, vamos simular que há um assalto na Romeira, depois quando chegarmos, se nos chamarem ele já está morto, mas não o matem aqui à frente”. (...) Pagavam 500 escudos quem não era sócio. Fez-se uma data de sócios. Dávamos a carne e eles punham a assar.” (Francisco Andrade, 54 anos, Odivelas, entrevista 02/12/2014).

José Martins: a dedicação ao associativismo popular

Se o caso de Francisco ajuda a retratar uma trajetória de vida de alguém que vem do contexto nordestino de Portugal, como vimos relatando uma vida marcada

pela pobreza e com episódios pessoais que contribuíram para a sua percepção sobre as desigualdades sociais, o caso de José Martins retrata a vida de alguém que vem do Alentejo para a Margem Sul do Tejo e que é marcado pelo 25 de abril e pela reforma agrária onde o pai participou, um contexto socio-político importante para o seu associativismo e, de forma geral, para a ação coletiva.

“O meu pai era assim uma pessoa muito ativa, ainda fez parte da direção lá da Casa do Povo e daquelas coisas... mas só que tinha que fazer aquilo que os outros queriam. Depois quando se deu o 25 de Abril e se criou a reforma agrária o meu pai fez logo parte daquilo e eu também mas eu depois vim-me logo embora e pronto (...).” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

José Martins nasce na aldeia de Brotas, concelho de Mora, no Alentejo, em 1954. Fez a quarta classe e trabalhou desde menino a guardar gado, em cozinhas, na apanha da azeitona, na tosquia das ovelhas, espelhando o trabalho sazonal com grande abrangência entre os alentejanos que, sob baixos salários e em condições laborais muito deficientes, assim trabalharam até ao 25 de Abril. O trabalho sazonal não acabou, nem as más condições de trabalho, mas algumas conquistas foram celebradas desde o fim da ditadura. Além da participação do pai na reforma agrária, também ele tem um episódio que recorda muitas vezes, e que retrata a sensação da injustiça do exercício do poder das autoridades sobre as populações que lutavam pela melhoria das condições de vida:

“Quando foi a primeira propriedade, o Lobo do Paço, estava lá eu e a minha mulher. Eles foram com a GNR, bateram nas pessoas. (...) A guarda estava do lado de lá da Ribeira e nós estávamos do lado de cá e eles deram ordem para a gente ir embora. E eu digo para a minha mulher “isto vai dar porrada”, aquilo era arroz de um lado e canteiros do outro lado da estrada. Quando eles dão em avançar, digo para a minha mulher, “não te metas na estrada! Tu foge para os canteiros do arroz” porque eles estavam a cavalo nos cavalos. E o arroz, aquilo tem uns combros grandes, e os cavalos não podem andar lá em cima, escorregam. E eu disse assim para a minha mulher “a mim ninguém me apanha, nem um guarda me há-de apanhar”. Eles vão dar porrada e a gente vai fugir. Tu foges para os canteiros de arroz, não vais para a estrada.” Quem se meteu na estrada apanhou porrada. Quem se meteu no arroz safou-se.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

José casou com 19 anos e decide, com a mulher, rumar à Grande Lisboa para melhorar as condições de vida. É fácil perceber: se num momento, no Alentejo, José ganhava quatro contos (20 euros), pouco depois de chegar a Lisboa passa a ganhar o dobro. A mulher começa por trabalhar numa fábrica de flores no Montijo, e depois na seca do bacalhau em Alcochete, trabalho que deixou quando o negócio parou, em 2001. José envereda na Rodoviária, atual Transportes Sul do Tejo, onde começa por ser cobrador e depois passa a motorista, profissão que continua a exercer na atualidade. Os primeiros quatro anos vivem no Montijo e depois compram casa em Alcochete, no concelho vizinho, onde ainda residem, perto das duas filhas, que depois de adultas continuam a morar no município. José, praticamente desde que começou a trabalhar na empresa de transportes que se sindicalizou, iniciando a sua participação política, a sua ação coletiva, inscrevendo-se e participando na Comissão de Trabalhadores do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal (FESTRU):

“Fui tudo. Primeiro fui delegado sindical. 1976 foi quando fui para ali. Mais ou menos em 1980 fui da comissão de trabalhadores, fui dirigente sindical e fui delegado sindical.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Ao ir morar para Alcochete, associou-se ao Vulcanense, uma coletividade com grande inserção local, de cariz popular, voltada para o desporto e para as sociabilidades. José exerceu vários cargos dirigentes e mantém uma forte colaboração e participação na gestão do Vulcanense, manifestando grande orgulho nesta associação:

“Não tem dívidas. Não deve nada a ninguém. Pode ser publicado, escrito. Temos muitos atletas, mas antigamente eram geridos de uma maneira e agora são doutra. Porque a fatura traz tudo e a crise traz pouco. E temos que gerir. Tínhamos atletismo, mas o atletismo morreu a nível nacional, quer queiramos quer não. Aqui o Montijo tinha muito atletismo, o Imparcial, Bairro da Caneira, o Estrela do Afonsoeiro, Areias e hoje zero. Vira-se para outras modalidades. Também não havia o Karaté e hoje existe. Temos 40, 50, 60 a praticar Karaté. Também não havia o ténis. Hoje há. Ainda este fim-de-semana houve um torneio, organizado pela sociedade de ténis, vieram atletas de todo o lado. Temos o Kick box, o Hai Ki Du, outras como o cicloturismo. Tínhamos o andebol. Também é uma que acabou. Mas não no Vulcanense, acabou no distrito de Setúbal. Ainda no ano passado, em 2013, tínhamos equipas

que iam jogar para Salvaterra, Torres Novas, Distrito de Santarém, porque não havia sítio para jogar em Setúbal.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Mas importa voltar ao momento de entrada no Vulcanense. A situação, como é revelado no excerto seguinte, reflecte como a proximidade com outras pessoas que provêm da mesma zona de origem pode ter influência no reforço da ação coletiva:

“Havia um rapaz que é de Mora. Nessa altura ele fazia parte da direção e eu já era amigo dele lá e ele convidou-me para fazer parte dos corpos gerentes. Aceitei, depois fui indo, fui indo.” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

Finalmente, tal como aconteceu no caso do Francisco Andrade, também para José, a manutenção da participação local e, em termos gerais, a insistência na ação coletiva depende da força das sociabilidades que esta potencia. O curto relato seguinte espelha, a nosso ver, esta ideia:

“Enquanto a gente não tiver uma coletividade, uma casa que seja, onde a gente possa reunir e conversar e enfim, para mim não tem aquela coisa” (José Martins, 60 anos, Alcochete, entrevista 04/12/2014).

O engajamento cidadão de David Vargas

Desde novo, David Vargas, 21 anos, envolveu-se em atividades nos domínios do desporto, da arte e da política. Ainda criança praticou karaté, judo, natação e futsal, período em que morava na Damaia com os pais. Foi nesta freguesia do Concelho da Amadora onde viveu a infância e construiu sólidas amizades que até hoje perduram. Mudou-se com a família – pais e o irmão – para Odivelas em 2005, motivados pela busca de uma melhor qualidade de vida. Cansados das repetidas situações de insegurança vividas na Amadora, encontraram numa nova urbanização, em Odivelas, o conforto e a tranquilidade que desejavam. Esta mudança não impediu que David continuasse a frequentar a Damaia, principalmente após voltar para uma escola secundária daquela zona.

A crise económica mundial de 2008 foi particularmente ruínosa para David Vargas, tendo coincidido com a separação dos pais. O salário de professora da mãe passou a ter de assegurar a totalidade das despesas do agregado familiar, uma dificuldade agravada pelo desemprego do pai e pelo pagamento ao banco do empréstimo à casa recém-adquirida. A necessidade deles reajustarem (e cortarem) um conjunto de despesas do dia-a-dia tornou David mais sensível aos problemas sociais e económicos. Não obstante, esta temática era próxima da vida de David. Desde criança que os pais incentivaram-no a ter uma visão crítica sobre a sociedade, seja através de conversas quotidianas, seja por via do estímulo às artes: literatura, cinema, teatro. Antigo militante da associação política União Democrática Popular (UDP), o seu pai costumava leva-lo às marchas do 25 de Abril e do 1º de Maio, momento em que vinham à tona ideologias e padrões culturais que valorizavam a ação coletiva, entendida como instrumento de transformação social. Como recorda David:

Eu sempre acompanhei o meu pai às marchas do 25 de Abril e do 1º de Maio. Era quase um ritual... Mas era interessante. Ele muitas vezes ia se encontrar com os antigos companheiros em almoços, e havia sempre muita conversa e música de intervenção. O meu pai pôs em contacto com a música de intervenção desde pequeno. E isso, de alguma forma, despoletou a minha consciência (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

Após três anos numa escola em Odivelas, David Vargas optou por voltar a estudar na Damaia, para onde o seu pai regressou depois do divórcio. Este foi um período de intenso crescimento pessoal e experimentação, quando participou de oficinas de teatro, organizou debates e integrou um coletivo de comunicação, responsável por editar um jornal escolar. A criação de uma lista para concorrer à Associação de Estudantes assinala um período em que se tornou muito ativo politicamente, quando mobilizou amigos para um processo eleitoral que já não acontecia há dois anos na sua escola. Venceram as eleições como única lista candidata, o que lhes permitiu melhores condições para organizar atividades de interesse dos estudantes. Um dos debates de maior sucesso abordou o racismo, uma temática importante numa escola em que parte significativa dos estudantes são negros.

Houve dois momentos na vida de David que nos ajuda a compreender a sua imersão em práticas de ação coletiva de cariz artístico-cultural e político. O primeiro ocorreu no princípio da sua trajetória pelo ensino secundário, quando participou numa

grande mobilização estudantil. Por todo o país, os estudantes revoltavam-se contra as aulas de substituição e o fim das faltas justificadas. Ver os seus colegas fazerem um cordão humano para impedir que alunos e professores entrassem na escola e, posteriormente, seguir em protesto até à Assembleia da República foi um acontecimento que o marcou bastante.

Houve em 2008, no meu 10º ano, uma grande mobilização de estudantes, a maior manifestação de estudantes do ensino secundário dos últimos 5 ou 10 anos... Enfim, eu não tinha ainda grande consciência política na altura, mas pensar nisso foi uma coisa impressionante. (...) Chegar à escola e ver um cordão humano, ninguém passava, nem deixavam as pessoas entrar nem nada. Éramos na boa umas 60 pessoas da minha escola. Apanhámos o autocarro para o Marquês de Pombal. Bem, chegámos lá, enfim, a manifestação foi brutal. Isso foi um acontecimento que me marcou bastante na altura (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

O segundo momento prende-se com as eleições legislativas de 2009, quando o seu pai se tornou um dos responsáveis pela campanha eleitoral do Bloco de Esquerda (BE) na Amadora. David passou a acompanhá-lo em diversas atividades do partido, uma influência decisiva para o seu engajamento político-cidadão. A filiação ao BE surgiu naturalmente. Tornou-se um militante frequente nos encontros e reuniões partidárias, tendo participado como delegado no Congresso de Jovens do Bloco de Esquerda integrado a uma das correntes que disputavam os rumos dessa organização. O aprofundar dessa ligação fê-lo incorporar um conjunto de valores, ideologias e esquemas de apreciação/representação do mundo social encorajador de um *habitus militante* (Crossley, 2003). Essa socialização política o pôs em contacto com múltiplos repertórios de ação coletiva, estimulando David para o agir político. É nesse contexto de militância que surge a vontade de construir uma lista para a associação de estudantes na sua escola.

Houve uma Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda em que eu fui delegado (...) Exatamente nessa altura continuo a ir às reuniões e começo a pensar em tentar organizar coisas na minha escola. Então, influenciado por aquela dinâmica de estar a participar ativamente, começámos a organizar uma lista para a associação de estudantes no início do 12º ano (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

A entrada na licenciatura de Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) permitir-lhe-ia ampliar as experiências artísticas e políticas. Logo no 1º ano integrou o grupo de teatro da faculdade e tornou-se um dos principais dinamizadores de uma lista para concorrer à Associação de Estudantes. Embora tenha perdido as eleições na 2ª volta, parte do grupo envolveu-se no Jornal *O Grito*, aproveitando a dinâmica de discussão político-cultural criada durante o processo eleitoral. Nos dois anos seguintes, David continuaria a participar de listas para a Associação de Estudantes da FCSH, e envolver-se-ia também com o universo audiovisual.

Integrar uma lista independente para concorrer à freguesia das Águas Livres nas Autárquicas de 2013 foi um marco na sua militância política, dado ter sido a primeira vez que participava como candidato para órgãos governamentais portugueses. David foi um dos protagonistas dessa lista – Movimento Independente das Águas Livres¹ (MIAL) –, pois conhecia muitos jovens que moravam naquela área.

O facto de conhecer bastante gente e ter feito lá intervenção, acabei por ser um dos candidatos deste movimento independente. (...) Durante a campanha tentámos falar com as pessoas, organizámos um debate com jovens, com amigos meus, e explicámos porque é preciso intervir, sem ficar a dizer “votem em mim de quatro em quatro anos”. E tivemos resultados bastante positivos: conseguimos eleger uma pessoa para a freguesia (David Vargas, 21 anos, Odivelas, entrevista 15/10/2014).

A experiência laboral de David circunscreveu-se a trabalhos temporários e precários exercidos durante as férias da faculdade: vendedor numa loja de óculos escuros num centro comercial de Lisboa, apanha da pera no Bombarral e copeiro num bar do Bairro Alto. Recentemente, trabalhou como assistente de produção em documentários, uma área profissional que ele aspira ingressar no futuro. Não é por acaso que está a cursar o mestrado em Cinema, aventurando-se na realização de um documentário sobre a demolição de casas e o desalojamento de famílias num bairro da Amadora.

Desde que iniciou o mestrado, a participação política perdeu o vigor de outrora: deixou de militar em partidos políticos e abandonou o movimento estudantil.

¹ Passou a haver uma única freguesia para a Damaia, Buraca e Reboleira: Águas Livres.

Contudo, o engajamento cívico continua ativo, e interliga-se ao universo artístico-cultural de alguns dos seus projetos mais recentes. Esta conexão está patente no documentário sobre a habitação que está a realizar, nas atuações teatrais que protagoniza e nos textos jornalísticos que publica. Na arte ou na política, a ação coletiva é parte integrante do percurso biográfico de David. Ambas as esferas estão implicadas em formas inovadoras de participação político-cidadã, e potenciam subjetividades alternativas que estão constantemente a conferir novos sentidos existenciais à vida de David.

Considerações finais: a ação coletiva no percurso biográfico

Os casos analisados, ou seja, os retratos sociológicos de Francisco Andrade, José Martins e David Vargas, permite-nos perceber o modo como os contextos sociais influenciam o seu percurso biográfico enquanto protagonistas de ação coletiva, que as socializações constituem matrizes indutoras de disposições sociais para a ação coletiva, e finalmente, que se verificam determinadas lógicas de interação coletiva que são constantes nos percursos biográficos dos nossos entrevistados.

Os nossos retratos sociológicos constituem exemplos passíveis de serem integrados em perfis de ação coletiva operantes no espaço social da AML. Francisco Andrade, José Martins e David Vargas representam três gerações diferentes de residentes na AML, e com trajetórias de vida igualmente diferenciadas entre si, relativamente a estratégias migratórias, trajetórias de mobilidade residencial, condições e modos de vida, redes de sociabilidade, relação com o contexto local e inserção em atores coletivos.

Constituem trajetórias de ação coletivas multiparticipadas, atuantes em contextos de ação coletiva sindicais, estudantis, culturais-artísticos, associativos e em partidos e movimentos políticos. Tratam-se de protagonistas de ação coletiva com forte inserção nos seus contextos locais, estes, em si mesmo, heterogêneos entre si no interior da AML.

As suas disposições para a ação coletiva refletem os seus processos de socialização familiar, escolar, laboral, sociopolítico e simbólico-ideológicos. Estamos perante retratos sociológicos que partilham valores e universos simbólicos

fomentadores de disposições ativas face às desigualdades e as injustiças sociais. Acontecimentos marcantes na história coletiva e pessoal despoletam e justificam a sua ação coletiva, cujos *habitus militantes* incorporaram as desigualdades e as situações consideradas como injustas.

A ação coletiva à escala individual é vivida em contextos de intensas sociabilidades, que de alguma forma, alimentam as próprias razões para o agir coletivo tão presente nas suas vidas. Está presente a ligação identitária a passados e atuais locais de residência, muitas vezes justificativa de envolvimento associativos e políticos, (re)construtura de círculos sociais amicais, culturais-artísticos e institucionais.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de; MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da, 2006, “Classes sociais e valores em contexto europeu” in J. Vala & A. Torres (Orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 69-96.
- BOURDIEU, Pierre, 1979, *La Distinction*, Paris, Editions de Minuit.
- , 2000, *Propos sur le Champ Politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- COSTA, António Firmino da, 1999, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta.
- , 2007, “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia” in José Madureira Pinto & Virgílio Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento: 15-29.
- CROSSLEY, Nick, 2002, *Making Sense of Social Movements*, Berkshire, Open University Press.
- , 2003, “From reproduction to transformation: social movement fields and the radical habitus”, *Theory, Culture & Society*, 20 (6): 43-68.
- DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario, 2006, *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.
- HABERMAS, Jürgen, 1989, *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity Press.
- INGLEHART, Ronald, 1977, *The Silent Revolution. Changing Values and Political Systems among Western Publics*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- LAHIRE, Bernard, 2002, *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- , 2003, *O Homem Plural. As Molas da Ação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- , 2005, “Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 11-42.
- LOPES, João Teixeira (Org.), 2012, *Registos do Ator Plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.
- MOUZELIS, Nicos, 1992, “The interaction order and the micro-macro distinction”, *Sociological Theory*, 10 (1): 122-128.
- , 2008, *Modern and Postmodern Social Theorizing*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NUNES, Nuno, 2013, *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- OLSON, Mancur, 1998, *A Lógica da Ação Coletiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.
- PIRES, Rui Pena, 2007, “Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53: 11-50.
- RUGGIERO, Vincenzo & MONTAGNA, Nicola (Orgs.), 2008, *Social Movements. A Reader*, London and New York, Routledge.

SEN, Amartya, 1995, *Inequality Reexamined*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

SIMMEL, Georg, 1999, *Sociologie. Études sur les Formes de la Socialisation*, Paris, Presses
Universitaires de France.

TILLY, Charles, 2008, *Contentious Performances*, Cambridge & New York, Cambridge University
Press.

VELHO, Gilberto, 1994, *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de
Janeiro, Jorge Zahar Edições.

Da mobilização à ação: o caso português da iniciativa legislativa de cidadãos contra a precariedade laboral

Carlos Alves

Na ausência de opções imediatas ao nível dos espaços institucionais, os cidadãos descontentes estão mais disponíveis para recorrer ao protesto, usando-o para forçar o empenhamento das elites políticas. Aos elevados níveis de abstenção proporcionados pela descrença institucional, à insatisfação com a democracia e ao défice da legitimidade democrática, contrapõe-se uma política de contestação, refletindo no período entre 2006-2013 um número crescente de protestos globais.

A falácia eleitoralista de que se assiste a uma despolitização inerente ao divórcio entre a sociedade civil e a classe política de que remanesce de forma mais visível a fuga ao voto é, assim, infirmada pela crescente diversificação da participação cívica.

Em Portugal os protestos representam iniciativas importantes em termos de mobilização e participação dos cidadãos. O seu volume contrasta com 1) a acusação de brandos costumes dos portugueses nas últimas quatro décadas e 2) a pretensa inatividade política da sociedade civil portuguesa, cujo contributo recente marca, exemplarmente, o início de transformações importantes na estrutura organizacional dos modos de mobilização e contestação nacional.

Desde 2011 que o país vive uma greve a cada cinco dias¹ e somam-se as petições, marchas e manifestos, ações como a Auditoria à Dívida e Iniciativa Legislativa de Cidadãos. A situação tem antecedentes que remontam aos fortes índices de mobilização social do PREC, mas também aos idos de 1982, 1983, 1986, às

¹ *Diário de Notícias* (24-09-14).

manifestações da polícia de 1989, à luta estudantil para suspensão das propinas entre 1991-1995, as manifestações de solidariedade com Timor, solicitando a intervenção da comunidade internacional em 1999 a que se somam um conjunto de greves gerais: 12 de fevereiro de 1982, 28 de março de 1988, 10 de dezembro de 2002, 30 maio 2007, 24 de novembro de 2010, 24 de novembro de 2011, 22 março 2012, 14 de novembro 2012, 27 de junho de 2013.

Nos anos recentes esta dinâmica de protesto, não exclusiva da realidade nacional, incluída numa conjuntura global que face à adversidade expressa as suas insatisfações materializando o seu desagrado tanto no espaço público como virtual, ficou profusamente patenteada em Portugal em datas como 12 março 2011, 15 outubro 2011 e 15 setembro 2012.

Períodos de intensa mobilização pautaram a gradual erosão do peso e preponderância das formas tradicionais de participação política. É identificável um ciclo de protesto com picos e reveses. A um padrão crescente de protesto registado entre o final de 2010 e início de 2011 seguem-se, após as eleições legislativas de 2011 mais dois picos de protesto: na segunda metade de 2012 e entre março e junho de 2013 (Accornero e Pinto, 2014).

Deste modo, os movimentos sociais e protesto, em Portugal, originaram “*a new pole of collective mobilization*” (Estanque *et al*, 2013:14).

No universo da oposição política afirmaram-se novos atores políticos, ante a desilusão com os tradicionais², e verificou-se a consolidação de novas alianças: Marinho e Pinto e o MPT, Partido Livre, na Madeira o partido com origem num movimento “Juntos Pelo Povo”³, a plataforma eleitoral de esquerda para as legislativas (Livre/Tempo de Avançar (TDA)⁴ constituída pelo Partido Livre, MIC-Porto, Fórum Manifesto e Renovação Comunista ou movimentos que se assumem como projetos políticos como o “Juntos Podemos”, “Agir”⁵ e “Nós Cidadãos”⁶.

² Em relação à “confiança nos políticos” Portugal surge no *The Global Competitiveness Report 2013-2014*, num total de 148 países, no lugar 77 do ranking, aparecendo a Grécia na posição 138 e Espanha na 101 (p.413).

³ Juntos pelo Povo, <http://juntospelopovo.blogspot.pt>, consultado em 31 de Março 2015.

⁴ Tempo de Avançar, <http://tempodeavancar.net/>, consultado em 31 de Março 2015.

⁵ A 22 março de 2015 o Partido Trabalhista Português (PTP), legalizado desde 2009, fez um acordo com o Aglr, passando a sua designação para PTP/Aglr.

⁶ A 24/03/2015 o movimento Nós Cidadãos entregou cerca de 8500 assinaturas no Tribunal Constitucional para se constituir como partido político e poder candidatar-se às eleições legislativas.

O ciclo de protesto português caracterizou-se por um retorno à centralidade das preocupações materiais, altamente mobilizadoras e formadoras de uma identidade contestatária: metamorfoses no mundo laboral caracterizadas por um desemprego sem precedentes e uma precarização das relações laborais enraizadas numa dinâmica de austeridade fruto de uma dívida soberana cujos efeitos se manifestam no corte dos salários e benefícios sociais e decréscimo das funções sociais do estado.

Jovens, principalmente, com elevadas habilitações e com uma integração no mercado trabalho instável encontram-se entre os mais ativos protagonistas dos movimentos sociais, motivados pela perda de qualidade de vida suscitada pela conjuntura económica gravosa⁷ e inexistência de expectativas inspiradas pela componente habilitacional sem precedentes, partindo para a ocupação de espaços públicos e virtuais.

No entanto, situações como a da manifestação da “Geração à Rasca” do dia 12 de março de 2011 são exemplo, apesar da dinâmica juvenil dos protestos, de uma composição social heterogénea: idosos, desempregados, excedentários, famílias endividadas (Estanque, 2012).

De uma maneira geral, os “novíssimos movimentos sociais” portugueses são fenómenos inorgânicos capazes de mobilizações massivas e de forçar as organizações laborais a um relacionamento e posicionamento marcado por ambiguidades, tensões e disputas. Possuem uma lógica não hierárquica, não obrigatoriamente anónima, caracterizando-se, também, pela diversidade política e fluidez programática (Estanque *et al*, 2013:16-19) e por uma fraca resiliência de que a Iniciativa Legislativa Cidadã poder ser entendida como contraexemplo.

Sociedade civil

A teoria contemporânea confiou à sociedade civil vários significados forjando um discurso democrático respondendo ao poder autoritário do estado, providenciando uma plataforma alternativa à ordem derivada do mercado, reconciliando noções referentes aos interesses individuais e bem social e assumindo que os cidadãos da

⁷ O risco de pobreza em Portugal aumentou de 26,0% para 27,4% entre 2008 e 2013.

sociedade civil podem dialogar ente si mediante uma linguagem comum (Glasius *et al*, 2004:32).

Mas, o que deve contar como sociedade civil?

Embora separada do estado e da economia a sociedade civil deve situar-se neste esquema tripartido sem o qual não sobrevive: "*Separate, on this account, does not mean self-governing in any way and involves significant surrendering of popular control to spheres of administrative and economic expertise*" (Baker 2002:9-10).

Formalmente a sociedade civil diz respeito a uma panóplia de instituições incontestadas: igrejas com programas socialmente relevantes, grupos de salvaguarda dos interesses dos cidadãos, sociedades recreativas, escuteiros, grupos de veteranos, clubes de leitura, ligas desportivas amadoras, etc.

O que podemos, realmente, esperar da sociedade civil?

Há um consenso académico alargado relativamente à influência positiva da sociedade civil, associada a uma conceção pacífica e idealizada, envolvendo a convicção de que esta é uma componente indispensável para uma sociedade robusta e de que quanto maior o seu nível de desenvolvimento, melhor governada e mais estável é globalmente a comunidade política.

Esta crença tem subjacente a visão amplamente aceite de que a vitalidade das sociedades ocidentais, livres e democráticas o são, efetivamente, por ingerência da sociedade civil.

Mas quais são, efetivamente, as consequências benéficas derivadas da sociedade civil?

Para Larry Diamond (1996: xxiii, 227–240) a sociedade civil fortalece e legitima o estado democrático ao avaliar e limitar⁸ o seu poder.

No entanto, acrescenta que uma sociedade civil forte não substitui instituições políticas e legais sólidas, as quais se apresentam como condição *sine qua non* para um sistema democrático. Em sintonia com Philippe Schmitter, reconhece que a sociedade civil por si só não garante a democracia, funcionando sempre em interação com instituições, normas e práticas políticas.

Quando as instituições básicas estão estabelecidas a sociedade civil pode e deve, então, estabelecer uma democracia mais efetiva e enraizada.

⁸ O antigo presidente da República Ramalho Eanes defendeu que os portugueses devem mostrar aos poderes que “não podem ultrapassar determinados limites”, Lusa (12-11-2014).

O revivalismo da “sociedade civil” desde 1980 está intimamente ligado com a renovação democrática. A sociedade civil enquanto teoria social deu origem a uma teoria política. Um questionamento derivando do social para o político, tentando apurar quais as consequências políticas das normas e processos sociais (Anheier *et al* 2010:186).

No entanto, paradoxalmente, as mudanças na economia global iniciadas nas décadas de 1970 e 1980 também contribuíram para que as democracias se tornassem menos propícias ao envolvimento cívico, sendo que este é cada vez mais a reserva das classes médias-altas. (Fernandes, 2014:14-17)

Mas, como pode a sociedade civil influenciar o sistema político e o que poderá a organização proveniente do cidadão (dentro ou fora do estado) providenciar à democracia?

Na visão benfazeja da sociedade civil esta é, usualmente, descrita como necessária para assegurar a democracia. Enquanto instrumento de organização de interesses, simultaneamente capaz de colocar sob escrutínio a ação das autoridades, estabelecer laços de confiança entre cidadãos e fomentar um profícuo debate público. (Fernandes, 2014:14)

Como refere Baker (2002:168), “*the promises of a democracy of civil society, intoxicating as they have been in various political struggles worldwide, are ultimately utopian visions*”, mas a sociedade civil é “*the institutional framework of a modern life world stabilized by fundamental rights*” (Cohen and Arato, 1992:441).

Os defensores dos efeitos democráticos benéficos da sociedade civil podem ser agrupados em duas tendências: a primeira próxima do trabalho de Robert Putnam (1993, 2000), enfatiza os aspetos positivos da participação da sociedade civil e individualmente do cidadão, os quais contribuem para uma sociedade democrática mais pacífica e harmoniosa.

Para Putnam, que inventariou uma série de abordagens da sociedade civil passíveis de proporcionar consequências benéficas a investigação existente, e em desenvolvimento, mostra que “*civic connections help make us healthy, wealthy, and wise*” (Putman, 2000:287)

Segundo Putnam e outros “capitalistas sociais”, as organizações da sociedade civil funcionam, parafraseando Tocqueville, como “schools for democracy”, ou seja, o florescimento de organizações autónomas permitem ao cidadão normal interagir com

outros fora do círculo familiar e de amigos permitindo o desenvolvimento de confiança, tolerância e competências de negociação benéficas para a democracia. Além do mais, a experiência com organizações da sociedade civil permite a consciencialização do papel e capacidades dos indivíduos no sistema democrático criando um cidadania mais proficiente. Quanto maior a participação dos cidadãos em organizações voluntárias da sociedade civil mais estes incorporam normas e comportamentos de cidadania democrática participativa, os quais contribuem para o fortalecimento de instituições e da *performance* do governo democrático dos países.

A segunda tendência está, usualmente, associada ao trabalho de institucionalistas históricos como Theda Skocpol (2004), baseando-se na convicção de que as organizações da sociedade civil facultam uma fonte direta de influência sob o desenvolvimento económico e político beneficiando os indivíduos e a sociedade.

Ao contrário de Putman, que enfatiza os benefícios sócio psicológicos do consenso e da cooperação que a participação de grupo gera nos seus membros e de uma maneira geral na sociedade, salienta-se o papel do conflito no grupo e luta no estabelecimento do desenvolvimento histórico na democracia moderna. Como referem Skocpol e Fiorina (1999:15): "*From an institutionalist perspective, voluntary associations matter as sources of popular leverage, not just as facilitators of individual participation and generalized social trust.*"

Aos céticos não convencem, porém, as amplas generalizações sobre os efeitos benéficos da sociedade civil mesmo quando parecem óbvios e lógicos, por ausência de provas empíricas que provem, indubitavelmente, que os resultados que Diamond atribui à sociedade civil lhe são inerentes e não explicáveis por outros fatores como prosperidade económica, bom funcionamento das instituições políticas democráticas ou fatores culturais (Anheier *et al*, 2010:188-189).

No contexto contemporâneo a abordagem institucional salienta a influência política direta da sociedade civil que pode, também, ser aplicável aos indivíduos. A capacidade das organizações da sociedade civil de servirem de proteção ou mecanismo de autodefesa que protege os cidadãos do estado potencialmente intrusivo, ou seja, num sistema democrático, os grupos e organizações da sociedade civil possuem a capacidade de prevenir que o estado passe novas leis que se oponham aos interesses organizados de grupos de cidadãos, bem como de visivelmente influenciarem estas leis e regulamentações que efetivamente passam. Além do mais,

as organizações voluntárias facultam aos legisladores um conjunto alargado de informação, pontos de vista e pressão os quais contribuem para um *policy making* mais efetivo e equilibrado.

Em suma, a militância em organizações possibilita a existência de benefícios para os indivíduos e para a sociedade, permitindo a estes influenciar o processo que afeta as suas vidas e atingir metas coletivas que não seriam alcançadas sem a intervenção de uma organização.

Os dois argumentos não são mutuamente exclusivos como reconhecem os seus proponentes, mas a diferença existente entre uma postura realçando o valor da participação ou do poder da influência institucional é substantivamente importante (Anheier *et al*, 2010:188-189).

A avaliação do papel da sociedade civil deve ser feita à luz da “*possibilidade de todos os grupos e indivíduos terem oportunidade de expressar os seus interesses na arena pública e de estes serem contemplados equitativamente pelas autoridades*” e a “*qualidade da democracia será ampliada na medida em que forem reduzidas as desigualdades de expressão, participação e organização dos grupos sociais com menos recursos*” (Fernandes, 2014:14).

O contributo da sociedade civil: Iniciativas populares

Perguntas mais gerais como se “Será possível encontrar denominadores políticos comuns entre projetos políticos distintos (institucionais e não institucionais)?” ou mais específicas como avaliar se “O movimento de protesto social tem tradução no plano político?” constroem um itinerário em torno do eixo “Qual é e para que serve o contributo da sociedade civil?”, remetendo-nos para as iniciativas populares (IP) ao nível legislativo.

A IP, entendida como possibilidade dos cidadãos iniciarem e promoverem o desenvolvimento de uma lei formal tem historicamente origem nos finais do século XVIII, sendo, porém, no século XX, especialmente, durante o período das grandes guerras, que se dá a introdução da IP nas constituições europeias com vista a melhorar a democracia representativa mediante a abertura do processo legislativo à cidadania.

Na Suíça entre 1948 e 2015, 198 iniciativas cidadãs, a nível nacional, foram submetidas ao voto popular⁹ e em Itália o referendo sobre o divórcio foi desencadeado por iniciativa popular.

Os islandeses referendaram com cerca de 70% dos votos, o texto básico da sua nova Constituição originada num processo participativo e redação em tempo real na Internet, para o qual foram eleitos 25 cidadãos, entre 522 adultos não filiados em partidos políticos e que foram recomendados por pelo menos trinta outros cidadãos.

No Brasil a IP é a manifestação direta do eleitorado na elaboração das leis ordinárias ou mesmo complementares, tanto em matéria federal (Artº 61 § 2º da Constituição Federal (C.F.)), como na legislação municipal ou estadual (Art. 27 § 4º e 29, XIII, da C.F.).

O mecanismo permite a apresentação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano com projetos de lei subscritos por um número mínimo de cidadãos.

Exemplo da sua expressividade é a Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010 – Lei da Ficha Limpa (07/06/2010) – que altera a Lei Complementar nº 64, de 18/5/1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da C. F., casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade visando a proteção e a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

A sua origem remete para um projeto de lei de iniciativa popular idealizado pelo juiz Márlon Reis, entre outros juristas, que reuniu cerca de 1,6 milhões de assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos.

Em Espanha a “iniciativa legislativa popular” ou iniciativa popular (ILP ou IP), também conhecida como “Iniciativa ciudadana” (iniciativa cidadã) é um mecanismo de democracia semidireta.

O artigo 87.3 da Constituição viabiliza a possibilidade, regulada pela Lei Orgânica 3/1984, de os cidadãos poderem apresentar propostas, apoiadas por um mínimo de 500 000 assinaturas, denominadas lei ILPs - Iniciativas Legislativas Populares (Iniciativas Legislativas Populares).

⁹ Statistik Schweiz, http://www.bfs.admin.ch/bfs/portal/de/index/themen/17/03/blank/key/eidg__volksinitiativen.html, consultado em 26 de Março de 2015.

Existe, ainda a possibilidade de apresentar ILP nos diferentes parlamentos autónomos sendo que o número de assinaturas exigidas varia entre as comunidades autónomas, oscilando entre um mínimo de 6000 (La Rioja) e um máximo de 75 000 (Andaluzia).

Todas as comunidades autónomas incluem a ILP na sua legislação e as primeiras a fazê-lo foram Astúrias, Múrcia e Aragão em 1984 e a última Castela e Leão em 2001.

Para Aitor Martínez (2012) Galiza, Catalunha e Canárias são as comunidades autónomas mais recetivas à (ILP), uma vez que o seu quadro normativo é mais favorável para os cidadãos aquando da apresentação das suas propostas, por contraposição com a Estremadura, La Rioja e Cantábria, mais exigentes no número de assinaturas.

Uma das iniciativas mais polémicas aprovadas através da ILP foi a abolição das corridas de touros na Catalunha, o que para o autor demonstra a possibilidade de êxito de iniciativas originadas na cidadania.

Ao nível da comunidade europeia, a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE)¹⁰ é o primeiro instrumento de democracia transnacional no mundo e foi criada pelo Tratado de Lisboa¹¹. O Regulamento sobre a ICE¹² foi adotado a 16 de fevereiro de 2011, embora os cidadãos só pudessem começar a lançar ICE a partir de 1 de abril de 2012. As ICE são uma forma de petição com vista a incentivar a participação da população no processo legislativo europeu.

Para o efeito existe na internet um espaço da Comissão Europeia para o registo das propostas e software de código aberto para a recolha de assinaturas por via eletrónica.

Uma iniciativa deve ter o apoio (sob a forma de "declarações de apoio") de, pelo menos, um milhão de cidadãos europeus provenientes de sete ou mais Estados Membros (o requisito mínimo é um quarto de todos os Estados Membros).

Em Portugal,

¹⁰ IGFSE, <http://www.igfse.pt/news.asp?startAt=1&categoryID=281&newsID=2698>, consultado em 26 de Março de 2015.

¹¹ O Tratado de Lisboa entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009.

¹² Parlamento Europeu, http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_2.1.5.html, consultado em 26 de Março de 2015.

“O exercício do direito de iniciativa é livre e gratuito, não podendo ser dificultada ou impedida, por qualquer entidade pública ou privada, a recolha de assinaturas e os demais actos necessários para a sua efectivação, nem dar lugar ao pagamento de quaisquer impostos ou taxas.” (Artigo 5.º da Lei 17/2003. Garantias).

A Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC)¹³ é, antes de mais, um direito de iniciativa legislativa. Um projeto de lei subscrito por um mínimo de 35000¹⁴ cidadãos eleitores (N.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 17/2003. Requisitos) redigido e submetido à apreciação parlamentar, nos termos do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa¹⁵ por parte de um grupo de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral, quer no território nacional, quer no estrangeiro (Artigo 2.º da Lei 17/2003. Titularidade).

A Lei 17/2003, de 4 de Junho, regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem esse direito de iniciativa legislativa, assim como a sua participação no procedimento legislativo que originarem.

A ILC será apresentada na Assembleia da República (AR), carecendo da aprovação pelos deputados, conforme qualquer outra iniciativa legislativa de deputados ou grupos parlamentares, pelo que o poder vinculativo só existe depois da iniciativa aprovada pela maioria dos deputados reunidos em plenário na AR, sendo que o projeto lei será sempre discutido pelos deputados, antes de ser votado em plenário.

Os projetos de lei devem ser apresentados por escrito ao Presidente da AR e conter (N.º 2 do artigo 6.º da Lei 17/2003. Requisitos): uma designação, uma justificação ou exposição de motivos, o articulado do projeto de lei, as assinaturas de todos os proponentes e a listagem de documentos anexos.

¹³ Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de julho. Disponível em:

http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/IniciativaLegislativaCidadaos_Simples.pdf, consultado em 26 de Março de 2015.

¹⁴ A falta de consenso quanto ao número ideal de assinaturas necessárias provoca oscilações entre países. As constituições da Suíça, Espanha, Áustria e Itália optaram por estabelecer um número fixo de eleitores. Nos EUA as constituições estaduais que admitem o procedimento fixaram uma percentagem de eleitores em relação à última eleição geral do estado, como requisito para aceitação das propostas. A fixação de uma percentagem permite que o número mínimo de assinaturas necessárias acompanhe a variação do número de eleitores recenseados, sem necessidade de alteração percentual. Um número fixo favorece o desfazamento em relação ao aumento ou diminuição do eleitorado, como sucede, de um modo geral, nas Constituições europeias.

¹⁵ LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2005. D.R. I Série-A. 155 (2005-08-12) 4642-4686

A comissão representativa deve ter entre 5 a 10 elementos.

Após admissão pelo Presidente, a ILC é examinada na comissão especializada competente da AR, seguindo-se, eventualmente, a apreciação e votação na generalidade. Aprovada na generalidade, salvo disposição em contrário, a ILC regressa à comissão competente que pode apresentar textos de substituição, sem prejuízo da ILC, desde que esta não seja retirada. Finda a apreciação e votação na especialidade, ocorre a votação final global (Artigos 8.º a 12.º da Lei 17/2003). A comissão representativa é obrigatoriamente ouvida no âmbito do exame da ILC pela comissão especializada e antes da votação na especialidade sendo, também, notificada da calendarização das reuniões plenárias da AR para que a ILC é agendada para apreciação e votação na generalidade (Artigo 10.º). Aprovada na generalidade, e salvo nos casos em que a Constituição, a lei ou o Regimento disponham de modo diferente, a ILC é remetida à comissão competente em razão da matéria para apreciação e votação na especialidade (Artigo 11.º). Finda a apreciação e votação na especialidade ocorre a respetiva votação final global (Artigo 12.º).

A ILC pode ter por objeto todas as matérias incluídas na competência legislativa da AR.

Excetuam-se, porém: alterações à Constituição; as reservadas pela Constituição ao Governo (Artigo 198.º da Constituição. Competência legislativa); as reservadas pela Constituição às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira (Artigo 232.º da Constituição. Competência da Assembleia Legislativa da região autónoma); as da exclusiva competência da AR (Artigo 164.º da Constituição. Reserva absoluta de competência legislativa), com exceção das Bases do sistema de ensino (Alínea i) do artigo 164.º da Constituição); as amnistias e perdões genéricos; as que revistam natureza ou conteúdo orçamental, tributário ou financeiro (Artigo 3.º da Lei 17/2003. Objecto).

Além do mais, não podem ser apresentadas iniciativas legislativas que violem a Constituição ou os princípios nela consignados; não contenham uma definição concreta do sentido das modificações a introduzir na ordem legislativa; envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (Artigo 4.º da Lei 17/2003. Limites da iniciativa).

Convém realçar que embora partilhem uma natureza comum enquanto instrumentos de cidadania, a ILC e a petição são procedimentos distintos, uma vez

que na petição são admissíveis assinaturas eletrônicas e a ILC exige-as manuscritas. Na petição, é suficiente a indicação do nome e título de identificação, na ILC é necessário assinar manualmente, indicando também os dados de recenseamento individuais. Quanto ao alcance, se uma petição serve (mediante aprovação) como instrumento para pressionar órgãos de soberania, uma ILC (se aprovada) será uma verdadeira Lei da República, apta a vigorar na ordem jurídica nacional.

Limites formais e procedimentais

Apesar de ter sido decretada constitucional, foram inúmeras as divergências jurídicas e políticas quanto à constitucionalidade da Lei Complementar nº 135/2010 no Brasil.

Em Espanha o saldo da ILP regista somente 66 propostas em 30 anos, das quais só 9 conseguiram o número de assinaturas necessário dentro do prazo e passaram o filtro da Mesa do Congresso, sendo que unicamente uma foi aprovada, referente à Lei da Propriedade Horizontal.

A ILP ou IP apresenta limitações, nomeadamente no que diz respeito às matérias passíveis de tratamento que são excluídas pela lei que a regulamenta. Assim, não são admitidas as relativas a assuntos que, segundo a Constituição são próprias de Leis Orgânicas, onde se inclui o concernente às liberdades públicas e direitos fundamentais, de natureza tributária, de carácter internacional, referentes às “prerrogativas de gracia” (indulto que pertence ao Rei segundo a lei), Orçamento Geral do Estado ou do Conselho Económico e Social, planeamento económico e a própria Constituição.

Em virtude do seu texto ou conteúdo inapropriado a maioria das ILP não é admitida.

Segundo o jurista Aitor Martínez, autor de um estudo sobre as ILP em Espanha (tanto a nível nacional como das comunidades autónomas)¹⁶ para a

¹⁶ Jiménez, Aitor Martínez (2012), *La Iniciativa Legislativa Popular como instrumento de participación ciudadana en el siglo XXI*, Madrid: Fundación IDEAS.

Fundación Idea: “Inadmisión y caducidad criban ya el 80 por ciento de las iniciativas populares”.¹⁷

No plano transnacional a ICE tem registado dificuldades técnicas e burocráticas. De 45 iniciativas apresentadas desde o início formal do programa de Iniciativas Europeias de Cidadãos (ECI), em 2012, apenas duas foram efetivamente discutidas pela Comissão, uma vez que 23 não conseguiram o número de assinaturas no prazo estipulado, ou foram retiradas pelos organizadores, e as restantes duas dezenas foram rejeitadas pela Comissão, segundo dados facultados pela Campanha ECI (grupo de organizações não governamentais), que analisou o sucedido com as primeiras propostas com vista à apresentação de alterações. Segundo a Campanha ECI à exigência excessiva da Comissão, junta-se a necessidade de organização dos cidadãos em grupos de pressão e a capacidade financeira exigida. Há, ainda, a referir a morosidade do processo de recolha de assinaturas e o fato do sistema de verificação destas e a proteção de dados dos signatários ser diferente nos estados-membros. Ainda no que diz respeito à recolha de assinaturas é obrigatório um número de documento de identidade e segundo a Campanha ECI, 80% dos potenciais subscritores de uma iniciativa suspenderam o processo quando lhes foi solicitado o número de identificação. No formulário de recolha de assinaturas *online* não está contemplada a possibilidade dos promotores das iniciativas ficarem com o email de quem assina, o que impossibilita o *follow up* da iniciativa.

A ICE: A Água e o Saneamento são um direito humano!¹⁸, primeira Iniciativa Cidadã promovida pelos europeus (Federação Europeia dos Sindicatos dos Serviços Públicos), reunindo um milhão e 900 mil assinaturas, que pedia que o acesso à água fosse um direito teve como corolário, por parte da Comissão Europeia, a decisão de não desencadear qualquer ação legislativa sobre o direito humano à água e ao saneamento apesar de reconhecer a pertinência dos motivos expostos pelos subscritores envolvidos na ICE Right2Water.

A Comissão discutiu a questão e, embora tenha recusado propor uma lei de “direito à água”, levou a cabo uma consulta pública para a melhoria do

¹⁷ABC.es (06/06/2012), <http://www.abc.es/20120606/espana/abci-iniciativa-legislativa-popular-201206052148.html>, consultado em 26 de Março de 2015.

¹⁸“Water is a human right”, <http://www.right2water.eu>, consultado em 26 de Março de 2015.

*aprovisionamento da água potável e prometeu mais transparência e controlo dos operadores privados.*¹⁹

Em relação à ILC portuguesa é possível inventariar algumas dificuldades do processo, inerentes à recolha das 35,000 assinaturas manuscritas (impossíveis de obter eletronicamente), certificação enquanto eleitor recenseado (obrigando ao conhecimento do número de eleitor, no momento da recolha, que não consta do Cartão de Cidadão), âmbito demasiado restrito de aplicação da própria lei das ILC e necessidade de obviar aos aspetos onerosos originados pela ILC.

Projeto de Lei 142/XII, Lei Contra a Precariedade

Desde a entrada em vigor da Lei 17/2003, em 4 de junho, e até ao final de 2011, só uma ILC chegou ao parlamento pelas mãos da Ordem dos Arquitetos e da Ordem dos Engenheiros²⁰, não se podendo afirmar por isso que se tenha tratado de uma ILC genuína dado que foi promovida por ordens profissionais e não por um grupo de cidadãos eleitores como consta do n.º 1 do art.º 167 da Constituição da República Portuguesa.

A génese do processo da ILC para combater a precariedade remete para 19 de abril de 2011, quando, os seus promotores, o Movimento 12 de Março, os Precários Inflexíveis, o FERVE (Fartas/os d'Estes Recibos Verdes) e os Intermitentes do Espectáculo e do Audio Visual se lançaram na recolha de quase 36 000 assinaturas de apoio à Proposta de Lei contra a Precariedade.

A iniciativa visa gerar um momento mobilizador do país, com base na interpelação dos cidadãos com vista à proposta à AR de um conjunto de medidas (propostas publica e antecipadamente para votação e discussão), aproveitando a energia de 12 de março e o trabalho de continuidade dos movimentos sociais ligados ao trabalho precário para exigir mecanismos que possam fazer cumprir direitos.

¹⁹ *Público* (22/12/2014), <http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-longa-travessia-das-iniciativas-de-cidadania-europeias-1680146?page=-1>, consultado em 26 de Março de 2015.

²⁰ Projeto de Lei 183/X Um direito dos cidadãos, um acto próprio dos Arquitectos (revogação parcial do Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro).

Nos termos da Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, e do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa, um grupo de cidadãos e cidadãs²¹ apresenta uma ILC que originou uma Lei Contra a Precariedade, cuja entrada em vigor será efetuada 90 dias após a data da sua publicação (Artigo 5.º) que pretende “*desencadear uma mudança qualitativa do país*”.

A Proposta de Lei contra a Precariedade baseia-se na convicção da relevância da posição da sociedade portuguesa sobre a temática em causa e introduz mecanismos legais capazes de evitar a perpetuação das formas precárias de trabalho, como os falsos recibos verdes ou a contratação a prazo.

Logo no artigo 1.º referente ao “Objecto e âmbito” fica clara a intenção da lei pretender instituir “*mecanismos de combate ao falso trabalho independente, limita o tempo permitido para os contratos a termo e promove a integração dos trabalhadores temporários nas instituições para as quais realizam a sua actividade*”.

Formalmente, o Projeto de Lei 142/XII, Lei Contra a Precariedade, apresenta na “Exposição de motivos” uma referência explícita ao manifesto do Protesto da Geração À Rasca²², fazendo alusão ao fato de que “*esta mobilização é um sinal inequívoco que reclama uma mudança e um combate efectivo à precariedade*”.

Salienta-se os números da precariedade “cerca de 2 milhões de trabalhadores em Portugal”, o seu crescimento generalizado e as consequências que daí advêm.

A Proposta de Lei contra a Precariedade não é uma inovação legal, utilizando a lei existente, uma vez que não é uma criação de direitos, mas antes um reforço dos já existentes, com vista a terminar com a situação precária.

Assenta, segundo os responsáveis, em

“mecanismos que defendem os trabalhadores e que permitem que numa situação de precariedade ilegal estes tenham recursos e meios para poderem sair dela e evitar que essas contratações possam acontecer nos moldes típicos (falsos recibos verdes, contratação a prazo ou trabalho temporário)”²³.

²¹ A Comissão representativa é constituída por: Tiago Gillot; Paula Gil; André Albuquerque; Dora Fonseca; Sara Rocha; Raquel Freire; Marco Marques.

²² Protesto da Geração À Rasca, <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>, consultado em 26 de Março de 2015.

²³ Tiago Gillot, à TVi24, aquando da entrega na Assembleia da República da Proposta de Lei contra a Precariedade.

Ao assumirem a responsabilidade de criar uma proposta que estabeleça mecanismos para as três principais dimensões da precariedade, os organizadores, através da Proposta de Lei contra a Precariedade pretendem:

- a) *Falsos recibos verdes* – resposta mais célere da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e acesso imediato a contrato de trabalho.
- b) *Trabalho temporário* – obrigatoriedade de um contrato de trabalho para quem estiver em funções há mais de um ano.
- c) *Contratos a termo certo* – limitação a uma duração máxima de dezoito meses.

Ficam, assim, referenciados o contexto/procedimentos de atuação ao nível da “Fiscalização do Trabalho Independente” (Artigo 2.º), no Artigo 3.º fica estabelecida a “Duração do contrato de trabalho a termo” e no artigo Artigo 4.º é feita menção ao “Trabalho temporário”.

Lei nº 63/2013: vitória ou derrota?

Na votação de 24 de julho de 2013, no parlamento, a ILC – Lei Contra a Precariedade que, segundo os responsáveis do projeto, se constituía como uma alternativa de estrutura face ao proposto pelo governo foi chumbada, com os votos contra do PSD e do CDS e os votos favoráveis de PS, PCP, Bloco de Esquerda e Verdes. Porém, deste processo cidadão resulta uma nova legislação, aprovada por unanimidade²⁴, que institui um procedimento para reconhecimento da relação laboral nas situações de falso recibo verde.

Apesar de ter persistido uma maioria no parlamento que impediu alterações legislativas relativas à contratação a prazo e ao trabalho temporário, a aprovação desta nova legislação facilita a regularização das situações de falso recibo verde.

A Lei nº 63/2013 (1/9/2013) é uma nova legislação para combate aos falsos recibos verdes, através dum conjunto de novos mecanismos que facilitam o reconhecimento da relação laboral.

²⁴ Na votação da Reunião Plenária nº. 115, o Texto de Substituição apresentado pela Comissão de Segurança Social e Trabalho relativo ao Projeto de Lei n.º 142/XII/1.^a (ILC) foi Aprovado por unanimidade.

Os Precários Inflexíveis referem sobre esta que *“Como qualquer lei, não terminará totalmente com um problema social tão grave nem resolverá todas as situações, mas poderá mudar a vida de muita gente e a luta contra a precariedade e o desemprego fica mais forte”*²⁵ salientando que concluído o processo de aprovação da lei se empenharão na aplicação da nova legislação: mecanismo que protege o trabalhador, dispensando a sua iniciativa, e garante o reconhecimento dos direitos desde que se iniciou a relação laboral sem o devido contrato de trabalho.

Fica, assim, instituído um novo processo denominado “ação de reconhecimento de existência de contrato de trabalho”. Este novo processo prevê que, perante a deteção pela ACT de situação de falso recibo verde, seja dado um prazo muito curto (10 dias) para que a entidade empregadora regularize a situação, celebrando contrato de trabalho remetendo para a data do início da relação laboral. Caso isso não aconteça, o processo é encaminhado para o Ministério Público, que inicia esta nova ação, que além de célere e prioritária, dispensa a iniciativa da vítima dos falsos recibos verdes e assim protege da habitual chantagem das entidades empregadoras. No final, o processo garante a celebração do devido contrato de trabalho e reconhece todos os direitos em falta desde que o recurso fraudulento ao falso recibo verde teve início.

O consenso produzido em torno da questão da precariedade, para aprovar a nova legislação sobre os recibos verdes foi inédito e, segundo os promotores, os combates que irão manter-se vivos na sociedade portuguesa ficam mais fortes depois desta ILC.²⁶

Considerações finais

A sociedade civil é amiúde, incorporada, no discurso institucional pelos diferentes atores políticos, sendo o seu papel realçado na literatura. À pergunta “o que pode a sociedade civil fazer?” responde a rutura conquistada com a quebra da

²⁵ Precários Inflexíveis, http://www.precarios.net/?page_id=8687, consultado em 26 de Março de 2015.

²⁶ Lei Contra a Precariedade, <http://leicontraaprecariedade.blogspot.pt/>, consultado em 26 de Março de 2015.

exclusividade sindical e partidária na promoção de eventos públicos de protesto, de reivindicação, organização e expressão do descontentamento e mal-estar que converte em *empowerment*.

Apesar das dificuldades de demonstração empírica, em concordância com a literatura, verifica-se que a qualidade da democracia beneficiará se forem atenuadas as desigualdades de expressão, participação e organização dos grupos sociais com menor capacidade de recursos e de influenciar as decisões equilibrando a competição política e se a relação entre partidos políticos e demais organizações institucionais e a sociedade civil for complementar. Na medida em que a inclusão da sociedade civil não deixa a democracia entregue, em exclusividade, aos seus mecanismos tradicionais, englobando o processo político ao tornar a ação dos atores políticos passível de escrutínio e ao criar laços de confiança entre cidadãos.

Assim, à questão de que “Para que serve a intervenção cidadã?” ressalva-se que o envolvimento cívico esbate a desigualdade política, influenciando as fontes de decisão política e promovendo a democracia. A sociedade civil configura-se como um polo propiciador de um debate público mais inclusivo, racional e deliberativo, essencial para a construção e aprofundamento (consolidação e estabilização) da democracia.

Embora em exclusividade não a garanta, exigindo a interação com instituições, normas e práticas políticas, o envolvimento cívico esbate a desigualdade política, influenciando as fontes de decisão política e a definição de políticas públicas.

A sociedade civil é um valioso aliado para fazer valer o respeito pelo contrato social, inviabilizar a amnésia ou impotência política e a violação do compromisso eleitoral. Estabelece-se como avaliador da *performance* política e ativo fundamental para a socialização política, introduzindo temas na agenda política, de que é exemplo a precariedade laboral.

A sua capacidade de vigilância do Estado conjuntamente com a possibilidade de intervenção através de ações como a ILC permitem-lhe atuar sobre a ineficácia da representação, cooptada pela agenda partidária e/ou exigências globais, falta de coragem política ou primado dos mercados.

As iniciativas legislativas populares materializam a possibilidade direta de manifestação do eleitorado de propostas legislativas. Contribuem para a diversidade

das práticas políticas provenientes da sociedade civil, conseqüente enriquecimento da abrangência democrática e aperfeiçoamento dos instrumentos de governabilidade.

O estudo do caso da Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) com vista a uma lei contra a precariedade é exemplificativo.

Não sendo a primeira a ILC com vista a uma lei contra a precariedade reveste-se de uma importância acrescida em virtude de 1) a desvalorização do fator trabalho ser uma das principais insatisfações da sociedade civil portuguesa na atualidade 2) a utilidade do seu contributo em torno das questões da precariedade e 3) esta ser uma consequência direta da marcante mobilização de 12 de março, uma vez que usou as sinergias geradas por esse momento.

Promovida por organizações contextualizadas na tipologia dos “novíssimos movimentos sociais”²⁷, culminar de uma sequência iniciada pelos “velhos” movimentos sociais (camponeses, operários), a que se sucedem os “novos” (a partir da década de 60 do século XX), esta ILC torna claro que a emergência de experiências participativas tem um impacto positivo na qualidade da democracia. Embora a Lei nº 63/2013 não respeite na íntegra a Iniciativa Legislativa de Cidadãos com vista a uma lei contra a precariedade é um esforço conjunto de que resultou legislação para um problema de difícil resolução. Projetos como a Iniciativa Legislativa de Cidadãos podem, assim, ser um elemento dinamizador da aproximação entre representantes e representados, possibilitando um diálogo mais construtivo e profícuo.

Motivada pela capacidade de mobilização dos “novíssimos movimentos sociais” portugueses a ILC é um contraexemplo para a habitual falta de resiliência destes, apresentando uma tónica pragmática capaz de contribuir para colmatar lacunas (legislativas) e para a resolução de problemas (laborais), ultrapassando a componente ilusória à base de uma dimensão paliativa de esperança que os céticos do contributo da sociedade civil costumam identificar como capacidade única e potencial exclusivo.

A ILC deixa antever as vantagens da democracia representativa ser complementada pela capacidade de iniciativa/intervenção e criatividade dos cidadãos,

²⁷ No entanto, a exigência de rigor suscita a dúvida de se quanto mais nos confrontamos com estruturas que se esgotam no âmbito das suas mobilizações mais nos afastamos da possibilidade de definir como movimento sociais.

uma vez que a cultura política democrática só é concebível mediante a incorporação desses contributos.

A qualidade da democracia beneficiará se forem atenuadas as desigualdades de expressão e participação dos grupos sociais com menor capacidade de recursos, organização e de influência, equilibrando a competição política. Se a relação entre sociedade civil, instituições, normas e práticas políticas for complementar e interativa.

Em suma, os mecanismos institucionais de participação cidadã, concretamente, aqueles que incidem sobre procedimento legislativo, como a ILC, contribuem para a qualidade da democracia ao permitirem articular publicamente as preferências/necessidades dos cidadãos, bem como, os argumentos imprescindíveis para a sua defesa norteando-se por princípios democráticos e em pleno respeito constitucional.

Estes dispositivos facilitam a coesão democrática, possibilitando uma relação de cooperação e não de desconfiança entre representantes e representados, ao comungarem do mesmo objetivo: o bem comum.

Uma democracia avançada beneficiará da superação do antagonismo entre a democracia representativa e da democracia direta aproximando-se de uma democracia participativa funcional, baseada não exclusivamente no contributo das instituições representativas tradicionais mas, também, na participação política dos cidadãos e na idoneidade dos mecanismos que permitem a estes canalizar adequadamente a sua participação.

A maior participação dos cidadãos contribui para o fortalecimento de instituições e da *performance* do governo democrático dos países.

É um aliado importante do legislador ao denunciar aspetos da realidade social carecendo de regulação ou de reorganização do regime jurídico, contribuindo para um *policy making* mais efetivo e equilibrado.

Uma cultura política democrática só é concebível mediante a incorporação de contributos originados nos cidadãos e quando estes são importantes para a definição de políticas públicas, possuindo o seu envolvimento a capacidade de influenciar, vetar e determinar as decisões. A qualidade da democracia passa, em última análise, pela redefinição de uma geometria política em que as minorias passam a ter ressonância.

Em Portugal a mobilização social libertou-se da tutela partidária e sindical, com ciclos e contraciclos, não suportada por modelos organizativos consistentes autónomos e permanentes, emergindo na sociedade civil.

Herdeira das limitações procedimentais e formais das suas congéneres a morosidade e burocraticidade inerente à ILC poderão ser entendidos como sintoma de falta de abertura política ou manifestar uma necessidade de agilização dos processos sob risco de transformar o mecanismo numa quimera constitucional.

Bibliografia

- ACCORNERO, Guya e Pedro Ramos PINTO, 2014, 'Mild Mannered'? *Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013*, West European Politics, [DOI:10.1080/01402382.2014.937587](https://doi.org/10.1080/01402382.2014.937587)
- ANHEIER, Helmut K.; TOEPLER, Stefan; LIST, Regina (Eds.), 2010, *International Encyclopedia of Civil Society*, New York, Springer.
- ANHEIER, H. K., 2007, *Civil society and the convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions*, 2005. Paper prepared for the UNESCO Secretariat, Paris.
- ANHEIER, H. K. & ISAR, Y. R. (Eds.), 2007, *Conflicts and Tensions. Cultures and Globalization Series*, 1. London, SAGE.
- BAKER, Gideon & CHANDLER, David (Eds), 2005, *Global civil society – Contested futures*, London, Routledge.
- BAKER, Gideon, 2002, *Civil Society and Democratic Theory: Alternative Voices*, New York, Routledge.
- CAMPBELL, Heather M. (Ed), 2010, *The Britannica guide to political and social movements that changed the modern world*, New York, Britannica Educational Publishing, Rosen Educational Services.
- COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew, 1992, *Civil Society and Political Theory*, New Baskerville, MA, MIT Press.
- DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mario, 2006, *Social Movements - An Introduction*, Oxford: Blackwell Publishing.
- DIAMOND, L., 1996, "Rethinking civil society: Toward democratic consolidation" in L. Diamond & M.F. Plattner (Eds.), *The global resurgence of democracy*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press: 227-240.
- EDWARDS, B. & FOLEY, M. W., 1998, "Civil society and social capital beyond Putnam", *American Behavioral Scientist*, 42(1): 124-140.
- ESTANQUE, Elísio, 2012, "Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média", *Revista ENSINO SUPERIOR* – Revista do SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior, n.º 43: 28-37.
- ESTANQUE, Elísio, Hermes Augusto COSTA, and José SOEIRO, 2013, "The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case", *Journal of Social Science Education*, 12:1, 31-40.
- ESTANQUE, Elísio & COSTA, Hermes Augusto, 2014, "Trabalho, precariedade e rebeliões sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 103.
- FERNANDES, Tiago, 2014, *Sociedade Civil*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE, Sarah A. (Eds), 2010, *The Diffusion of Social Movements: Actors, Mechanisms, and Political Effects*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GLASIUS, Marlies; LEWIS, David; SECKINELGIN, Hakan (Eds.), 2004, *Exploring Civil Society - Political and cultural contexts*, New York, Routledge.

- GRUGEL, J., 2003, “Democratisation Studies Globalisation: the Coming of Age of a Paradigm”, *British Journal of Politics and International Relations* 5, 2: 258-283.
- GUTMANN, A. 1998, “Freedom of association: An introductory essay” in A. Gutmann (Ed.), *Freedom of association*, Princeton, NJ, Princeton University Press: 3-32.
- JIMÉNEZ, Aitor Martínez, 2012, *La Iniciativa Legislativa Popular como instrumento de participación ciudadana en el siglo XXI*, Madrid: Fundación IDEAS.
- JOHNSTON, Hank & KLANDERMANS, Bert (Eds.), 1995, *Social Movements and Culture, Protest, and Contention*, Volume 4, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LOFLAND, John, 2009, *Social Movement Organizations: Guide to Research on Insurgent Realities* (Social Problems and Social Issues), New Brunswick, Transaction Publishers.
- PUTNAM, R. D., 1993, *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- , 2000, *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- SCHMITTER, Philippe C. & KARL, Terry Lynn, 1996, “What democracy is ... and is not” in , Larry Diamond & Marc F. Plattner (Eds.), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore e Londres, John Hopkins University Press.
- SCHWAB, Klaus, 2013, *The Global Competitiveness Report 2013-2014*, Geneva, WEF.
- SHIGETOMI, Shinichi & KUMIKO, Makino (Eds.), 2009, *Protest and Social Movements in the Developing World*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- SKOCPOL, T., 2004, “Diminished democracy: From membership to management” in *American civic life*, Norman, OK, University of Oklahoma Press.
- SKOCPOL, T. & FIORINA, M. P. (Eds.), 1999, *Civic engagement in American democracy*, Washington, DC, Brookings Institution Press and the Russell Sage Foundation.
- SMISMANS, Stijn (Ed.), 2006, *Civil Society and Legitimate European Governance*, Cheltenham, Edward Elgar.
- SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter, 2004, *The Blackwell Companion to Social Movements* (Blackwell Companions to Sociology), Malden, MA, Blackwell Pub.
- TILLY, Charles, 2004, *Social Movements 1768- 2004*, Boulder, CO, Paradigm Publishers.
- TOCQUEVILLE, A., 1969 [1835], *Democracy in America*, G. Lawrence (Trans.), J. P. Mayer (Ed.). Garden City, NY, Doubleday, Anchor Books.
- , 2004, *The Global Legitimacy Game - Civil Society, Globalization and Protest*, New York, Palgrave.
- WELDON, S. Laurel, 2011, *When protest makes policy - How Social Movements Represent Disadvantaged Groups*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.

Post-political elements in the Portuguese anti-austerity discourses

Jonas Van Vossole

In the past few years, the deep social crisis severely shattered the previously existing consensus on the existing liberal electoral democracy in austerity-ridden Europa. In previous work (Van Vossole, 2014; Van Vossole & Castro, 2014) I have tried to explain the crisis of democracy in Portugal as a divergence of different models and discourses about democracy in the Portuguese society. An important part of this divergence was provoked by the contestation of electoral, representative democracy, by the large number of new social protest movements that rose from the ashes of the continuing crisis and reclaimed “True democracy”. This epistemological opening around the concept of democracy – a situation of demodiversity the peaceful or conflicting coexistence [...] of different models and practices of democracy” (Santos, 2005, p. lxiii) – is an important element for having the possibility to re-articulate the discourses about democracy in a counter hegemonic model, able to mobilize resistance for an anti-capitalist alternative. In this article, however I want to address the problematic postpolitical elements of the discourse about democracy of these new social movements. Their parallelism with the dominant discourse about democracy makes parts of the protest-discourse prone for a re-articulation with dominant depoliticized discourses about democracy. Conscience about these elements is thus crucial to safeguard the critical possibilities of these movements and to build a contra-hegemonic narrative that challenges the power-position of the post-political and technocratic discourse of neoliberal democracy in the austerity context. First this paper shall discuss the concept of depolitization and post-politics and how this is part of the dominant neoliberal ideology. Then we will discuss how this post-political elements are reflected in the discourses of the new protest movements in Portugal. Finally we will discuss how these post-political elements are problematic, both in the analysis as in the presented solutions according to the post-political discourses.

The Post-Political democracy

The dominant, neoliberal discourse about democracy is based upon electoral representative conception, limited by a liberal division between public and private space. Democracy is narrowed down to the electoral act by which citizens every 4 to 5 years have the right to choose their representatives from recognized political parties. Those representatives have then the right to conduct “responsible” policies; but their area of power is increasingly limited by the primacy of the market in ever increasing areas of social life. In the case of the European countries under Troika governance, these limitations have been brought to their limits; through the limitation of political sovereignty by globalization, the agreements with the troika and the power of financial markets due to their influence on state finances and debt.

Based upon Slavoj Žižek, Jacques Rancière and Chantal Mouffes (1994, 2005) conception of the Political, Swyngedouw (2009, p. 613) sums up the elements characterizing a post-political conception of post-democracy: 1. The externalization of problems which are integral/inherent to the relations of Global neoliberal capitalism, while side-effects are portrayed as a total threat. 2 populist politics that elevate the interest of an imaginary “the people” to a universal level and therefore foreclosing the “opening spaces that permit the universalizing of the claims of particular groups or classes”. 3 the ‘enemy’ or the target of concern is continuously externalized and disembodied. The ‘enemy’ is always vague, ambiguous, unnamed and uncounted and, ultimately, empty. 4. The target of concern can be managed through a consensual dialogical politics and, consequently, demands become depoliticized and politics naturalized.

In the discourses that will follow, this paper critically analyses the ways how the concept of democracy is rearticulated in the post-crisis period show elements of such “depoliticization”. Depoliticization or post-political is here used as a container concept which according Swyngedouw (2009) means “a reduction of the political, it evacuates if not forecloses the properly political and becomes part and parcel of the consolidation of a postpolitical and postdemocratic polity”. This container contains

overlapping categories, both Anti-party¹, which reduces the possibility of organized antagonistic collective struggle, and Anti-political and Post-political discourses, that mainly concern the dissociation between politics and disagreement. (Clarke, 2012)

The protest-movements' discourses

A selection has been made with six of the “newest” social protest movements that surged in the post-crisis period, including Movimento Geração á Rasca (2011 - GR), Movimento 12 Março (2012 - M12M), Acampada de Lisboa (2011 - AL), Indignados de Lisboa (2011 - IL), Acampada de Coimbra (2012 - AC) and Que Se Lixe a Troika (2013 - QSLT). All 6 are characterized by the fact that they emerged as protest movements against the crisis and the austerity policies and that they were independent of the “old way of doing politics” that is to say, independent of trade-unions and political parties.

These movements have been pluralistic, involving people from a wide array of political and social backgrounds society. Some had been active in political organizations and trade-unions for years, but more had their first time experience in broad mobilizations. Many of them had overlapping participations, and the ideas that came out of the assembly movements varied according to the organizational relations inside; some being dominated by organized political groups, others by discourses of experienced individual activists.

The ideas and discourses reflected by such a heterogeneous multitude of people are thus in themselves very heterogeneous, both in discourses as in personal composition. Some of them, such as the Geração á Rasca, Movimento 12 de Março or Que Se Lixe a Troika have known huge demonstrations, but were organized by a relatively small group of activists, while other – assembly – movements, such as Acampada de Coimbra, Acampada do Rossio and Indignados de Lisboa have been much smaller; involving more horizontal debates among participants, and have had fluctuant participation.

¹ A deeper analysis of how anti-party discourse is part of the anti-political / depoliticized discourse will be developed elsewhere.

If we consult the founding manifestos of these movements, all have made claims about democracy; in some way of the other contesting the democratic character of the government and Troika imposed policies. The only exception here is Geração á Rasca – which was initially focused on the rights of the young generation without a future. But as the movements' mobilization quickly became a vehicle of wider protests, the claim of “democracy” became part of the discourse of its sequel Movimento 12 de Março; something which is clearly stated in the latter Manifesto: “Struggling (á Rasca) and outraged (Indignados) but with proposals: we were more than 500.000 - This was the day when we claimed: We are the democracy”.

Most of them presented explicit political and traditionally leftwing and anti-capitalist aims, in particular an opposition to Troika and austerity (AL, M12, QSLT) and against the law of markets governing Portuguese society (AL, IL, M12, AC, QSLT) and in defense of 25 April (M12M). The rest of this paper however, will concentrate on the discursive conceptions of democracy that could be addressed as post-political. I do not claim that these presented elements are a representative reconstruction of the ideas of the newest social anti-austerity movements, the politicized elements are as important. But addressing and criticizing these selected depoliticized conceptions of democracy – which have been moreover been considered enigmatic for these kind of movements internationally – is an important step to understand “dangers” of being coopted by mainstream capitalism-legitimizing discourses and continue a practical critique of neoliberalism through the mobilization of similar social movements that reclaiming democracy against neoliberalism and capitalism.

The 6 movements could be divided in 2 categories; the broad mobilizations and the smaller assembly movements. The broader mobilizing movements such as GA, M12M and QSLT were themselves organized by a smaller group of activists, many of them coming from a background of organized social movements and political organizations. QSLT for example united various activists the Left Block and the Communist Party. The manifestos of these movements show considerably less “anti-political” or “anti-party” statements. It is nevertheless remarkable that none of these three manifestos explicitly mentions the traditional political forms of organization and representation, such as parties and trade-unions. This absence is in itself a significant

part of political discourse – and can be seen as representing a general anti-political and anti-party mood in society.

In these three manifestos a particular importance is given to the participative dimension of the democratic imaginary which of time becomes more “politicized”: In the case of GA this happened in a rather “naïve” depolitized context - which explains why the movement got support from people and movements on the oppositional right – in particular the JSD, and even the extreme right. The Geração á Rasca manifesto had the title “nonpartisan², secular and pacific mobilization” and states: “We protest so that all the responsible people for our actual situation of uncertainty – politicians, employers and ourselves – act together for a quick change of this reality, which has turned up to be unsustainable... We protest for a solution and want to be part of it”. In the following manifesto of the M12M, this changed; the manifesto changed to: “The policy-makers have not listened to us!”, and the renewed appeal for “civic participation” becomes one in which democratic participation becomes a protest activity against the policy-makers instead of with them; in which democracy is reclaimed through this activity: “Democracy is what we make from it”. No mentioning of any political organized structure or practice of representation though.

This is different in the manifesto of QSLT – whose organizing committee, as mentioned before included “hidden”³ activists of the PCP and the Left Bloc. It presents itself as “a place of encounter of the various democratic anti-troika currents”. Nevertheless it is cautiously stating “We don’t have the pretension of representing organizations or social sectors. We want to discuss and bring together initiatives with the aim of bringing down the government and all the future governments collaboration with the Troika-programs.”

In the three assembly movements the depolitical elements seems to be stronger. Of those three – the Acampada de Lisboa is the one which shows less elements of depolitization in its discourse, as among its members were many organized political party-activists; though also AL states: “We are not against politics but we do not represent any party or trade-union”. In both the assembly movements of Lisboa and Coimbra there was a struggle between those organized militants (coming from Bloco

² Translation from PT: “a-partidario”.

³ The fact that they need to remain “hidden” – and that the press “revealed” their identities equally says a lot about the general anti-party sentiment.

de Esquerda, MAS, Rubra, SR...) and organized and anarchistic activists who mistrusted any kind of organization, particularly the organized activists intervened as such in the meetings. The suspicion against party-political militants inside, a total disbelief in the legitimacy of electoral party-led democracy and widespread ideas of corruption of political organizations was reflected in the remaining manifestos.

In its “Manifesto Primavera Global Coimbra”, the *acampada de Coimbra* appealed for an “nonpartisan, secular and pacific mobilization” – repeating the slogan of *Geração á Rasca*; “we will occupy the squares to build it! We will remain on the squares to create places of debate, sharing and free expression, really democratic, in order to collectively built alternatives and delineate resistance strategies to the politics that bring more than 99% of the population to poverty while a very small minority gets increasingly richer.” Most anti-political and de-political elements however come in the manifesto of “*Indignados de Lisboa*”, an assembly movement which surged as a split from the *Assembleia do Rossio*. It presents itself as follows: “This movement is open, nonpartisan and non-violent, with a horizontal structure and without leaders. We condemn in a clear way the political, economic and social system. We refuse to be slaves and hostages of a privileged and corrupt political class, an electoral system closed for the people and a markets-economy without rules nor ethics, leaving us unprotected and voiceless.”

They defend a “True democracy” based upon Participative practices, combined with an electoral reform that has the goal of breaking the electoral monopoly of parties, ending the “privileges of the political class” (pensions, immunities), making elected positions revocable and binding electoral promises, only open to change through referenda. Arguing against corruption and favoring of private and financial interests, they emphasize the importance of transparency. This task of “Refounding democracy, building another more just and solidary world” is one that is a responsibility for “us all”, as “the future belongs to us all, to our grandparents and parents, and particularly to our children”.

Critique of the post-political discourse

Typical for these movements is that they appeal to a non-ideological political subject – they are movements of “persons” instead of people with a party or ideological affiliation. “We – citizens” (AL) often followed by a broad summing up of different identities where anyone can be part of, is something which comes back in different forms in the Manifestoes of AL, GR, M12M and IL... In IL this becomes “We are common people, people with duties, rights and duties, people that wake up every morning to study, work of search for work”. This reflect the Spanish 15M critique of Ideology as the "old way of doing politics". (Garcia, 2014, p. 208; Perugorría & Tejerina, 2013, p. 433) Such an approach to ideology assumes that it is a fixed body of ideas and values that frames the world; such as would liberalism, socialism, fascism, etc. Based upon the political distrust of citizens and the mistrust for and between present political organizations, this reflects a social consensus that ideologies have failed and we would need some kind of non-ideological resistance; beyond left and right, beyond culture, beyond class. This is problematic because this perception about ideology within the indignado movement is clearly a reflection of the mainstream post-modern capitalist ideology itself. It reflects the post-1989 belief that we would be past the “Big stories of the XXth century”; somehow we would be accepting the end of ideology. At the moment when Global capitalism is confronted with its biggest crisis in 80 years it seems that the left has in some way become what Slavoj Žižek (Žižek, 2009, p. 88) has called more Fukuyamaist than Francis Fukuyama (2006) himself.

To the question “do these movements have an ideology?”(Garcia, 2014) one can only answer with “yes”; as even if it doesn't, it does. Ideology refers to the medium through which consciousness and meaningfulness operate; to how human beings live their life as conscious actors, making sense of their own actions and those of others. (Therborn, 1999, p. 2) To exist as a subject and to mobilize, a subject needs ideology to give meaning to his/her material conditions. Without ideology the indignado's would not exist. Ideology is the only way of recognizing - to have knowledge of a material situation, to measure it - to create difference with, to compare - with ideas of other material situations; and to transform it. Ideology is needed to link the contradictions of the economy – unemployment, degrading living conditions, loss of

public services – to the idea that things should not be as they are, and start to search for the causes of the material conditions, problems of the governance structures.

The question thus rather becomes “which ideology”. Here the assertion the self-assertion that the new social movements would be beyond ideology becomes really problematic. It is a well-known paradox about ideology within the academic literature about ideology – such as defended by Slavoj Žižek, Göran Therborn, Eric Swyngedouw and others – that “the non-ideology” or “apolitical position”, is not only “an ideology”, but it is “the ideology” of our time. The power of ideology achieves its highest point, the hegemonic position of an ideology, exactly when its subjects do not recognize it anymore as ideology, but as unquestioned “truth”.

While the austerity movements were thus a reaction to the global capitalist crisis and neoliberal policies – and elements of this anti-capitalist and anti-austerity critique are present in the discourse – the discourse also still reflects elements of the neoliberal post-modern hegemony. At the core of this discourse about democracy lies an idea that it blames “politics” for the crisis and “mismanagement”. Ironically, “politics”, here is equalized to rather private matters such as corruption, careerism and “politique politicienne”, personal conflicts between parties and politicians that would disregard the common good, or what Chantal Mouffe (1994) conceived as “la politique”; a depoliticized, unpolitical, domesticated politics. By blaming “politics” for the crisis while conceptualizing “politics” the way it does, it de facto depoliticizes the causality of the crisis. By concentrating on matters of corruption and mismanagement of the political leaders, it leaves out the structural causes of the crisis, the contradictions of the capitalist economy, the structural imbalances of the Eurozone and the neoliberal design of the European Union, etc.⁴

Linked to such a conceptualization of crisis and democracy are the proposed solutions. These new movements haven often been accused of offering no concrete political alternatives.⁵ In his analysis of the post-cold war protest movements Boaventura Sousa Santos (Bonet, 2010) had already explained that in detriment of

⁴ This reflects and reproduces the North-European racist framing of the Southern populations, as described in earlier work (Van Vossle, 2012). Addressing the “political culture” ultimately is an example of what Wendy Brown called the culturalization of politics; the racialization of a people, stripping it of its social and historical context, class-relations, contradictions, etc.

⁵ Slavoj Žižek support this as critical: “Better to do nothing than to engage in localized acts whose ultimate function is to make the system run more smoothly. The threat today is not passivity, but pseudo-activity, the urge to “be active”, to “participate”. (Žižek, 2009)

any “real alternatives” to the capitalist system, since real socialism collapsed in 1989, anti-capitalist protest movements had resorted to the rather vague demand of “more democracy”. That is exactly what these new movements did. The political-economic crisis, which results in a legitimacy crisis of the capitalist governance structures, is framed as a crisis of representative democracy: representatives of the people do not really represent the people, but are caught in personal careerism, party-discipline, corruption and lack of power to control the financial markets. As an answer to this “problem”, the movements have tried to give the empty democratic signifier (Žižek, 2009) an emancipatory meaning by claiming its participatory dimension. Democracia Real Ya (real democracy now) came to mean “participatory democracy” – a demand linked to the very participative horizontal practices that characterized these new assembly movements – and became the primary slogan of the 15 M indignado movement in Spain, serving also as an inspiration in Portugal.

Despite its pretended emancipatory goal, participatory democracy also does not have an inherent social meaning/ideological interpretation aligned to material interests. This is exemplified by the fact that the participatory idea since the end of the 1990’s has been recuperated by the World Bank, and made it into a cornerstone of neoliberal economic “structural” reforms and “development” projects in the form of “participatory budgets” and “participation of the stakeholders”. Participative democracy thus remains a historically and socially disputed concept that awaits for a hegemonic interpretation, one which could have perfectly been part of Austeritarian interventions of the Troika in the PIGS; as part of “good governance practices”.

Conclusions

The purpose of this paper was to discover the post-political elements in the discourse about democracy of the new social protest movements against austerity. It analyzed the manifestos of 6 of the most representative movements in Portugal and selected the elements that could reflect anti-political ideas. This include the silencing or the distancing of parties and politicians in general in those texts and the conception of the “personal” and “trans-ideological” subject. We have problematized anti-political elements in the discourses that framed crisis, that framed their own practices,

as well as in the proposed participative solutions for the crisis. The anti-ideological and anti-political elements are de facto political and are a reflection of the neoliberal post-political post-democracy.

This paper only concentrated on these post-political elements. This does not mean that there are no politicizing elements as well. In fact, we have seen that politically organized activists since the beginning in 2011 have been trying to politicize the anti-austerity movements. Many times it happened with bad strategies – such as numeric control – and to a limited success; but still the anti-austerity discourse seemed to win from the post-political populist discourse. The later movements such as QSLT and its sequels have tended to articulate with the politically organized left of parties and trade-unions and to present ever clearer an anti-neo-liberal agenda. In Greece and Spain these movements have even given rise to huge electoral successes of Syriza and Podemos. The overcoming of the post-political elements – such as a technocratic approach of the debt-question – and the distrust between and for parties and movements of the left in a clear unified discourse and practice against the neoliberal and technocratic European policies, will be crucial to have a similar success in Portugal.

Bibliography

- Acampada de Coimbra, 2012, “Manifesto Primavera Global”. Recuperado de <https://www.facebook.com/events/220132834764631/>
- Acampada de Lisboa, 2011, “Manifesto”. Recuperado de <https://acampadalisboa.wordpress.com/2011/05/27/as-ruas-sao-nossas/>
- BONET, A. J. A., 2010, “La democracia revolucionaria, un proyecto para el siglo XXI (Entrevista a Boaventura de Sousa Santos)”, *Revista internacional de filosofía política*, 35: 117-148.
- CLARKE, N., 2012, “Urban policy mobility, anti-politics, and histories of the transnational municipal movement”, *Progress in Human Geography*, 36(1): 25-43.
- FUKUYAMA, F., 2006, *The end of history and the last man*. Simon and Schuster.
- GARCIA, R. D. 2014 (novembro). “Does the Spanish 15M have an ideology? Issues of method and measurement”, *Athenea Digital*: 199-217.
- Geração à Rasca, 2011, “Manifesto”. Recuperado de <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>
- Indignados de Lisboa, 2011, “Manifesto”. Recuperado de https://www.facebook.com/IndignadosLisboa/info?tab=page_info
- MOUFFE, C., 1994, *Le politique et ses enjeux: pour une démocratie plurielle*. Cambridge University Press.
- , 2005, *On the political*. Psychology Press.
- Movimento 12M, 2012, “Manifesto”. Recuperado de <http://www.movimento12m.org/?q=manifesto>
- PERUGORRÍA, I. & TEJERINA, B., 2013, “Politics of the encounter: Cognition, emotions, and networks in the Spanish 15M”, *Current Sociology*, 61(4): 424–442.
[doi:10.1177/0011392113479743](https://doi.org/10.1177/0011392113479743)
- Que Se Lixe a Troika, 2013, “Manifesto”, Recuperado de <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/2013/01/manifesto-20012013.html>
- SANTOS, B. de S., 2005, *Democratizing democracy: Beyond the liberal democratic canon*. Verso, New York.
- SWYNGEDOUW, E., 2009, “The Antinomies of the Postpolitical City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(3): 601-620. [doi:10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x)
- Therborn, G., 1999, *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. Verso.
- VAN VOSSOLE, J., 2012, *Blaming PIGS; culturalisation of politics and neocolonialism in the EU*.
- , 2014, “Divergent narratives on democracy in the Portuguese social conflict: A dialect materialist approach”, *Cabo dos Trabalhos*, 10: 1-17.
- VAN VOSSOLE, J., & CASTRO, B. I., 2014, “Narrativas divergentes sobre a democracia no conflito social português – o caso da privatização da água” in A. Aragão, G. Bester & G. Hilario (Orgs.), *Direito e Ambiente para uma Democracia Sustentável - Diálogos Multidisciplinares entre Brasil e Portugal*. Curitiba: Instituto Memória.

ŽižEK, S., 2009, *In Defense of Lost Causes*. London; New York: Verso.

———, 2009, *The parallax view*. Cambridge, Mass.; London: MIT.

Intervenção cultural e educação popular

**As associações de educação popular e a Revolução portuguesa.
A educação e a cultura como ferramentas de participação política
(1974-1976)**

Pierre Marie

No dia 26 de Abril de 1974, o editorial do jornal *Le Monde* questiona "E agora...?", em relação à situação portuguesa. Esta pergunta parece traduzir a abertura das possibilidades que representou a queda do regime autoritário no dia 25 de Abril de 1974. A Revolução portuguesa constituiu, de facto, um momento de emergência de um novo projecto político, intimamente ligado às problemáticas pedagógicas e culturais. Esta comunicação tem como objectos as experiências de educação popular que nasceram no seio do movimento associativo a partir de 1974 e procura enquadrar as actividades das associações de educação popular no contexto mais geral do processo revolucionário português.

Durante as décadas de 1960 e 1970 ocorreu uma profunda renovação da educação popular, movimento que ganhou novos conteúdos num contexto de procura de alternativas revolucionárias, de desenvolvimento de experiências de autogestão e de emergência do tema da Revolução cultural. A procura de alternativas ao sistema soviético é então patente no Maio de 1968 em França, na Primavera Checoslovaca ou ainda na emergência de um Terceiro-Mundo no palco político internacional. Os anos 1970 vão também ser de uma grande riqueza na crítica à educação tradicional e na definição de novas linhas pedagógicas. Ivan Illich critica assim o monopólio da instituição escolar nos processos de educação em *Sociedade sem escolas* e Paulo Freire define a necessidade de desenvolver uma *Pedagogia do oprimido* baseada nas aprendizagens colectivas e na promoção das culturas populares. Estas novas linhas educativas têm claras ligações com um projecto político de emancipação.

A Revolução portuguesa surge nesse contexto de mudanças e apresenta uma clara novidade política e educativa. Segundo o jornalista Christian Rudel, Portugal

aparece então como um "laboratório político" (Rudel, 1980:305). A queda do regime salazarista e dos seus importantes meios repressivos, bem como a ausência de um novo poder unificado permitiu uma abertura das possibilidades políticas e o desenvolvimento de experiências locais de educação popular. O surgimento de fortes mobilizações sociais em Portugal, entre 1974 e 1976, é uma das características essenciais do processo revolucionário e permite explicar o importante eco internacional da Revolução dos Cravos. A criação de órgãos de poder popular nos vários sectores da sociedade portuguesa permitiu uma democratização da sociedade e concretizou a reapropriação de uma palavra política por parte de populações até então marginalizadas.

Queríamos começar por mostrar a ligação íntima que existe entre a política e a educação durante o período revolucionário. O movimento do poder popular contém, em si, uma importante carga pedagógica. Os órgãos democráticos que se desenvolveram na base da sociedade portuguesa constituíram importantes espaços de aprendizagens não formais, a partir da organização das populações. Gostaríamos depois de dar alguns elementos de caracterização das associações de educação popular e das suas actividades durante o período revolucionário. Por fim, a redefinição do novo aparelho de Estado que acompanhou o crescimento do movimento associativo será objecto duma última parte. A postura do Estado era a de dar respostas às experiências desenvolvidas e de incentivar as iniciativas das populações.

O conteúdo pedagógico do processo revolucionário português

Uma revolução política origina sempre grandes mudanças no âmbito cultural e educativo, com o objectivo de romper com um antigo regime, de criar uma educação nova ou ainda de permitir a consolidação dos princípios revolucionários. No Portugal salazarista, a educação e a cultura foram postos de lado e em 1974, o país encontrava-se numa situação particularmente drâmica, com taxas de analfabetismo em média superiores a 25%, grandes desigualdades no acesso ao sistema educativo e baixos investimentos na educação.

A democratização da sociedade portuguesa implicou assim o desenvolvimento

de acções para reduzir o analfabetismo e permitir às populações ter um papel activo na definição do novo regime democrático. As campanhas de alfabetização desenvolvidas por organizações de estudantes, o Serviço Cívico Estudantil (Almeida, 2009) ou ainda as Campanhas de Dinamização Cultural do Movimento das Forças Armadas (Oliveira, 2000) são exemplos das preocupações educativas dos principais actores da revolução. Mas, ao lado destas grandes iniciativas, existe todo um conjunto de experiências locais que são o resultados das mobilizações das populações. O movimento do poder popular desenvolve-se na base da sociedade portuguesa, com o nascimento de Comissões de moradores nos bairros e nas aldeias, de Comissões de trabalhadores no seio das empresas, com a criação de cooperativas de produção e de consumo ou ainda com a fundação de associações populares.

A queda do regime autoritário e dos seus meios repressivos deixou um espaço aberto para o crescimento das organizações populares de base. Estes órgãos resultam da mobilização das próprias populações, a partir das necessidades sentidas e numa base colectiva e democrática. O objectivo é o de concretizar a queda do regime autoritário e de perspectivar as novas possibilidades políticas. O projecto político do poder popular aproxima-se da noção de autogestão, com a finalidade de conjugar o socialismo e a democracia, no seio do novo regime político (Namorado, 1986). Esta democracia de base seria assente na organização dos cidadãos nos bairros, nas empresas e nos outros sectores da vida social. Este movimento de base representou uma novidade política e, a nosso ver, a verdadeira essência do processo revolucionário português.

O surgimento de um projecto de educação popular durante este período está intimamente ligado à criação dos órgãos de poder popular. Nascidos da mobilização das populações para mudar colectivamente as suas vidas, estas organizações de base tiveram um papel preponderante nas dinâmicas educativas e permitiram uma aprendizagem da democracia. A constituição e a gestão de uma cooperativa, a organização de assembleias gerais, o debate dos problemas quotidianos e as suas resoluções têm claros conteúdos educativos. É através da participação e da democracia de base que estes movimentos potenciam aprendizagens colectivas e não-formais.

Existe uma interdependência forte entre o poder popular e a educação popular. A participação numa experiência de poder popular potencia aprendizagens não-

formais num contexto colectivo. Por sua vez, a educação popular capacita as populações para uma intervenção nos processos políticos. A educação popular e a participação política permitem uma reflexão sobre a realidade social e o desenvolvimento de ferramentas para transformar essa mesma realidade.

Neste contexto, parece impossível desligar a educação popular do projecto político de poder popular. A democratização da educação e da cultura foram assim reivindicações constantes das Comissões de trabalhadores e de moradores. Os dois movimentos vão se reforçar um ao outro. Num artigo publicado em 1976, o jornalista Afonso Cautela estabelece uma ligação clara entre estes dois movimentos, escrevendo que

"a iniciativa, a capacidade de organização e decisão, o saber estar e dialogar com camaradas, o cívico comportamento democrático numa assembleia de bairro ou num plenário de trabalhadores [...] são condições sine qua non para que o poder popular avança" (Cautela, 1976).

O conteúdo pedagógico do processo revolucionário português tem que ser percebido de uma maneira ampla, em articulação com as mobilizações sociais que surgem então. As associações de educação popular que se desenvolveram na base da sociedade portuguesa representam um pilar deste novo projecto educativo.

O projecto das associações de educação popular

Ao longo do processo revolucionário nasce e cresce um novo projecto de educação popular com o objectivo de democratizar profundamente a sociedade portuguesa e permitir a capacitação política das populações. Este projecto educativo mobilizou as importantes experiências de resistência cultural durante o *Estado Novo* e cresceu com o desenvolvimento das associações de educação popular no país. É hoje complicado reconstituir dados estatísticas precisos sobre estas associações. Os registos do Ministério da Educação recenseavam mais de 700 associações de educação popular em Portugal em 1977 (Lima, 1986). Em 1979, um levantamento feito pela Secretária de Estado da Cultura e a Fundação Gulbenkian contabilizava mais de 4800 associações culturais, recreativas e desportivas no território nacional. A

partir destes dados e do nosso trabalho de campo, podemos levantar a hipótese da presença de vários milhares de associações em Portugal que desenvolveram actividades de educação popular durante o período revolucionário.

O ano de 1974 vem abrir uma nova fase para o movimento associativo, permitindo um grande crescimento do número de associações e uma revitalização das colectividades já existentes. As associações de educação popular são o resultado da vontade de resolver problemas concretos e os animadores, que permitem valorizar as aprendizagens colectivas fazem, muitas vezes, parte da comunidade. Não existe porém uma rutura fundamental entre o animador e os participantes nas actividades educativas e culturais. O envolvimento numa associação popular representa, em si, uma grande fonte de aprendizagem, através da gestão colectiva e democrática. Estas associações vão assim contestar o monopólio da escola na educação e desenvolver todo um conjunto de actividades em ligação com as necessidades locais.

A alfabetização constituiu, muitas vezes, um primeiro passo numa experiência nova de aprendizagem. Não se tratou apenas de ensinar de maneira formal a ler e a escrever, mas de construir colectivamente novas ferramentas de comunicação e de participação política. O método de Paulo Freire, baseado na definição de palavras-geradoras, foi aplicado em larga escala em Portugal. Um levantamento do meio deve ser conduzido para fazer emergir as palavras mais ligadas à vida quotidiana das populações. É a partir destas palavras que vai se conduzir a alfabetização, com momentos de reflexão sobre o seu significado na vida das populações. No entanto, a importância das actividades de alfabetização não deve esconder a carácter plural do projecto de educação popular.

A animação sociocultural constituiu um outro sector de actuação para as associações locais. Pode ser vista como o seguimento da alfabetização e permitir consolidar as aprendizagens. Nas associações, as actividades de animação sociocultural podem tomar formas múltiplas, consoante as necessidades e vontades das comunidades. A organização de sessões de cinema ou de debates, a receção de grupos de teatro ou de música, ou ainda a publicação de jornais dinamizam momentos de reflexão e de partilha. Estas iniciativas colocam a educação e a cultura ao serviço da participação política e da procura colectiva de soluções para os problemas deixados pelo regime salazarista.

O teatro representou um elemento central na vida de numerosas associações no

Portugal desse período. As secções de teatro amador nas associações fizeram a promoção de um teatro popular, enraizado no contexto revolucionário e no questionamento das condições de vida das populações. O teatro constitui um elemento de aprendizagem dupla: em primeiro lugar no seio do grupo que o faz e em segundo lugar no diálogo entre este mesmo grupo e o público. A peça permite assim pôr em questão a realidade e definir novas formas de organizações sociais. O Teatro do Oprimido de Augusto Boal e o Teatro Operário de Helder Costa serviram de referências a estes grupos amadores.

Finalmente, o desporto mobilizou grande parte das actividades das associações locais. O período autoritário originou grandes desigualdades de acesso à prática desportiva e às infraestruturas. As associações recreativas, culturais e desportivas têm um papel importante na democratização do desporto em Portugal. As actividades desportivas, colectivas por natureza, permitem a promoção de valores sociais e representam um elemento de democratização da sociedade. A Direcção-Geral dos Desportos, num manual de futebol publicado em 1975, define assim o desporto "*como meio de democratização, capaz de ser utilizado como um meio de intervenção política, desde que subordinado aos princípios básicos [...] da democracia*" (Direcção-Geral dos Desportos, 1975).

O período revolucionário ofereceu uma oportunidade para repensar a educação e a cultura em Portugal. Um projecto de educação popular, plural e assente nas associações locais, permitiu acompanhar e possibilitar a democratização da sociedade. Estas actividades resultaram da mobilização dos grupos e animadores locais e visaram a capacitação das populações. Este projecto de educação encontrou nalguns sectores do novo aparelho de Estado um parceiro para o desenvolvimento de actividades de alfabetização e de animação cultural e desportiva. A reorganização do aparelho de Estado, no seguimento da queda do regime autoritário, permitiu construir mecanismos de apoio ao associativismo.

A Direcção-Geral da Educação Permanente ao serviço das associações

O dinamismo das organizações populares e do movimento associativo influenciou uma redefinição do modo de actuação do aparelho de Estado. Ao longo de

todo o processo revolucionário, existiu assim uma pluralidade de poderes entre os militares do Movimento das Forças Armadas, as forças políticas e os movimentos populares. Dentro do novo aparelho de Estado, alguns sectores organizaram-se para prestar apoio às associações locais. A Direcção-Geral da Educação Permanente (DGEP) constitui o caso mais paradigmático destas mudanças. Esta estrutura do Ministério da Educação, criada em 1972, conheceu uma primeira reorganização em Novembro de 1974.

A nomeação de Alberto Melo como Director-Geral em Dezembro de 1975 iniciou uma redefinição profunda da organização. As mobilizações associativas influenciaram uma nova maneira de actuar no seio da Direcção-Geral, que se tornou um catalizador e uma estrutura de apoio das associações de educação popular. Alberto Melo define então uma política de

"abrir as comportas à iniciativa popular, de lhe dar todo o apoio – humano e financeiro – necessário para que as massas, organizadas em torno de objectivos de produção e de organização social, possam experimentar as modalidades de ensino que melhor correspondam às suas aspirações e interesses" (Melo, 1975).

Um levantamento nacional das associações com potencial educativo é iniciado em 1976, com vista a melhor conhecer a realidade do terreno e as necessidades das colectividades. A Direcção-Geral ambicionou tornar-se um "*serviço de assistência técnica aos grupos de implantação local*" (Melo, 1976), fornecendo um apoio financeiro, logístico e pedagógico aos movimentos de educação popular já activos no país. Podemos interpretar esta postura como uma inversão da relação entre o Estado e as associações, verdadeiras promotoras do projecto de educação popular. Ainda durante o ano de 1976, a Direcção-Geral implementou subsídios para os grupos de educação popular e lançou uma campanha de recrutamento de animadores para dinamizar as associações. Em Julho de 1976, 90 animadores bolseiros são assim activos nas associações ao nível nacional.

Em Maio de 1976, um Decreto-Lei vem criar um estatuto formal de associação de educação popular. Este estatuto reconhece o valor educativo do associativismo e vem concretizar a política seguida pela Direcção-Geral da Educação Permanente. O estatuto contemplou as associações que desenvolviam actividades de carácter cultural e educativo, que organizavam cursos de educação de adultos e grupos que faziam a

promoção da história e do património local. O objectivo era reconhecer formalmente as aprendizagens e dar um conteúdo programático às diversas iniciativas do movimento associativo. A Direcção-Geral da Educação Permanente teve um papel preponderante na definição de uma nova postura do aparelho de Estado e no impulso ao movimento associativo.

Outras estruturas do aparelho de Estado conheceram uma evolução semelhante durante o período revolucionário. A Direcção-Geral dos Desportos (DGD) avançou assim na definição de um desporto popular, parte integrante das actividades culturais. O Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) fez a promoção do associativismo nas camadas mais jovens da população. Finalmente, deve-se referir também a Comissão Interministerial para a Animação Sócio-cultural (CIASC) que visava transformar profundamente os serviços públicos. Estas estruturas participaram na renovação do modo de actuação do aparelho de Estado, apoiando os movimentos de base. As associações eram então vistas como um potencial pilar de uma nova política educativa em Portugal.

Conclusão

Durante o processo revolucionário português surgiu um novo projecto de educação popular em ligação com o desenvolvimento de organizações de base nos vários sectores da sociedade portuguesa. As associações eram um elemento central na dinamização de actividades de educação popular e vão encontrar no novo aparelho de Estado, sobretudo na Direcção-Geral da Educação Permanente, um parceiro para desenvolver as suas actividades.

Com o progressivo fim do processo revolucionário e a institucionalização de uma democracia representativa, as associações de educação popular vão enfrentar um isolamento crescente. A DGEP sofre uma reorganização e programas de apoio às associações são suspensos. No entanto, as associações permanecem no terreno e adotam uma postura de resistência frente à normalização política. Com o recuo do Estado, o movimento associativo aparece como um elemento de continuidade deste projecto educativo em Portugal. Nas associações de educação popular, o 25 de Abril permanece como uma marca forte de referência política. A partir de 1977, as

associações de educação e os animadores culturais organizam encontros nacionais para tentar coordenar e estruturar as iniciativas locais.

Num discurso de comemoração do Xº aniversário da revolução, Maria de Lourdes Pintasilgo, figura que teve uma ligação próxima com os movimentos de educação popular, desenvolve uma leitura interessante do processo revolucionário, focando o seu significado cultural. Disse então a antiga chefe de governo:

"Se o 25 de Abril foi, na sua expressão estritamente militar, um golpe de estado, tornou-se imediatamente, na multiplicidade e na intencidade da sua expressão popular, um acto cultural. Acto cultural porque um povo ganha voz, porque passa a ter os meios de forjar o seu destino, de construir a sua historia" (Pintasilgo, 1985:4).

As associações de educação popular, que cresceram a partir de Abril de 1974, tiveram um papel fundamental neste *acto cultural* que constituiu a queda de um regime autoritário e o desenvolvimento de um processo revolucionário em Portugal. A emergência de um novo projecto de educação popular foi concebida como uma condição para o aprofundamento da democracia em Portugal.

Bibliografia

- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2009, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri.
- CAUTELA, Afonso, 1976, “Descolonização cultural – inovação pedagógica 2. Educação permanente e Poder Popular, condições para uma democracia em bom estado”, *O Século*, 24/02/76.
- DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS, 1975, *Manual elementar de futebol. Apoio ao futebol popular*, Lisboa, Ministério da Educação e da Cultura.
- FREIRE, Paulo, 1987, *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HAMMOND John L., 1988, *Building Popular Power. Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*, New York, Monthly Review Press.
- ILLICH, Ivan, 2003, *Une société sans école*, Paris, Éditions du Seuil.
- LIMA, Licínio, 1986. *Associações para o desenvolvimento no Alto Minho*, Viana do Castelo, Cronos.
- MELO, Alberto, 1975, “Reforma ou Revolução. Vão passar a coexistir duas concepções diferentes do ensino?”, *Diário de Notícias*, 11/07/75.
- , 1976, “Descolonização cultural – inovação pedagógica 1”, *O Século*, 23/02/76.
- MELO, Alberto & BENAVENTE Ana, 1978, *Expériences d'éducation populaire au Portugal 1974-1976*, Paris, Unesco.
- NAMORADO, Rui, 1986, “Em defesa de um projecto autogestionário (Cinco teses sobre o controlo da produção dez anos depois de Abril)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20: 471-479.
- OLIVEIRA, Maria Luísa Brandão Tiago, 2000, *O Serviço Cívico estudantil (1974-1977). Estudantes e Povo numa conjuntura revolucionária*, Lisboa, ISCTE.
- PINTASILGO, Maria de Lourdes, 1985, “Projectar Abril é...”, *Animador*, 2: 4.
- RUDEL, Christian, 1980, *La liberté couleur d'aillet. Histoire du XXème siècle portugais*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- STOER, Stephen & DALE, Roger, 1999, “Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo de Revolução portuguesa”, *Educação, Sociedade e Culturas, Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação*, 1999: 67-81.

Performance e utopias no teatro de amadores. O grupo de Teatro de Acção Cultural de Almada (1974-1976)¹

Dulce Simões

A conceptualização de “drama social” e “drama de palco” proposta por Victor Turner (1990) serve para discutir a criação teatral do grupo de Teatro de Acção Cultural de Almada (TACA), no contexto do Período Revolucionário em Curso (PREC)². Um grupo formado por estudantes das escolas técnicas de Almada, para os quais o teatro e a revolução significaram rituais de passagem e terrenos férteis de experimentação, estabelecidos pela *performance* como ação transformadora e na utopia como ideal mobilizador. Durante o PREC a atividade teatral proporcionou a estes jovens experiências de *communitas*, de fusão do indivíduo no coletivo, numa harmonia perfeita com o universo (Turner, 1974). A força do coletivo foi igualmente valorizada pelos jovens que participaram no Serviço Cívico Estudantil (Oliveira, 2004) e nas Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento da Forças Armadas (Almeida, 2009).

As Campanhas de Dinamização Cultural realizaram-se entre Outubro de 1974 e Março de 1975, e representaram um movimento cultural histórico que foi objeto de inúmeras críticas e oposições (Almeida, 2009). No seu estudo, Sónia Almeida refere que a recuperação da memória proporcionou aos seus protagonistas “*ajustar contas com a história nacional e oficial*”, que silenciou e desvalorizou um movimento revolucionário e cultural demarcado pelo Período Revolucionário em Curso (Almeida, 2009). A Dinamização Cultural teve contribuições provenientes de diversas áreas

¹ Este texto é uma adaptação do artigo “Teatro de amadores em Almada: *performance* e *espoir* em tempo de Revolução”, in Godinho, Paula (Coord.), 2014, *Antropologia e Performance – Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde: 100LUZ: 237- 256.

² Sobre o Processo Revolucionário em Curso (PREC) ver, por exemplo: ROSAS, Fernando, 2004, “A Revolução e a Democracia” in F. Louçã & F. Rosas (Org.), *Ensaio Geral. Passado e Futuro do 25 de Abril*, Lisboa, D. Quixote: 15-49.

culturais, como as artes plásticas, o teatro, o cinema, a música, a dança e o circo. A ideia subjacente era descentralizar as atividades culturais, entendendo-se a descentralização como a confrontação com públicos que raramente tinham acesso às artes, plásticas e performativas. A atividade desenvolvida, no sector do teatro, combinou a programação e seleção de grupos que acompanharam as Campanhas com o apoio à dinamização do teatro de amadores.

O teatro ao serviço da Revolução representava uma utopia para os jovens atores, espelhada em inúmeras *performances* da luta do movimento operário, da reforma agrária e do processo de descolonização. A ausência de dirigismo político, ou de qualquer imposição à atividade criativa, permitia aos grupos teatrais uma total liberdade de criação e experimentação. Assim como uma particular atenção ao público, por estarem empenhados em levar o teatro a todas as camadas da população. Nunca o teatro afirmara com tanta clareza as suas ligações à luta de classes e à participação política, nem aspirara a um papel tão preciso no interior do processo revolucionário em curso. A escolha das peças não evidenciava apenas a divulgação de autores “malditos”, como Bertolt Brecht, mas a criação de textos de intervenção política, que servissem para transformar a relação entre o público e os atores. Na linha proposta pelo encenador brasileiro Augusto Boal (2009), ao defender que “*todos os seres humanos são atores, porque atuam, e espetadores, porque observam*” (Boal, 2009 *passim*).

Neste contexto, a inter-relação do “*drama social*” com o “*drama de palco*” não era um padrão repetitivo cíclico e infundável, mas “*um processo em espiral*” (Turner, 1990: 16) que provocou um enorme impacto na alteração das sensibilidades e na compreensão da sociedade, registadas em múltiplas *performances* da Revolução. As práticas performativas criaram momentos de reflexividade que incitavam à transformação social, por meio de narrativas, de experiências, de subjetividades e expressões artísticas.

Performance e utopias dos “amantes sem dinheiro”

Nos finais da década de 60 assiste-se ao ressurgimento do teatro de amadores, como terreno fértil de experimentação e contestação política à ditadura. Logo após o

25 de Abril de 1974 três grupos de teatro de amadores estrearam peças de “autores malditos”: “A Excepção à Regra”, de Bertold Brecht, representada pelo grupo de alunos das escolas técnicas de Almada, com encenação de Rogério de Carvalho (29-5-1974), o “Canto do Papão Lusitano”, de Peter Weiss, pelo grupo Conjunto Cénico Caldense, encenada por Pereira da Silva (25-9-1974) e “As Espingardas da Mãe Carrar”, de Bertold Brecht, pelo Grupo de Teatro Mem Martins, encenada por José Gil (1-2-1975)³. As peças refletiam a dinâmica de um tempo de aceleração histórica, e revelavam a capacidade criativa dos grupos de amadores. No período compreendido entre 1974 e 1976 era impossível demarcar claramente os projetos estético-ideológicos da prática teatral, pelos textos e leituras cénicas surgirem amalgamados numa mesma visão do drama social. O teatro emergia como uma força aglutinadora, representativa de opções político-ideológicas que viriam a revelar-se diferenciadoras. Paralelamente surgiam novos grupos, integrados em associações, coletividades, casas do povo e de pescadores, em clubes desportivos, em escolas e até em empresas, como o Grupo TAP, o Grupo RTP, ou o Grupo de Teatro do Banco Borges & Irmão (Porto, 1985: 130), que ampliaram a área de intervenção do movimento teatral. A descentralização teatral tornava-se uma realidade, e foi talvez um dos aspetos mais importantes da Revolução, tomando como exemplos o projeto do Grupo de Teatro de Campolide desenvolvido em Almada, dirigido por Joaquim Benite (actual Companhia de Teatro de Almada), a criação do Teatro de Animação de Setúbal (TAS) por Carlos César em 1975, e a formação do Centro Cultural de Évora⁴. Como assinalou Carlos Porto (1985), “*os grupos de teatro amador, «amantes sem dinheiro», com os seus espetáculos, numerosos festivais, cursos e seminários, ocuparam teatralmente o País, substituindo em muitos casos o teatro profissional*” (1985:129).

³ O Grupo de Teatro de Mem Martins (GTMM) surge em 1973 por iniciativa de seccionistas culturais de uma colectividade local, o “Mem Martins Sport Clube (MMS)”. *As Espingardas da Mãe Carrar*, de Bertold Brecht foi a segunda peça do grupo. Mais informações sobre o historial do grupo pode ser consultada em: <http://agazetasaloia.blogspot.pt/search?updated-min=2009-01-01T00:00:00Z&updated-max=2010-01-01T00:00:00Z&max-results=38> com fotos em:

<http://agazetasaloia.blogspot.pt/2010/11/as-espingardas-da-mae-carrar-de-brecht.html>

⁴ Em 1975 o Teatro Garcia de Resende foi ocupado pelo Centro Cultural de Évora, dando início à primeira experiência de descentralização teatral. Após profundas reformas levadas a cabo pelo município nos últimos 20 anos, o teatro mantém-se como um espaço cultural de referência, gerido pelo Centro Dramático de Évora (CENDREV). O CENDREV é igualmente responsável pela recuperação do importantíssimo espólio de marionetas tradicionais do Alentejo, os Bonecos de Santo Aleixo, com os quais realizou representações em Portugal e no estrangeiro e organiza a Bienal Internacional de Marionetas de Évora (BIME), criada em 1987: <http://www.cendrev.com/apresentacao.php>

No concelho de Almada o teatro amador mantinha uma estreita relação com o associativismo operário, como estratégia de resistência política à ditadura (Simões, 2013). As coletividades foram espaços de sociabilidade de classe fundamentais à consciencialização política dos trabalhadores, na construção de uma cultura operária, na qual o teatro ocupou um lugar central (Figueiredo, 2013). A prática teatral permitiu à classe operária o acesso a espaços de lazer e o desenvolvimento de atividades intelectuais, que produziram novas maneiras de pensar e de transformar o mundo (Simões, 2015:6). O teatro de amadores concretizava a missão de permitir que cada pessoa, independentemente da sua formação ou profissão, explorasse e desenvolvesse potencialidades de expressão e de comunicação, criando e consolidando laços de relacionamento coletivos, participando em discursos de reconhecimento e de crítica da realidade social⁵. Na década de 1970 destacam-se os projetos teatrais desenvolvidos pelo Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria (GITT)⁶, pelo Teatro Amador da Incrível Almadense (TAI)⁷ e pelo Grupo de Teatro de Campolide (atual

⁵ Nos finais da década de 1950 destacamos na atividade teatral de Almada: o grupo Dramático os “Os Incríveis”, dirigidos por Fernando Santos Gil na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense; o Grupo Dramático da Academia Almadense, dirigido por Romeu Correia na Academia de Instrução e Recreio Familiar, e o “Grupo Cénico” da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, dirigido por Augusto Duarte (Simões, 2015).

⁶ O Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria (GITT), fundado em 1972 nos Recreios Desportivos da Trafaria, apresenta-se como um coletivo de amadores que marcou a história cultural do concelho de Almada, pioneiros de uma renovação estética e de uma atitude cultural que ainda mantém. Em 1972 o GITT estreia a peça “Trilogia de Tchekhov” com encenação de Marcelo de Brito e cenografia de Francisco Figueira, em 1973 com encenação de Fernanda Lapa e cenografia de José Castanheira apresentam “Os Pequeno Burgueses” de Máximo Gorky. Com encenação de Rogério de Carvalho e cenografia de José Castanheira apresentam a “Povoação Vende-se” de A. Lizarraga (1975) e “As Três Irmãs” de Anton Tchekhov (1977). A par do projeto teatral o GITT organizou 5 Ciclos de Cultura (1978 a 1982) compostos por espetáculos de teatro, música, cinema, dança, poesia e exposições, evento inovador que antecede, e inspira o Festival Internacional de Teatro de Almada (criado em 1983 por Joaquim Benites). Em 1996 constitui-se em Associação Cultural sem fins lucrativos. Ao longo do tempo passaram pelo GITT vários atores, cenógrafos, encenadores e técnicos que estiveram ligadas ao teatro profissional como: Fernanda Lapa, Rogério de Carvalho, Alberto Pimenta, José Caldas, Dalton Asseff, Marques d'Arede, Filipe Domingues, Maria Emília Castanheira e Arq. José Manuel Castanheira. O GITT tem participado em todas as Mostras de Teatro de Almada e foi sempre apoiado pela Câmara Municipal de Almada, Junta de Freguesia da Trafaria, atual União de Freguesias de Caparica e Trafaria, e Recreios Desportivos da Trafaria, e teve apoios pontuais da Secretaria do Estado da Cultura e da Fundação Gulbenkian: <http://gitt.do.sapo.pt/>

⁷ A atividade teatral afirmou-se na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense desde 1903, proporcionando aos sócios e à comunidade diversos géneros de espetáculos, desde peças de intervenção política e social até à revista, bastante apreciada pela população almadense. Pelas experiências cénicas da Incrível passaram várias gerações de atores, atrizes, encenadores, cenógrafos e técnicos, dignificando o nome da coletividade e da sua Secção teatral. O Grupo de Teatro da Incrível Almadense (TAI) foi fundado em 1969. Em 1976 apresentou a peça “O Pão”, uma colagem de textos de diversos autores revolucionários focalizada na luta de classes, encenada por Luís Marques, que foi apresentada em diversas coletividades dos concelhos de Almada e Barreiro. Nos finais dos anos 80 assiste-se a um interregno na atividade teatral, que será reativada na década seguinte. Em 1998, no

Companhia de Teatro de Almada), que inicia o seu percurso como grupo amador, e encontrará em Almada o terreno fértil para a consolidação de um projeto profissional pela ação de Joaquim Benite⁸.

Em 1972 foi criado na Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro o primeiro grupo teatral, fruto do trabalho de experimentação de um professor de matemática com alguns dos seus alunos. O grupo, denominado “Amadores de Almada”, encontrou no professor de matemática Rogério de Carvalho o apoio técnico e artístico necessário à sua concretização. O crítico teatral Carlos Porto (1985) realçava o trabalho desenvolvido por Rogério de Carvalho como:

“(...) um caso único em Portugal, o de um professor de matemática das escolas técnicas que antes do 25 de Abril criou belos espetáculos contestatários e, depois, continuou calmamente a construir espetáculos que ficam ao lado do melhor teatro que se faz” (Porto, 1985: 130).

Rogério de Carvalho nasceu em Gabela, Angola, em Setembro de 1936, e cresceu entre os cafezais, até completar a instrução primária. Concluiu o curso comercial no Huambo e a preparação para a universidade em Luanda. Aos 18 anos veio viver para Lisboa, onde se licenciou em Economia. Em 1968 matriculou-se na Escola Superior de Teatro e Cinema por curiosidade, para preencher os tempos livres. Como recordou, numa série de entrevistas que realizei em 2004⁹:

“Até essa altura, nunca tinha experimentado o teatro. Tive de trabalhar para me sustentar, primeiro num banco e depois comecei a dar aulas nas escolas comerciais. (...) Depois comecei a levar as coisas a sério e a perceber que o teatro era uma forma de estar no mundo, de olhar para as coisas. O curso de Economia dava sustento, o que não conseguia através do teatro, mas o meu percurso ia-se desenhando nesse sentido” (Rogério de Carvalho).

âmbito das comemorações dos 150 anos da Incrível Almadense foi criado o grupo Cénico da Incrível Almadense, apresentando produções teatrais de autores portugueses e estrangeiros, aliada a uma programação de espetáculos, denominados cafês-concertos: <http://cenicoincrivelalmadense.blogspot.pt>

⁸ A Companhia de Teatro de Almada nasceu em 1978, quando o Grupo de Campolide (fundado em 1971 por Joaquim Benite) se instalou no teatro da Academia Almadense até 1987. Em 1988 inauguram o Teatro Municipal de Almada, sito no antigo mercado de abastecimento municipal, e em 2006 o novo Teatro Municipal de Almada: um projecto audaz dos arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, concebido de raiz para o funcionamento da Companhia e prossecução do seu projecto teatral, no contexto de um programa de desenvolvimento regional integrado (Rede Nacional de Teatros e Cine-teatros municipais). Site oficial da Companhia: <http://www.ctalmada.pt/historial.shtml>

⁹ “Um Projecto de Vida, caminhos e encruzilhadas”, história de vida parcial do encenador Rogério de Carvalho. Trabalho inédito realizado na licenciatura em Antropologia, para a cadeira de Métodos e Técnicas de Investigação Antropológica, orientado pelo Prof. Juan Brian O’Neill (ISCTE-IUL), 2004.

Carlos Porto (1989) salientava a importância dos grupos de teatro de amadores na renovação do teatro em Portugal, lembrando a peça “Antígona”, uma colagem de textos com encenação de Rogério de Carvalho, levada a cena em 1972, pelo primeiro grupo da Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro: os “Amadores de Almada” (1989: 290). A representação da peça no ginásio da escola, para um público muito diversificado, foi uma experiência marcante para a geração de estudantes que entre 1974 e 1976 deram continuidade ao projeto, formando o TACA - Teatro de Acção Cultural de Almada. A revolução de Abril veio criar condições propícias ao desenvolvimento do projeto teatral, que os jovens apreenderam como um rito de passagem, de aprendizagem e experiência de vida.

Os ritos de passagem (Van Gennep, 1909) servem para transformar a individualidade em complementaridade, o isolamento em interdependência, e a autonomia em integração social. Na maioria das vezes, algumas pessoas adaptam-se melhor do que outras à ordem social estabelecida. As que não se adaptam vivem na tensão entre consentimento e sublevação, imaginando uma sociedade perfeita que não sabem ao certo se é possível de alcançar ou realizar, vivem num estado de utopia. Os jovens atores do TACA, com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos, pretendiam transformar a sociedade, cientes que “*ser cidadão não é viver em sociedade, é transformá-la*” (Boal, 2009: 22). A proposta teatral de Augusto Boal, que aliava o teatro à ação, entendendo o teatro como instrumento de emancipação e consciencialização política, foi uma das teorias estruturantes dos jovens atores, por entenderem a *performance* como ação, interação e transformação¹⁰.

Entre 1974 e 1976 o grupo criou duas peças, com textos coletivos que espelhavam e recriavam as problemáticas do drama social, e representou-as em comissões de moradores, associações de cultura e recreio, quartéis, instituições de ensino dos Distritos de Setúbal e de Lisboa, como a Casa Pia de Lisboa (integrados no projeto de Dinamização Cultural do MFA), e no Algarve, no âmbito das comemorações do 1º de Maio de 1975. As críticas teatrais serviam de estímulo ao

¹⁰ Os principais objetivos de Augusto Boal eram democratizar os meios de produção teatral, permitindo o acesso ao teatro das camadas sociais mais desfavorecidas e a transformação da realidade através do diálogo teatral, associado a uma nova técnica de preparação dos atores, que teve grande repercussão mundial. Centro de Teatro do Oprimido. O “Teatro do Oprimido” remete ao Brasil das décadas de 60 e 70, mas o termo é citado pela primeira vez na obra *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*, de Augusto Boal, um conjunto de artigos publicados entre 1962 e 1973, que sistematizam e conceptualizam seu método teatral. Site oficial: <http://ctorio.org.br/novosite/quem-somos/historia/>

grupo, que beneficiava de escassas verbas provenientes do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ). Rogério de Carvalho recordava o mérito do trabalho desenvolvido e a falta de apoios financeiros que conduziram ao desaparecimento do grupo:

“Lembraste quanto trabalhámos aqui em Almada, sem ligações com nada e a fazer trabalho comunitário etc., e vem o Teatro de Almada e de uma penada apanhou tudo, apanhou a Câmara, apanhou o dinheiro todo, e não sei quê mais, e se não tivessem esse dinheiro eles não faziam. Nós não, nós fazíamos. Portanto, é o que eu costumo dizer, aquilo que eu desenvolvo, mais ninguém quer desenvolver, e então fico satisfeito, porque crio o meu próprio espaço. E isso é uma das coisas fundamentais, porque para mim, embora eu hoje já não possa dizer que faça teatro experimental, ou teatro à procura de novos caminhos, não isso não faço, mas continuo sempre preocupado, através das minhas leituras, em estar sempre em situação de não me repetir, encontrar em cada espectáculo um terreno em que sinta que não estou a fazer repetições”.

Num tempo de transformações políticas e sociais fazer teatro significava participar num projeto coletivo, no qual as relações entre os elementos do grupo traduziam a dimensão de *communitas*, como processo ritual de conhecimento e autoconhecimento entre iguais. Os ritos apontavam para a ruptura na ordem e na vida quotidiana dos jovens atores, expostos alternadamente à estrutura e à *communitas*, a estados e a transições (Turner, 1974: 120). Victor Turner acentuava a importância do teatro experimental nas sociedades industriais, como herdeiro da fase “liminar” do processo ritual, caracterizando a evolução dos géneros culturais de representação por “Estado Liminoíde”, no qual os indivíduos encontram o terreno fértil à livre criação de formas estéticas reflexivas da sociedade.

Neste sentido, ritual e teatro envolvem acontecimentos liminares e processos, manifestando nas suas diversificadas representações um importante espectro do “drama social”. No “Estado Liminoíde” os atores são despojados do seu *status* social, para iniciarem um percurso de novas aprendizagem e livre criação. No caso do TACA, os atores atendiam às orientações do encenador, embora partilhassem das mesmas experiências. Os ensaios representavam um tempo e um espaço de liberdade criativa, que permitia a procura do conhecimento e a experimentação teatral resgatada dos métodos de Jerzy Grotowski, Julian Beck, Judith Malina e Augusto Boal.

Jerzy Grotowski foi o fundador do Teatro Laboratório em 1959, em Opole, na Polónia, que em 1965 obteve o estatuto de Instituto de Investigação Teatral. O Teatro Laboratório tinha uma companhia própria e permanente, na qual os seus membros desenvolviam pesquisa na “arte de representar”. O “método Grotowski”, ou “Teatro Pobre”, ficou reconhecido nos meios teatrais pela técnica pessoal do ator constituir o núcleo da arte teatral. Grotowski trabalhou a transformação do ator de tipo em tipo, de carácter em carácter, de figura em figura, sob o olhar do público, de “maneira pobre”, ou seja, utilizando apenas o corpo. No esforço de arrancar a máscara quotidiana, o teatro, com a sua perceção carnal, sempre lhe pareceu uma espécie de provocação (Grotowski, 1975: 18-19). No “Teatro Pobre” não existe maquilhagem, cenografias especiais, jogos de luzes, efeitos de som, apenas a relação e comunicação entre o ator e o público. No entanto, essa relação é deliberadamente construída, pela colocação do público de acordo com a intencionalidade a retirar das suas emoções, de forma a subordiná-lo ao ator, criando-lhe tensão, limitação de espaço, ou constrangimento. O elemento fulcral é o ator, com o seu trabalho de pesquisa, de conhecimento das suas potencialidades e limitações. O método de trabalho assemelha-se a um ritual de iniciação, no qual os atores experimentam um processo de despojamento e introspeção. Os atores testam-se, interiorizam-se, descobrem o corpo e as emoções, autodisciplinando-se nos gestos e na vocalização, para retirarem das suas experiências de vida a matéria-prima com que criam as suas performances.

Em Portugal, este método foi levado à prática pelo TACA, grupo constituído por seis elementos do género masculino, entre os quais o encenador Rogério de Carvalho, e um do género feminino. Numa crítica da peça “A Greve”, Carlos Porto (1976) escreveu:

“(...) Em Portugal esse princípio tem sido levado à prática por um artista amador que trabalha desde há anos em Almada principalmente com alunos das escolas técnicas. (...) Utilizando de forma rudimentar, mas com inteira seriedade, a técnica de Grotowsky, Rogério de Carvalho aplica-a a projectos de carácter temático muito diferente, substituindo a carga mística dos espectáculos do artista polaco por um conteúdo inteiramente político (o que Rogério de Carvalho já fazia antes do 25 de Abril). Temos acompanhado a carreira deste professor de matemática que se apaixonou pelo teatro e continuamos a ser surpreendidos pela

sua capacidade em arrancar dos actores que dirige uma energia criativa, uma dinâmica de realização corporal e vocal que não costumamos ver no nosso teatro profissional”¹¹.

A peça “A Greve” resultava de uma colagem de textos criados pelo grupo, e tinha por tema central uma greve e a forma como era reprimida. A partir do tema base o espetáculo irradiava através de múltiplas variações, que passavam por dois aspetos fundamentais: o confronto entre patrões e trabalhadores, e a luta dos soldados destacados para reprimir a greve, um dos quais é morto por apoiar os grevistas. A peça dividia-se em três partes: na primeira e terceira descrevia-se a greve, suas causas e consequências, gerando um ambiente de grande tensão e violência. A segunda parte detinha uma forte componente satírica, e estabelecia a relação e conexão entre a primeira e a terceira, para denunciar a sociedade capitalista e os estigmas da burguesia, que autodestruía-se no vício manipulado do consumo. A componente satírica sublinhava o carácter político do espetáculo, para além de clarificar as relações entre personagens que se desdobravam em múltiplas situações. A criatividade e imaginação dos atores refletia-se na transmutação intencional dos escassos adereços, atribuindo-lhes valor simbólico em função da sua utilização. Numa crítica à vida quotidiana dos trabalhadores nas sociedades industriais, um caixão servia simultaneamente de cama, automóvel, bancada de trabalho e mesa. A utilização de um pano negro a cobrir uma atriz, simbolizava a violação. Tratava-se de um jogo repetitivo, rico em marcações, ocupação sonora do espaço, com o máximo de aproveitamento dos recursos corporais e vocais dos atores, como sublinhava o crítico teatral Carlos Porto:

“ (...) O trabalho dos sete atores do grupo, e entre eles o próprio encenador, é uma notável demonstração de capacidade corporal, de entrega, não a um «papel» na versão tradicional – mas a uma «função», entrega que implica um esforço físico e psicológica bastante grande. (...) Essa capacidade corporal é acompanhada pelos jogos vocais, que constituem o único tecido sonoro em que o espetáculo se apoia. (...) Espetáculo marginal do nosso teatro, “A Greve”, por assim dizer, está para o teatro amador que atualmente se faz, como o teatro «underground» estaria para o teatro profissional”¹².

¹¹ Revista *Flama* nº 1472, de 21 de Maio de 1976, pp. 6-7.

¹² Revista *Flama* nº 1472, de 21 de Maio de 1976: 6.

A representação permitia inter-relacionar diversas formas de expressão artística e de retórica, recorrendo à colagem de textos literários, de imprensa e originais, atribuindo aos objectos diferentes conotações simbólicas, utilizando a expressão corporal e vocal dos atores para recriar a realidade, desmontando-a de forma grotesca e caricatural. Neste processo de trabalho o grupo de Teatro de Acção Cultural de Almada articulava o “teatro pobre” de Grotowski, no trabalho dos atores, com a marcação e exploração do espaço cénico do Living Theatre, numa permanente interação entre ator e espectador de forma efetiva e intencional.

O Living Theatre foi criado em 1949 por Julian Beck e Judith Malina e era constituído por jovens universitários de formação anarquista, que contestavam o sistema teatral da Broadway. O espetáculo de estreia, “Doctor Faustus Lights the Lights” (1951), de Gertrude Stein, realizou-se na casa dos Beck devido à falta de apoios financeiros. Ao envergarem por um género de representação ritualizada, com um espaço cénico partilhado por atores e espetadores, tinham por objetivo a interação com o público. Numa entrevista realizada na década de 1960, Julian Beck reafirmava a intenção do Living Theatre em modificar a *performance*, para que o teatro realizasse finalmente a revolução que tinha agitado outros géneros performativos, como a música, a pintura e a escultura (Biner, 1976: 20). “Paradise Now” uma das peças mais emblemáticas do grupo, obedeceu a uma construção minuciosa, delimitada por fases, com procedimentos, regras e a utilização de variadíssimos símbolos, que reunia num único espaço práticas rituais, valores e sentimentos, tragédias, e uma forte interação com o público gerando múltiplas representações da realidade social. A peça era uma criação coletiva que:

“(…) No consta de historia propiamente dicha, sino de una serie de acciones distribuidas en nueve cuadros. En ellos, los actores descendían al espacio del espectador con varillas de incenso y, en distintos lugares de la sala, en extrañas posiciones, improvisaban de manera colectiva, desarrollaban ejercicios corporales en los que los movimientos obedecían rítmicamente al sonido, hacían largos silencios, cantaban salmodias o letanías que el público podía corear invitado por los actores. El teatro no era ya un pasatiempo, sino un compromiso” (Oliva & Monreal, 1997: 410).

Julian Beck defendia que “*a criação coletiva é a arma secreta do povo*”, descrevendo a *performance* como uma viagem espiritual e política do coletivo para o

indivíduo, e do indivíduo para o coletivo, uma viagem para os atores e para os espetadores. A peça representava o percurso para a revolução anarquista, que conduzia à ação revolucionária “aqui e agora”, com o propósito de alcançar um estado do Ser, no qual a ação revolucionária fosse possível. A utopia do “teatro revolução” foi igualmente partilhada pelos jovens atores do TACA, que encontraram no PREC o tempo propício à idealização de uma revolução cultural, capaz de transformar as mentalidades e alterar as estruturas da sociedade portuguesa.

Algumas reflexões

Roland Barthes (1984) diz-nos que o amador não é necessariamente definido por um saber menor, ou por uma técnica imperfeita, mas por aquele que não mostra, que não se faz ouvir. O sentido desta ocultação é que o amador procura produzir a sua própria fruição, e para lá do amador acaba a fruição pura, e começa o imaginário, o artista. O artista frui, mas a partir do momento em que se mostra e se faz ouvir, a partir do momento em que tem um público, a sua fruição passa a estar conforme com uma imago, “*que é o discurso que o «outro» sustenta sobre o que ele faz*” (Barthes, 1984: 194). O percurso de Rogério de Carvalho comprova a teoria formulada por Roland Barthes, ao receber em 1981 o Prémio da Melhor Encenação, da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro, com os espetáculos “Tio Vânia” de Tchekov e “O Paraíso não está à vista” de Fassbinder, e em 2012 o Prémio da Crítica, da Associação Portuguesa de Críticos de Teatro¹³. Na encenação teatral Rogério de Carvalho tenta encontrar a essência da vida, da sociedade, e do indivíduo que se confronta com os seus dramas internos, com a sua integração na comunidade, com os problemas sociais e políticos. Como indivíduo carrega a responsabilidade de dar sentido ao seu universo, apesar dos géneros *performativos* serem desmembrados e perderem poder no mundo contemporâneo, quando colocados à margem dos processos sociais e políticos.

Para os jovens que através de géneros performativos, ou outras formas de ação, participaram ativamente no Processo Revolucionário em Curso, o “drama

¹³ Porto24: “Encenador Rogério de Carvalho distinguido com o grande prémio da crítica de 2012”: <http://porto24.pt/vida/05022013/encenador-rogerio-de-carvalho-distinguido-com-o-grande-premio-da-critica-2012/#.UqstrCfyOck>

social” e as suas fontes de poder foram importantes experiências de vida. Os seres humanos aprendem pela experiência e talvez a mais profunda experiência seja através do drama, não através do “drama social” ou do “drama de palco”, mas do processo circulatório ou oscilatório da sua mútua e incessante alteração. Este processo é sensível às mudanças no modo de produção da sociedade, permite a renovação de valores e a criação de novos conceitos de reinvenção do real. O “drama de palco”, quando se destina a mais do que entretenimento, embora o entretenimento seja um dos principais objetivos, tem por propósito, explícito ou implícito, testemunhar os mais importantes dramas sociais no seu contexto social (guerras, revoluções, conflitos laborais, mudanças institucionais, movimentos sociais, etc.). A mensagem do “drama de palco” e o seu eco retórico são direcionados para a estrutura latente do “drama social”, e parcialmente para a sua pronta ritualização. A vida torna-se então num espelho, mantido ou elevado a arte, e o viver representa as suas vidas, para os protagonistas do drama social, um “drama vivido” (Turner, 1990:17), equipado pela *performance* e pela utopia.

A criação reflexiva do “drama social” em géneros performativos, encontra nos órgãos de comunicação social e nas redes sociais (virtuais) um forte veículo de difusão e de impacto a nível emocional e estrutural. As versões que as sociedades produzem são inúmeras, porque em todas as sociedades existem diferentes classes sociais, diferentes etnias, diferentes religiões, diferentes regiões, e pessoas de diferentes idades e sexos, e cada uma delas produz versões performativas que tentam atribuir significado à crise particular da sua própria sociedade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Sónia, 2009, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, IELT-Colibri.
- BARTHES, Roland, 1984, “Diderot, Brecht, Eisenstein” in *O Óbvio e o Obtuso: Ensaio Crítico*, Lisboa, Edições 70: 81-87.
- BINER, Pierre, 1976, *O Living Theatre*, Lisboa, Forja Editora.
- BOAL, Augusto, 2009, *A Estética do Oprimido*, Rio de Janeiro, Garamond.
- BRECHT, Bertold *et al*, 1973, *Teatro e Vanguarda*, Lisboa, Editorial Presença.
- FIGUEIREDO, Cláudia, 2013, “Os Usos do Palco: o proletariado e o teatro no início do século XX”, *Revista UBILETRAS*, 4: 23-40.
- GROTOWSKI, Jerzy, 1975, *Para um Teatro Pobre*, Lisboa, Forja Editora.
- OLIVA, C. & MONREAL, F. T., 1997, *Historia básica del arte escénico*, Madrid, Catedra.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2004, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora.
- PORTO, Carlos & TELES DE MENESES, Salvato, 1985, *10 Anos de Teatro e Cinema em Portugal (1974-1984)*, Lisboa, Editorial Caminho.
- PORTO, Carlos, 1989, “Do teatro tradicional ao teatro independente” in António Reis (Dir.) *Portugal Contemporâneo*, vol.5: 279-290.
- SIMÕES, Dulce, 2015, “O teatro operário em Almada (1877-1947): sociabilidades e consciencialização política”, comunicação ao II Congresso Internacional de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal (Maio 2015): http://www.academia.edu/12333219/O_teatro_oper%C3%A1rio_em_Almada_1877-1947_Sociabilidades_e_consciencializa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica, consultado em 31 de Maio de 2015.
- , 2013, “A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades. Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense” in B. Monteiro & J. D. Pereira (Org.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Ebook, Cap.III: 481-503.
- TURNER, Victor W., 1974, *O Processo Ritual. Estrutura e Anti Estrutura*, Petrópolis-Brasil, Editora Vozes.
- , 1990, “Are There Universal Performances in Mito, Ritual and Drama?” in R. Schechner e W. Appel (Ed.) *By Means of Performance – Intercultural studies of theatre and ritual*, Cambridge University Press: 8-18.
- VAN GENNEP, Arnold, 1978, *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis-Brasil, Editora Vozes.

Fontes impressas

Revista Flama, n.º 1472, de 21 de Maio de 1976: 6-7.

Depoimentos

**Crónica de uma luta de emigrantes portugueses em França
2001 - 2011
“Guerra colonial e contagem de anos de serviço militar para a reforma”**

João Machado



**“Ofereço esta fotografia a Nossa Senhora Daires do milagre que me fez de não ir ao Ultramar” – António José Lagarto de Bast... Viana do Alentejo
Fotografia do autor**

Há quarenta anos ruía a ditadura fascista em Portugal e, com ela, terminavam as guerras coloniais. O 25 de Abril de 1974 foi o alvorecer de um novo dia, tanto para o nosso país como para o povo português, ambos amordaçados e oprimidos durante 48 longos anos. A presença de mais de um milhão de emigrantes portugueses em França é o espelho e o resultado do atraso social e económico a que os mentores do “orgulhosamente sós” tinham conduzido o nosso país.

Para nós, emigrantes portugueses em França, o 25 de Abril de 1974 foi também um dia de alegria e esperança. Alegria, porque muitos de nós estavam no exílio, impedidos de entrar no país. Esperança para milhões de emigrantes no mundo, pois anunciava-se, enfim, um “Portugal de onde não mais seria preciso emigrar”. Mas

se o exílio entretanto acabou, o flagelo da emigração continua. Este livro conta uma história da emigração.

Por vezes são editados livros sobre a emigração portuguesa em França, mas poucos. Na maioria são romances, histórias, recortes de vidas passadas, de sonhos e de sofrimentos. Percursos individuais de uma história colectiva. Os anseios que motivaram a partida tantas vezes molhada em lágrimas, nunca correspondem à crua realidade da chegada nem àquilo que muitas vezes foi alcançado com enormes sacrifícios. As duas imagens não se justapõem. Foram deformadas e corrompidas pelo tempo, pela erosão social. Olhando para longe, procuramos marcas na memória, apeadeiros do tempo ido. Comparar o incomparável. Todos partimos com uma única ideia cravada no horizonte: regressar, regressar. Aqueles que partem vivem sempre da memória, por vezes ténue, do que no momento da partida ficou para trás, num cais, numa rua ou num olhar.

Este trabalho trata de uma memória recente, traz testemunhos vivos, notícias e documentos, fala de encontros e de desencontros, que assim ficam compilados e preservados. São retalhos da vida de uma geração emigrante, a primeira chegada a França na pós-segunda guerra mundial e que hoje se vai retirando do mundo dos vivos.

É também uma crónica de factos vividos, escritos por quem esteve por dentro da questão. É a retrospectiva de uma imensa luta de dez anos despoletada no início deste século em Argenteuil, cidade francesa da periferia norte de Paris, e que movimentou milhares de emigrantes portugueses. Os objectivos iniciais foram em parte conseguidos. Em parte, somente. Porque os anseios de justiça e igualdade definidos no início, também eles, não correspondem ao alcançado.

Entre 2001 e 2011 algo ficou pelo caminho, por concretizar...

Há 53 anos começava a guerra colonial e o serviço militar era obrigatório. Em média, durava entre três e quatro anos. Uma vez feita a tropa e, para a maioria, a guerra, centenas de milhares de portugueses emigraram, sós ou arrastando atrás de si as famílias. As aldeias do interior de Portugal despovoaram-se inexoravelmente.

Alguém chamou já a esse grande êxodo dos anos 1960 e 1970, o plebiscito contra o regime fascista de Salazar. Plebiscito este que não saiu das contrafeitas urnas do déspota, mas que se materializou em imensas vagas humanas pelas fronteiras fora, de dia e de noite, que viravam as costas ao país e ao regime do ditador *cinza*.

No princípio dos anos 1960, ainda se vive o pós-guerra na Europa e as necessidades de mão-de-obra barata e “dócil” das nações envolvidas no conflito são enormes. Os países europeus serão os principais destinos destes contingentes humanos à procura de trabalho e de melhores condições de vida. Neste panorama, a França e o Luxemburgo merecem particular destaque. A primeira, pelo número elevado de emigrantes portugueses aqui chegados: “*de 1962 a 1982 chegaram a França 1.030.000 portugueses, dos quais 423.969 legalmente (41.14%) e 606 586 clandestinamente (58.86%)*”¹. O segundo, pelas percentagens atingidas em relação à população do país – os portugueses representam hoje 16% da população total e 50% da população estrangeira.

Os números são oficiais, mas sabemos que as estatísticas e a realidade do êxodo emigrante nunca fizeram bom casamento.

É também nestes dois países, que, com escassos meses de intervalo e sem conhecimento mútuo, em 2001 rebenta esta luta emigrante contra o Estado Português.

A grande maioria destes emigrantes, sobretudo aqueles que eram oriundos das zonas rurais, não conheceu a previdência social. Não existia, então, para as populações rurais. Em Portugal, esta cobertura social só começou a ser alargada às populações rurais a partir dos anos 1970. Até lá, depois de terem cumprido o serviço militar e de, na maioria, terem participado no teatro da guerra colonial em África, milhares de portugueses partiram para a emigração sem levarem nas bagagens um qualquer registo da segurança social portuguesa.

O começo deste século veio surpreender e deixar marcas nestes emigrantes, ditos da primeira geração. A reforma batia à porta e era preciso fazer contas à vida ou melhor, fazer contas à carreira profissional. Era preciso passar a pente fino cada ano trabalhado. Tarefa gigantesca. Como contabilizar os anos de trabalho em Portugal? E em França? E aqueles que o patrão se “esqueceu” de declarar? E para onde foram as “fichas de peia”? E o trabalho “au noir”? Um quebra-cabeças sem fim.

No início de 2000 eram já cerca de 100.000 os reformados portugueses dependentes do sistema francês e previam-se mais cerca de 250.000 para os dez anos seguintes. Estes números reflectiam a imagem da realidade física e social da comunidade portuguesa em França, o seu envelhecimento.

¹ Misericórdia de Paris, 2010, “A Comunidade portuguesa em França na hora da reforma – Campanha 2010 da Misericórdia de Paris / Projecto co-financiado pela DGACCP”.

A grande maioria não descontara para a reforma em Portugal e muitos encontravam-se, assim, com reformas insuficientes para viver dignamente ou para pensar voltar para Portugal. A título de exemplo,

“a média mensal das pensões de velhice paga aos reformados que mantiveram a residência em França era de 551,24 euros por mês, em Dezembro de 2002 (626,62 euros para os homens, e 464,05 para as mulheres), enquanto que a média das que então eram pagas aos titulares que regressaram a Portugal era de 294,37 euros.”²

No dealbar deste século, no seio da Federação das Associações Portuguesas de França (FAPF), o tema do envelhecimento e da reforma dos portugueses era debatido com frequência. A orientação desta federação baseava-se numa campanha de informação de proximidade, associando os organismos oficiais portugueses e franceses e as associações locais.



**Assembleia-Geral de sócios - 20 de Outubro de 2002 - Houilles / França
Fotografia ARMCPF**

É neste quadro que, a 23 de Fevereiro de 2001, em Argenteuil, numa das reuniões de informação, a técnica Teresa Freitas, representante do Centro Nacional de Pensões em Lisboa, afirmou que, para todos aqueles que nunca tinham feitos descontos para a segurança social portuguesa antes de irem para a tropa, o tempo do serviço militar não contava para a reforma, nem em França nem em Portugal.

² Misericórdia de Paris, 2010, “A Comunidade portuguesa em França na hora da reforma – Campanha 2010 da Misericórdia de Paris / Projecto co-financiado pela DGACCP”.

Começou aí a luta pela contagem dos anos de tropa para a reforma, questão que desde logo gerou uma grande adesão da nossa comunidade, uma imensa esperança e expectativa. O movimento estruturou-se rapidamente no interior da FAPF, autonomizando-se em seguida.

Desta grande adesão popular e da vontade firme de repor justiça nascem uma comissão e, mais tarde, a Associação dos Reformados e dos Ex-Militares / Ex-Combatentes Portugueses de França (ARMCPF). As reuniões públicas sucedem-se e os emigrantes portugueses comparecem às centenas. O movimento alastra rapidamente. Uma ponte de amizade e de luta é construída entre a França e o Luxemburgo. Dois movimentos, um só caudal. Procura-se o contacto com o resto da Europa e com outros continentes.

Todos os sectores políticos portugueses são rapidamente tocados pelos nossos argumentos reivindicativos e pela actividade persistente da nossa associação. Justiça tinha de ser feita e depressa, porque, uma vez atingida a idade da reforma, esses anos seriam dados inevitavelmente como perdidos.

O próprio Provedor da Justiça afirmaria a 9 de Novembro de 1999 que,

“o problema concreto... constitui um caso gritante de injustiça social. (...) Os cidadãos anónimos que cumpriram ou venham a cumprir o serviço militar obrigatório prestaram ou prestarão um serviço meritório à sociedade em prol da sua defesa. Esta, a sociedade civil, deve-lhes, por isso, reconhecimento e respeito. O Estado, atentas as suas responsabilidades, deve assumir-se, perante eles, como uma pessoa de bem. Não parece aceitável que se exija qualquer tipo de esforço contributivo para a segurança social relativo a um período de serviço público obrigatório prestado à comunidade.”³

³ Provedor da Justiça, 1999, “Recomendação à Assembleia da República / ofício n.º 18.854, de 9 de Novembro de 1999.”



**Manifestação junto à Embaixada de Portugal em Paris - França / 25 de Abril de 2004
Fotografia ARMCPF**

E o artigo 276.º da nossa Constituição estipula que *“nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais por virtude do cumprimento do serviço militar obrigatório.”*⁴

Os argumentos não faltavam. Os emigrantes portugueses, ex-militares/ex-combatentes eram de facto vítimas de uma tremenda injustiça.

No fim de 2001, uma primeira delegação conjunta da França e do Luxemburgo é recebida em Lisboa por António Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, que nos garante que o problema dos ex-combatentes seria rapidamente resolvido através de uma lei. Logro ou desconhecimento do Presidente? Todos falam efectivamente desta lei. Fomos ler mais de perto o projecto de lei em debate. Surpresa e consternação. Os ex-militares emigrantes eram pura e simplesmente ignorados, nem mencionados eram. Não fazíamos parte do mesmo povo nem do mesmo país.

Em Dezembro de 2001, realizámos reuniões no ministério do trabalho e da solidariedade com os deputados da emigração e com as centrais sindicais CGTP e UGT. Relembrámos-lhes a situação dos emigrantes e a omissão feita na lei que ia ser votada. Nada feito. A “coisa” já estava engatada. A Lei 9/2002, forjada à pressa e “em cima do joelho” nos conciliábulos da Assembleia da República, pelo PS e pelo CDS/PP, em vez de repor a justiça legalizou a injustiça. Foi votada por unanimidade pela Assembleia da República, a 11 de Fevereiro de 2002. Era preciso contentar os ex-combatentes em Portugal em peleja contra o governo socialista e “travar” os

⁴ *Constituição da República Portuguesa - Quarta Revisão, 1997, artigo 276.º “Defesa da Pátria e serviço militar”, Ponto 6.*

discursos demagógicos do futuro ministro da defesa, Paulo Portas (Abril 2002), exigindo justiça para os ex-combatentes, mas esquecendo os emigrantes.

O que parecia simples – um texto com uns rabiscos – como diziam alguns compatriotas, complicou-se muito. Não nos deixavam hipóteses. Era preciso sair à rua e denunciar publicamente esta injustiça feita aos emigrantes.

As acções multiplicam-se rapidamente e por vezes radicalizam-se.

Realizámos duas manifestações em frente à Embaixada de Portugal em Paris, outra em Lisboa (Belém). Organizámos uma “recepção” ao Presidente da República, Jorge Sampaio, na Câmara de Paris e boicotámos uma conferência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, em presença do embaixador de Portugal e de representantes diplomáticos dos países de língua portuguesa.

Manifestámo-nos também no Consulado de Portugal em Paris, durante a inauguração do Centro Emissor dos Bilhetes de Identidade.

No dia 30 de Março de 2003, participámos com uma lista autónoma nas eleições para o Conselho da Comunidade Portuguesa em França. Apresentámos 18 candidatos em listas denominadas “REFORMA-EX-MILITARES-SOLIDARIEDADE”. A nossa lista angariou um franco sucesso e elegeu 3 candidatos: João Machado, Jorge Silva, Manuel Felício.

A 10 de Junho de 2005, Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, ocupámos o Consulado de Portugal em Paris durante as comemorações ali realizadas. Era o nosso dia, tinham que nos ouvir. E ouviram-nos. Mesmo que isto incomodasse a fina flor diplomática e “a nata” portuguesa de Paris, presentes. Foi o culminar de uma cólera e da revolta que se vinha acumulando.

No entanto, não nos podem acusar de não termos procurado outras vias, outros meios, para chegar a um acordo.

Em Junho de 2001, lançámos uma petição França/Luxemburgo e o jornal das comunidades “O Emigrante”. No total, foram recolhidas mais de onze mil assinaturas. A petição foi aprovada pela Assembleia da República, em 21 de Março de 2003, por unanimidade. A petição era explícita:

“Muitos milhares de portugueses emigraram após o cumprimento do serviço militar. Para muitos deles, esse tempo do serviço militar obrigatório não é contado para efeitos de reforma. Os cidadãos abaixo-assinados, solicitam à Assembleia da República e ao Governo de

Portugal que a legislação portuguesa sobre a Segurança Social, em matéria de pensões (art.º 36 do Dec. Lei nº 32.993 de 25 Set.), seja modificada no sentido de incluir o tempo de serviço militar para efeitos de reforma...”.



**Audiência com o Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral. Petição com mais de onze mil assinaturas das comunidades / 12 de Junho de 2002.
Fotografia ARMCPF**

Este plebiscito não gerou nenhuma iniciativa dos partidos políticos com assento na A.R., que cortasse o mal pela raiz. Ficou assim aberta a porta à multiplicação de textos que complicaram a situação e não responderam aos anseios dos ex-combatentes emigrantes, que permaneciam excluídos da contagem do tempo de serviço militar para efeitos de reforma.

Em Outubro de 2002, apelámos à comunidade portuguesa propondo o “*boicote ao envio de dinheiro para Portugal, enquanto uma lei não (viesses) pôr termo a esta injustiça escandalosa*”. E em Dezembro de 2005, chamámos ao boicote das eleições presidenciais.

Em Abril de 2003, 71 ex-combatentes emigrantes desencadearam um processo contra o Estado português, por discriminação, junto dos tribunais em Portugal.

Em 2006, manifestámo-nos de novo em Belém, Lisboa. Os nossos camaradas do Luxemburgo fizeram o mesmo e multiplicaram as acções.

Seria difícil e fastidioso enumerar aqui todos os passos dados, as reuniões e audições tidas, os discursos dos governos, dos ministros, dos deputados e dos embaixadores. Sobre isso, a extensa cronologia dos factos narrados neste livro, não sendo exaustiva, é esclarecedora.

Para que se compreenda o incompreensível e anacrónico:

Em 8 anos, na Assembleia da República, seriam votadas três leis respeitantes aos ex-combatentes portugueses, todas promulgadas pelos Presidentes da República (Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva) e publicadas no Diário da República:

Lei n.º 9/2002 – Publicada a 11 de Fevereiro de 2002

Obrigatoriedade de registo no sistema de segurança social portuguesa.

Esta lei omite e passa em silêncio a realidade de milhares de ex-combatentes emigrantes, que não são abrangidos pelo âmbito da sua aplicação.

Lei n.º 21/2004 – Publicada a 5 de Junho de 2004

Com a publicação desta lei conseguimos uma primeira vitória uma vez que o regime jurídico consagrado na Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, era modificado e se aplicava agora aos *“ex-combatentes abrangidos por sistemas de segurança social de Estados membros da União Europeia e demais Estados membros do espaço económico europeu, bem como pela legislação suíça, coordenados pelos regulamentos comunitários, ainda que não tenham sido beneficiários do sistema de segurança social nacional.”*

Mas... surge então um grande MAS: *“a legislação complementar e regulamentação necessárias para a aplicação integral do disposto na presente lei serão aprovadas pelo **Governo no prazo de 60 dias a contar da sua entrada em vigor.**”*

Este prazo nunca seria cumprido pelo Governo. O Governo não respeitou esta disposição da lei e a regulamentação necessária nunca chegou a ver a luz do dia. Como será isto possível, num regime democrático e de direito?

Milhares de emigrantes questionavam-se na altura sobre os seus direitos reais. A tensão e o descontentamento eram grandes. Afinal, para o que servia o requerimento (o segundo em dois anos) que era preciso preencher, e cujo prazo limite acabava no dia 8 de Dezembro de 2004? Para nada!

Surgiu depois uma terceira lei, que veio colocar um “ponto final” às barbaridades legislativas: a Lei n.º 3/2009, publicada a 13 de Janeiro de 2009.

Mas a nossa desconfiança era total. Seria outra nova “lei falcatrua”?

- Solicitámos um esclarecimento à Embaixada de Portugal em Paris (24/11/08), que permaneceu sem resposta, até hoje...

- Solicitámos um esclarecimento (24/11/08) aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, até hoje sem resposta...

- Solicitámos um esclarecimento (24/11/08) ao Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes do Ministério da Defesa Nacional, até hoje sem resposta...

- Solicitámos um esclarecimento (9/1/2009) junto da Presidência da República, até hoje também sem resposta.

Já não sabíamos a que porta bater...

As duas associações dos ex-militares emigrantes, de França e do Luxemburgo, as legítimas representantes dos lesados, não foram consultadas nem ouvidas. Nenhum partido político, nenhum secretário de estado nem ministro, nenhum deputado nem tão pouco os nossos representantes na AR se dignaram dialogar connosco. E o governo de José Sócrates ignorou-nos por completo.

A 4 de Fevereiro de 2009, entrevistámos junto do Centro Nacional de Pensões e a resposta obtida desta vez foi inequívoca:

“Os antigos combatentes portugueses emigrantes em França, desde que abrangidos pelo sistema de segurança social francês, têm direito à contagem do “tempo bonificado” de serviço militar obrigatório, com dispensa de pagamento de quotas, ainda que não tenham sido beneficiários do sistema de segurança social nacional. Por aplicação do nº 2 do artigo 13 do regulamento CEE nº 1408/71, estes têm também direito à contagem do “tempo efectivo”. Assim, os antigos combatentes emigrantes em França poderão ver relevado na pensão do sistema de segurança social francês o tempo de serviço militar (efectivo e bonificado) que tiver sido contado como equiparado a período contributivo no âmbito do sistema de segurança social português.”

Os ex-combatentes emigrantes portugueses tiveram assim, a partir de Setembro de 2009, o direito de contar o tempo do serviço militar para efeitos de reforma. Conseguimos levar a nossa batalha, iniciada em Fevereiro de 2001, até ao fim.

Ou quase...

Para muitos, já foi tarde de mais, porque faleceram e outros foram obrigados a partir para a reforma com pensões miseráveis.

Mas mais, a grande injustiça continuava presente na Lei 3/2009, pois os ex-militares, aqueles que fizeram a tropa obrigatória, mas que não foram mobilizados para a guerra colonial, ficaram de fora, excluídos do âmbito de aplicação da lei.

O poder, as instituições e até as associações de ex-combatentes não apreciam muito que se misturem os dois. Mas, para nós, são as duas faces da mesma moeda, do mesmo problema. O direito à reforma deve ser igual para todos. É para nós um ponto de honra nunca esquecermos nesta luta os ex-militares.

Porquê separar, diferenciar ex-combatentes e ex-militares? O serviço militar era obrigatório para ambos e imposto pelo Estado. Porquê esta desigualdade e segregação? Respostas? PS e PSD, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva.

Ajuste de contas

Estas páginas são afirmação e cólera, desespero também, convenhamos, contra a falência da classe política portuguesa saída das esperanças de Abril, incapaz de construir um país onde, no mínimo, não fosse preciso emigrar. Desastre nacional. Clama-se justiça para esses milhões de portugueses que, geração após geração, são condenados à emigração por uma elite política de “sangue azul e colarinho branco”, atrofiada pelo nó da gravata, repleta de diplomados e de “drs.”, presunçosa e incompetente, que se perpetua no poder, por herança directa do partido, do pai, do avô ou da “cunha”.

Emigrar? Porquê eles e não vocês, filhos de boa gente? Atravessar fronteiras, sempre fronteiras, à procura do pão que escasseia à mesa, este parece ser o condão do nosso povo. Viagens sem sonhos nem poesia. As malas, as nossas “valisas”, amontoam-se de novo nos cais da Gare d’Austerlitz, em Paris, e não há poeta que nos valha.

Se adicionarmos aos 697.962 (DN-28/11/2010) portugueses, que emigraram na primeira década deste século, às várias centenas de milhar destes três últimos anos, quantos fomos novamente a atravessar as fronteiras para dar de comer aos filhos ou aos pais nestes últimos 14 anos? Regresso aos anos sessenta. Ei-los que partem...

Salazar não falava de êxodos, de emigração. Na altura, eram precisos soldados para as guerras coloniais e salários baixos para contentar latifundiários e industriais. Os que partiam, oficialmente fugiam. E se emigração havia, por certo que era o nosso fado, o nosso destino. Sempre assim tinha sido.

Após o 25 de Abril de 1974, certos “doutos” ousaram comparar-nos aos navegadores do “século de ouro”, pela ousadia de desbravarmos fronteiras tenebrosas “nunca dantes atravessadas”. Tentava-se dar brilho às páginas sombrias da emigração portuguesa na nossa história nacional.

O actual Governo, composto por “boys and girls” saídos da escola de Chicago ou das “americanas” de Lisboa, pôs um traço em cima do passado, do pudor no porte ou no discurso. Diante da tragédia nacional — cerca de um milhão de novos emigrantes nos últimos 14 anos — este Governo assume o descabro com insolência e sem vergonha na cara, e ainda promove a partida para a emigração dos portugueses.

Política miserável ou miseráveis políticos?

Os partidos políticos com assento na Assembleia da República, com particular destaque para o PS e o PSD, que dividiram o poder entre si durante estes últimos 40 anos, devem responder por este novo flagelo que assola de Norte a Sul o nosso país.

Certos profissionais da política devem ser chamados à pedra, a começar pelos dois secretários de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário do PSD e António Braga do PS, que desde 2002 dividem entre si esta secretaria, salvo os efémeros sete meses do deputado Carlos Gonçalves (PSD). São os nossos representantes directos no seio do governo.

Em 2002, José Cesário, responsável pela pasta das comunidades do governo de Durão Barroso, reconhecia publicamente uma “*inequívoca situação de injustiça na lei e estamos conscientes que é um problema delicado, não fácil de resolver, mas estamos sensibilizados...*”⁵

José Cesário, militante do PSD, actual secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, é deputado da Assembleia da República desde 1983. Foi eleito sete vezes por Viseu e três vezes pelos emigrantes fora da Europa. Contem os anos... eterno deputado, eterno secretário de Estado das Comunidades. Com tantos anos acumulados podia dar asas à sua experiência como deputado e estadista para ser célere e eficaz. Mas a demagogia nunca o tolheu. Uma “*inequívoca situação de injustiça na lei?* E depois? Ano após ano ia repetindo que se tratava de um “*problema delicado, não fácil de resolver, mas estamos sensibilizados...*” Sensibilizados! Sensibilizados?

⁵ “Lei é injusta para os emigrantes ex-combatentes”, *Jornal Comunidades*, 2002, p.14.

Em Março de 2005, é a vez de António Braga ocupar a pasta da Secretaria de Estado das Comunidades.

António Braga, deputado PS da Assembleia da República desde 1991 (contem os anos!), integra então o novo governo liderado por José Sócrates. De boa ou de má vontade, vai dirigir a “nossa” Secretaria de Estado durante 6 anos consecutivos e mais alguns meses. Fechou consulados com fartura, dificultou-nos ainda mais a vida e deu mais um empurrão ao ensino de português em direcção à “sarjeta” emigrante.

Aos ex-militares emigrantes fez promessas e mais promessas: “*o Governo antes do final do ano apresenta um diploma relativo à situação dos ex-combatentes emigrantes*”, dizia-nos ele em Novembro de 2005, na Embaixada de Portugal em Paris.

O senhor secretário de Estado das Comunidades, António Braga, quando recebia uma delegação da nossa associação, dos nossos camaradas do Luxemburgo ou do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas afirmava peremptoriamente, em alto e bom som, que a regulamentação seria realidade antes do fim do ano.

Do fim do ano, mas de que ano?

O refrão era sempre o mesmo e o secretário também. Repetia-se semestralmente, anualmente. Nada mudava. Os anos passavam e milhares de emigrantes partiam para a reforma sem poderem contar os anos da tropa obrigatórios e impostos pelo Estado.

Entre os dois secretários apenas mudava a cor da gravata e a lábia. O primeiro, populista e irrequieto, o segundo demagógico e poupado nas palavras. Um, professor do ensino básico, o outro, de filosofia. Nenhum deles foi, na vida, durante um dia, um só dia, emigrante.

Os portugueses residentes no estrangeiro ou seja, os emigrantes, tinham e têm espelhado nestas duas personagens todo o agradecimento da classe política portuguesa à nossa diáspora espalhada pelos quatro continentes.

Não podíamos deixar em branco a nomeação de António Monteiro, embaixador de Portugal em França (Paris), para ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, a 17 de Julho de 2004. Sobretudo, porque levava consigo, para o cargo de secretário de Estado das Comunidades, Carlos Gonçalves, o deputado eleito pelo círculo da Europa do PSD. Saía Cesário, entrava Gonçalves, ambos do mesmo partido, o PSD.

A lei 21/2004 havia sido publicada em Junho desse ano, um mês antes da chegada dos novos inquilinos ao palácio cor-de-rosa das Necessidades. Agora era só regulamentar. Tínhamos certamente “o queijo e a faca na mão”; quisemos acreditar, por uma fracção de segundo, que, desta vez, o discurso político se colaria à realidade.

António Monteiro e Carlos Gonçalves eram nossos conhecidos. Ambos estavam bem informados sobre a nossa associação, os seus dirigentes e toda a problemática respeitante à reforma dos ex-militares emigrantes. Com eles tivemos encontros, reuniões e debates. Foram convidados regulares das nossas conferências, reuniões públicas ou festas de emigrantes. A questão da reforma dos ex-militares emigrantes foi inúmeras vezes debatida com eles.

Agora tinha que ser..., mas não foi.

Não queríamos acreditar. Será que a função governativa e o poder pervertem o espírito humano? Corrompem-no? Deus criou o mundo em sete dias, eles tiveram sete meses para regulamentar uma lei, um acto puramente administrativo... e nada feito.

Em quem acreditar? Em Deus? Mas Deus não regulamenta leis para a reforma...

E os deputados da emigração? Durante todos estes anos, o que fizeram relativamente a esta questão relevante e de resolução urgente para os emigrantes, perguntará porventura o leitor mais atento. Para que se saiba, os “nossos” deputados eleitos são quatro. Dois pela Europa e dois outros pelo círculo Fora da Europa. São os representantes de cerca de cinco milhões de portugueses espalhados pelo mundo, no hemisfério da Assembleia da República, que totaliza 230 deputados. Curiosa representação esta. Curiosa democracia a nossa que concebe tais assimetrias.

No seio da A.R., o requerimento é um dos meios que os deputados têm para questionar o Governo. Nestes últimos dez anos foram feitos poucos. Recordo Carlos Gonçalves, do PSD. Justiça lhe seja feita, foi certamente o deputado mais activo e que mais requerimentos interpôs sobre esta questão na A.R. No dia 27 de Fevereiro de 2007, voltava a inquirir o Governo e afirmava:

“Assim, uma vez mais – quarta vez através de requerimento - venho realçar a urgência de que se reveste este assunto, sendo pois fundamental que o Governo esclareça o que pretende fazer sobre esta matéria e se vai, finalmente, regulamentar a Lei”.

No entanto, não podemos esquecer a sua passagem pelo Governo, mesmo se curta (sete meses), quando assumiu o posto de secretário de Estado das Comunidades em 2004 e nada foi feito. Continuamos sem lei que fizesse jus aos ex-militares emigrantes.

Um requerimento merece destaque, o do deputado Carlos Luís do PS (29/5/2002). Não por ser ele a requerer ou pelo resultado obtido, mas por ter dado voz à Federação das Associações Portuguesas de França e aos ex-militares emigrantes, dentro da Assembleia da República. Este requerimento, no fundo, fomos nós que o escrevemos e o deputado fê-lo chegar ao Governo. Certamente caso único do género nestas andanças políticas.

Outros deputados dos emigrantes houve, mas são para esquecer, autênticas velas apagadas. Alguns ou algumas, nada tinham a ver com a emigração portuguesa. Eram figuras anacrónicas, deslocadas e certamente fruto de conciliábulos e repartição de postos dentro destes partidos. Politiquices nas costas do emigrante.

O conflito ia-se arrastando irremediavelmente. Os anos passavam e não se via surgir nenhuma solução. Os dois maiores partidos, PS e PSD, responsáveis pelo “marcar passo” e pela não resolução da questão, criticavam-se mutuamente e atribuíam as responsabilidades um ao outro, conforme eram da oposição ou do Governo.

Se há lições a tirar deste conflito, o Presidente da República, Cavaco Silva, a 9 de Março 2007, no Luxemburgo, avançou com uma: *“Não é bom que o legislador crie leis que geram expectativas nas populações e depois constata-se que não consegue dar cumprimento àquilo que legislou.”*⁶

O ano de 2008 seria decisivo na procura de uma saída para o conflito que se eternizava e que nós denunciávamos como sendo a política do “apodrecimento” e do “deixa andar e deixá-los morrer”.

Foi um ano marcado pela crise económica, que alastrava pelo espaço europeu. A Assembleia da República era palco de vigorosos debates políticos e partidários. Endividamento do país e política de austeridade eram temas recorrentes e faziam parte do quotidiano.

⁶ Almeida Leite Francisco, “Cavaco em defesa de ex-combatentes”, *Diário de Notícias*, 2007.

Foi neste contexto que surgiu, como que surgida de “uma manhã de nevoeiro”, a Lei 3/2009, aprovada a 7 de Novembro pela A.R., promulgada pelo Presidente da República, Cavaco Silva, a 19 de Dezembro de 2008, e publicada no Diário da República a 13 de Janeiro do ano seguinte. Bastava agora, a um emigrante português e ex-combatente, estar abrangido pelo sistema de segurança social francês para poder juntar os anos do serviço militar aos anos trabalhados e descontados para a reforma (Capítulo I, Artigo 2.º, Alínea d).

Foram, assim, necessários 9 anos e uma luta incansável para que esta lei fosse, enfim, votada e publicada.

Restringindo-se aos ex-combatentes, a lei exclui, no entanto, do âmbito da sua aplicação os ex-militares emigrantes portugueses, aqueles que fizeram a tropa, mas que não foram mobilizados para a guerra.

A Lei 3/2009 é, portanto, injusta e discriminatória. Separa arbitrariamente os portugueses e gera atropelos à equidade entre cidadãos.

Porque são assim lesados milhares de portugueses e roubados nas suas pensões? Ao fim de uma vida de trabalho, usados e cansados, longe do país que os viu nascer, é o próprio Governo de Portugal que lhes impede o repouso por direito adquirido. Haverá palavras para qualificar tal ofensa ao bom senso? Para designar tal opróbrio?

É então letra morta o artigo 276.º da nossa Constituição, que estipula: “*nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua colocação, nos seus benefícios sociais por virtude do cumprimento do serviço militar obrigatório*”?

Esclarecimento

Em Outubro de 2003, António Cerqueira, presidente da nossa associação, exprimia desta forma simples e franca, o sentimento de frustração de todos os emigrantes ex-combatentes:

“Militar mostra a tua bravura e a tua coragem, serás um herói e a pátria o reconhecerá! Também foram estas frases que eu li no canto de uma caserna por onde passei durante a guerra em Angola. Estas frases davam-nos orgulho, mas só há bem pouco tempo é que me dei conta, que andei tantos anos enganado.”

Alguns sectores da comunidade portuguesa em França, nomeadamente aqueles ligados à “intelectualidade” e à esquerda política, sempre olharam para nós com desconfiança e prudência. Tinham sempre um pé atrás e o olhar longínquo. A palavra ex-combatente importunava, interpelava-os. Nós sabíamos-lo.

A palavra tem uma acentuada carga de simbologia e representações. É verdade que os movimentos de ex-combatentes são em geral corporativistas e nacionalistas. Formam colectividades e vivem em agregados fechados, entre adeptos convencidos. Produzem um cimento especial que os liga e une, certamente fruto do isolamento, dos perigos e das cumplicidades vividas na guerra. Compreende-se que muitos tenham necessidade de se reencontrar periodicamente para confraternizar e avivar antigas amizades.

No seio destes movimentos há-os também que são rotulados de “saudosistas do antigo regime” e das “nossas províncias ultramarinas”. Alguns continuam a viver o passado no presente. É verdade.

A ARMCPF, a nossa associação e o nosso movimento, nada têm a ver com este panorama, que sempre afastámos sem ambiguidades.

Para nós, sempre foi a problemática do envelhecimento da comunidade portuguesa em França e a luta por uma reforma “justa e digna” que nos moveu e condicionou. A questão militar surge porque esses anos de tropa eram preciosos para completar as carreiras profissionais dos emigrantes portugueses e possibilitar-lhes a reforma antes dos 65 anos de idade.

Por fim, e para que fique escrito, muitos de nós lutaram e contribuíram para o derrube da ditadura de Salazar e o advento do 25 de Abril de 1974. Nunca pusemos em causa a justeza da independência das antigas colónias portuguesas, bem pelo contrário. Para muitos de nós este é um assunto inquestionável.

Last but not least, não foi com alegria e por vontade própria que emigrámos nos anos 1960 e 1970. A emigração é sempre um drama, uma expulsão, um afastamento. Mas é, também e sobretudo, um falhanço político dos governos de antes e após 74, da classe dominante que gere as ideias e o capital do país e, *in fine*, um falhanço dos partidos políticos que compõem a Assembleia da República.

Os que foram chamados por Salazar ou Adriano Moreira (Ministro do Ultramar/1961) a cumprir as obrigações militares e a pegar nas armas contra os povos das antigas colónias portuguesas, não o fizeram com alegria nos olhos ou no coração;

se os há, poucos são e contam-se pelos dedos de uma mão. Foram todos arrancados dos campos, das fábricas, dos escritórios onde trabalhavam ou das escolas onde estudavam.

Enquanto emigrantes, há mais de meio século que contribuímos com o envio regular das nossas remessas, cobertas de suor e sangue, para os cofres do Estado, novo ou velho. E fizemo-lo durante muitos mais anos do que os fundos comunitários. Não somos portugueses de segunda, embora certos olhares oblíquos tentem rebaixar-nos a essa condição subalterna. Sempre foi com sentimentos de alegria e agrado que cruzámos, vezes sem conta, as fronteiras de regresso ao nosso país, fosse para passar férias ou para matar saudades junto de familiares e amigos, já que regressar a Portugal raramente é sinónimo de ficar e de trabalhar cá.

Ao termo destes 14 anos de existência da nossa associação, todos os seus aderentes e amigos, estão de parabéns por nunca terem baixado os braços diante da arbitrariedade política, por terem mantido uma luta viva e constante contra a injustiça de que eram vítimas, e por conseguirem assim um sucesso para a comunidade portuguesa emigrante em França.

A luta da ARMCPF foi incansável e exemplar. Sempre pugnou pelas questões ligadas ao envelhecimento da nossa comunidade em França, onde a reforma ocupava e ocupa um lugar de destaque e de necessário acompanhamento.

Foi graças ao trabalho desenvolvido pela Associação dos Reformados Ex-Militares/Ex-Combatentes Portugueses de França e pela Comissão dos Ex-Militares Portugueses do Luxemburgo, à coordenação e planeamento conjuntos, que se alcançou o conseguido.

Este ano comemorou-se o quadragésimo aniversário do 25 de Abril 74 e é bom lembrar que o golpe de estado que derrubou o regime fascista foi dirigido por oficiais ex-combatentes, homens saídos da guerra colonial, a começar pelo próprio Óscar, o conhecido Otelo Saraiva de Carvalho.

Duas palavras guiaram e mantiveram a nossa amizade e coesão durante todos estes anos:

UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 25 de Abril de 2015

Mémoire Vive / Memória Viva

Isabel Lopes Cardoso

Prefácio

Aquilo que vim fazer a este colóquio internacional sobre espaços e redes de sociabilização e participação foi trazer o meu depoimento sobre a criação da associação Mémoire Vive / Memória Viva (MV2) em Paris, em 2003, e a importância absoluta que o riquíssimo fazer desta e nesta associação revestiu para o aprofundamento do meu conhecimento “por dentro” da imigração portuguesa em França, para o qual também foram determinantes as profissões que exerci em simultâneo ao longo de vinte e três anos de vida parisiense (tradutora jurídica e professora do ensino secundário e superior). O artigo que se segue reflecte esta experiência associativa e profissional e demonstra a forma como ela nutre a construção de uma reflexão crítica multifocal em torno das representações da e/i/migração portuguesa nas sociedades contemporâneas francesa e portuguesa, que seria depois integrada na tese de doutoramento.

Sendo “apenas” um dos doze membros fundadores de MV2, este texto assume hoje o carácter de uma experiência pessoal num espaço colectivo. Não fui mandatada pela associação para me exprimir sobre ela e por isso também não a represento. Mas partes do artigo foram desenvolvidas a partir de uma comunicação que apresentei num outro colóquio sobre migrações portuguesas, em Colónia (Alemanha), em 2007, e aí, sim, em nome da associação. Decidi guardar tanto o tom como o propósito geral e o quadro referencial dos dados compilados no momento, traduzindo-se o todo aqui presente num depoimento da época que mantém hoje a sua integral pertinência. Os efeitos subversivos operados nas sociedades portuguesa e francesa pela e/imigração massiva dos anos 1960 e 1970, são de tal modo significativos (Margarido, 1999;

Cardoso, 2008, 2012) que se assiste a uma espécie de resistência surda a qualquer mudança de leitura da mesma, especialmente no seio dos investigadores, que, de um modo geral, continuam a repercutir, sem reflectir, um sem número de pequenos e insidiosos lugares comuns sobre esta “chaga” comum a duas histórias nacionais, a portuguesa e a francesa. O artigo propõe um estado da situação em 2008 (ano de conclusão da tese) e o presente prefácio serve para reafirmar o carácter actual do mesmo, pesem embora os trabalhos de investigação de uma nova geração de historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, sobre cujos ombros pesa a responsabilidade de trazer novos enfoques sobre estas questões, devendo citar-se Victor Pereira, Irène Strijdhorst dos Santos, Manuel Antunes da Cunha, João Baía, Marta Sequeira, Yvette dos Santos, Miguel Padeiro, Sónia Ferreira, Inês Velho Espírito Santo, entre outros. É que há questões de fundo que se mantêm com a mesma acuidade como por exemplo a da “neutralidade” e da “independência” das ciências sociais e humanas face ao político, sendo que o político hoje está a reboque dos ditames e da avidez do sector económico e financeiro de um mundo globalizado consumista. A actual corrida à “excelência” na “ciência”, definida pelos mercados, é disso um sintoma que, quarenta anos depois, faz eco às análises de Sayad e de Cordeiro a que nos referimos mais adiante.

Aquando da discussão sobre os vários depoimentos da mesa em que participei no colóquio, surgiu a questão do envolvimento do investigador (investigador participante) no seu objecto de estudo. Gostaria de lembrar mais uma vez a posição assumida por Joel Serrão (citem-se autores portugueses, porque nos colóquios internacionais em Portugal quase já só se referem autores estrangeiros – estranha interpretação do “internacional” ... mas então para o que servirá a nossa própria investigação?) na sua “Brevíssima reflexão preambular” do livro que editou sobre a emigração portuguesa (4ª edição, 1982) e que me fez alegremente mergulhar na instrutiva criação da associação Memória Viva / Mémoire Vive quando estava a preparar a tese de doutoramento:

“A perspectiva futurante da historiografia teria as suas raízes no diálogo entre o cientista e o cidadão que, necessariamente, coexistem no ofício de compreender e de explicar o passado. [...] A cidadania do homem-historiador anularia, [...] ou tenderia a anular, a objectividade que a sua ciência postula e exige como estatuto da sua própria existência? [...] O único remédio, ou paliativo, que entrevemos, consiste, porém, num como que exacerbamento dessa

antinomia latente: é igualmente necessário já que o historiador leve às suas últimas consequências e possibilidades o esforço pela objectividade, já que o exercício da cidadania seja nele uma espécie de respiração natural e diurna. Não se trata de confundir o que deve ser separado; o que, precisamente, importa é que seja, a partir da efectiva experiência pessoal, que se entenda, com a clareza possível, os domínios que devem ser separados. [...] A dimensão, o sentido, a problemática do passado só se lhe podem abrir, na medida em que ele viva, como cidadão atento e empenhado, a sua transição para o futuro.” (1982: 19-21).

Depoimento

“Contra a uma certa ideia da musealização, a aposta num centro virtual vivo de recolha, de transmissão e de intercâmbio permanente – a aventura do *Sudexpress*”

Nosso desejo é desalisar a e/imigração

“Vimos brincar aqui na e/imigração. Não aquela que outros embandeiram. Mas a e/imigração nossa, essa que nos faz a nós, e/imigrantes. Que outros pretendam cavalgar o assunto para fins de cadeira e poleiro pouco nos acarreta. Nosso desejo é desalisar a e/imigração, colocando nela as quantas dimensões da Vida. E quantas são? Se a Vida tem é idimensões?”¹

Que Mia Couto (1997) nos perdoe o plágio e a distorção das linhas com que introduz as perguntas que faz à língua portuguesa, mas pareceu-nos que as suas palavras a propósito da reinvenção do Português reflectem algumas das ideias que nos levaram a dar corpo ao site <http://www.memoria-viva.fr/le-projet-sud-express/?lang=pt>.

Sim, porque desde já se diga que aquilo que desejamos é reinventar o discurso e as representações sobre a e/imigração portuguesa, defendendo o direito a um discurso próprio e o gosto de construir as nossas próprias representações, criando,

¹ Texto original: « Venho brincar aqui no Português, a língua. Não aquela que outros embandeiram. Mas a língua nossa, essa que dá gosto a gente namorar e que nos faz a nós, moçambicanos, ficarmos mais Moçambique. Que outros pretendam cavalgar o assunto para fins de cadeira e poleiro pouco me acarreta. A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o simples gosto da palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da Vida. E quantas são? Se a Vida tem é idimensões? »

para isso, um site “apto para o futuro”, “que dança todas as brisas sem deslocar seu chão”. Queremos um Sudexpress artesanal, plástico, fugidio ao *statuo quo*, desejamos a reinvenção da e/imigração a contra-corrente dos discursos/representações dominantes, na medida em que somos capazes de produzir um pensamento nosso.

Devolver, à e/imigração, “as cores que nela haviam sido desbotadas”, por conveniências várias, colocar as nossas “irriticências” face aos lugares comuns que tendem asfixiá-la, eis o que move os membros da associação Mémoire Vive/Memória Viva e marca a origem do <http://www.memoria-viva.fr/le-projet-sud-express/?lang=pt>.

Génese do projecto

A associação Mémoire Vive / Memória Viva nasce em 2003, fruto de uma iniciativa do realizador José Vieira, que acabara de realizar *A fotografia rasgada. Crónica de uma emigração clandestina* (2001), o único filme que, mais de trinta anos depois do mítico *O Salto* (1967), de Christian de Chalonge, aborda directamente o impressionante êxodo clandestino dos anos 1960 que se estende até ao início da década de 1970. Ao classificar a debandada geral, que foi a emigração (legal e clandestina) de centenas de milhares de pessoas, como “plebiscito dado com os pés” contra a ditadura de Salazar, o realizador devolve a dignidade humana aos actores desta gesta, no sentido já anteriormente defendido por Alfredo Margarido (1999) num excelente artigo sobre os *bidonvilles* em França: “o salto foi uma insurreição discreta e silenciosa, ... (a) consequência de uma rejeição das decisões do aparelho político-administrativo, ... (numa) iniciativa política (assumida), embora sem programa escrito e sem projecto teórico, graças à sua própria prática”.

A importância do filme de Vieira reside no facto de este ser o primeiro filme sobre o salto a ser realizado de “dentro para fora”. Filho de emigrantes da Beira Alta chegados a França na década de 1960, o realizador inspira-se na própria história do pai, que veio a salto, em 1963, e nas histórias do salto que em criança ouvira contar no *bidonville* de Massy (região de Paris), onde a família morou durante cinco anos. Ou seja, é a primeira vez que, no seio da própria emigração em França, surge uma versão em imagens desta história, que os Vieira partilham com centenas de milhares de

peçoas. Criar/produzir as suas próprias representações e dar a conhecer a sua própria versão de uma história que tende regularmente a ser desqualificada ou mitificada – o que vai dar ao mesmo –, inscrevê-la nas histórias nacionais (neste caso, a portuguesa e francesa) em cujo espaço/tempo decorre, constitui um acto de afirmação/emancipação da própria emigração, um acto de apropriação da sua história.

Contrariamente ao filme de Christian Chalonge que, segundo a apreciação crítica de Manuel Madeira² (1999:27), reflecte as posições, da época, do Partido Comunista Francês relativamente aos fenómenos migratórios (migrações vistas como uma “corrida ao ouro”, espécie de “*miragem para populações que se expatriam na mira de satisfazerem ambições individuais pouco louváveis*”), *A Fotografia rasgada* procede a uma arqueologia da memória da qual emergem as motivações profundas que animam este êxodo maciço quase único, tanto pela sua amplitude como pelo curto lapso de tempo em que sucedeu, de populações vindas de um país governado por uma ditadura, atolado numa guerra colonial “fora do tempo” (se é que alguma guerra colonial possa ser considerada “dentro do tempo”) e onde apenas 70.000 dos 7 milhões de portugueses viviam sem privações (Beauvoir, 1963).

Assim, se o primeiro filme do então jovem Chalonge é um filme militante no sentido partidário do termo e, portanto, um filme de denúncia com um teor programático e ideológico que acaba por caricaturar fenómenos como a exploração intra-comunitária (que existiu, no seio dos portugueses, mas não constitui uma realidade generalizável, contrariamente ao que o realizador deixa supor), o filme de José Vieira é um filme da maturidade, que beneficia, simultaneamente, da vivência do realizador e de uma reflexão de cariz histórico, sociológico e político sobre uma história comum que continua a produzir efeitos.

No decurso das suas deambulações pelo país (França) no âmbito da promoção da *Fotografia rasgada*, José Vieira teve a oportunidade de participar nos numerosos debates que acompanharam a projecção do filme. E aí constatou duas coisas: primeiro, que a imagem libertava a palavra – graças ao filme, muitos portugueses puderam, pela primeira vez, falar desse episódio doloroso e traumático da sua vida

² Manuel Madeira realizou o excelente filme *Chronique d'immigrés* (1980), único no seu género, por se tratar de uma obra realizada colectivamente, com a associação Portugal Novo de Colombes. Numa zona de carácter urbano industrializado dos arredores de Paris, uma comunidade de cerca de cem trabalhadores portugueses imigrados criam uma associação cujo objectivo é permitir que este grupo social se exprima e se afirme. Paralelamente à organização do seu presente, os imigrantes elaboram uma reflexão sobre o seu passado de “*cidadãos oprimidos por um regime egoísta e déspota que os excluiu violentamente do seu património geográfico e cultural*”.

marcada pelo abandono do país natal e pelos primeiros anos da sua instalação em França, que até à data tinham calado e que nem os filhos nem os familiares (em Portugal) conheciam; e, segundo, que faltava um lugar que reunisse, tratasse, transmitisse e debatesse todo um material existente e disperso sobre esse êxodo e as suas consequências, que permitisse, designadamente, aos filhos dos actores dessa gesta e às gerações futuras encontrarem fontes e elementos de informação/resposta para as suas interrogações a que tantas vezes se opõe o silêncio dos pais.

Nasce, assim, a ideia de um “Centro virtual de recolha e de transmissão da memória e da história da e/imigração portuguesa”, sonoro e visual, capaz de, simultaneamente, recolher e transmitir a memória dessa gesta, mas igualmente contextualizá-la. Para além disso, o centro teria necessariamente de ser supra territorial – mobilidade migratória *oblige* – e acessível a qualquer pessoa interessada, a partir de um qualquer ponto do planeta. Logo, o centro tinha de ser um portal.

Ora, um portal desta natureza, que pretende congrega, difundir e discutir o material recolhido com a colaboração de todos, e dos internautas em particular, exige, no mínimo, um coordenador. Mas isso não chega quando a aposta reside na reflexão dinâmica e no confronto de experiências e de pontos de vista diferentes, que permitam a emergência de um conteúdo multifacetado, à imagem do próprio fenómeno migratório. Esse conteúdo tinha necessariamente de partir de um colectivo de pessoas pelo que José Vieira decide propor a criação de uma associação que realizasse o projecto, lhe desse vida e continuidade. Entre as pessoas contactadas para a realização deste projecto colectivo figuram exilados, emigrantes e filhos de emigrantes. São eles portugueses, franceses, alguns com dupla nacionalidade, filhos de portugueses, de franceses ou de casais mistos (português-francês, português-alemão, português-holandês), filhos de resistentes espanhóis. Funcionários camarários, professores, produtores, realizadores, investigadores, historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos – todos possuem um elo com a emigração portuguesa, tanto pela sua vivência familiar, afectiva como profissional. E assim nasce a associação Mémoire Vive/Memória Viva (2003). O colectivo que daria corpo ao sudexpress.org conta 12 membros fundadores com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos, na altura da sua criação³. Foram necessários mais três anos de trocas vivas e de trabalho intenso

³ Com excepção de uma socióloga, então no início da casa dos 30.

até à abertura do centro virtual, em 2006, um ano antes da abertura da Cité Nationale d’Histoire de l’Immigration (CNHI), em Paris.

O guião do projecto inicial, imaginado por José Vieira, contou com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Depois da sua adopção e da sua apropriação pelo colectivo, o sudexpress.org recebeu um primeiro apoio da Câmara Municipal de Paris (cidade onde se encontra a sede da associação) e, a seguir, o apoio de dois organismos estatais franceses, o Fonds d’Action Sociale Ile-de-France e a Agence Nationale pour la Cohésion Sociale et l’Egalité des Chances.

E/imigração portuguesa: produto embalsamado, discurso reificado, e o que gostaríamos que fosse

“[...] tout le faire de la nourriture étant dans la composition, en composant vos prises, vous faites vous-mêmes ce que vous mangez ; le mets n’est plus un plat réifié, dont la préparation est, chez nous, pudiquement éloignée dans le temps et dans l’espace (repas élaborés à l’avance derrière la cloison d’une cuisine, pièce secrète où tout est permis, pourvu que le produit n’en sorte que composé, orné, embaumé, fardé). D’où le caractère vivant [...] de cette nourriture...”

Pode parecer surpreendente continuarmos a nossa reflexão sobre, e contra, o alisamento da e/imigração pelas classes dominantes recorrendo, para tal, ao *Império dos Signos* de Roland Barthes (1970:24) e à leitura semiológica, realizada por ele na sequência da sua viagem ao Japão, sobre a disposição da comida e a sua descentralização no acto da arrumação, sem esquecer o acto de comer enquanto referência ao próprio alimento. Aquilo que nos interessa, aqui, pensar a partir desta estimulante obra do semiólogo estruturalista é que faltava um sítio (lugar/local e *site*) onde os e/imigrantes/exilados pudessem propor (e, portanto, compor) a sua própria versão de uma história e memória que partilham, face a um dispositivo discursivo que se apresenta quase impermeável a uma outra visão/interpretação desse fenómeno. E isso, como veremos, tanto em Portugal como em França.

Fragmentar o prato da e/imigração, introduzindo narrativas, imagens, representações colhidas junto de/propostas por quem viveu essa gesta, entrelaçá-las livremente, com outros elementos, em função das apetências e da sensibilidade de

cada um, para que esses entrelaçamentos garantam a circulação e a troca de novos sentidos e o recuo dos discursos dominantes - eis o que nos parece fundamental para se ler a e/imigração como um processo, cujos efeitos não param de se multiplicar no tempo e no espaço. Não queremos que a e/imigração continue a ser o prato reificado, cozinhado longe dos convivas, atrás de uma porta fechada, por demiurgos “cientistas”, “políticos”, “mediáticos”, mas que ela ganhe vida e visibilidade pelas mãos dos primeiros (e/imigrantes/exilados), que seja encarada como um prato em constante elaboração, um processo inventivo assumido como tal, de reticências e de ambiguidades, de deslocamentos e de recuos, de *descentramento*, de constantes associações e dissociações que permitam a descoberta de novos horizontes de sentido e conduzam a uma abordagem MENOS REDUTORA DA ALTERIDADE.

Discursos dominantes: a insustentável leveza da invisibilidade, em França, e o peso da visibilidade, em Portugal

Nos anos 1980 e 1990, os sociólogos Abdelmalek Sayad e Albano Cordeiro que, em França, estudaram, respectivamente, a e/imigração argelina e a articulação entre esta e a e/imigração portuguesa, chamavam a atenção para o facto de os discursos dominantes (científicos ou não) relativamente à e/imigração serem quase sempre o produto de uma problemática imposta pelo exterior. Ambos os autores punham em causa a “neutralidade” e a “independência” das ciências sociais e humanas face ao político, questão que permanece actual e atinge particular acuidade quando se trate do tema da e/i/migração. Ou seja, o tratamento social (e, portanto, político) dado ao e/i/migrante define o seu tratamento científico, dependendo este último frequentemente do primeiro. Produzem-se, assim, discursos científicos que na realidade procuram dominar a e/imigração e os seus efeitos asseptizando-a porque põe em perigo a coesão nacional. Senão, vejamos.

Invisibilidade em França

Os estudos dos historiadores, em França, revelam que a questão colonial não só define as políticas imigratórias em geral a partir dos anos 1920 como, em

particular, a política imigratória portuguesa nos anos 1960 (Weil, 1991; Viet, 2004). Uma realidade que já levava Albano Cordeiro (1989) a desenvolver a tese do “para-raios magrebino”. Segundo o sociólogo, no decurso dos anos 1960, o êxodo maciço dos portugueses foi ocultado por outro êxodo maciço, o dos argelinos. Quando analisada sob este prisma, a tão badalada “invisibilidade” dos portugueses em França explica-se pela forte presença magrebina no território, presença essa que no imaginário colectivo francês aparece como sendo problemática e está relacionada com o passado colonial da França e com a guerra pela independência da Argélia (1954-1962), que precede e acompanha a chegada maciça dos portugueses. Por outras palavras, a “excessiva” visibilidade (com conotações negativas) dos magrebinos (e, acima de tudo, dos argelinos) tornou os portugueses invisíveis. Face à imagem negativa do magrebino (argelino), o português acabaria por se tornar o símbolo do bom emigrante: “bem integrado” na sociedade francesa, “trabalhador”, “honesto”, “discreto”, que não levanta ondas e aceita, sem contestar, as condições de trabalho e de alojamento com que depara, “interessado em ganhar dinheiro para voltar à terra e aí construir a sua casa”, “muito apegado à família”, que não se mistura com as outras populações – um estereótipo que ainda se mantém, embora tenda a evoluir, lentamente.

E o autor prossegue, apontando o papel das elites (neste caso, os investigadores) e dos *poderes* públicos (também poderia ter evocado os *mass media*) na repercussão (voluntária e/ou involuntária) dos estereótipos do magrebino “que-põe-problemas” *versus* o português “integrado”:

“La demande et l’intérêt des chercheurs et des étudiants sur l’immigration, et aussi la demande des institutions publiques qui financent la recherche publique, sont centrées sur les populations “qui-posent-problème”, autrement dit, celles qui présentent un caractère de dangerosité sociale, ou encore celles qui, pour des raisons historiques, sont perçues comme menaçantes pour l’identité nationale et pour lesquelles une connaissance de plus en plus poussée peut donner l’illusion de circonscrire cette même menace.” (Cordeiro, 1997: 6)

Daqui se conclui que o “bom” imigrante, o imigrante supostamente integrado é aquele que não “levanta ondas”, que não causa “problemas” e se insere nas malhas do sistema dominante: *“Les Portugais sont très discrets, ils vivent entre eux, sont très bien intégrés.”* Ao que poderíamos acrescentar a anedota contada por Eduardo

Lourenço, aquando da sua locução no Senado francês, em 2004:

“Un jour, j’ai été reçu par le gérant d’une société qui vantait l’image de marque des Portugais. Les Portugais étaient durs au travail, c’étaient des travailleurs magnifiques, mais ils avaient en plus une qualité extraordinaire : ils mangeaient très peu. Alors, c’est la bonne conscience, la conscience absolue. Il ne le disait pas péjorativement, il le disait tranquillement : - “ En plus ils sont très sobres, ils mangent très peu ”. Je lui ai dit: - “ Monsieur, vous savez, ils mangent comme tout le monde. Si vous les voyez chez eux pendant les fêtes, vous verrez qu’ils mangent. Je peux même dire qu’ils mangent un peu trop. Evidemment, ici, ils ne peuvent pas manger assez, mais ils mangent.”

A representação que o francês tem do emigrante português no fundo corresponde ao ideal do povo pequeno e pobre, mas honrado com que Salazar, qual Akalino na sua Katalónia (Braga, 1971)⁴, manietou a sociedade portuguesa durante os quarenta anos em que esteve à cabeça do governo. Um ideário que os emigrantes traziam colado à pele, quando chegaram, e cujo corolário era o medo e a desconfiança, sobretudo das autoridades. Assim, depois do “plebiscito dado com os pés” (contra a ditadura) que foi a emigração maciça inter-europeia, numa espécie de iniciativa política assumida pela prática, sem programa escrito nem projecto teórico, optar pela estratégia da “invisibilidade” como modo de sobrevivência e de resistência num meio hostil foi, afinal, uma atitude quase “natural” por parte do emigrante português. E que, como se vê, convinha perfeitamente à sociedade francesa.

A “invisibilidade” dos portugueses em França no seio da sociedade francesa deriva, portanto, igualmente da sua própria estratégia de “invisibilização” – uma estratégia mais ou menos adoptada por todas as migrações embora, de um modo geral, o seu “sucesso” só se verifique no termo da segunda, quando não da terceira geração. Todos os migrantes do mundo procuram estabelecer e manter boas relações com as populações estabilizadas dos países onde se instalam. No caso dos portugueses em França, essa estratégia da “invisibilização” consistia em passar o mais despercebido possível no país de destino de forma a não serem incomodados pelas autoridades francesas nem portuguesas numa altura em que a emigração clandestina por momentos suplantou a emigração legal como em 1970, nomeadamente devido à guerra colonial. A respeito de uma grande parte da juventude de origem portuguesa

⁴ O romance *O reino circular* é uma alegoria de Salazar e do Estado Novo.

que, ao crescer, adoptou esse “modo de estar” dos pais, a socióloga Marie-Claude Muñoz (1999) observa que, por um lado a invisibilidade constitui uma estratégia que permite escapar à dominação, preservar a sua identidade e a sua integridade e que, por outro, em períodos de subida da intolerância e da xenofobia, mais vale conservar essa imagem positiva (do emigrante invisível, logo integrado) que, para além disso, no caso português, corresponde a um certo número de valores que os descendentes partilham com os pais.

Contudo, o silêncio pesa e deixa marcas. Parece finalmente chegado o tempo de reclamar a inscrição desta gesta no corpo da História (francês). A carta de uma leitora do *Télérama* enviada à revista em 13 de Dezembro de 2006 e sintomaticamente intitulada “Sans bruit”, constitui uma reacção à exposição sobre o tristemente célebre bairro de lata de Nanterre (periferia oeste de Paris, onde chegaram a viver 10 000 imigrantes e outras populações “esquecidas”), que decorreu na Universidade dessa aglomeração em 2006 e foi organizada pela Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine :

“Il y a quelques mois, le père de mon gendre s’est rendu à l’université de Nanterre pour montrer à sa femme et à son fils une exposition de photos sur le bidonville de Nanterre. Portugais, il y a vécu de 1960 à 1963, alors que sa famille était restée au Portugal. Les photos exposées ne concernaient que la partie du bidonville occupée par les Maghrébins. Ce monsieur a été déçu, évidemment, car il pensait retrouver là ses souvenirs, des visages connus, une partie de sa jeunesse. Cette déception m’a touchée, de même que me surprend l’absence de documentaires relatifs à l’immigration portugaise, à toutes ces personnes qui se sont intégrées sans bruit à la société française.”

Esquecimento, desconhecimento – tudo se passa como se existisse um ecrã entre os portugueses residentes em França e a sociedade francesa, conforme a associação Mémoire Vive/Memória Viva apontava, em reacção à carta da leitora do *Télérama*: “*Votre question relance la réflexion sur le leitmotiv de l’intégration ‘sans bruit’ ou de ‘l’invisibilité’ des immigrants portugais alors qu’ils sont omniprésents dans la société française et on peut s’interroger sur ce qui fait écran.*” O corolário deste português sem histórias, é ele ser considerado, implicitamente, como um indivíduo

sem História facto que, em 2001, o antigo director do Centro Cultural Suíço em Paris⁵ exprimia da seguinte maneira: “*É inacreditável. Todos conhecemos portugueses, todos os dias trabalhamos com portugueses, todos os dias nos cruzamos com eles na cidade. E todos temos a impressão de os conhecer quando, afinal, desconhecemos absolutamente tudo deles.*”

Em França, o paradigma do português invisível, mas integrado, escamoteou uma reflexão de carácter histórico séria e sem preconceitos sobre a sua presença e o seu papel na sociedade francesa. A historiografia francesa só há pouco mais de quinze anos começou a debruçar-se sobre a história da imigração portuguesa, designadamente pelo prisma das relações entre os dois Estados⁶. Refira-se também que nas grandes sínteses da história da imigração em França, a imigração portuguesa ocupa uma ínfima parte, o que está em perfeita contradição com a omnipresença dos portugueses no território francês e com o importante número de páginas dedicado a outra imigração, a magrebina, cujo carácter maciço se verifica igualmente na década de 1960 (e mesmo um pouco antes), embora por razões diferentes, como referimos.

O etnocentrismo (inconsciente) dos analistas que, do ponto de vista da sociedade de “acolhimento” apenas questionam o fenómeno imigratório a partir do momento em que os “imigrantes” “criam problemas”/“põem problemas”, omitindo interrogar-se sobre as causas e as razões que determinaram as partidas e sobre a diversidade das condições de origem e das trajectórias, foi claramente denunciado por A. Sayad na década de 1970. Muito antes de a imigração entrar no debate público, em 1975, Sayad rasgava o véu das ilusões revogando o mito tranquilizador do trabalhador importado que, uma vez amealhado o pecúlio, voltaria a partir deixando o lugar a outro. É que este ser *atopos* – o imigrante – que não é nem cidadão nem estrangeiro e que se situa na fronteira entre o ser e o não ser social (lugar “bastardo”, de que falava Platão), este ser deslocado – no sentido de incongruente e inoportuno – causa embaraço; e a dificuldade que existe em pensá-lo verifica-se até na ciência, que retoma frequentemente os pressupostos ou as omissões da visão oficial, e deste modo reproduz o embaraço criado pela existência deste ser, que obriga a sociedade a

⁵ Mesa-redonda organizada no Centro Cultural Suíço, em Paris, aquando da retrospectiva do grande pintor suíço Jürg Kreienbühl, que viveu vários anos num dos 117 bairros de lata de lata que circundavam a capital francesa em finais da década de 1960 e 1970, onde pintou e partilhou a vida dos argelinos, dos portugueses e de outros imigrantes que chegaram para reconstruir o país do pós-guerra.

⁶ Cf. os trabalhos de Victor Pereira sobre as relações entre os estados português e francês entre 1958-1974, relações ambíguas que estão na origem do transplante de centenas de milhares de portugueses em menos de dez anos.

repensar a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade (Bourdieu, 1991).

Encarado desta forma, o imigrante é necessariamente um indivíduo/grupo que coloca problemas de natureza jurídica, administrativa, social, cultural, de ordem imediata, a que é preciso atender, e os estudos científicos que lhe estão associados reflectem esta realidade: imigração e segurança social, imigração e trabalho ou imigração e desemprego, imigração e práticas religiosas, imigração e alojamento, imigração e formação, imigração e escolaridade, etc.

“Cet appariement entre un groupe social et une série de problèmes sociaux constitue l’indice le plus manifeste que la problématique de la recherche, telle qu’elle est commanditée et menée, est en conformité et en continuité directe avec la perception sociale qu’on a de l’immigration et de l’immigré.” (Sayad, 2006:53)

Temos por prova o fascículo publicado pela editora estatal francesa *La Documentation française*, intitulado “Les immigrés dans la société française” (Richard, 2005), em que participam eminentes especialistas das questões migratórias, nomeadamente historiadores, e onde não figura um único texto sobre a imigração portuguesa, nem sequer no capítulo consagrado à “pluralidade e diversidade dos imigrantes”! É verdade que o fascículo integra a colecção *Problèmes politiques et sociaux*, problemas inexistentes no tocante à imigração portuguesa, conforme reza o lugar comum...

Ora, ninguém duvida que esta forma de tratar o assunto não só ajuda a fabricar as representações dominantes que a sociedade de “acolhimento” tem dos imigrantes, como a construir as representações que estes últimos têm de si próprios. De qualquer modo, quando chegaram a França nos anos 1960 e início dos anos 1970, fugidos da ditadura, da miséria e das guerras coloniais, os imigrantes portugueses não tiveram outra alternativa senão ocupar-se de si próprios, num país em pleno crescimento onde um patronato ávido de mão-de-obra barata absorvia contingentes de indocumentados. A e/imigração é sempre uma história de dominação. Desconhecendo a língua, a cultura e os meandros da administração francesa (contrariamente aos imigrantes magrebinos) e receando os longos braços da PIDE (presente em França), os imigrantes portugueses não tiveram outra alternativa senão “engolir em seco” e inventar as suas próprias soluções/estruturas, por forma a garantir a sua sobrevivência

num meio hostil. Optaram, assim, pela invisibilidade, procurando fazer-se esquecer para melhor resistir ao desenraizamento violento que representou essa debandada maciça em tão pouco tempo, e na perspectiva/esperança de um regresso rápido/iminente ao país natal. Rapidamente se entreteceu um meio de acolhimento formado por familiares ou gente da mesma aldeia, que constituía uma base para o recém-chegado e lhe permitia ultrapassar os revezes do início da permanência em França. Posteriormente, a extraordinária rede associativa criada pelos imigrantes portugueses cumpriu a mesma função.

Os próprios descendentes dos imigrantes desconhecem frequentemente o passado dos pais, conforme o atestam as mensagens que vão chegando às mãos da associação Mémoire Vive Memória Viva e que são quase diariamente corroboradas no terreno, ao acaso de novas conversas e encontros. As fotografias de Gérald Bloncourt, duma beleza poderosa, denunciam as miseráveis condições de vida e de trabalho a que os portugueses estiveram sujeitos/se sujeitaram durante os primeiros anos da sua estada em França, mas também testemunham da miséria, da fome e da opressão em que viviam no país natal. Uma memória difícil de transmitir, por parte dos próprios, uma memória que tanto a França como Portugal continuam, também, a preferir esconder (Cardoso, 2008). Assim, a grande exposição do fotógrafo patente no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, em 2008, e cuja primeira versão veio a lume em 2007 no www.sudexpress.org, reveste uma singular importância, numa altura em que os próprios e/imigrantes começam a sentir a necessidade de transmitir a memória desta vivência aos filhos, conforme atesta a reacção do leitor da revista *Télérama*, supra citado.

Visibilidade em Portugal

Num país em que as elites tendem a não assumir essa “chaga de lado” que representa a emigração, muitos dos estereótipos relativos a este “factor estruturante da sociedade portuguesa” (Godinho, 1978) são obviamente veiculados por elas. As dificuldades sentidas por estas elites políticas, culturais e económicas do país que, como diria E. Lourenço, se encontram sentadas numa ponta da mesa dos ricos, reflectem-se na forma como encaram e lidam com a emigração. Isso é tão verdade para Portugal como no que concerne as elites portuguesas presentes em França (exilados políticos, artistas, funcionários, intelectuais, residentes ou com estadas mais ou menos longas no seio das instituições portuguesas em França), sempre preocupadas em ver Portugal integrar o círculo dos países de “imigração” ou, por outras palavras, em ver Portugal sair da “periferia” e deslocar-se até ao “centro” e ser reconhecido como seu igual pelos países economicamente e culturalmente dominantes da União Europeia. Ainda hoje se ouve, frequentemente, a queixa de que “*mesmo assim, a emigração prejudicou muito a nossa imagem*”. Ora, no tocante à França, este défice de reconhecimento (real ou imaginário) de que padecem as elites portuguesas não é um dado novo. No início do século XX, Aquilino Ribeiro já denunciava, revoltado, que nas mentes dos dirigentes políticos e culturais portugueses a França desempenhava um papel de “professora primária” (Cardoso, 2006). Digamos então que, meio século depois, neste *affaire* entre dominantes e dominados, as elites portuguesas arranjam um bode expiatório para o seu próprio desconforto e que o emigrante passou a ser o culpado desta situação.

Em Lisboa, em 2008, continua a ser pão-nosso-de-cada-dia ouvir-se um florilégio de lugares comuns sobre as “maisons”, mas também sobre o modo de falar / linguajar, o modo de vestir ou de se dar em sociedade dos emigrantes. Pouco mudou desde o estudo do sociólogo Albertino Gonçalves, que em 1996 concluía:

“A par das indexações e das anedotas, toda uma série de suposições e de julgamentos negativos gravita em redor da figura do emigrante, das suas práticas e propriedades. [...] A observação e as entrevistas permitiram-nos averiguar o quanto alguns residentes se podem sentir diminuídos, perturbados, provocados e até ameaçados pela presença, comportamento e aspirações dos emigrantes. [...] As práticas e estratégias de rebaixamento dos emigrantes também diferem de classe para classe quanto à lógica, conteúdo, forma e alcance, com os

diplomados a destacar-se dos independentes e dos operários. [...] Enquanto que os independentes e os operários rebaixam para aproximar, para impedir um afastamento excessivo, os diplomados fazem-no para distanciar, para contrariar uma aproximação inaceitável.” (Gonçalves, 1996: 166-172)

Partindo do princípio enunciado por Pierre Bourdieu, que “quem classifica, classifica-se”, o sociólogo português recorreu à classificação do emigrante pelos residentes e obteve assim um panorama significativo da luta simbólica de classificação social que envolve a sociedade portuguesa no seu conjunto. O seu estudo confirma que as práticas classificatórias dos residentes em relação aos emigrantes são, acima de tudo, reveladoras dos residentes que as produzem e da sociedade portuguesa onde são produzidos, e menos dos emigrantes que as inspiram. E é, pois, aqui, que podemos encontrar elementos que permitem compreender a persistência de um certo número de estereótipos de “pedra e cal”.

Assim, se o e/imigrante português, em França, no imaginário nacional francês é sinónimo de discriminação e invisibilidade, em Portugal, o lugar que ocupa no imaginário nacional é o de uma visibilidade considerada excessiva, fruto de um efeito hiperbólico produzido pelo seu regresso em massa durante os meses de Verão e pelas casas que foi construindo, precisamente durante o período de férias. Aquilo que, porém, está em jogo, é o carácter subversivo que reveste a emigração para uma parte dos residentes, o que explica a persistência feroz dos estereótipos e a sua lenta evolução face a uma realidade que, por sua vez, se apresenta móbil e em rápida transformação (as características da emigração evoluíram bastante ao longo das duas últimas décadas, contrariamente ao modo como é encarada). Sentindo-se ameaçadas na manutenção das suas prerrogativas, num país extremamente hierarquizado como Portugal, as classes médias diplomadas tendem a proteger uma espécie de monopólio cultural, seja ele ilusório ou real. O que se verifica, entretanto, de há uns anos para cá, é aquilo que classificaríamos como uma tentativa de “nobilitação” da emigração, que reveste formas curiosas. Surgem novas maneiras de lidar com a “chaga do lado”, que passam a coexistir com as estratégias de rebaixamento analisadas por A. Gonçalves. Fenómeno novo, que merece toda a atenção e ainda carece de análises consubstanciadas. Ficamo-nos, pois, por algumas impressões, factos e anedotas recolhidos, com destaque para os mais recentes.

O *leitmotiv* da “boa integração (“*intégration réussie*”) dos portugueses em

França tem agora o seu corolário em Portugal: aqui, fala-se da “emigração de sucesso”. Aquando da inauguração (Fevereiro 2008) da referida exposição de Gérald Bloncourt, “Por uma vida melhor”, o administrador de uma grande instituição bancária portuguesa desatou a gabar a emigração portuguesa como uma emigração de sucesso, facto cientificamente corroborado, dizia ele, por um recente estudo publicado em Paris sobre as porteiras portuguesas, que, sempre segundo o eufórico administrador, referia o seguinte: “*todos os filhos das porteiras portuguesas em Paris ou são médicos, ou bailarinos, ou advogados*”, etc. Ora, pelo que é do nosso conhecimento (e do dos nossos colegas investigadores franceses e portugueses especializados nas questões migratórias), o livro em questão é, na realidade, o estudo comparativo realizado por Ph. Bonnin e R. de Villanova (2006), em que os autores entrevistam porteiras de vários países europeus, nomeadamente da França (o estudo não inclui Portugal), para concluírem que existem diferenças significativas nas maneiras de desempenhar um ofício que parece continuar a constituir um dos *pivots* da sociabilidade urbana.

Ou seja, a vontade, por parte deste actor económico e cultural do país, em encontrar uma caução científica para um discurso que visa o embelezamento da velha chaga numa altura em que, por um lado, o país se vê confrontado com o aumento da emigração e em que, por outro, se vem desvinculando progressivamente das populações portuguesas no estrangeiro, diminuindo o seu apoio ao ensino do português, reformulando a sua política consular, impossibilitando o Conselho das Comunidades de desempenhar convenientemente o seu papel de órgão consultor, é reveladora das novas práticas e estratégias que se têm vindo a desenhar em matéria de reconfiguração das representações e dos discursos sobre a emigração, que urge analisar. Reduzir esta característica estruturante da sociedade portuguesa à sua faceta *glamour* é altamente preocupante para a própria sociedade portuguesa, pois é do conhecimento geral que há vergonhas que apenas se dissipam quando devidamente consignadas no corpo da História.

Porém, o fundo da intervenção afinal involuntariamente humorística pela dimensão caricatural que reveste, deste administrador, adquire outra gravidade quando veiculado por investigadores no âmbito de um colóquio numa instituição científica, como aconteceu recentemente na universidade de Clermont-Ferrand (Janeiro 2008). Falando das representações da família migrante pôde ouvir-se, da

parte de investigadores presentes vindos de Portugal, que os emigrantes regressados do Brasil eram emigrantes de sucesso, que as casas dos “brasileiros” estavam aí para o atestar e que, como havia muitas casas de brasileiros, havia muitos regressos de emigrantes bem sucedidos. Ora, este pressuposto também tem a sua caução científica, nomeadamente os estudos de Miguel Monteiro, que recordam, e muito bem, fases e realidades diferentes da emigração portuguesa para o Brasil, partindo do caso concreto e específico de Fafe. Contudo, o que aqui se observa no tocante ao sucedido na universidade francesa, é que aquilo que porventura constitui o aspecto mais importante do trabalho de Monteiro – a saber, a necessidade do aprofundamento dos estudos da história da emigração a partir de estudos locais, como única forma de escapar às generalidades a que nos temos vindo a habituar – foi completamente escamoteado na abordagem feita durante o referido colóquio. Em Clermont-Ferrand foi, por conseguinte, preciso recordar que as raras casas de emigrantes brasileiros disseminadas pelo país – raras porque a sua quantidade contrasta com a presença maciça das casas dos emigrantes “europeus; e porque a sua particular concentração na cidade de Fafe, fenómeno único, não pode ser extrapolado e não permite tirar conclusões extensíveis a toda a região minhota e muito menos ao nível nacional – constituem objectos-testemunhos vistosos da ascensão social de algumas dezenas de famílias regressadas do Brasil, que apenas reflectem uma das realidades daquela emigração, quando o seu grosso, a partir de finais do século XIX e princípios do século XX, antes se caracteriza pelo reverso da emigração de sucesso, cujo estudo se apresenta mais difícil (Scott, 2001), mas começa a ser levado a cabo, designadamente por historiadores brasileiros. Acrescente-se, apenas – e porque é isso que importa à associação *Mémoire Vive/Memória Viva*, embora muito mais haveria a analisar – que a memória do próprio emigrante nada tem a ver com os discursos veiculados pelas elites. Se, a título de exemplo, recorrermos à experiência pessoal e profissional do realizador José Vieira, na memória das famílias portuguesas da segunda metade do século XX, o Brasil surge como uma terra que englute emigrantes, sem os devolver. Assim, quando o seu pai decide emigrar e coloca a hipótese do Brasil, onde vive um dos seus irmãos, a sua mãe reage e opõe-se: um outro irmão do pai desaparecera e uma das suas irmãs morrera pouco tempo depois de lá chegar. Para a mãe de José Vieira, o Brasil é sinónimo de perigo. Uma memória/história que partilha com

numerosas famílias de emigrantes, conforme constatou Vieira no decurso das suas filmagens.

Entre as demais maneiras de nobilitar a emigração podem contar-se a exposição promovida pelo Museu da Presidência da República em 2007 (Setúbal) e 2008 (Lisboa), em que as artes plásticas constituíram uma vertente importante, ou ainda o desejo de promover artistas plásticos “lusu-descendentes”, na condição de estes aceitarem esta etiqueta. No tocante à exposição do Museu da Presidência da República, em que a associação Mémoire Vive/Memória Viva participou através da apresentação da obra plástica de Eliane Meunier e onde tentou, sem sucesso, conseguir o alargamento da exposição a um espaço inteiramente consagrado às produções culturais dos emigrantes, que existem em áreas tão variadas como a literatura, o teatro, a música, as artes plásticas, o cinema, e à produção militante (contra a guerra nas colónias, lutas operárias, militância associativa), de momento talvez se possa tirar uma conclusão: a não integração, na exposição, de um espaço exclusivamente destinado (e não disseminado) à produção cultural e militante dos emigrantes, mais uma vez reforçou a ideia de que a emigração de cariz dito “económico” não é capaz de fabricar as suas próprias representações. E que, para as elites culturais e políticas do país, as representações artísticas apenas podem traduzir dois tipos de olhares: o de “fora para dentro” e o de “cima para baixo”.

Quanto à controversa ideia de uma exposição de “artistas luso-descendentes”, surgida na sequência das referidas exposições de Setúbal e Lisboa, ser qualificado “de fora para dentro”, como “artista luso-descendente” (quem se preocupa com a posição dos próprios artistas sobre o epíteto que lhes é apostado?) não significa absolutamente nada do ponto de vista da prática ou da estética artística. Poder-se-á, eventualmente, concluir que a luso-descendência faz com que artistas partilhem algumas preocupações vivenciais e temáticas, o que o Museu Nogueira da Silva tendeu a comprovar com a primeira exposição de *Cinco artistas lusodescendentes*, realizada em Braga, em 2005. Mas, uma exposição de “artistas luso-descendentes” dentro do espírito da instituição que deseja promover esta iniciativa assemelha-se a mais uma operação de “alisamento” da emigração, que permitiria contribuir para o desaparecimento – no discurso nacional – do termo emigração, negativamente conotado, e dos seus derivativos, como por exemplo filho de emigrantes, substituindo-o pelo de “lusu-descendente”. Segundo a perspectiva de Alfredo Margarido (2000),

até estaríamos perante nova tentativa de aproximação da reconstrução do império (real e/ou imaginário) perdido, desta feita através dos seus descendentes (que ao mesmo tempo são mantidos à distância; o hífen liga e desliga; aliás, a grafia do termo tem variado bastante, provavelmente pelas implicações em jogo). Quão significativa não foi a resposta de um dos responsáveis do projecto à nossa questão de saber, se não deveriam ser os próprios artistas a definir-se: “*Mas é o que eles são (lusodescendentes)! Eles têm de o assumir!*” Como se vê, o responsável em questão parte, implicitamente, do princípio de que há ali algo que os próprios luso-descendentes não desejariam assumir, quando de facto não é disso que se trata. Voltamos assim ao “quem classifica, classifica-se”. O problema não reside verdadeiramente em o artista apodado de “luso-descendente” eventualmente “não assumir” essa múltipla pertença, mas antes no facto de esta catalogação já ter uma história carregada em matéria de leitura, de utilização e de debate político engendrados que não pode, obviamente, ser ignorada. De resto, qualquer pessoa deve poder autodefinir-se. Resumindo, podemos dizer que com os descendentes dos emigrantes sucede aquilo que o grande poeta moçambicano José Craveirinha no tocante a si próprio: “*Nasci a primeira vez em 28 de Maio de 1922. [...] Nasci a segunda vez quando me fizeram descobrir que era mulato. A seguir fui nascendo à medida das circunstâncias impostas pelos outros.*”

A única maneira de defender a História é contar uma história diferente daquela que nos conta(ra)m

Com a criação do site sudexpress.org, pretendemos instituir uma dinâmica reflexiva permanente em torno das questões relacionadas com a emigração portuguesa, inscrevendo-a num espaço de circulação entre o passado e o presente e procurando, deste modo, combater os discursos institucionalizados e os estereótipos de pedra e cal veiculados pelas sociedades em que se inscreve a história dos emigrantes portugueses, provocar um vacilar nos discursos/representações dominantes – que, por sua vez, influenciam o posicionamento dos próprios emigrantes e dos seus descendentes, dos seus sentimentos de (não) pertença face aos países entre os quais tecem as suas vidas e a sua (des)construção identitária (processo em constante mutação) –, e permitir a emergência do olhar (ou dos olhares) dos próprios actores

desta gesta. Espaço supranacional, o site sudexpress.org pretende contribuir para o esvaziamento desses mesmos discursos/representações a favor da circulação e do intercâmbio de experiências, de olhares, de opiniões, de questionamentos e de auto-definições das pertencas engendradas pelo processo migratório e que se repercutem nas gerações seguintes.

Criar um espaço que congregue a informação produzida acerca da e/imigração e que também dê maior visibilidade à própria produção dos e/imigrantes e dos seus descendentes, além de um espaço que permita estender/confrontar estas interrogações com a realidade das migrações actuais, inscrevendo assim a experiência migratória portuguesa num espaço tempo internacional, para tentar fecundar a reflexão, “desguetoizar” e e/imigração portuguesa e libertá-la dos discursos dominantes. O ideal para que tende o Sudexpress é a existência de um lugar onde vá decorrendo uma interminável conversa sobre a emigração e os seus múltiplos efeitos.

Bibliografia

- BARTHES, Roland, 1970, *L'empire des signes*, Editions d'Art Albert Skira.
- BEAUVOIR, Simone de, 1963, *La Force des Choses*, Paris, Editions Gallimard.
- BONNIN, Ph. & VILLANOVA, R. de, 2006, *Loges et gardiens, entre espace privé et espace public*, Grâne, Editions Créaphis.
- BOURDIEU, Pierre, 2006 [1991], "Préface" in A. Sayad, *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*, I. *L'illusion du provisoire*, Paris, Raisons d'Agir: 9-14.
- BRAGA, Mário, 1971, *O reino circular*, Lisboa, AMP, 2ª ed.
- CARDOSO, Isabel Lopes, 2002, "Testemunho dos bidonvilles. Duas exposições do pintor suíço Jürg Kreienbühl", *História*, 42: 64-67.
- CARDOSO, Isabel Lopes, 2008, "Mostrar aquilo que não queremos ver nem saber" in *Por uma vida melhor. O olhar de Gérald Bloncourt* (catálogo da exposição), Centro Cultural de Belém, Lisboa, 18.02-18.05.
- , 2009, "Lisbonne-Paris-Munich: la quête d'un artiste portugais au moment de la Grande Guerre" in Anne Dulphy et al (Eds.), *Intellectuels, artistes, militants. Le voyage comme expérience de l'étranger*, Bruxelles, P.I.E. Peter Lang: 235-253.
- , 2012, "'Maisons de rêve' et insurrection esthétique au 'berceau de la Nation'", *Les Carnets du Paysage*, 23: 168-181.
- CORDEIRO, Albano, 1989, "La communauté portugaise protégée par le paratonnerre maghrébin", *Im'média/Plein Droit* (Gisti), Inverno 1989-1990.
- , 1989, "Le paradoxe de l'immigration portugaise en France", *Hommes et Migrations*, 1129: 25-32.
- , 1997, "Les apports de la communauté portugaise à la diversité ethno-culturelle de la France", *Hommes et Migrations*, 1210: 4-17.
- COUTO, Mia, 1997, "Perguntas à Língua Portuguesa", <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/antologia/perguntas-a-lingua-portuguesa/118>, consultado em 14 de Julho de 2015.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978, "L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, 1: 5-32.
- GONÇALVES, Albertino, 1996, *Imagens e clivagens. Os Residentes face aos Emigrantes*, Porto, Edições Afrontamento.
- MADEIRA, Manuel, 1999, "Filmographie sur l'immigration portugaise", *Latitudes*, 5: 25-27.
- MARGARIDO, Alfredo, 1999, "Elogio do bidonville", *Latitudes*, 5: 14-20.
- , 2000, *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

- MUÑOZ, Marie-Claude, 1999, “Des ‘Tos’ aux ‘Luso-descendants’, l’identité des enfants d’immigrés portugais revisitée”, *Latitudes*, 5: 7-8.
- RICHARD, Jean-Luc (Ed.), 2005, *Les immigrés dans la société française*, Paris, La Documentation Française.
- SAYAD, Abdelmalek, 2006, *L’immigration ou les paradoxes de l’altérité, 1. L’illusion du provisoire*, Paris, Raisons d’Agir.
- SERRÃO, Joel, 1982 [1972], *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 4ª ed.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi, 2001, *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*, paper apresentado no Congresso de Historia Económica de Zaragoza (secção: Las Migraciones a América).
- WEIL, Patrick, 1991, *La France et ses étrangers*, Paris, Editions Calmann-Lévy.
- VIEIRA, José, 2005, *Gens du salto. Gente do salto* (DVD), Paris, La Huit Production.
- VIET, Vincent, 2004, *Histoire des Français venus d’ailleurs de 1850 à nos jours*, Paris, Editions Perrin.

Sobre os autores

Carlos Alves

Professor. Investigador Associado no Observatório Político. Mestre em Filosofia Política. Doutorando em Ciência Política, especialidade de Teoria e Análise Política, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Carlos Levezinho

Licenciado em Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia pela ULHT e em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Frequenta atualmente o Mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do ISCTE-IUL. Com interesses de pesquisa nos domínios dos estudos de comunicação, tecnologia e sociedade; cultura e indústrias criativas e trabalho e profissões criativas.

Daniel Alves

Professor Auxiliar no Departamento de História da FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, e investigador no Instituto de História Contemporânea. Tem um doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, com uma tese sobre lojistas e política no final da monarquia. Entre outras publicações, tem artigos em revistas científicas nacionais e estrangeiras sobre História Económica e Social, História Urbana e Humanidades Digitais.

Dulce Simões

Doutorada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA e bolsreira pós-doutoral da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É membro do INET-md (FCSH/NOVA), do Grupo de Estudos Sociales Aplicados da Universidad de Extremadura e da Red Ibero Americana Resistencia y Memoria (RIARM). Como investigadora interessa-se por usos políticos da memória e práticas da cultura.

Isabel Lopes Cardoso

Historiadora e historiadora de arte. Investigadora independente. Membro fundador da associação Mémoire Vive/Memória Viva (Paris). Ex-professora da Associação Cultural de Estudos Portugueses (Paris). Colabora com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH, Universidade Nova de Lisboa e com o Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora. Ex-bolsreira FCT (PhD e PD).

Joana Dias Pereira

Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea. Doutorada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas com uma tese subordinada ao tema *Produção Social da Solidariedade Operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*. Actualmente centra a sua investigação na evolução das instituições para a ação coletiva portuguesas no período contemporâneo (séculos XIX e XX).

Joana Estorninho de Almeida

Doutorada em Sociologia Histórica pelo ICS, UL. Tem trabalhado sobre a Administração Pública em Portugal e na Europa na transição da idade moderna para a época contemporânea, particularmente sobre a relação entre práticas burocráticas e representações sobre o Estado. É investigadora no CEDIS, FD, UNL e no IHC, FCSH, UNL.

João Carlos Marques

Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) Londrina-Paraná, Brasil, Doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, bolseiro CAPES/Brasil.

João Lázaro

Licenciado em História (2010) e Mestre em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de Política, Cultura e Cidadania (2013) pelo ISCTE-IUL. Autor dos livros *O Republicanismo na Póvoa de Santa Iria na Alvorada do 5 de Outubro de 1910* (edições Associação Dom Martinho) e *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública* (Chiado Editora). Bolsheiro de doutoramento pela FCT acolhido no CIES-ISCTE-IUL (SFRH/BD/110857/2015).

João Machado

Emigrante em França e refractário do exército colonial português (1970). Membro fundador e da direcção da Associação dos Reformados Ex-Militares/Ex-Combatentes de França. Membro fundador da Associação dos Portuguesas de Sarcelles e Arredores. Membro fundador da Federação das Associações Portuguesas de França. Ex-Conselheiro das Comunidades Portuguesas de França. Ex-Membro do Secretariado do Conselho das Comunidades Portuguesas/França.

Jonas Van Vossole

PhD student at the Department of Political Science at Ghent University and at the Centro de Estudos Sociais at Coimbra University, Portugal. His current PhD research focusses on the influence of the euro crisis on democratic legitimacy in Southern Europe, and Portugal in particular.

Josepa Cucó Giner

Catedrática de Antropología Social de la Universidad de Valencia (España), ha desarrollado a lo largo de su carrera académica cinco campos preferentes: el campesinado y la sociedad tradicional; la amistad, los grupos informales y el asociacionismo; la vida política y las transformaciones de la izquierda revolucionaria; feminismo y género; y los procesos y desarrollos urbanos. Fruto de tales investigaciones son más de setenta publicaciones entre las que destacan tres libros recientes: *Metamorfosis urbanas. Ciudades españolas en la dinámica global* (Icaria, 2013) y *La ciudad pervertida. Una mirada sobre la Valencia global* (Anthropos, 2013), de los que es coautora y editora; *De la utopia revolucionaria a l'activisme social. El Movimentt Comunista, Revolta i Cristina Piris* (PUV, 2016).

Júlia Leitão de Barros

Doutorada em História Contemporânea pela FCSH, da UNL (com tese *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo, 1900-1907*) é investigadora da Instituto de História Contemporânea da mesma instituição. Lecciona disciplinas de História dos Media, História da Propaganda e Sistemas Mediáticos Comparados, na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS). Coordena a Secção Estudos de Media e Jornalismo na ESCS. Das suas publicações destacam-se *Anglofilia e Germanofilia em Portugal na II Guerra Mundial* (Dom Quixote, 1989) e *Afonso Costa* (Círculo dos Leitores, 2002).

Luís Filipe Maçarico

Nasceu em Évora, em 1952. Antropólogo, Associativista e Poeta. Autor de vários artigos em revistas de Ciências Sociais, de investigações que originaram livros e de 20 publicações de Poesia.

Maria Alice Samara

Investigadora do Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL e bolsista FCT.

Mariana Rei

Licenciada em Design (2006, Universidade de Aveiro) e Mestre em Antropologia – Especialização em Culturas Visuais (FCSH-UNL) desde 2015. Atualmente é Doutoranda em Antropologia (FCSH-UNL) e investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA), desenvolvendo trabalho no domínio da memória do trabalho em contextos (des)industrializados, articulando ferramentas metodológicas da antropologia e da história com as culturas visuais. O seu trabalho final de mestrado encontra-se publicado desde abril de 2016, com o título *Do Operário ao Artista. Uma etnografia em contexto Industrial no Vale do Ave*.

Nuno Nunes

Doutorado em Sociologia, investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), bolsista de pós-doutoramento da FCT e membro do Observatório das Desigualdades. Áreas de investigação: desigualdades sociais; classes sociais; ação coletiva; Estado-providência; sociedade do conhecimento; desenvolvimento humano.

Otávio Raposo

Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, bolsista de pós-doutoramento da FCT e doutorado em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Participa de pesquisas na área de Culturas Urbanas, Segregação, Violência, Juventude, Cidadania e Imigração que deram origem a comunicações e artigos em congressos e revistas científicas nacionais e internacionais.

Paula Godinho

Antropóloga, professora na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, e investigadora no Instituto de História Contemporânea. Tem obra publicada acerca de resistência e movimentos sociais, usos da memória e práticas do património, fronteiras e topografias do poder, festas e rituais. Fundadora da Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória. Prémio Taboada Chivite 2008 (Espanha).

Paulo Marques Alves

Doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Professor Auxiliar do ISCTE-IUL e investigador no DINÂMIA'CET-IUL. Com interesses de pesquisa nos domínios do trabalho, do emprego, das organizações, do sindicalismo e das relações laborais, tem participado em vários projetos, sendo autor de várias obras nestes campos.

Pierre Marie

Doutorado em História contemporânea na Universidade de Coimbra e na Universidade de Caen-Normandie.

Pompílio Locks Filho

Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral na Universidade Complutense de Madrid (UCM). Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), investiga e possui publicações sobre os seguintes temas: democracia, políticas públicas, participação política e associativismo.

Rita d'Ávila Cachado

Concluiu doutoramento em Antropologia Urbana através do programa de doutoramento ISCTE/URV-Tarragona (2008). Fez trabalho etnográfico de longa duração com população Hindu na Grande Lisboa. É bolsista de pós-doutoramento (FCT/CIES-IUL) com projecto sobre história da Etnografia Urbana em Portugal. No 1º semestre do ano lectivo é professora Auxiliar Convidada no ISCTE-IUL na UC de Pesquisa de Terreno.

Silvia Almenara Niebla

Investigadora e doutoranda no departamento de sociologia e antropologia e do Instituto de estudos das mulheres da Universidade de La Laguna nas Ilhas Canárias, Espanha. Investigação financiada através do Programa de Ayudas a la Formación de Investigadores para la Realización de Tesis doctorales da Agencia Canaria de investigación innovación y sociedad de la información com financiamento do Fundo Social Europeu.

Virgínia do Rosário Baptista

Doutorada pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, em História Moderna e Contemporânea. É investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL. Tem como principais áreas de investigação a história contemporânea de Portugal, com destaque para as áreas do trabalho feminino, movimento mutualista, saúde e origens do Estado-Providência.

